Cristina Dotta Ortega

Organizar para socializar:

a função social da mediação documentária

Oficina Universitária
CULTURA ACADÊMICA Editora
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Organizar para socializar: a função social da mediação documentária

Cristina Dotta Ortega

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ORTEGA, C. D. *Organizar para socializar*: a função social da mediação documentária [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024, 272 p. ISBN: 978-65-5954-479-0. Available from: https://books.scielo.org/id/fvkmd. https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-479-0.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

Organizar
para socializar:
a função social da mediação documentária

Cristina Dotta Ortega
(Autora)

Organizar para socializar:
a função social da mediação documentária

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2024

Copyright © 2024, Faculdade de Filosofia e Ciências

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Diretora
Profa. Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Vice-Diretora
Profa. Dra. Ana Cláudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
Edvaldo Soares
Franciele Marques Redigolo
Marcelo Fernandes de Oliveira
Marcos Antonio Alves
Neusa Maria Dal Ri
Renato Geraldi (Assessor Técnico)
Rosane Michelli de Castro

Parecerista:
Prof. Dr. Rodrigo de Sales
Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ficha catalográfica

Ortega, Cristina Dotta.
O77o Organizar para socializar : a função social da mediação documentária / Cristina Dotta Ortega. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2024.
272 p.
Apoio: CNPq
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-478-3 (Impresso)
ISBN 978-65-5954-479-0 (Digital)
DOI: https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-479-0

1. Organização da informação. 2. Mediação da informação – Aspectos sociais. 3. Documentação. 4. Ciência da Informação. 5. Recuperação da informação. I. Título.

CDD 025.04

Telma Jaqueline Dias Silveira –Bibliotecária – CRB 8/7867

Imagem capa: https://stock.adobe.com/br - Arquivo "AdobeStock_573242750". Acesso em 10/06/2024

Editora afiliada:

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

Processo *CNPq*: 313039/2021-6

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

Agradecimentos

O texto produzido para este livro foi iniciado e elaborado em sua maior parte no estágio pós-doutoral, realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Marília, sob supervisão de Walter Moreira, no período de maio de 2021 a maio de 2022. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação (PPGCI), da UNESP, que me recebeu, e, em especial, ao diálogo respeitoso e sempre descomplicado promovido por meu supervisor.

Ao Departamento de Organização e Representação da Informação (DOTI), da Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), agradeço a concessão do afastamento para pós-doutoramento.

A pesquisa teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio da Bolsa de Produtividade Científica-PQ2, iniciada em março de 2022.

Este trabalho é marcadamente influenciado pelas práticas profissionais realizadas no contexto da diversa cidade de São Paulo, quando a Internet ainda se estabelecia e criava grandes desafios, não menores que os já existentes. Mas, ele é produto direto das pesquisas desenvolvidas individualmente e em parceria no decorrer dos últimos 20 anos de carreira acadêmica. Este livro decorre de reflexões sobre publicações e demais tra-

balhos realizados e orientados, assim como de disciplinas ministradas na graduação e em programas de pós-graduação.

Assim, agradeço à formação – que considero sólida, porque fundamentada conceitual e historicamente –, vivenciada no curso de graduação e na pós-graduação na Escola de Comunicações e Artes, (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), na década de 1990 e início dos anos 2000. Esta formação foi marcada por projeto pedagógico e atividades de pesquisa de excelência, das quais ressalto as reflexões, aulas e produção do Grupo Temma. Deste grupo de pesquisa, já extinto, agradeço em especial à orientação e parceria de Marilda Lopes Ginez de Lara.

Posteriormente, a produção de conhecimento teve como pilares as orientações realizadas em nível de graduação e de pós-graduação na ECI/UFMG. A partir destas atividades de orientação, foi criado o Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Históricos da Organização da Informação, vinculado à UFMG e registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, do CNPq. As discussões com orientandos foram fundamentais para minha própria pesquisa, além de terem propiciado vivências pessoais e intelectuais extraordinárias.

Lista de abreviaturas e siglas

AACR – *Anglo-American Cataloging Rules*

ASLIB – *Association of Special Libraries and Information Bureaux, Inglaterra*

BPI – *Bibliothèque Publique d'Information*, do *Centre Georges Pompidou*, França

cat and class – cataloguing and classification

CCF/F – *Common Communication Format for Factual Information*

CDD – Classificação Decimal de Dewey (*Dewey Decimal Classification*-DDC, no original)

CDU – Classificação Decimal Universal

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLIP/EBSI – *Comité Local d'Intégration Pédagogique*, da École de *Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information*, Canadá

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Brasil

DOTI – Departamento de Organização e Representação da Informação, da ECI/UFMG

ECI – Escola de Ciência da Informação, da UFMG

FIIR – *Formato de Intercambio de Información Referencial*

FRBR – *Functional Requirements for Bibliographic Records*

IFLA – *International Federation Library Association and Institutions*

INTD – *Institut National de Techniques de Documentation*, França

ISBD – *International Standard Bibliographic Description*

ISKO – *International Society for Knowledge Organization*

KOS – *Knowledge Organization Systems* (Sistemas de Organização do Conhecimento – SOC)

LCC – *Library of Congress Classification*

LCSH – *Library of Congress Subject Headings*

LILACS – Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde

LIS – *Library of Congress Classification*

MARC – *Machine Readable Cataloging*

PPGCI – Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação

RDA – *Resource Description and Access*

SGBD – Sistema de Gestão de Bases de Dados

SIC – *Sciences de l'Information et de la Communication*

SOC – Sistemas de Organização do Conhecimento *(Knowledge Organization Systems)* – KOS

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNISIST – *United Nations International Scientific Information System,* da UNESCO

USP – Universidade de São Paulo

XML – *Extensible Markup Language*

Lista de quadros

Quadro 1	Divisão da Bibliografia em dois grupos e suas denominações	*111*
Quadro 2	Enfoques desenvolvidos no grupo de Bibliografia Textual, Analítica e Material	*112*
Quadro 3	Elementos do processo documentário	*158*
Quadro 4	Níveis de manifestação dos processos de organização da informação	*175*
Quadro 5	Equivalência entre as características do livro e do documento, quanto à Documentação, segundo Otlet, e os objetos do tratamento documentário, segundo Fondin	*191*
Quadro 6	Processos e funções da organização da informação	*201*
Quadro 7	Processos e instrumentos da organização da informação	*202*
Quadro 8	Forma e conteúdo dos registros de bases de dados	*207*
Quadro 9	Elementos fundamentais dos registros de bases de dados e suas funções	*207*
Quadro 10	Elementos constituintes dos registros de bases de dados e suas funções	*208*
Quadro 11	Dimensões do processo de ordenação e seus elementos componentes	*243*

O caráter mediacional da organização da informação

Neste livro, nos propomos a explorar e sistematizar o conhecimento fundamental da organização da informação.

A organização da informação é composta por processos que são parte do conjunto das ações de mediação entre documentos e públicos, cujo objetivo é o de produzir condições para a apropriação da informação por estes. Essas ações referem-se à produção de mensagens organizadas sistemicamente sobre objetos e seus mecanismos de navegação e busca, que são mobilizadas pela produção e oferta de produtos, serviços e demais atividades, potencializando seu acesso e uso. Denominadas – de modo mais apropriado – de ações de mediação documentária, elas são o eixo do campo de nosso estudo. A comunicação com o público – tornada possível por essas ações de mediação – é que permite que a apropriação da informação por cada indivíduo se efetive.

A mediação documentária – tendo em vista sua função social singular – permite explicitar a especificidade do campo, ao demonstrá-lo em sua integralidade, portanto, de forma coerente e consistente.

Retomando o parágrafo inicial, podemos dizer que o objetivo deste livro é o de explorar e sistematizar o conhecimento fundamental da organização da informação, na perspectiva do papel central que ela exerce como parte do conjunto das ações de mediação documentária. Mas, afirmar que esses processos exercem papel central na mediação documentária não per-

mite atribuir maior importância a eles, tanto quanto é improdutiva a posição inversa. Desse modo, podemos adicionar um elemento ao enunciado do objetivo do livro: explorar e sistematizar o conhecimento fundamental da organização da informação, na perspectiva do papel central que ela exerce como parte do conjunto das ações de mediação documentária, juntamente à explicitação das contingências que marcaram sua constituição.

A questão é que a organização da informação, para ser considerada em toda sua dimensão, deve ser explorada no contexto do campo ao qual pertence e quanto aos entraves conceituais que se interpuseram em seu percurso.

As ações de mediação documentária desenvolvem-se na forma de um ciclo ou cadeia documentária, como denominado na literatura do campo. Optando pelo termo fluxo documentário, podemos dizer que ele existe como tal em função de procedimentos interpretativos sobre objetos frente a públicos determinados. Tanto os sistemas como os produtos e serviços – elementos constituintes desse fluxo – exigem procedimentos de caráter sistêmico sobre documentos, tendo em vista um certo público. Desenvolver sistemas, produtos e serviços de informação implica selecionar documentos e sistematizar informações atribuídas a eles. Ou seja, em todo o fluxo documentário, há sempre algum tipo de leitura, seleção e sistematização.

Esses procedimentos interpretativos sobre objetos frente a públicos determinados ocorrem em uma ordem lógica e funcionam como camadas de significação umas sobre as outras. Dentre os processos documentários, os de organização da informação são determinantes na constituição dos produtos e serviços que decorrem deles. Isso porque, os produtos da organização da informação são, por excelência, sistemas de informação, e esses sistemas atuam na produção de significado das etapas que lhes seguem. As possibilidades de comunicação, no entanto, dependem de produtos e serviços e demais atividades que sensibilizem os públicos, já que os sistemas de informação em si – sem que sejam ativados –, são dados armazenados, ou seja, informação em potência.

O fluxo documentário é composto pelos processos de seleção, organização da informação, produção de serviços e produtos. Por sua vez, as estratégias gerenciais e os aparatos tecnológicos são adotados para viabilizar concretamente e de modo racional, eficiente e econômico o fluxo documentário. As estratégias gerenciais e os aparatos tecnológicos são norteados pelos processos de organização da informação, o que significa dizer que eles são realizados em função destes processos.

Ao afirmar que os processos de organização da informação exercem papel central, estamos reconhecendo que esses processos são a força motriz das ações de mediação documentária. No entanto, essa centralidade só ocorre porque a organização da informação se faz quanto à sua destinação, mobilizando os demais processos documentários nesta direção.

Sendo assim, podemos dizer que os processos de organização da informação influem de maneira central sobre as possibilidades de comunicação com o público.

Estamos falando, portanto, do conhecimento fundamental que permite o compartilhamento da informação: o conhecimento relativo às formas de compartilhar informações pertinentes às realidades de pessoas envolvidas em atividades as mais diversas. Assim, o campo de conhecimento que nos ocupa justifica-se por fomentar a socialização da informação.

Mas, socializar não é o mesmo que universalizar. Socializar exige reconhecer os diferentes segmentos sociais e desenvolver produtos e serviços adequados a eles (Cintra *et al.*, 2002, p. 16-17). A afirmação implica considerar que a comunicação é precedida de segmentação, mesmo nos casos em que os públicos visados são tão amplos que se torna difícil caracterizá-los. Via segmentação de públicos, torna-se possível o compartilhamento de informações que permite a comunicação, que, por sua vez, pode promover a apropriação da informação pelos indivíduos. A socialização da informação ocorre de maneira plena quando há apropriação da informação.

Assim, colocamos em pauta o título deste livro. É preciso organizar para socializar. Ou seja, se para socializar a informação, antes é preciso

organizá-la, organização da informação é tema a ser pesquisado e aprofundado. É assunto necessário, dada a relevante função social que exerce.

Organizar informação é realizar atividades-meio que são fundamentais para as atividades-fim a que se destinam: aquelas realizadas pelos públicos visados. Os sistemas de que falamos são produtos de informação de crucial importância para a vida das pessoas. Essa afirmação pode ser constatada frente ao papel que exerceram na sistematização dos experimentos realizados para a produção de vacinas contra COVID-19, além das revisões sistemáticas que subsidiaram o enfrentamento dos casos da doença em todo o mundo.

Sendo assim, buscamos compreender mais amplamente o subcampo da organização da informação, discorrendo sobre o campo de que faz parte e lhe dá sentido, ao fornecer sua função social. Inicialmente, no **capítulo 1 – O campo das ações de mediação documentária**, tratamos dessas ações como eixo do campo em que está inserido nosso estudo. Para contextualizar e justificar o desenvolvimento do tema desse capítulo, são problematizados alguns usos recorrentes dos termos mediação, documento e usuário, em especial sob o ponto de vista da relação – ou da não relação – estabelecida entre eles. A problematização é realizada a partir da consideração de que estamos imersos em pensamento fragmentado e opositivo, cujas implicações devem ser investigadas. Em seguida, é apresentada construção histórica do conceito de documento, como base para a compreensão da mediação documentária, da qual é seu produto concreto. A distinção, considerada aqui urgente e necessária, entre o documento que é produto da mediação documentária e o documento em seu papel social e político (neste caso, desenvolvido em pesquisas que atendem sob o nome de Neodocumentação) é realizada no início do capítulo. Ao final, a mediação documentária, de que tratamos, é explicada a partir de processos de significação realizados no contexto de sistemas e serviços, a partir dos quais se busca pela comunicação documentária com públicos, com o fim de que eles possam apropriar-se da informação que considerem relevante para suas vidas.

Em seguida, no **capítulo 2 – A mediação documentária em abordagem bibliográfica**, buscamos explorar as ações de mediação documentária de modo mais específico, no caso, apenas aquelas em abordagem bibliográfica. A abordagem bibliográfica é muitas vezes atribuída unicamente às circunstâncias em que se desenvolve a profissão bibliotecária, em detrimento do conhecimento técnico e científico que fundamenta as aplicações. Também é comum que a abordagem bibliográfica seja identificada por definições de negação, pois seu escopo seria aquele não contemplado pela Arquivologia e pela Museologia. Para tratar da questão, são explorados o conceito de livro e de 'bibliográfico', buscando por suas relações de aproximação e de distinção. A constituição histórica da abordagem documentária bibliográfica é elaborada por meio das diversas disciplinas que a constituíram: a Bibliografia e a Biblioteconomia, ao desenvolverem atividades bibliográficas por excelência, e a Documentação, pela teorização que agregou a estas, além do desenvolvimento de instrumentos e sistemas de informação. O conceito de documento é retomado em abordagem bibliográfica, por meio dos termos – documento secundário, fonte de informação e recurso de informação –, e do questionamento, presente na literatura predominante, da ideia de documento como objeto material e formal, desprovido de instância simbólica. O confrontamento de estudos sobre o documento em abordagem bibliográfica nos permite dizer que ele se encontra em uma encruzilhada conceitual. Buscando avançar um pouco mais sobre esta questão, tratamos do fluxo documentário em abordagem bibliográfica, tradicionalmente nomeado como cadeia documentária, enfatizando a necessidade de contrapor visões parciais e proposições mais avançadas. A complexidade desse percurso histórico-conceitual permite compreender a dificuldade de identificação do lugar teórico da mediação documentária em abordagem bibliográfica, e, por sua vez, da organização da informação.

No **capítulo 3 – Para uma matriz da organização da informação**, tratamos da organização da informação como termo reconhecido na literatura por contemplar os processos que permitem realizar a mediação documentária em abordagem bibliográfica. Considerando a relação entre

terminologia e consolidação científica, discorremos sobre a variação terminológica recorrente nesse subcampo, em especial no Brasil, nos últimos anos, pois ela é ditada em geral pelos termos em voga, menos que por significados construídos e em construção. Em seguida, exploramos categorias fundamentais da organização da informação, visando elaborar parâmetros que permitam sua compreensão epistemológica e função social. Essas categorias fundamentais são abordadas como níveis de manifestação da organização da informação, quais sejam: conceitual, metodológico, pragmático, normativo e tecnológico. Os dois últimos níveis – normativo e tecnológico –, em função do peso que exercem no imaginário do campo, decorrendo em estereótipos continuamente reiterados, são especialmente discutidos e problematizados. Observando, mais uma vez, a centralidade do conceito de documento, exploramos componentes documentais passíveis de serem identificados nos processos de organização da informação. Nesta parte, tratamos como componente principal a unidade documentária, no sentido de unidade abstrata elaborada a partir das características dos documentos e dos interesses dos públicos, com o fim de constituir uma unidade concreta de representação em sistemas de informação. O documento é percebido de fato como tal a partir de uma unidade documentária. Na perspectiva da especificidade procedimental da organização da informação, propomos sua constituição a partir de dois processos básicos – a produção de bases de dados e a produção de arranjos (via ordenação) –, processos esses que são precedidos pela atividade primordial de seleção de documentos em relação a públicos determinados. Os processos são considerados segundo a função que contemplam e os processos específicos em que se realizam, acerca dos quais discutimos os tipos de instrumentos que lhes correspondem. A questão em pauta é a da precedência dos processos sobre os instrumentos, motivo pelo qual não nos aprofundamos nos processos específicos e nos instrumentos concretos propostos para sua operacionalização. Dessa maneira, a apresentação da diversidade de manifestações dos processos básicos ocorrida no tempo, muitas vezes a partir de denominações próprias, demonstra sua continuidade, a despeito das mudanças. Buscamos realizar movimento de abstração e generalização sobre os processos de produção de bases de

dados e de arranjos, seus instrumentos e produtos, pois esse movimento é produtivo para uma compreensão integrada do conhecimento desse subcampo, como algo constituído por acúmulos e revisitações, menos que por rupturas contínuas. Ao final, os processos básicos de produção de bases de dados e de arranjos são postos em relação, em termos conceituais e operacionais, e quanto ao modo como observamos sua presença na literatura.

Como fechamento do trabalho, reiteramos a função social do campo das ações de mediação documentária, retomando alguns apagamentos que vem se sobrepondo uns aos outros, assim como os resgates necessários, tendo em conta a literatura produzida.

A produção desse livro teve como pretensão explicitar literatura do campo que apresenta coerência e consistência constituídas historicamente. Deste modo, o livro busca refletir o conhecimento acumulado, ou o que podemos chamar de conhecimento coletivo.

A literatura de um campo permite fornecer segurança a pesquisadores, professores e estudantes, de modo que eles tenham condições de elaborar suas convicções, tanto quanto dúvidas e perguntas. A sistematização desses conteúdos representa um passo necessário para a elaboração de referenciais teóricos plausíveis que subsidiem novas pesquisas, assim como a formação de pessoas propiciada por essas pesquisas.

A exploração e a sistematização do conhecimento fundamental da organização da informação, pautadas por contextualização histórico-conceitual e seus aspectos procedimentais, são o propósito deste livro.

Sumário

O caráter mediacional da organização da informação..... *11*

1 O campo das ações de mediação documentária..... *21*

1.1 Problematizando a mediação: para uma superação do pensamento fragmentado e opositivo..... *21*

1.2 Categorias fundamentais do campo das ações de mediação documentária: entre públicos e documentos..... *41*

1.3 Construção do conceito de documento: a Documentação em foco..... *53*

1.4 Mediação documentária: significar para comunicar, possibilitando apropriar..... *65*

2 A mediação documentária em abordagem bibliográfica..... *85*

2.1 O livro como princípio e a caracterização de 'bibliográfico': aproximações e distinções..... *85*

2.2 Biblioteconomia e Bibliografia: origem e desenvolvimento da abordagem documentária bibliográfica..... *99*

2.3 O documento bibliográfico: documento secundário, fonte de informação, recurso de informação..... *128*

2.4 A dinâmica do fluxo documentário bibliográfico..... *142*

3 Para uma matriz da organização da informação *165*

3.1 Variação terminológica e consolidação do campo..... *165*

3.2 Categorias fundamentais da organização da informação: do conceitual, metodológico e pragmático ao normativo e tecnológico..... *173*

3.3 Componentes documentais e processos básicos da organização da informação *185*

3.4 Organizando a informação: a produção de bases de dados e a produção de arranjos *204*

Entre apagamentos e resgates: a função social da mediação documentária..... *249*

Referências *253*

Biografia do Autor *271*

1

O campo das ações de mediação documentária

1.1 Problematizando a mediação: para uma superação do pensamento fragmentado e opositivo

Em sociedades amadurecidas, o direito de acesso à informação é reconhecido, tornando inquestionável o dever profissional de informar.

Nesse contexto é que o conjunto das ações de mediação documentária se constituíram social e politicamente, conduzindo a desenvolvimento profissional e científico. Medeia-se informação pelo dever de contemplar o direito de pessoas, tomadas como público. Mas, como? Partimos do entendimento de campo que se singulariza por esta pergunta. Deve-se perguntar ainda sobre as implicações das ações de mediação realizadas e então recomeçar as perguntas.

A literatura do campo da Comunicação desenvolveu-se na direção de que a mediação deve resultar na comunicação: a mediação é processo que tem por objetivo a comunicação.

Podemos falar de mediação e comunicação, por meio das duas acepções de informar, como desenvolve Martínez Comeche (1995): uma em que se considera o ato de informar por si mesmo (sentido intransitivo de informar) e outra em que o ato de informar resulta em comunicação (sen-

tido transitivo de informar). Segundo ele (p. 37-39), a primeira acepção refere-se a algo que é prévio à comunicação, mas que está apto a ser comunicado; o foco neste caso é a mensagem. A segunda acepção de informar é a de comunicar algo, e é resultado da ação de informar. Essa acepção envolve agentes intercambiando uma mensagem, o que requer a participação de dois ou mais sujeitos, os quais mantêm correspondência entre si. Martínez Comeche afirma ainda que o ato de informar, à medida que implica um ato de comunicação, possui um caráter intrinsecamente social.

Davallon (2007), em estudo sobre o tema, identificou como recorrente o princípio de que a comunicação social é produto da mediação. Mas, o autor (2007, p. 23) reconhece duas definições problemáticas de comunicação: como transmissão da informação, no sentido de algo que parte do polo emissor em direção ao polo receptor; e como interação entre sujeitos, em abordagem que fornece a essa relação maior importância que a informação que circula entre eles. A primeira definição recebe conotação técnica e a segunda é convocada quando a questão é de comunicação social. Segundo o autor, as duas definições, tomadas em conjunto para uma definição de comunicação, não contemplam a relação entre o aspecto técnico e o social, pois faltam a elas a dimensão propriamente mediacional.

É comum identificar na literatura as duas acepções de informar, de Martínez Comeche, tomadas como autoexcludentes, e, as definições em abordagem técnica e em abordagem social da comunicação, questionadas por Davallon, enunciadas como válidas. Essas definições apartadas não facultam uma aproximação ao conceito de mediação. As duas situações apresentadas indicam que falta refinar a distinção entre processo e objetivo, pois o processo do qual depende o objetivo tende a não receber a explicitação que permita sua discussão e desenvolvimento. Daí a necessidade atual de se relacionar adequadamente mediação e comunicação.

A mediação a que nos referimos – a mediação documentária – tem como produto o **documento**, cuja característica é a de ser ao mesmo tempo material e simbólico, como objeto que recebe valor informacional

nesse processo que é norteado pela consideração de públicos determinados. A construção histórica do conceito de documento ocorreu marcadamente em língua francesa, em especial durante o século XX, em disciplina denominada Documentação, sendo ainda presente em solo europeu, entre outros, como em algumas regiões do Brasil. Frente à reconhecida disseminação da orientação anglo-americana no campo, é de se supor que o conceito de documento não pudesse ser amplamente conhecido. A orientação anglo-americana, desenvolvida na perspectiva da *Information Science*, em especial nos Estados Unidos, pauta-se, por um lado, pela comunidade de bibliotecas, fortemente orientada para o trabalho técnico-normativo com livros e outros escritos em suporte papel, e por outro lado, por estudos sobre informação, sob enfoques outros que não necessariamente o da produção de sistemas e oferta de serviços.

A Documentação como disciplina esteve presente no início do século XX nos Estados Unidos, mas estudos sobre o documento voltaram a ser produzidos em língua inglesa, de maneira mais ampla, somente a partir dos anos 1990. Esses estudos, muitas vezes denominados como Neodocumentação, apresentam a preocupação com os aspectos sociais e políticos da produção, circulação e uso de documentos, contingenciados institucionalmente ou por certos grupos de pessoas. Dito de outro modo, esses estudos abordam o documento como elemento da vida humana e social, o que inclui as instituições, considerando os fatores sociais e políticos pelos quais ele é mobilizado. No entanto, sob a denominação Neodocumentação, constam também estudos anteriores decorrentes do interesse de autores em realizar maior abstração sobre os sistemas e serviços bibliográficos, o que inclui sua historicização. Os dois principais autores desse segundo grupo são W. Boyd Rayward e Michael Buckland e suas publicações são de interesse para este trabalho (Rayward, 1975, 1983) e (Buckland, 1991a, 1991b, 1995, 1996).

Desse modo, podemos afirmar que há variações de sentido para o termo documento quando tratado sob a denominação Neodocumentação, mas seus estudos principais são relativos ao papel social e político que

as ações sobre documentos deflagram. Tratamos do tema anteriormente, observando a necessidade de recuo histórico dos estudos sobre Neodocumentação, haja vista que apenas Otlet e, eventualmente Briet, são citados, ainda assim, não suficientemente aprofundados, de tal modo que a "discussão a partir do contraponto neodocumentalista pode dicotomizar a questão, mais que contribuir para aprofundá-la e atualizá-la" (Ortega; Saldanha, 2019, p. 208). Uma explicação para isso está no fato de que os estudos da *Information Science* centram-se em noções gerais e diversas sobre informação, de maneira similar a boa parte dos estudos da Neodocumentação sobre o documento. No entanto, o foco deste trabalho sobre documento e sobre informação é o das ações de mediação documentária, que visam condições para a apropriação da informação, motivo pelo qual prescindimos dos estudos que abordam o tema do documento e da informação em outras perspectivas.

Algumas ideias antigas dificultam a conceituação de documento no contexto dos estudos das ações de mediação documentária. Dentre os problemas a tratar, está a questão dos critérios adotados para eleger objetos como documentos. Ainda é recorrente o discurso em que se atribui ao suporte material e à tipologia do objeto as características que permitiriam separar aqueles que são documentos e os que não o são, já que essa atribuição é tomada como definitiva e determinada pelo objeto em si. Sob esse discurso, vários objetos são relegados à impossibilidade de 'ser documento', como é o caso dos objetos digitais, textos escritos não publicados, audiovisuais, bens imóveis, além de pessoas, instituições e eventos. Como se pode ver, à falta de se elaborar o que efetivamente permite conceituar um objeto como documento, são postos em segundo plano, ou mesmo descartados, objetos não produzidos para funcionarem informacionalmente, ou cuja função informacional é menos evidente por seus aspectos formais não serem facilmente identificáveis como tal em nossa cultura. Ao mesmo tempo, certos objetos, como textos escritos, em especial os publicados ou produzidos no âmbito da comunicação científica, são 'naturalmente' considerados como documentos.

Problema conceitual relativo ao documento também pode ser observado em alguma medida nos cursos brasileiros de graduação em Biblioteconomia, como analisamos anteriormente (Ortega, 2021). Trata-se da tipificação de objetos adotada nas disciplinas que discorrem sobre organização da informação e sobre fontes/recursos de informação. Nessas disciplinas, como os objetos considerados documentos já são previamente determinados, não se pode falar em trabalho informacional propriamente dito. Podemos dizer que, por não se considerar no ensino as ações de mediação que transformam objetos em documentos, o aluno não se coloca como futuro profissional responsável por essa atividade produtora, mas antes como guardião e inventariador de objetos. A questão é mais desenvolvida no subcapítulo 2.3, que busca conceituar o documento bibliográfico.

Seja no âmbito dos cursos de formação ou não, outro ponto é o da afirmação sobre a necessidade urgente de mudança para que se possa operar no meio digital, seguindo o apelo do discurso sobre a atualização tecnológica. Do mesmo modo, caberia colocar à prova essa afirmação frente ao conceito de documento como objeto material (portanto, digital ou não) e conteúdo atribuído.

A ideia de **informação** por si mesma foi ganhando força, relegando o termo documento a algo antigo e superado, em geral considerado apenas em sua instância material. De fato, a maior parte da literatura de orientação anglo-americana nomeada como Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science*-LIS, no original em inglês) cristalizou o termo documento sob sua percepção mais visível, dada por sua forma material e tipológica. No entanto, falar de documento implica considerar a informação (o conteúdo atribuído), haja vista que documento não existe na ausência de informação. Está em causa – não toda e qualquer abordagem de informação –, mas abordagem específica que fornece ao campo lugar teórico próprio. Afinal, muitos campos tratam de informação e todos os campos se constituem por meio dela.

Do exposto, temos que o conceito de informação de que se ocupa o campo vincula-se à produção de mensagens sobre objetos selecionados. Refere-se ao conjunto das teorias, metodologias e instrumentos que dão forma a certos conteúdos, formas essas elaboradas como orientadoras da produção de novos conhecimentos ou da tomada de decisões por pessoas no contexto das atividades que desenvolvem.

Nessa perspectiva, documento é conceito que inclui o de informação e o ultrapassa, no sentido de que é constituído por instância material e pela atribuição informacional. Como conceito fundamental do campo, há implicações no não reconhecimento do termo documento.

O termo **usuário**, de outra maneira, também constitui o de documento, haja vista que os objetos são transformados como tal a partir dos contextos em que as pessoas são tomadas como potenciais usuárias de informação. Ou seja, não se pode falar em documento sem considerar para quem ele foi construído. Talvez, mais que os outros conceitos centrais do campo, 'usuário' está ainda por ser discutido.

Embora o termo usuário de informação possa remeter à ideia de pessoas que usam informação – já que todo ser humano assim o faz –, trata-se de um modo específico de abordar o ser humano, buscando dar respostas a problemas colocados socialmente. Usuário, no contexto do campo que nos ocupa, abarca características mais específicas que a de grupo social, assim como características mais contextuais que a do indivíduo observado em seu funcionamento cognitivo. Não se trata de estudos de fluxos de informação em certos grupos pois, embora esses estudos sejam de interesse do campo das ações de mediação documentária, eles devem ser desenvolvidos quanto às suas especificidades. Vale o mesmo quanto aos estudos relativos à cognição humana em situações de busca ou de uso de informação.

Além de usuário, termo amplamente usado e aceito no campo, o termo **público** é, também, bastante usado neste livro por mostrar-se pertinente por seu sentido de destino das ações de mediação documentária. A ideia é a

de uma pessoa ou um grupo de pessoas considerados como público por seu possível uso de informação, tendo em conta as atividades que exercem.

A predominância do termo usuário, no sentido de pessoas que usam sistemas e serviços, em detrimento do uso do termo público, ou outro que indique uma comunidade discursiva que é destinatária das ações de mediação, merece discussão.

Kobashi e Tálamo (2003, p. 20) discutem abordagem dos estudos sobre usuário, afirmando tratar-se de visão mecanicista que teria exercido e ainda exerce fascínio no campo. As autoras questionam os reiterados estudos de usuários baseados em um recorte social pré-existente (como a condição profissional, econômica, escolaridade etc.), ao invés de serem contemplados os modos pelos quais os conteúdos podem ser acessados, manejados e entendidos. Kobashi e Tálamo entendem que o trajeto a ser seguido impõe a busca pela relação fundadora da constituição do sentido: o documento, o seu conteúdo, as possibilidades de tratamento e os segmentos variados da população.

As ações de mediação documentária orientam-se à promoção da relação de sentido entre o usuário e o universo do conhecimento registrado. Essa promoção de sentido não se esgota, assim como não se esgota o desenvolvimento intelectual humano.

Dessa maneira, importa questionar a ideia disseminada sobre a mediação documentária como um conjunto de ações que se contrapõe à autonomia do usuário. Para Ross Atkinson (1999), a autonomia do usuário de serviços de informação se desenvolve por meio da busca pela desintermediação, no sentido da ausência de mediação. A desintermediação é reconhecida como necessária tanto pelos profissionais mediadores quanto pelos usuários, pois conduz a processos de compreensão e autonomia. Ela é, de fato, um princípio da educação. O objetivo é o de dar condições para que o usuário tome suas próprias decisões quanto à seleção, fomentando o seu empoderamento. A desintermediação deve ser, então, um objetivo dos serviços de informação. Sendo assim, por sua própria característica, a de-

sintermediação total nunca é possível, pois, por ser uma forma de mediação, empodera o usuário, levando-o a demandar novas ações mediadoras. A mediação de que tratamos, no entanto, não se refere apenas à relação (presencial ou virtual) entre mediador e usuário, a que se refere Atkinson.

Tendo em conta a mediação documentária propriamente dita, Espaignet, Fofana e Laurenceau (2003) escreveram trabalho intitulado "Pertinência da intermediação documentária". As autoras (2003, p. 69) falam do fornecimento de informações adequadas como o estabelecimento de vínculos entre os documentos e os usuários, acrescentando que isso exige um trabalho sobre os conteúdos. Para elas, essas competências técnicas, que são um dos principais vetores da mediação, continuam a ser valorizadas. Nesse sentido, podemos dizer que, se um serviço de informação tem um propósito, uma intenção clara, objetivamente construída, ele fará sentido aos usuários, atuando de forma mediadora. As autoras se debruçaram sobre as diversas fases em que inovações tecnológicas ocorreram, demonstrando como a cada uma delas a mediação documentária foi posta como não necessária, contribuindo para algum nível de crise de identidade. Para elas (p. 7), observar esses aspectos a partir de uma perspectiva histórica relativamente longa permite afirmar que a ameaça da desintermediação é acima de tudo fantasiada, haja vista que, ela fornece a oportunidade de fortalecer o aspecto relacional da atividade de mediação documentária e promover seu uso competitivo.

A busca pela desintermediação humana (presencial ou virtual), a que se refere Atkinson, fomenta o uso empoderado da informação pelos sujeitos. Dito de outra maneira, o exercício da desintermediação humana promove a mediação documentária, pois esta se realiza a partir das pessoas que constroem, gerenciam e disseminam os dispositivos documentários, fomentando seu uso qualificado. Portanto, reiterando Espaignet, Fofana e Laurenceau, a ideia da prescindibilidade da mediação documentária não se ampara na realidade. A diferença de abordagem entre esses autores acerca da desintermediação contribui para a compreensão do problema, ao mesmo tempo em que nos alerta para a especificidade da mediação documentária.

Nos serviços de referência, exposições e atividades consideradas como ações culturais em bibliotecas e instituições congêneres, o termo mediação é usado como denominação que reúne as atividades em que o profissional se relaciona presencialmente com o público. No entanto, o termo é adotado nessas situações, mais que conceituado. Ou seja, o termo mediação é usado antes como uma etiqueta para reunir certas atividades, que como modo de significá-las. A ausência de efetiva significação do termo contribuiu para relegá-lo à ideia de ponte para acesso aos documentos por usuários ou de mera ação facilitadora desse acesso. O termo mediação foi proposto como modo de fornecer maior relevância às práticas profissionais bibliotecárias. No caso da literatura e da prática museológicas, por exemplo, muitas vezes privilegia-se a exposição como ação de mediação, em detrimento das demais ações que a antecedem e dela dependem, assim como das possibilidades de mediação que prescindem da experiência de uma exposição, caso do estudo da coleção por especialistas ou da visita à reserva técnica por públicos diversos.

Atrelar a mediação unicamente à situação em que o profissional e usuário dialogam (mesmo que por conexão remota) implica a negação da intencionalidade das atividades que precedem este diálogo e que o qualificam. Os problemas identificados referem-se a uma visão desarticulada das ações de mediação, pois são consideradas como tal apenas aquelas ações em que se dá a relação direta com o público, enquanto as demais ações são entendidas como operações mecânicas, realizadas por meio de orientações normativas predeterminadas e universalmente adotadas. O que constatamos é que a mediação, nestes casos, é considerada pela metade, do que decorre que não é considerada de fato.

Voltando a Kobashi e Tálamo (2003, p. 20), as autoras afirmam que as práticas de mediação no campo são entendidas muitas vezes de modo genérico, substituindo os problemas específicos de produção de informação que nele se realiza. Elas entendem que a informação, como bem simbólico, contempla seu valor social desde que seja elaborada para tanto. Caso essa atividade não seja realizada, "dissemina-se a idéia de que a pre-

sença do mediador neutralizará imperfeições do sistema de informação e de que este exerce apenas uma função patrimonialista" (Kobashi; Tálamo, 2003, p. 20).

Na ausência da produção de mensagens baseadas na identificação da linguagem do público-alvo e da linguagem dos documentos, a mediação fica dependente do conhecimento do sujeito mediador (sobre os documentos e o mundo que o cerca) que dialoga diretamente com o público. A questão é que a mediação documentária é realizada por meio de procedimentos especializados, sem os quais as possibilidades de comunicação são restritas ou dependentes de fatores arbitrários a essas ações. Essa situação não se caracteriza como mediação documentária – mediação entre a produção material trabalhada quanto a seus possíveis significados para um público –, pois as diversas ações de produção de significados que a constituem não são realizadas ou não são levadas em conta.

Não sem razão, Smit questiona o uso do termo mediação, associando-o a um dos mitos do campo, no sentido de relatos simbólicos, passados de geração a geração dentro de um grupo (Smit, 2009, p. 59). Segundo ela, a função do bibliotecário é frequentemente apresentada como sendo a do mediador entre o cidadão e a informação, que facilita o acesso desta a favor do progresso e do bem-estar da humanidade, visão que fornece aura romântica e salvacionista ao campo.

Outro ponto é o das diversas mediações em jogo. A mediação documentária tem relação, mas não se confunde, com a mediação tecnológica, a mediação cultural e a mediação da leitura. Não se trata de mediação cultural, embora os documentos e as informações a eles atribuídas, tendo um público em vista, sejam elementos da cultura. A mediação da leitura também não contempla as especificidades aqui tratadas, mas ela deve ser levada em conta para os fins de apropriação da informação. Também não se trata de mediação tecnológica, ainda que o registro e o processamento por meio de recursos tecnológicos (digitais ou não) sejam necessários para a busca por documentos e o modo como eles são realizados influenciam

a apropriação possível. Há, ainda, o termo mediação da informação que pode ser adotado quanto ao contexto informacional a partir do qual a mediação documentária é realizada, mas o contexto do campo não é o campo; outras vezes, o termo mediação da informação é usado no sentido de mediação documentária, ou incluindo esse sentido.

Explorar os modos de circulação e uso de informação entre certos grupos ou certas pessoas quanto a questões mediadoras sob vieses sociológicos, cognitivos, políticos, culturais, tecnológicos e outros, inclui a mediação documentária, mas não considera suas particularidades, o que impede qualquer tipo de aprofundamento. Na mediação documentária, medeia-se informação de documentos frente a públicos via sistemas, produtos e serviços, além de outras atividades de sensibilização, fomentando o uso qualificado das informações.

Frente à necessária identificação das mediações variadas que compõem a mediação documentária, falta reconhecer que elas não podem ser tratadas de modo produtivo à falta das referências do campo que está sendo estudado. O reconhecimento de que vários modos de mediação estruturam o campo da mediação documentária exige que o lugar e o peso de cada modo mediador sejam considerados em relação à mediação documentária, sob pena de se obscurecer a singularidade do campo e seu caráter intelectual e social. Apenas o uso discriminado de termos e conceitos contribui para a consolidação do campo ao estabelecer as características que lhe são próprias, permitindo evidenciá-lo. Fora dessas condições, não se pode falar propriamente em ações de mediação documentária.

No Brasil, os estudos de Almeida Junior sobre mediação são de interesse ao enfoque que damos ao tema. O autor faz referência a uma mediação implícita e a uma mediação explícita, no sentido do que tratamos aqui, em conjunto, como mediação documentária. A despeito de também considerar a mediação como objeto do campo, Almeida Junior usa o termo mediação da informação, como é mais usual na literatura brasileira. Ao tratar da mediação implícita, Almeida Junior (2009, p.

92-93) menciona a política de seleção, o processamento das informações e o armazenamento e afirma que elas são atividades realizadas tendo o usuário final como base de sustentação. A mediação explícita seria aquela em que as atividades supõem uma relação com o usuário, seja presencialmente ou virtualmente. Podemos dizer que a mediação implícita e a mediação explícita são dois aspectos da mediação que se manifestam na forma de etapas ou estágios, a implícita sempre anterior à explícita. No entanto, é recorrente que os estudos sobre uma e outra etapa de mediação sejam realizados por grupos diferentes, cujo diálogo não está posto. Esses estudos apresentam distinções bastante significativas, de interlocução difícil, o que indica necessidade de problematização.

De fato, é comum estudos de organização da informação e estudos de usuários não contemplarem as perspectivas um do outro.

Dada a fragilidade dessa compartimentação, vários problemas têm surgido. Esse é o caso da fala que atribui à organização da informação algo qualificado como específico do campo. Decorre dessa fala a alocação de conteúdos considerados como sendo do campo (caso daqueles de organização da informação) e conteúdos entendidos como sendo de fora do campo (como os de gestão e de tecnologia, por exemplo, assim como os estudos de usuários, e outros derivados como competência e comportamento informacional). No entanto, se estamos falando de um campo de conhecimento, todo ele é específico, no sentido de que ele apresenta problemas e abordagens específicas, que se distinguem claramente de problemas e abordagens de outros campos.

Talvez fortalecidos por esse raciocínio, muitos estudos sobre usuários são desenvolvidos independentemente do caráter mediador dos processos de organização da informação, portanto, sem considerar que estes processos são realizados em prol do vínculo com um público. É preciso reconhecer que, nestes casos, o objetivo é outro que não o das ações de mediação documentária que tratamos aqui. Frente à prevalência de estudos sobre usos e usuários de informação voltados para outros interesses que não o

das ações que buscam estabelecer relações mediadoras entre pessoas e massa documental, quais podem ser as decorrências científicas e sociais para nosso campo? A pergunta se refere à necessidade de estudos pertinentes sobre usos e usuários, sem os quais o campo não produzirá condições para seu desenvolvimento.

O conceito de usuário, ou de público, é imprescindível a uma epistemologia do campo das ações de mediação. Esse conceito se constitui em relação ao de organização da informação. Por sua vez, a organização da informação como subcampo não se constitui se estiver desprovida dos parâmetros pragmáticos segundo os quais seus processos são constituídos.

O que estamos observando é uma compreensão sobre aspectos indissociáveis da mediação como se fossem elementos distintos e apartados um do outro. Trata-se de discurso grandemente disseminado, cristalizado pela afirmação sobre a relação de oposição entre aspectos técnicos e tecnológicos, por um lado, e aspectos humanistas e sociais, por outro. Esse discurso pode ser explicado na forma de duas correntes: a corrente empírico-normativa da organização da informação e a corrente social adotada em estudos de usuários, de fluxos de informação e de temas correlatos. A primeira corrente, temporalmente mais antiga, desenvolveu-se pautada pelo entendimento de que os processos seriam neutros e objetivos; depois, passou-se a valorizar a subjetividade inerente à realização dos processos pelos profissionais. De um modo ou de outro, essa primeira corrente é marcada por abordagem mecanicista dos processos de organização da informação. A segunda corrente, por sua vez, tende a contrapor aspectos técnicos e aspectos sociais, fornecendo pouca ou nenhuma ênfase ao caráter mediador da organização da informação, portanto, abordando usuários em perspectiva alheia aos processos que a constituem. Essa segunda corrente tende a naturalizar a organização da informação como atividade tecnicista, na forma de ideias preconcebidas que obstacularizam a consideração de qualquer outra abordagem sobre seus processos e finalidades. Os estudos sobre aspectos sociais e culturais realizados nesta corrente de maneira descontextualizada, no que tange ao campo que nos ocupa, são parte do problema.

Anteriormente, mencionamos artigo de Davallon (2007) em que ele apresenta duas definições usuais de comunicação: de um lado, comunicação como transmissão da informação e, de outro, comunicação como interação social. Ele questiona essas definições afirmando que elas apartam a comunicação em sentido técnico e em sentido social, na medida em que a comunicação realiza o acionamento de um terceiro elemento que torna possível a troca social. Davallon não ressalta a dimensão técnica ou a social, mas a dimensão simbólica da mediação. Trata-se de transformação que ocorre pela passagem de um lugar para outro. O processo mediador exige, ao mesmo tempo, a presença de duas coisas e a relação entre estas duas coisas. De fato, os elementos com que joga a mediação não podem ser colocados lado a lado nem vistos isoladamente.

O processo de mediação é dependente do objetivo que se persegue. Sendo assim, perguntamos como procedimentos supostamente não interpretativos – os chamados técnicos – possibilitariam alcançar algum tipo de troca social. A impossibilidade de uma resposta fornece caminhos para a compreensão do cenário atual. Podemos dizer que esse cenário é decorrente da reiteração – por décadas – do discurso opositivo entre a corrente empírico-normativa e a corrente social. As duas correntes contestam uma à outra, alimentando esse discurso que é dependente dessas duas posições. Dada essa característica discursiva, é impossível reverter o quadro. Por esse motivo, o discurso opositivo tem reforçado a corrente empírico-normativa, não só com a manutenção da abordagem mecanicista que lhe é atribuída, mas com seu acirramento, além de conduzir ao esvaziamento de ambas as correntes.

A manutenção desse discurso opositivo conduziu com o tempo a outro discurso, no qual se afirma a necessidade de diálogo, aproximação ou equilíbrio entre ideias diferentes desenvolvidas no campo na forma de duas correntes. No entanto, como a base desse discurso é a ideia de uma oposição, ela foi sendo cristalizada e ampliada na forma de fragmentos diversos. Os fragmentos produzidos operam como desvios que, a despeito de serem comuns no percurso de desenvolvimento de um campo, não servem a ele a não ser como aprendizado. O verbo fragmentar remete a eliminar a unidade

e fragmentos são definidos como partes de algo que se quebrou ou se perdeu (Aulete, [2014]). No entanto, um campo de conhecimento não se constitui por partes isoladas. Dessa maneira, esse novo discurso com intenção de equalizar as diferenças também não se mostra consistente, haja vista que não é possível juntar o que foi concebido em separado, ou seja, não se pode articular o que é distinto. O problema está na concepção do discurso. Os fragmentos a que nos referimos podem ser qualificados como construções artificiais, cujo respaldo teórico e empírico é insuficiente. Deve-se levar em conta o que o campo construiu, e não onde ele se perdeu, tentando juntar os cacos. Ao invés de buscar ajustar o discurso em voga, como vem sendo proposto, faz-se necessário questioná-lo em suas incoerências, investindo na busca por explicações palatáveis, em especial aquelas já realizadas no âmbito do campo.

O discurso pautado pela ideia fragmentada posta entre aspectos culturais, sociais e políticos, de um lado, e processos e instrumentos normativos e tecnológicos, de outro, reinaugura – de tempos em tempos – a falsa oposição entre abordagem humanista/social e abordagem técnica/tecnológica que marca o campo.

É a isso que estamos chamando de pensamento fragmentado e opositivo.

Como o pensamento fragmentado e opositivo é bastante disseminado, ele tem marcado o campo, manifestando-se em sua constituição disciplinar. A questão remete à concepção do modelo anglo-americano de que tratamos, mais especificamente o modelo estadunidense desenvolvido em torno do termo *Information Science*. A pesquisa comentada a seguir nos permite refletir a respeito desta vertente de estudos.

Burgess (2013) trata da Biblioteconomia (ou *Librarianship*, como intitula seu trabalho), nos Estados Unidos. O autor discorre sobre o que entende ser uma crise de autonomia profissional, a qual seria decorrente de a profissão possuir duas identidades que operam concomitantemente dentro da mesma disciplina. Afirma que uma identidade está associada

à Biblioteconomia e outra à Ciência da Informação, e essas duas identidades formam a disciplina acadêmica conhecida como Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science*, no original, como já dissemos). A identidade da Biblioteconomia seria fundamentada por sua associação com a biblioteca, em especial voltada à administração do conhecimento como um bem público, e a identidade da Ciência da Informação seria pautada pela pesquisa sobre aspectos teóricos e aplicados da informação. Ressalta que o problema se refere a uma divisão de identidade, não de abordagem.

Burgess discorre sobre a questão, afirmando que a Biblioteconomia não pode ter duas identidades divergentes sem que isso afete sua coerência. No âmbito dos cursos de formação, comenta a ênfase sobre a palavra informação e sobre as tecnologias, em detrimento da função profissional voltada à prestação de serviços. Fala que as mudanças nos currículos permitiram fornecer apenas uma aparente relevância profissional e disciplinar. Por esse motivo, o autor entende que essas identidades concorrentes influem sobre os valores que devem definir a profissão, tornando difícil os caminhos dos candidatos a ela. Lembra que a disseminação da ideia de que a Biblioteconomia seria uma profissão em extinção contribuiu para relevar a proposta da Ciência da Informação. Reconhece que as chamadas novas tecnologias de informação e comunicação não podem ser tomadas como responsáveis pela crise profissional; ao contrário, elas são sinais de uma profissão bibliotecária saudável. Burgess (2013) apresenta uma instigante fala de Blaise Cronin, de 1995: para ele, existem dois campos, os quais são seguidores da palavra I ou da palavra L, por sua ênfase sobre informação ou sobre bibliotecas (*libraries*, no original em inglês), especulando que um divórcio entre eles seria proveitoso para ambos.

Com base nas ideias de outros autores, Burgess infere, de modo lúcido segundo nosso entendimento, que essa situação tende a levar à incorporação de uma parte pela outra ou à divisão em duas disciplinas. Interessante também o reconhecimento do autor sobre o sistema ético que compõe o conhecimento relativo à função social da profissão como po-

tencialmente norteador da busca por caminhos para lidar com a situação posta. O autor afirma ainda que a vitalidade da sociedade depende deste tipo de investimento.

A relevância da percepção de Burgess está na análise crítica que realiza sobre sua própria realidade, reconhecendo a dicotomia em que a profissão bibliotecária está colocada e o fato de que ela ocorre também em outros países.

Considerando o que tratamos até aqui, podemos afirmar que a epistemologia do campo é fortemente calcada por dicotomias, no entanto, elas existem na ausência de um movimento dialético que permita fomentar algum tipo de avanço. É nessa direção que Burgess reitera o discurso relativo à necessidade de ajuste de aspectos diferentes desenvolvidos campo. Esse discurso pode ser identificado no enunciado do objetivo de seu trabalho acadêmico, o qual se refere à busca pela conciliação das ideias concorrentes da identidade da Biblioteconomia e da identidade da Ciência da Informação, pois isso possibilitaria fortalecer a autonomia profissional. Afinal, para ele, se a Biblioteconomia evidencia a função social da profissão, a Ciência da Informação seria responsável pelas teorias da Biblioteconomia, não sendo desejável descartar nenhumas dessas supostas contribuições.

Assim, se Burgess reconhece a divisão de identidades da profissão, ele o faz tendo por base o pensamento fragmentado e opositivo de que tratamos. Parte disso pode ser explicado pelo fato de o autor atribuir a divisão como sendo da ordem apenas das identidades, sem levar em conta o conhecimento (ou o não-conhecimento) em que elas se sustentam. Por sua vez, o autor reconhece a historicidade dessa divisão, afirmando que suas raízes remontam ao final da década de 1930 com o movimento da Documentação, as quais foram continuadas na década de 1960 com a proposição da Ciência da Informação. Essa indicação nos permite trilhar o caminho da construção histórica dos conceitos que sustentam o campo. Nesse caminho, torna-se necessário identificar a relação – fundante do campo – entre Biblioteconomia e Bibliografia, partir da qual é proposta

a Documentação. A concepção historicizada do campo caracteriza-se por coerência que somente aproximações conceituais contínuas permitem alcançar. Considerando essa base conceitual, fica evidente o anacronismo da concepção do campo tomado unicamente pela relação estadunidense entre Biblioteconomia e Ciência da Informação. Segundo essa concepção (bi) disciplinar, a Biblioteconomia é desprovida do conhecimento que permite ultrapassar sua faceta profissional mais visível, muitas vezes reduzida à atuação em alguns tipos de bibliotecas, como apresentado por Burgess.

Essas lacunas histórico-conceituais também são presentes no Brasil, onde pensamento fragmentado e opositivo constituiu-se à sua maneira. Por esse motivo, os leitores brasileiros desse livro devem ter identificado similaridades entre as ideias de Burgess que apresentamos e o ensino e a pesquisa no Brasil, também muitas vezes chamado de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A herança ideológica é tão evidente quanto a urgência por seu questionamento sistemático.

Uma diferença parece ser a de que a distinção de identidades não é tão clara no Brasil como colocado por Burgess sobre os Estados Unidos. Uma possível explicação para essa diferença é a de que o ensino e a pesquisa no Brasil se mostram imiscuídos de uma diversidade de conteúdos e de falas que oscilam entre reforçar e desconsiderar essa distinção de identidades, sem refletir sobre os possíveis significados dessa miríade de posições. Uma característica da pesquisa no Brasil que contribui para entender essa diferença com a realidade dos Estados Unidos é o maior número de pesquisas que se propõem a tratar de informação, fazendo uso de referenciais de diversos campos de conhecimento, como Filosofia, Sociologia, Psicologia, História, Educação, Comunicação, Administração, Ciência da Computação. Muitas dessas pesquisas não desenvolvem conhecimento específico, pois se pautam pelas teorias e questões dos campos sobre os quais se debruçam, eventualmente, buscando estabelecer algum paralelo com o que usualmente se chama de Biblioteconomia. Como decorrência desse pensamento, cada subcampo foi sendo trabalhado de forma autônoma, levando a que cada vez mais seus objetos se distanciassem entre si. Alguns

desses subcampos ou, talvez, 'novos campos', podem ser assim nomeados: Organização do Conhecimento, Gestão do Conhecimento, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Comunicação Científica, Informação e Sociedade.

Autoras brasileiras do Grupo Temma[1] problematizaram esse cenário epistemológico do campo. Além dos estudos sobre organização da informação que foram centrais nas atividades do Grupo, alguns de seus membros pesquisaram e publicaram sobre epistemologia e história do campo. A análise presente nesses estudos destaca-se frente aos anacronismos e inconsistências conceituais hoje recorrentes na literatura. As publicações foram realizadas desde meados da década de 1990, como as que seguem: Cintra (1996), Kobashi, Smit e Tálamo (2001), Smit (2002), Kobashi e Tálamo (2003), Smit, Tálamo e Kobashi (2004), Kobashi (2007), Smit e Tálamo (2007), Tálamo e Smit, (2007a), Tálamo e Smit (2007b), Smit (2009), Lara (2010), Smit (2012) e Lara (2018).

Dentre essas publicações do Grupo Temma, apresentamos mais uma vez a fala de Kobashi e Tálamo:

> A informação – sua natureza, propriedades, produção, circulação e consumo, seja ela massiva ou direcionada para grupos específicos – vem se transformando em objeto de estudo de diversas disciplinas. As Ciências da Comunicação e a Teoria da Informação, por exemplo, constituíram-se, em torno delas. É necessário, portanto, explorar os conceitos antes de discutir o estatuto de uma Ciência, a da Informação, que reivindica, tal como as duas anteriores, a informação e o seu fluxo, portanto sua comunicação, como seus objetos legítimos (Kobashi; Tálamo, 2003).

Podemos afirmar que, no Brasil, os termos mediação da informação, documento/informação e público/usuário tomados no âmbito da

[1] O Grupo Temma, da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP), desenvolveu pesquisas sobre organização da informação, explorando aportes teóricos e metodológicos aos processos e instrumentos documentários. A denominação Análise Documentária caracterizou a linha de pesquisa desenvolvida pelo Grupo por muito tempo. O Grupo foi formado em 1986, segundo o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, do CNPq, de 2010, e extinto em 2016, segundo fonte adotada por Mendes (2021, p. 3).

circulação e do uso, são muitas vezes tributários da abordagem que se desenvolveu em torno da denominação *Information Science*, proposta nos Estados Unidos. Os termos documento/informação e público/usuário se constituem uns em relação aos outros, ou seja, em relação de dependência e solidariedade, não sendo produtivo abordá-los de maneira isolada. No entanto, esses termos têm sido abordados sob enfoques diversos, de modo equivalente ao termo mediação da informação, como mencionamos anteriormente.

Cabe perguntar se estamos trabalhando na perspectiva de estudos informacionais em geral – nos quais se inscreveria a mediação da informação –, ou em uma perspectiva estrita, a dos modos e meios de fomentar e subsidiar públicos para a apropriação da informação, e suas motivações e implicações –, a mediação documentária. A convivência das duas perspectivas deve ser posta em xeque, ou seja, colocada em dúvida, já que a manutenção desse modelo demanda muita energia e apresenta resultados acadêmicos e sociais insuficientes e até perniciosos. Um dos motivos para esse questionamento é o das implicações sobre estudos informacionais diversos à falta de problemas de pesquisa que os congreguem e permitam seus avanços. A institucionalização desses estudos diversos contou com a fala de que eles seriam necessários para que se pudesse fornecer cientificidade e relevância ao que se entendia por Biblioteconomia.

Como se pode observar, estamos reiterando a existência problemática de visões que se pautam por um grupo de aspectos ou por outro, na forma de olhares parciais que, a despeito disso, tomam o campo em sua totalidade.

A presença de temas e abordagens variados diminui as possibilidades de aprofundamento e adensamento de cada um deles, pois relações são dificilmente estabelecidas. Neste cenário, é comum que alguns temas sejam apagados em prol de outros durante tanto tempo que alguns apagamentos se tornam praticamente definitivos em certos contextos. Ao mesmo tempo, a maior parte dos temas se mantém em algum nível de superficialidade, se considerarmos a verticalização que deveria caracterizar a pesquisa. Uma agenda

de pesquisa depende de foco e estabelecimento de relações. Ela se constrói a partir da elaboração de problemas comuns de pesquisa, que se explicitam por dissensos e consensos continuamente retomados e reformulados.

Esse tipo de situação afeta a compreensão da historicidade das ideias do campo que permite dizer que ele existe como tal, fornecendo parâmetros para seguir por um caminho ou outro. Dito de outra maneira, o acúmulo de conhecimento produzido pela extensa temporalidade do campo exige ser explorado, para que possa ser contestado ou continuado, ou ambos. Não podemos seguir adiante sem explorar o que ficou para trás. Não há futuro sem passado, e ele deve ser construído no presente a partir de referenciais consistentes em processo que demanda tempo e dedicação contínua. Se a historicidade do campo de que tratamos não é de interesse, deve-se assumir explicitamente a intenção de se trabalhar em outro campo e realizar os investimentos políticos e acadêmicos necessários.

Pelo exposto, podemos afirmar que o campo denominado no Brasil como Biblioteconomia e Ciência da Informação, ou apenas Ciência da Informação (principalmente quando se fala em pesquisa), apresenta problemas de ordem estrutural. Questões de ordem estrutural não se resolvem com a alteração de um ponto ou outro. Afinal, o que temos são muitos pontos distorcidos, compondo uma estrutura comprometida.

Essa constatação, se consensuada e enfrentada, poderá conduzir mais à frente a mudanças significativas no plano intelectual e social. Neste novo cenário, a atividade profissional, docente e de pesquisa deverá ser mais frutífera, o que tende a torná-la tanto mais satisfatória quanto reconhecida.

1.2 Categorias fundamentais do campo das ações de mediação documentária: entre públicos e documentos

A mediação significa algo construído entre uma coisa e outra coisa – neste caso, pessoas e objetos – não podendo faltar um dos dois para que o conceito se realize.

Embora várias abordagens sejam pertinentes ao conceito de mediação, trata-se aqui de considerar os procedimentos adotados sobre objetos materiais como orientadores do acesso à informação e seu uso qualificado por públicos determinados.

Os termos documento/informação e público/usuário remetem a objetos empíricos a partir dos quais são realizadas as ações de mediação documentária. Como objeto teórico do campo, a mediação documentária deve viabilizar o seu objetivo. Esse objetivo configura-se como função social, haja vista as características teleológicas do campo que levaram a que ele fosse identificado como uma ciência social aplicada.

O campo das ações de mediação documentária é constituído por um conjunto de elementos e suas relações, por este motivo qualificados como categorias fundamentais deste campo. A concepção mediadora do campo explica-se pela articulação desses elementos, decorrendo na construção de algo novo, distinto dos elementos iniciais que foram postos em relação. As ações de mediação documentária têm como resultado o documento e os serviços que o potencializam como mensagem, fomentando a apropriação da informação pelas pessoas destinatárias dessas mensagens.

Para a operacionalização conceitual das ações de mediação documentária, deve-se especificar os elementos que as constituem e evidenciar as articulações a partir das quais esses elementos se estabelecem. Dito de outra maneira, é preciso que os elementos constituintes e as relações que os definem sejam reconhecidos, explicitados e aprofundados.

Inicialmente, consideramos as **necessidades de informação** como fenômeno propulsor do campo das ações de mediação documentária. Mas, não estamos tratando de desejos ou demandas de informação quando falamos em necessidade de informação, a qual é prévia àqueles. Tratamos aqui de necessidades de informação como uma característica intrínseca do ser humano, que surge em torno de toda e qualquer atividade que ele desenvolva ou venha a desenvolver.

Rendón Rojas (2005, p. 107, 110-111) trata da definição de necessidade apresentada por Aristóteles, a qual estaria na base de outras definições propostas para o termo. Segundo Aristóteles, 'necessário' é aquilo sem o qual não podemos viver, ou, o que não pode ser de outra maneira. Rendón Rojas observa que esta definição é construída por meio da negação e da possibilidade. Buscando especificar a definição de necessidade, o autor discorre sobre o conceito de essência como a propriedade ou conjunto de propriedades de um objeto. Essas propriedades só podem ser identificadas considerando o objeto como elemento de uma classe, pois todos os objetos de uma mesma classe possuem propriedades comuns. Assim, a existência da essência do objeto é a própria existência do objeto. O autor continua o raciocínio, afirmando que uma das características essenciais do homem é a de que, como ser vivo, ele realiza intercâmbio ativo com seu meio ambiente, de onde surgem necessidades, como as fisiológicas. Do mesmo modo, as necessidades de informação são estados que surgem determinados por uma ou várias propriedades essenciais do ser que as possui. Segundo Rendón Rojas (2005, p. 60), o ser humano, por sua estrutura ontológica, exige ou pode exigir satisfazer certas necessidades que emanam de seu ser. Assim, para ele, as necessidades informacionais humanas não são inventadas ou criadas artificialmente. O autor (2005, p. 112-114) entende que o homem, como espécie e como indivíduo, busca orientar-se no mundo que o rodeia, não buscando adaptar-se, mas agindo para transformar e manipular o meio, o que o leva a vivenciar necessidades de informação. Como transformador da natureza e como ser racional, o homem satisfaz suas necessidades de informação para cumprir determinados objetivos, os quais são alcançados de maneira consciente e planejada. Desse modo, o homem busca informação para poder realizar a investigação científica, a atividade estética ou recreativa, ou tomar uma decisão da esfera política, administrativa ou da vida cotidiana.

Considerando que o campo tem nas necessidades de informação dos sujeitos seu fenômeno propulsor, está em questão abordagem específica sobre os sujeitos, os quais são identificados em função de certas atividades

que desenvolvem. Por sua vez, há objetos diversos no mundo, funcionando como documentos (ou seja, informacionalmente) ou não. Podemos dizer que o campo passa a manifestar-se apenas quando sujeitos, observados em suas necessidades de informação, são abordados como públicos, os quais são postos em relação com objetos presentes no mundo, que passam – por esse motivo – a ser considerados documentos. O campo se desenvolve como tal a partir das necessidades de informação de sujeitos, quando profissionais buscam sensibilizá-los como possíveis públicos usuários de certos documentos. Trata-se de aguçar ou potencializar nas pessoas percepções sobre os objetos do mundo.

Desse modo, partimos do reconhecimento das necessidades de informação dos sujeitos, as quais são identificadas em contextos específicos, e são ativadas ou não por massa documental posta em evidência. Dito de outro modo, o campo parte do reconhecimento das necessidades por informação do sujeito, construindo coleções a seu favor. Outras vezes, coleções de documentos estão constituídas, mas suas possibilidades de uso não estão suficientemente estabelecidas, ou essas possibilidades deixaram de existir com o tempo, dependendo, portanto, que sejam ativadas para um público. A ideia apresentada aqui relaciona-se, de certo modo, com duas das cinco leis de Biblioteconomia de Ranganathan: todo leitor tem seu livro e todo livro tem seu leitor.

Isto posto, discorremos nos parágrafos a seguir sobre os elementos constituintes do campo das ações de mediação documentária – e suas relações –, os quais consideramos como suas categorias fundamentais. As categorias fundamentais da mediação documentária que exploramos a seguir, em referência àquelas propostas por Rendón Rojas (2005), são: públicos/usuários, documentos/informações, atividades documentárias, sistemas de informação e profissionais.

A massa documental é trabalhada na perspectiva de um público, constituindo coleções e suas referências, por meio de procedimentos específicos chamados atividades documentárias. Essas atividades têm como

produto sistemas de informação e serviços diversos que potencializam seu uso. As atividades documentárias são desenvolvidas por profissionais especialmente formados para isso, entre outros que atuam subsidiariamente.

Assim, o termo **público** ou público-alvo é primordial à compreensão do campo.

Uma pessoa, ou um grupo de pessoas (na forma de uma instituição jurídica ou não), é identificada como público por estar envolvida em alguma atividade, dentre todas aquelas que os seres humanos realizam, como as de cunho profissional, educacional, estético, político, religioso, de entretenimento, entre outras. O conceito de público é construído no sentido de grupo social identificado frente a uma atividade comum, para a qual o uso de informações permite ou qualifica sua realização. Essa atividade comum permite caracterizar público como comunidade discursiva, haja vista que há significações compartilhadas, portanto, linguagem compartilhada. No âmbito dos estudos sobre audiência televisiva, Orozco Gómez (2001, p. 91) fala em comunidade interpretativa, referindo-se ao grupo de sujeitos sociais unidos por um conjunto particular de práticas sociais e por um âmbito de significação, do qual emerge uma significação especial para sua atuação social.

Dicionários de língua corroboram o significado de público como conjunto dos destinatários de uma produção artística, mensagem publicitária etc. (Aulete, [2014]). No campo que nos ocupa, público é termo adotado no sentido de pessoa ou grupo de pessoas que é destinatário das ações de mediação documentária. O termo remete ao destino das atividades documentárias, por funcionar como parâmetro que direciona a concepção e elaboração destas atividades.

Usuário compõe terminologia mais amplamente adotada no campo, em função das vertentes predominantes, como é o caso da anglo-americana de que tratamos. Usuário remete à ideia de pessoa que usa os serviços de informação. A despeito deste uso mais restrito do termo, o usuário de informação assim se constitui quando sujeitos são abordados em um

certo contexto institucional de uso de informação (ou de uso potencial da informação), a partir de ações profissionais (ou da intenção de realizá-las), portanto, ações sistemáticas e objetivas.

O termo instituição apresenta pontos de aproximação com usuário/público. A instituição, no sentido de instituição social, não necessariamente no sentido jurídico, refere-se ao contexto social em que ocorre a atividade realizada pelo grupo de pessoas (ou pessoa), a partir da qual se constrói a ideia de usuário/público. Não parece possível definir instituição e usuário/público à falta um do outro. Podemos falar, de outro modo, em espaços (simbólicos) circunscritos institucionalmente.

Como podemos ver, os termos usuário e público enfatizam aspectos diferentes, respectivamente, uso e destino. Como unidades da terminologia especializada do campo, seus usos ainda são muito variados e a discussão conceitual é pequena. É necessário, no entanto, realizar continuamente as aproximações conceituais que possibilitem a consolidação do campo, por meio da comunicação mais precisa possível sobre seus objetos.

A depender dos aspectos enfatizados em cada tempo e lugar, vários termos foram propostos e adotados para o conceito em questão, muitos ainda atuais, embora apresentando variações de uso, como dissemos. Dentre estes termos, temos: consulente, leitor, cliente, consumidor, comunidade, visitante, sujeito informacional, além de público e usuário. Comentamos brevemente cada um deles, a seguir.

Consulente é termo que caiu em desuso por entender-se que o sujeito não pode ser considerado como alguém que apenas consulta documentos. Leitor é termo também antigo, muitas vezes adotado no sentido da relação entre sujeito e livro ou outros documentos, sendo hoje bastante considerado para tratar do papel de certas bibliotecas, como a biblioteca escolar e a biblioteca pública, na formação do leitor e no fomento à leitura. Cliente é termo adotado para contemplar o sujeito que é foco dos serviços de informação quando está em contexto o mundo corporativo, enfatizando-se seu caráter capitalista; muitas vezes, a ideia é a de considerar o sujeito

pagante dos serviços, devendo ser valorizado por esse motivo. Por sua vez, Otlet usou o termo cliente no Tratado de Documentação, publicado em 1934. Talvez de modo próximo a Otlet, Cohen (1995), em sua dissertação, escolheu o termo consumidor para designar o sujeito que faz uso de certos produtos e serviços, para o que se desenvolve o caráter linguístico-comunicacional dos processos documentários e o conceito de serviço. Comunidade foi termo recorrente nos anos 1980, em especial, para indicar os sujeitos localizados geograficamente no entorno de uma biblioteca pública; o termo vem sendo retomado, ressaltando-se a proatividade tanto dos profissionais bibliotecários como dos sujeitos que compõem as comunidades, as quais são definidas como grupos de pessoas reunidas a partir de uma variável comum, como o local onde moram, a escola em que estudam, a organização em que trabalham (Lankes, 2016, p. 115). Visitante, em geral, remete aos sujeitos que frequentam exposições de museus ou arquivos, podendo também incluir os visitantes de exposições realizadas em bibliotecas; o termo é menos usado neste último caso. A menção ao sujeito informacional indica que todo e qualquer sujeito é informacional, tanto quanto é histórico, social etc., ou seja, ser informacional é uma característica humana, como dissemos anteriormente, mas essa característica estaria em destaque quanto se usa o termo. Sob nosso ponto de vista, a característica humana informacional é ponto de partida para a concepção do campo das ações de mediação documentária, quer dizer, não se refere a um conceito central. No âmbito do campo propriamente dito, remetem à sua especificidade termos como público, comunidade e usuário.

Paul Otlet, no Tratado de Documentação, ao tratar das instituições que trabalham com os documentos, como os serviços de bibliografia e documentação, as bibliotecas, os arquivos e os museus, já falava da diversidade terminológica como dependente, em grande medida, das especificidades institucionais. É nesse sentido que o autor menciona: *les utilisateurs, le public lecteur, visiteur, client* (Otlet, 1934 – 26 *Organismes de la documentation. Ensembles constitués. Collections et travaux*, 3º). No nosso caso,

tratamos da diversidade terminológica, mas apenas dos termos relativos aos sistemas e serviços produzidos em abordagem bibliográfica.

Vale ressaltar que, em todo o Tratado, Otlet refere-se repetidamente à destinação das atividades documentárias e usa o termo público nesse contexto. Após a publicação do Tratado, o termo público continuou a ser usado na literatura do campo no sentido de destino das atividades documentárias.

Os **documentos** e as **informações** neles identificadas, por sua centralidade, serão tratados no subcapítulo seguinte.

As **atividades documentárias** ocorrem em espaços institucionalizados e dependem da concepção de projetos, ou seja, projetos de informação circunscritos institucionalmente, os quais variam em termos do nível de formalização considerado necessário. Para Smit (2000, p. 34), a institucionalização da informação é o fruto dos processos de estocagem e registro de informações, uma vez que estes decorrem de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Para ela, a informação é organizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída no contexto dos objetivos institucionais.

Sendo o documento um objeto material abordado informacionalmente, as atividades documentárias exigem a gestão dos documentos em dois níveis: material (aquisição, empréstimo e conservação para acesso) e do conteúdo (seleção e representação para navegação e busca).

As atividades documentárias, considerando sua ordem lógica e o fato de que uma se faz em relação à outra, podem ser elencadas como segue: caracterização do público, seleção de documentos, produção de bases de dados, produção de arranjos, conservação, serviços de difusão, atividades de formação de usuários, entre outras. A produção de mensagens sobre objetos orientada a certos públicos tem como prioridade o caráter cognitivo, mas há mensagens de caráter sensorial, como aquelas propostas em uma exposição, que mobilizam também aspectos como os de ordem estética e emocional.

Fundamentalmente, atividades documentárias são operações informacionais de seleção e de representação de objetos, realizadas a partir das características destes objetos e de seus usos previstos. Para que sejam funcionais, estas atividades são realizadas sistemicamente.

A atividade de seleção tem como produto um conjunto de documentos que se relacionam entre si, configurando-se como algo coerente e com personalidade própria que, por isso, pode vir a fazer sentido para determinados segmentos de usuários. Esse produto é a coleção. Para potencializar, ou mesmo possibilitar, o uso qualificado dos documentos das coleções, são produzidas mensagens sobre eles, na forma de referências sobre os documentos.

Coleção e referências constituem **sistemas de informação** e permitem observar e distinguir as diversas manifestações destes sistemas. Podemos falar mais especificamente em sistemas de informação documentária, ou sistemas documentários, já que se referem a ações sobre documentos, no sentido de objetos a partir dos quais são produzidas informações.

Como tratamos anteriormente em Ortega (2011b), os sistemas de informação são compostos por unidades potencialmente informativas que são selecionadas e organizadas, de tal modo que a seleção realizada e a relação estabelecida entre estas unidades deflagram a hipótese de organização adotada para o sistema. Um sistema de informação depende de um projeto de trabalho segundo um objetivo delineado. Ele tem um propósito, concretizado por atividades voltadas à construção e gestão, cujo produto pode ser percebido e compreendido por seus usuários. A abordagem institucional de que tratamos pauta a constituição de sistemas de informação.

O sistema de informação tem, fundamentalmente, caráter indicial ou referencial, a exemplo das primeiras bibliografias e catálogos de bibliotecas e dos arranjos de documentos em seus espaços. O aspecto indicial ou referencial dos sistemas de informação propicia e orienta o processo de busca e navegação, para o que a representação dos documentos deve ser suficiente e devidamente elaborada. As referências operam como um discurso

sobre os objetos. Há sistemas para navegar (os arranjos de documentos, eletrônicos ou não) e para buscar (as bases de dados, que também possuem arranjos), sempre visando a recuperação (no sentido de comunicação).

O termo sistema de informação reflete uma abstração importante no campo. Ele pode indicar uma unidade de informação, como uma biblioteca ou outra instituição congênere. Pode também indicar bases de dados, ou ainda, bases de dados e arranjos de documentos, ou apenas os arranjos dos documentos. Desse modo, unidades de informação (como bibliotecas), bases de dados (como catálogos de bibliotecas) e arranjos de documentos (como os acervos ordenados de uma biblioteca) são sistemas de informação.

As unidades de informação são as instâncias administrativas em que ocorrem as atividades documentárias – organização da informação e produção de serviços e produtos – que visam o uso qualificado da informação por um público (Macedo; Ortega, 2019). Os tipos de unidades de informação podem ser identificados pela nomenclatura que lhes é atribuída: bibliotecas, centros de documentação, centros de memória, entre outros. Como tratamos, as atividades documentárias possuem caráter intrinsecamente institucional, no sentido de instituição social, ou seja, não necessariamente no sentido jurídico. Significa dizer que essas atividades não precisam ocorrer em uma unidade de informação para que seu caráter institucional exista. Ou seja, por seu estatuto material e simbólico, as atividades documentárias podem prescindir de unidades de informação. Deste modo, práticas profissionais ocorrem em espaços muito diversificados, nem sempre compondo organogramas institucionais. A unidade de informação, no entanto, por sua estrutura e organização, pode permitir interações sociais e vivências de recursos informacionais mais facilmente que aquelas possibilitadas por meio de sistemas como bases de dados ou arranjos que não fazem parte de uma unidade de informação.

Assim, podemos dizer que uma unidade de informação é um sistema de informação, mas nem todo sistema de informação é uma unidade de in-

formação. Caminhando mais um pouco em direção às abstrações necessárias, devemos considerar que as atividades documentárias se desenvolvem sistemicamente, o que não significa dizer que elas se reduzem à produção de sistemas formais, como bases de dados e arranjos de documentos. Isso porque, os serviços e demais atividades documentárias são realizadas a partir de abordagem sistêmica sobre documentos, diretamente voltadas ao usuário. Sistematizando o apresentando: toda atividade documentária reflete um sistema em algum nível, desde os mais estruturados, como as unidades de informação, passando pelas bases de dados e arranjos de documentos, até os serviços.

Estamos à falta de elaborar a atividade do campo em situações em que não há unidades de informação, como as bibliotecas, assim como é necessário resgatar a complexidade que caracteriza as bibliotecas e avançar em sua análise e compreensão.

Além das atividades documentárias, é desejável a realização de ações de sensibilização para a formação de públicos que, a depender dos espaços, ocorrem na forma de atividades como saraus, feiras de livros, outros.

As atividades documentárias são viabilizadas concretamente por tecnologias e operacionalizadas de modo racional e econômico por estratégias de gestão. A apropriação de elementos conceituais e métodos destes dois âmbitos compõe historicamente o campo. A gestão da informação refere-se à identificação e obtenção de recursos informacionais, humanos, físicos, financeiros, tecnológicos e organizacionais necessários à realização das atividades documentárias, para o que se recorre ao diagnóstico e ao planejamento, buscando-se responder o que precisa ser feito, para que, quais recursos usar, como, quando. A gestão das atividades é amparada por políticas elaboradas para tal. As tecnologias, por sua vez, correspondem aos aparatos necessários à materialização das atividades documentárias que conduz aos seus produtos.

Quanto às pessoas responsáveis pelas atividades documentárias estritas e pelas atividades documentárias relativas à tecnologia e à gestão, há

os **profissionais** especializados, como bibliotecários, arquivistas e museólogos. No nosso caso, tratamos em especial do profissional bibliotecário por ser ele quem responde pelas atividades documentárias em abordagem bibliográfica, mas considerando também outras formações, como a de documentalista, e ainda outros profissionais que podem ser capacitados para realizar estas atividades. De qualquer modo, bibliotecários, arquivistas e museólogos são apoiados por auxiliares e gerentes, além de profissionais de outros campos, como os de tecnologia da informação, editores, especialistas dos campos de conhecimento em questão, entre outros. Portanto, as atividades documentárias estritas (identificação de públicos, seleção, representação, serviços...) e as atividades documentárias tecnológicas e gerenciais envolvem os conhecimentos técnico-científicos de bibliotecários, arquivistas e museólogos.

Meyriat (1981[2]) escreveu sobre as atividades documentárias, as quais configuram o que ele denomina sistema técnico-social. Para ele, o sistema técnico-social é um conjunto de elementos ligados entre si, de modo a serem interdependentes e orientados tendo em vista atender a um objetivo, que é o de obter informação. O autor afirma que estes elementos são de três tipos: os seres humanos, essencialmente a pessoa ou o grupo de pessoas que busca informação e seus intermediários; os objetos materiais, ou seja, os documentos e as máquinas empregadas para tratar os documentos; e o conhecimento técnico (*savoir-faire*, no original em francês) necessário a esse tratamento.

Podemos dizer que Meyriat realizou exercícios de abstração sobre o documento que são emblemáticos do campo das ações de mediação documentária.

[2] Artigo publicado em língua portuguesa (Meyriat, 2016).

1.3 Construção do conceito de documento: a Documentação em foco

O conceito de documento no âmbito da terminologia do campo que nos ocupa foi elaborado e discutido durante o século XX, em especial em solo francês. Essa conceituação caminhou para uma compreensão de documento como objeto material, que é ao mesmo tempo simbólico e de caráter pragmático. A construção do conceito de documento pode ser descrita e problematizada como segue, tomando por base reflexões que realizamos anteriormente (Ortega; Lara, 2008), (Ortega; Lara, 2010a) e (Ortega, 2015a).

A denominação do campo – Documentação –, proposta por Otlet, de modo relacionado à de seu objeto – documento –, envolve ideias, ações e produtos que configuram temas hoje estudados por sua atualidade e relevância. Otlet faz menção a um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (...) e a elementos constitutivos materiais, linguísticos, gráficos e intelectuais (Otlet, 1934 – 21 *Le livre en général* 211 *Notion et Définition du Livre et du Document* 1. *Définition générale*).

Otlet toma como referência a Bibliologia, disciplina que se desenvolveu tendo o livro como objeto material e teórico, até chegar à proposição da Documentologia. Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309) afirmam que a Documentologia trata da atribuição hermenêutica (ou interpretativa) no sentido de buscar meios e métodos que deem conta da mensagem do autor.

O documento se explica a partir de uma 'produção documentária auxiliar', segundo Robert Pagès (1948), ou simplesmente, 'produção documentária', como enuncia Suzanne Briet (1951).

Podemos dizer que o *Traité de Documentation*, de Paul Otlet (1934), e o livro *Qu'est-ce que la Documentation?*, de Suzanne Briet (1951), este, escrito em diálogo com o artigo *Transformation documentaire et milieu culturel (Essai de documentologie)*, de Robert Pagès (1948) (como explicamos

em 2.3 – O documento bibliográfico), contribuem para a compreensão de que os termos documento e Documentação já tinham em germe a noção de informação, como entendida contemporaneamente.

No contexto das origens de sociedade científica francesa formalizada na década de 1970 sob a denominação *Sciences de l'Information et de la Communication* (SIC), ou Ciências da Informação e da Comunicação, em língua portuguesa, constituiu-se linha de estudos de destaque sobre o tema do documento. Nesta linha, Escarpit (1991), em livro publicado inicialmente em 1976, e Meyriat (1981) acrescentam que o uso é que 'faz' o documento e introduzem as noções de comunicação e significação, adotando a palavra informação e derivadas.

Meyriat (1981, p. 51), trabalhando com os termos Documentação e Documentologia, propostos por Otlet, afirma que o documento pode ser definido como um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável. Para ele, a definição de documento opera por meio de duas noções inseparáveis uma da outra, pois sua conjunção é essencial: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação).

Meyriat sistematiza algumas ideias francesas sobre o documento, postas anteriormente de alguma forma por Pagès e Briet, acrescentando novos elementos que contribuíram para mantê-las presentes em eventos e publicações francesas contemporâneas, mas também brasileiras, embora pouco conhecidas na literatura anglo-americana. Para Meyriat, embora todo objeto possa tornar-se um documento, é importante distinguir os objetos que são concebidos para fornecer informação daqueles que não o são. Deste modo, todo documento tem uma dupla origem possível, como tratamos a seguir.

Os objetos concebidos para fornecer informação são chamados por Meyriat (1981, p. 60) de documentos por intenção (*document par intention*, no original em francês). Já os objetos que recebem essa atribuição posteriormente são chamados por ele de documentos por atribuição. Desse

modo, os termos 'documento por intenção' e 'documento por atribuição' são propostos por Meyriat como categorias para o estudo sobre o documento. O artigo de Meyriat, de 1981, que ficou mais conhecido e é tomado como referência, trabalha os conceitos e menciona a expressão documento por intenção. Já a expressão documento por atribuição é mencionada apenas em texto anterior, de 1978, produzido para o primeiro congresso da sociedade científica das *Sciences de l'Information et de la Communication*. Neste texto, Meyriat fala que limita sua análise aos objetos que são documentos, ao mesmo tempo, por intenção e por atribuição (Meyriat, 2001, p. 116, publicação original de 1978).

Em artigo escrito 25 anos depois do artigo sobre documento e Documentação, Meyriat buscou precisar a expressão documento por intenção. Para ele (2006, p. 12), o documento é produto da atividade humana que surge em lugar imaterial quando se reencontram os diversos sistemas sociais ou técnico-sociais de que é derivado. O documento por intenção, no entanto, é somente aquele especialmente produzido para veicular a informação, como é o caso de um livro ou artigo elaborado por um autor. Posteriormente, esse livro ou artigo é legitimado como documento pelo documentalista[3], pois ele o insere em processos de circulação, em um sistema específico de comunicação, por meio de atividades que se articulam às de outros grupos, como editores e livreiros. Meyriat (2006, p. 13) explica que o documento por intenção depende daquele que produz o objeto e daquele que emite a informação inscrita sobre esse objeto, e alerta para o risco de uma compreensão ambígua do termo decorrente destes dois sistemas de produção.

No mesmo artigo sobre o documento por intenção, Meyriat (2006, p. 26) elabora as seguintes ideias. Quanto ao autor do documento, Meyriat enfatiza a impossibilidade de ignorá-lo, pois ele tem uma intenção de comunicar que se traduz no objetivo atribuído ao documento e que precisa

[3] No Brasil, hoje, documentalista não é termo tão usado quanto ainda o é na França e em alguma medida em muitos países da América Latina de língua espanhola. Podemos assimilar a fala de Meyriat à atuação do bibliotecário, embora os documentalistas atuem principalmente em campos especializados técnico-científicos.

ser considerada, tendo em vista que o autor é um ser social que exerce muitos papeis na sociedade em que vive, que podem, cada qual, impor-lhe limitações diferentes. Quanto ao documento, Meyriat diz que ele não é um simples veículo da informação: de outro modo, a informação é consubstancial ao documento, ou seja, ambos possuem a mesma substância, motivo pelo qual há interação do documento com a informação. Segundo ele, o documento se inscreve em um sistema específico de comunicação que tem um objetivo próprio.

A despeito da contribuição inovadora de Meyriat, há uma questão sutil relativa à compreensão de cada uma das categorias documentais que ele propõe, em especial quanto à particularidade do documento por atribuição. Como vimos, Meyriat considera como sistemas de constituição do documento por intenção: sua produção material e as inscrições sobre ele que o legitimam como documento em circuitos específicos de comunicação. Em seguida, ele mesmo chama a atenção para o risco de ambiguidade.

Sendo assim, entendemos que seja necessário avançar na delimitação da linha tênue que separa o documento por intenção e o documento por atribuição. Independente das atividades dos documentalistas e de outros profissionais, o fato de um objeto ser produzido para funcionar como documento faz dele – definitivamente – um documento por intenção. Dito de outro modo, o documento por intenção apresenta característica permanente do objeto, já que se refere à sua produção. Podemos dizer ainda que a informação é mais evidente no documento por intenção, como no caso dos textos escritos em geral e, em especial, dos textos científicos. Para ser documento de fato, no entanto, é preciso que o objeto receba essa atribuição, seja esse objeto um documento por intenção ou não. A atribuição informacional feita ao objeto é característica necessária para a condição de ser documento. Segundo Meyriat (1981, p. 54), até que o objeto não receba uma questão, a informação permanece virtual e não há documento. O documento a que Meyriat se refere neste enunciado é o documento por atribuição. Desse modo, enquanto a categoria documento por intenção é inerente ao objeto, por suas características materiais e em função da inscri-

ção de signos linguísticos, a categoria documento por atribuição não está atrelada ao objeto, mas às interpretações feitas sobre ele.

Como podemos constatar, a categoria documento por atribuição é a que garante a condição de um objeto ser um documento, funcionando, portanto, como categoria documental de fato. Uma dificuldade pode se colocar quanto a uma possível equivalência que os termos intenção e atribuição podem suscitar. Buscando esclarecer o uso dos termos por Meyriat, dizemos que se trata da intenção informativa quando da produção do objeto e da atribuição informativa quando do uso do objeto, seja por um documentalista ou por um usuário final.

A literatura francesa e a espanhola da década de 1980 sobre documento coincidem em vários pontos. Os espanhóis Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 265, 411) exploram profundamente o Tratado de Documentação de Otlet, permitindo sua melhor compreensão nos dias de hoje. Assim como os franceses citados, esses autores afirmam que um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental. Para eles, o documento é um objeto manufaturado, no sentido de um suporte fabricado, e *mentefacturado* (no original em espanhol), por ser um conteúdo significativo gerado pela mente. Um cartão postal, como exemplificam, não seria um si um documento na mente ou intenção do autor, mas pode passar a sê-lo se for utilizado como documento. Afirmam mais à frente que ainda que o documento seja produzido (é uma manufatura), ele é uma *mente-factura*, pois pertence ao âmbito do que é operável internamente.

O estudo das obras de Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo e contemporâneos, tais como José López Yepes (1978, com segunda edição em 1995) e José María Desantes Guanter (1987), permitem afirmar que houve abordagem peculiar sobre Documentação na Espanha. Assim como na orientação francesa, na Documentação espanhola, enfatiza-se a influência da documentação na produção científica, na forma de atividades profissionais caracterizadas como uma ciência para a ciência (López Yepes, 1995).

Tomando como base Meyriat (1981), mas também seus contemporâneos franceses e espanhois, inferimos que o documento é: objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento) e objeto que pode funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que assim o seja (uso do documento). Além disso, a função de informação do documento pode mudar no tempo (uso do documento no tempo). As ideias identificadas – produção do documento, uso do documento e uso do documento no tempo (esta sendo parte da ideia anterior) –, podem ser tomadas como explicativas da proposição categorial de Meyriat: documento por intenção e documento por atribuição. Essa sistematização reforça a ideia de que um documento produzido com esta intenção não é definitivo para uma situação de 'ser documento', pois disso depende que ele seja abordado enquanto tal, e essa abordagem pode ser reformulada no decorrer do tempo.

Assim, podemos dizer que a noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas (Otlet e Briet, entre outros) foi aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes.

Mas, a despeito do impulso proporcionado pelos chamados primeiros documentalistas e pela contribuição espanhola posterior, constatamos a força conceitual do termo documento em seu desenvolvimento na França.

A produção francesa posterior àquela dos primeiros documentalistas (como Otlet e Briet) foi realizada em termos conceituais pelos pesquisadores das *Sciences de l'Information et de la Communication*, a partir dos anos 1970. De outro modo, em termos conceituais e procedimentais, há produção relevante realizada, a partir dos anos 1960, por autores voltados às Linguagens Documentárias, como Jean-Claude Gardin, Maurice Coyaud, Robert Pagès, Eric de Grolier, Jacques Chaumier e Jacques Maniez, e à Informática Documentária, como Andre Deweze, Georges Van Slype e Andre Chonez, além de Gardin e Chaumier. Estes dois grupos – o das SIC e o dos estudos sobre Linguagens Documentárias e Informática Documentária – muito provavelmente influenciaram um ao outro. Robert

Pagès, por exemplo, tratou da Documentologia de Otlet, dialogou com Briet sobre o conceito de documento secundário, e, supostamente, influenciou os autores das SIC sobre estes termos (como tratamos à frente), assim como fez parte do mesmo grupo de Gardin, desenvolvendo estudos sobre linguagens documentárias, como consta na introdução ao texto de Gardin (1966[4]).

Décadas depois, Fraysse (2011, p. 36), em estudo sobre o documento, afirma que, no coração da disciplina universitária *Sciences de l'Information et de la Communication*, alguns pesquisadores construíram pouco a pouco uma teoria do documento. Ele (Fraysse, 2011, p. 45) menciona pesquisas contemporâneas desta linha de estudos, as quais são voltadas ao documento a partir das noções de recepção e de sentido e da integração em uma perspectiva social, e realizadas por autores como Viviane Couzinet, Gérard Régimbeau, Caroline Courbières e Yves Jeanneret, falecido em 2020.

No centro da produção francesa sobre o documento, como dissemos, Meyriat se destaca. Ele discorreu sobre o conceito, observando sua dependência em relação ao conceito de documentação, segundo a grafia que adota para o termo. Assim, após tratar do conceito de documento, ele se debruça sobre o conceito de documentação a partir de três acepções e, depois, segundo três características. A seguir, tratamos primeiro da caracterização da documentação, para depois, uma vez identificados seus principais atributos, tratarmos de sua conceituação. Tomando por base o artigo original de 1981 e o artigo traduzido para a língua portuguesa e publicado em 2016, temos o que segue.

Para Meyriat (1981), a primeira característica da documentação é a de que ela se situa no destino do objeto a ser trabalhado como documento. Esse destino é indicado pelo autor como sendo onde se encontra aquele que busca informação, cujo caminhar ativa o documento, tornando efetiva sua função. Aí estaria a essência da atividade documentária. Dito de outro

[4] Artigo traduzido e publicado em língua portuguesa (Gardin, 2022).

modo, a documentação parte da demanda de informação que emana de um usuário até chegar ao documento que pode oferecer esta informação.

Ao confirmar ou afirmar a qualidade de 'documento' do objeto, a atividade foi útil. A informação é solicitada para que seja utilizada. Assim, a segunda característica da documentação é a de que ela é utilitária. Esta utilidade da informação pode ser limitada ao momento presente e perder esta qualidade assim que for utilizada, como no caso das diversas informações usadas pelos cidadãos em suas atividades cotidianas, ou se constituir em um elemento de saber que enriquece constantemente o homem como conjunto organizado de conhecimentos acumulados e duráveis. Meyriat lembra que a utilidade da informação mais desenvolvida na atividade documentária foi a de caráter científico.

A terceira característica, tratada anteriormente, é a de que a documentação constitui um sistema técnico-social. O objetivo desse sistema é o de obter informação, o que é realizado por meio de três grupos de elementos: pessoas, objetos materiais e conhecimentos técnicos. O sistema, seja operado por uma única pessoa ou por uma instituição, possui o mesmo esquema operatório, embora possa ser mais ou menos complexo. Essas operações constituem os elos da cadeia documentária, que são descritas pelo autor como: coleta de documentos, extração de dados e de informações, classificação, armazenamento e recuperação desses dados, difusão e resposta às questões.

Posta a caracterização da documentação por Meyriat, apresentamos as três acepções que ele propôs (Meyriat, 1981), na mesma ordem em que ele o faz, da acepção mais concreta para a mais abstrata: a primeira seria um conjunto de documentos intencionalmente constituído; a segunda, a técnica usada para tal e, a terceira, a ciência que sustenta essa técnica. A primeira acepção refere-se ao resultado do ato de recolher documentos ou suas referências (as referências funcionam como substitutos dos documentos), ou seja, refere-se ao conjunto de documentos ou de referências de documentos. A segunda acepção remete à atividade que permite

constituir esse conjunto de documentos, a qual envolve um conjunto de técnicas utilizadas para coletar, classificar e explorar documentos, sendo essa a acepção mais frequente. A terceira acepção refere-se a um conjunto de conhecimentos que, partindo da técnica, permite seu desenvolvimento e aperfeiçoamento como uma ciência. Meyriat diz que o mais correto para denominar essa terceira acepção seria 'ciência da documentação', mas informa que o termo é raramente utilizado e que alguns propõem 'documentologia' para substituí-lo.

Quanto a essas denominações atribuídas ao campo, o termo Documentologia foi proposto por Otlet no Tratado, que é de 1934. Segundo Le Deuff (2018), o termo foi usado posteriormente por Pagès, em 1948, e apenas mais tarde (a partir dos anos 1970), foi adotado por Escarpit, Estivals e o próprio Meyriat. Por isso, Le Deuff entende que a primeira teoria documentológica desde Otlet deve ser atribuída a Pagès. Palermiti (2000) apresentou a mesma posição anteriormente ao observar que Pagès demonstrou o desejo de fundamentar cientificamente a Documentologia como parte da teoria das comunicações simbólicas. Para Palermiti, Pagès teria trabalhado em direção a uma 'ciência da documentação', no contexto das ciências humanas, desenvolvida por pesquisadores-documentalistas, que não fosse apenas um conjunto de técnicas trabalhadas de forma pragmática ou funcional.

Na Espanha, 30 anos depois da proposta de Pagès, a denominação *Ciencia de la Documentación* foi adotada na publicação do livro *Teoría de la Documentación*, por López Yepes (1978), com segunda edição de 1995. Neste livro, López Yepes mapeou disciplinas constituintes do campo, na forma de vertentes ou escolas de pensamento propostas em diversos países e em períodos distintos, relacionando-as entre si, em sistematização que é indicativa de uma organização epistemológica. A denominação *Ciencias de la Documentación* (no plural) foi usada por Emilia Currás em 1982 (Currás, 1982), mas o termo é mais amplamente identificado na Espanha desde o início dos anos 2000 no nome de revistas, livros, setores de universidades e associações. De qualquer maneira, o termo *Documentación* é

o mais amplamente utilizado e reconhecido para denominar a pesquisa, o ensino e a prática profissional na Espanha.

Não sem motivo, Otlet afirmava, tomando por base a década de 1920, que a terminologia técnica havia avançado de tal modo que, o que antes exigia perífrases compostas por três ou quatro palavras, passou a ser possível expressar numa única (Otlet, 1934 – 122 *Terminologie. Nomenclature*, p. 13-14). Considerando a relação entre terminologia e consolidação científica de um campo, a terminologia documentária iniciada por Otlet pode ser hoje identificada a partir de um conjunto de termos substantivos que se articulam conceitualmente, como documento, documentação e documentalista, além do adjetivo 'documentário', que é atribuído a processos, instrumentos e produtos, assim como à função do campo. Esses termos referem-se a ações de mediação sobre objetos que os transformam em documentos.

Assim como toda terminologia científica, esses termos são tão econômicos quanto significativos para a atuação de especialistas, sejam pesquisadores, professores ou profissionais. Desse modo, a despeito da afirmação de Meyriat no artigo de 1981 de que os usos dos termos Documentologia e Ciência da Documentação eram tímidos, podemos afirmar que, agregados ao uso prevalente do termo Documentação e seus termos derivados, evidencia-se terminologia que demonstra o desenvolvimento dessa vertente de estudos e de aplicações em todo o século XX.

Quanto à língua inglesa, há publicações recentes sobre o tema, dentre as quais, destacamos as de Buckland. Ele discorre sobre o documento tomando por base as obras de Otlet e Briet, mas não cita os pesquisadores franceses e espanhóis, como é comum entre os autores da vertente anglo-americana deste tema. Buckland reitera algumas ideias de todos estes autores, como a ideia de que nenhum objeto por si mesmo poderia ser definido como documento. Para tanto, Buckland (1991b, p. 352) propõe inverter a pergunta usual – o que é informativo? –, indagan-

do às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Buckland (1991a, p. 43-47) sugere 'discurso' como termo para qualificar os objetos abordados como documentos e apresenta classes gerais para agrupar esses objetos, as quais seriam: artefatos com intenção de constituir discurso (como livros), artefatos que não tinham esta intenção (como barcos) e objetos que não são artefatos (como os antílopes). Do mesmo modo que os franceses e espanhóis de que tratamos, Buckland apresenta exemplos explicativos das origens dos objetos informacionais e suas funções posteriores, como quando menciona que um livro pode ser usado como um peso para portas.

Outros autores da atualidade desenvolveram ideias semelhantes voltadas em especial aos sistemas e serviços bibliográficos, mas também no contexto museológico e arquivístico.

No caso do contexto museológico, temos Ulpiano Meneses que corrobora as ideias de Meyriat. Segundo ele (Meneses, 1994, p. 21), documentos de nascença, típicos de sociedades complexas, são aqueles projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Meneses observa que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu contexto original, e que toda operação com documentos é, portanto, de natureza retórica. Estudos sobre os movimentos que podem transformar qualquer objeto em documento são privilegiados em Museologia. Krzysztof Pomian (2010) desenvolve reflexão interessante sobre o que chama de semióforos, que é bastante explorada em Museologia.

No segundo caso – o do contexto arquivístico –, o documento é tratado de modo bastante próximo a Meyriat por Marie-Anne Chabin (1999), segundo o que ela denomina *archives de naissance* e *archives par baptême.* De modo semelhante, embora usando outra terminologia, Ana Maria de Almeida Camargo (2011) trata da questão ao identificar objetos

funcionando arquivisticamente, sejam textos escritos ou não, constatando, portanto, que objetos que não foram produzidos para a função arquivística (neste caso, objetos textuais não escritos) podem vir a exercer essa função.

Assim, autores como Buckland, em abordagem bibliográfica, Meneses e Pomian, em abordagem museológica, e Chabin e Camargo, em abordagem arquivística, reforçam a proposta de conceito de documento de Meyriat. Nenhum desses autores menciona Meyriat.

Quanto à significação realizada pelo usuário, podemos observar que as reflexões francesa e espanhola sobre o documento realizadas até os anos 1980, assim como as que se seguiram, salientam a recepção. Como tratamos anteriormente (Lara; Ortega, 2012, p. 385), ao considerar o processo de comunicação, tem-se que o documento é um produto de uma relação que envolve emissor, interlocutor e contexto. Um objeto é um documento apenas se considerado o mapa de configurações a partir dos quais ele pode tomar forma fazendo sentido para alguém

No que tange à atividade documentária, o documento (Lara; Ortega, 2012, p. 381-382), enquanto signo, é uma construção, uma leitura do real sob determinada perspectiva. A leitura do objeto que o transforma em documento para o sistema segue uma política de informação que privilegia perspectivas institucionais e comunidades discursivas potenciais. O documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação, enquanto atividades de organização da informação, as quais são seguidas das demais atividades documentárias. As atividades documentárias são resultado de uma série de escolhas, pois os documentos são organizados em categorias por meio de aspectos que são priorizados frente a outros, implicando uma construção que é permeada de elementos ideológicos. Esse raciocínio parte do entendimento de que "a abordagem linguístico-semiótica permite propor o documento como signo, um objeto que tem forma e conteúdo (Hjelmslev, 1975), que representa algo para alguém, sob algum aspecto ou capacidade (Peirce, 1977)" (Lara; Ortega, 2012, p. 381).

O documento é um produto. Ele é resultante do conjunto das ações de mediação (documentária). O percurso do objeto ao documento envolve abstração que se realiza materialmente. Trata-se de objetos colocados em outro lugar (simbólico) ao serem selecionados e recriados (materialmente) como representações daqueles. Os documentos se fazem pelas relações estabelecidas entre os objetos da coleção, entre as representações dos objetos, entre os objetos e suas representações. Os documentos são o resultado de informações construídas materialmente em um sistema, cujas significações objetivam orientar o processo de significação pelo público.

A 'produção do documento' é realizada por meio de procedimentos metodológicos específicos que fomentam possibilidades de interpretação dos públicos, otimizando o uso qualificado da informação. A especificidade do campo relaciona-se à construção intencional desses objetos informativos chamados documentos. Trata-se de um fazer informativo, cuja orientação é construída institucionalmente e se realiza – via comunicação documentária – quando ocorre a apropriação da informação. O documento é produzido com o fim de contemplar a função social do campo de circulação da informação que permite sua socialização.

Considerando o papel fundamental exercido pela mediação documentária, principalmente em sociedades complexificadas pelo avanço do conhecimento, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo reconhecimento da diversidade de públicos, faz-se necessário explorar como essa mediação pode ser definida e onde ela permite chegar.

1.4 Mediação documentária: significar para comunicar, possibilitando apropriar

Partimos do pressuposto que as ações de mediação documentária são o eixo do campo, ou seja, seu objeto. Ao permitir a comunicação documentária (a comunicação do usuário com a informação proposta via sistemas e serviços), a mediação encontra seu objetivo de criar condições para a apropriação da informação. As ações de mediação documentária

congregam o conjunto das categorias fundamentais do campo, o que exige considerar o conhecimento que lhe fundamenta e a complexidade e relevância social das práticas profissionais correspondentes.

Por sua intencionalidade, pautada por prática social objetivada, as atividades documentárias devem ser realizadas sob base teórica e métodos fundamentados, portanto, de modo consciente, e não à mercê de fatores alheios às especificidades do campo. Mas, é preciso observar que toda produção e uso de informação ocorre em um certo contexto social e cultural, logo, aspectos contextuais manifestam-se de algum modo na produção documentária. Além disso, para que o campo possa ser compreendido e desenvolvido, faz-se necessário explorar as motivações das ações de mediação documentária, assim como as implicações decorrentes dos modos e meios como elas são realizadas. Assim, as motivações e as implicações das ações de mediação documentária fazem parte dos estudos do campo por serem seus aspectos contextuais, embora não sejam seu objeto.

Mediação refere-se à intervenção, decorrendo disso que os processos que a realizam incluem a compreensão dos elementos envolvidos: os documentos, suas condições de produção e uso e os públicos. Mediação se faz sobre técnicas socialmente construídas, aplicadas na perspectiva de públicos específicos. Quanto aos públicos, devemos considerar as previsões de uso como orientadoras das atividades documentárias, enquanto o uso deve ser identificado e explorado para o fim de aprimoramento das atividades.

As ações de mediação são realizadas concretamente por meio de procedimentos específicos, pela proposição de mensagens sobre objetos, no contexto de certas atividades realizadas por pessoas, operando como camadas de significação ao objeto. A partir de operações sobre objetos em sistemas, realiza-se a atribuição de significados com o fim de orientar os usuários em seus processos de navegação e busca, visando recuperação. A recuperação é um processo de comunicação. Os sistemas de informação constituem-se, portanto, como sistemas de significação.

Para Lara, embora não exista consenso em Ciência da Informação,

> a informação é reconhecida como uma inscrição organizada, fruto de uma construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido [...] para circular socialmente, desencadeando processos de conhecimento (Lara, 2006).

Nesse sentido, Lara (2006) afirma ser necessário relativizar a função pedagógica muitas vezes atribuída aos sistemas de informação, no sentido de que esses sistemas não seriam 'explicadores' dos documentos; eles devem ser compreendidos quanto à sua função mediadora. Segundo ela, a despeito de os sistemas apresentarem pontos de partida sobre as coleções de documentos na perspectiva de contextos documentários específicos, tendo em vista públicos distintos e diversas possibilidades de interpretação, "é razoável oferecer não só tipologias distintas de sistemas, como leques de opções para o acesso, utilizando as tecnologias não para conformar e submeter o usuário às suas regras, mas, na medida do possível, para permitir o exercício da criatividade" (Lara, 2006). O usuário deve então ser considerado um sujeito que interpreta as mensagens documentárias do sistema. Desse modo, esses sistemas não poderiam ter por objetivo principal explicar os documentos. Diríamos que, como sistemas de mediação, eles não explicam, eles significam.

Um sistema de informação é um sistema de comunicação da informação e, sendo a linguagem a faculdade de simbolizar adotada na comunicação, trabalhar com informação implica operar com linguagem. Benveniste, quanto à questão de a linguagem ser instrumento da comunicação, afirma:

> Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las. Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para

> comunicar, a linguagem serve para viver. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação (Benveniste, 2006, p. 222).

A mediação documentária, a exemplo de toda mediação, deve significar. É porque significam que as ações de mediação documentária ganham validade social para a comunicação. A instrumentalidade e a visão sistêmica empregadas são adotadas como modo de viabilizar concretamente a comunicação da informação.

Considerando o documento como objeto que significa, podemos falar em ao menos dois níveis de significação por ele exercida: a 'produção dos documentos secundários' a partir de objetos que foram criados com intenção informativa ou de objetos que não foram criados com esta intenção; e a produção de significados sobre estes documentos pelas pessoas. Embora esses processos de significação ocorram independentemente da atividade documentária, seu papel é primordial na consecução desses processos, de tal modo que ela é bastante presente em especial em sociedades complexas. O primeiro nível de significação é de responsabilidade do profissional bibliotecário, arquivista ou museólogo e de outros que atuam material e simbolicamente em torno do documento, tendo em vista a apropriação da informação. O segundo nível de significação é o objetivo e motivação do primeiro[5].

Como vimos, se as atividades documentárias são ações de mediação realizadas com intenção informativa sobre objetos, esses mesmos objetos podem ou não ser originalmente produzidos com intenção informativa (conforme Meyriat). No entanto, para que seja propriamente um documento, o objeto depende de ser usado como tal (documento por atribui-

[5] Esse parágrafo é uma reformulação de trecho de artigo publicado anteriormente (Ortega, 2016, p. 48), em que três níveis eram propostos, mas os dois primeiros se referiam ao mesmo tipo de 'produção de documentos'.

ção) e não somente proposto como tal (documento por intenção), a despeito de os dois casos envolverem processos interpretativos. Assim, se o primeiro nível de significação é emblemático da sociedade mediada em que vivemos, produzindo documentos ainda 'virtuais' (ou seja, latentes, em potência), a significação vivenciada pelo usuário – no sentido da apropriação que é possibilitada pelas ações de mediação – é definitiva para a existência do documento.

Para uma exploração da mediação realizada sobre documentos, segundo o campo em que nos centramos, é produtivo explorar o termo mediação documentária como adotado pelos franceses, a *médiation documentaire*. Este termo é desenvolvido no contexto das pesquisas das *Sciences de l'Information et de la Communication* (SIC), remetendo à proposta otletiana. Nesse contexto, mediação e documento são conceitos desenvolvidos um em relação ao outro. O documento em questão é produto da mediação, caracterizado por base material, estatuto simbólico e fins pragmáticos, como tratamos anteriormente.

Algumas publicações destes pesquisadores franceses sobre o conceito de mediação documentária são (em ordem cronológica): Couzinet (2000), Régimbeau (2007), Fabre e Veyrac (2008), Couzinet (Dir.) (2009), Liquète, Fabre e Gardiès (2010), Régimbeau (2010), Fabre e Gardiès (2010), Fabre (2012), Gardiès e Fabre (2012) e Fabre (2013). Esse grupo de autores é o mesmo que citamos no subcapítulo anterior, ao tratar do conceito de documento no contexto das pesquisas das *Sciences de l'Information et de la Communication*, haja vista que mediação documentária é termo derivado de documento, o que os torna dependentes um do outro.

A expressão mediação documentária é adotada como objeto de pesquisa, em especial, por Isabelle Fabre e Cécile Gardiès. Selecionamos um dos trabalhos dessas autoras para apresentar a abordagem que desenvolvem sobre a mediação documentária: *La médiation documentaire*, de 2010.

No texto selecionado, Fabre e Gardiès (2010) discorrem sobre mediação documentária como processo que vai além da simples transmissão da informação, mas que segue na direção da construção de vínculos entre

necessidade e uso da informação para permitir que o usuário transforme informação em conhecimento.

As autoras citam Béguin-Verbrugge (2002), para quem a mediação documentária é uma mediação que não implica a relação pessoal direta, mas envolve o uso da linguagem, levando em conta o nível de conhecimento do usuário e suas capacidades de abstração. Esse tipo de mediação, portanto, não exige o contato direto entre pessoas, mas envolve necessariamente uma relação linguística. As autoras afirmam que se trata de uma mediação de saberes que opera na produção, difusão e apropriação da informação por um processo de tradução, de conexão e de vínculo.

Dessa maneira, reforça-se a ideia de mediação como dependente de uma relação linguística entre pessoas, mas não do contato direto entre elas, seja presencial ou virtual.

Fabre e Gardiès recorrem também a Régimbeau (2010). Para ele, a mediação documentária é compreendida a partir de componentes de um processo de comunicação que toma por objeto o usuário, as ideias, o contexto técnico, os conteúdos e a prática (social, econômica, política...). O conceito de mediação em jogo implica que o sentido não é imanente às coisas, mas que ele se constrói por meio de e para sujeitos. Como dissemos, o documento é uma construção, e ele resulta de ações de mediação, que é também, como se pode supor, uma construção.

Para as autoras, a mediação documentária se realiza por meio de dispositivos qualificados como dispositivos documentários, haja vista que a apreensão dos processos de mediação necessita uma compreensão dos dispositivos que os sustentam. As autoras entendem que o dispositivo característico dos processos de mediação documentária não pode ser compreendido simplesmente como uma organização linear de operações mentais decompostas. Mais que isso, afirmam, o conceito de dispositivo, em *Sciences de l'Information et de la Communication*, é considerado em um processo social de comunicação.

Fabre e Gardiès afirmam que estudar um dispositivo em sua complexidade é, segundo Foucault (1997), compreender a natureza do vínculo que pode existir entre seus elementos heterogêneos, colocando em seu centro o conceito de comunicação, proposto por Jeanneret (2005), como processo que supõe uma organização, repousa sobre os recursos materiais, mobiliza competências técnicas e define os quadros para a intervenção e a expressão. Dispositivo é entendido pelas autoras, tomando definição de Agostinelli (2009), como os artefatos que amplificam a comunicação, organizam a interação humana e modificam os modos de produção, de gestão e de tratamento da informação. Para elas, o dispositivo documentário é organizado em torno da gestão da informação relacionada a seu suporte físico que, mesmo sendo pouco aparente, não é independente de um discurso.

Em referência às categorias adotadas por Meyriat para o conceito de documento, Fabre e Gardiès fazem a seguinte elaboração. Em sua função de enunciação, o dispositivo documentário é qualificado como dispositivo por intenção. O dispositivo é pensado e organizado pelos profissionais de informação que utilizam normas e se apoiam sobre saberes e técnicas com um fim particular: gerar, organizar e difundir a informação. Em sua função de apropriação, ele se torna um dispositivo por atribuição, ou seja, reconhecido pelo usuário como sendo portador de sentido, no seio do qual ele identifica uma informação útil respondendo à sua necessidade de informação.

Fabre e Gardiès entendem que o dispositivo documentário, conhecido em sua origem como um dispositivo primário encarregado de gerar uma massa de documentos, muito rapidamente evolui para um dispositivo secundário que realiza mediações documentárias. Assim, esses dispositivos se sobrepõem aos documentos, dispositivos primários por essência, e se interpõem entre o usuário e as coleções documentárias como parte do projeto de facilitar seu acesso. Eles constituem um dispositivo secundário de vocação comunicacional que se juntam ao dispositivo informacional, levando assim a um dispositivo info-comunicacional. As autoras afirmam

que o dispositivo documentário, ao se tornar mais complexo, integra comunicação e informação, relacionando o que seria um dispositivo informacional e um dispositivo comunicacional.

Considerando a terminologia documentária construída em torno do termo documento, mantemos a posição de que o adjetivo 'documentário' congrega informação, na forma de proposição de mensagens sobre objetos, e comunicação, como objetivo daquelas mensagens. Deste modo, sob o ponto de vista do campo das ações de mediação documentária de que tratamos, consideramos desnecessária a adoção do adjetivo 'info-comunicacional', sem prescindir da elaboração realizada pelas autoras a partir dele, como podemos constatar a seguir.

Fabres e Gardiès entendem que um dispositivo info-comunicacional propõe, via uma forma de enunciação, um lugar de estruturação de conhecimentos, de recepção e apreensão da informação. As dimensões sociais e técnicas do dispositivo se constituem por atores, técnicas e objetos materiais em interação permanente e em um contexto definido. Citando Jeanneret (2004), as autoras abordam os dispositivos info-comunicacionais como artefatos, cuja forma não é um código, mas um espaço organizado, ou seja, um conjunto de objetos que exibem uma ordem, mas que se deixam apropriar, dotar de sentido, desviar.

A partir da proposta de dispositivo info-comunicacional, Fabre e Gardiès propõem o termo mediação info-comunicacional, por considerá-lo definidor de um processo criador de uma nova mensagem, cujo signo é portador de uma certa matéria informacional que acrescenta significados à recepção. As autoras lembram que, do ponto de vista da comunicação, a mediação pode ser definida como o elo entre o enunciador e o receptor. Nesse sentido, afirmam que, se o circuito enunciação-recepção permite a circulação do sentido em situações de comunicação, a informação é pré-existente a essa circulação e implica tradução, reescritura ou estruturação. Segundo as autoras, a polissemia introduzida pela mediação favorece o questionamento sobre o sentido e a apropriação da mensagem inicial, pois

o sentido produzido na recepção não é previsível nem pelo emissor nem pelos possíveis mediadores.

O objetivo é o de mobilizar os dispositivos para tornar o usuário ator de sua cultura de informação. Para Fabre e Gardiès, realiza-se o apoio ao usuário no processo de mediação, integrando o dispositivo info-comunicacional como verdadeiro dispositivo de aprendizagem baseado, não somente sobre as competências relacionadas às tecnologias da informação, mas também à história de seus suportes e suas linguagens. Assim, o usuário tem um lugar no seio do dispositivo: ele é convidado a tomar a iniciativa e a expressão das diferenças individuais é encorajada.

As autoras afirmam que designar um papel ativo ao receptor na função informativa do documento é fornecer este lugar à noção de uso, mas também à de mediação documentária. De outro modo, afirmam que, nos processos de comunicação da informação (ou seja, caso não se trate de simples transmissão), se o receptor exerce um papel primordial, o mediador também exerce um papel primordial por realizar processos destinados a facilitar a apropriação da informação no âmbito de comunicações sociais múltiplas. Deste modo, as autoras relacionam os processos de enunciação (recurso da mediação) e recepção, evidenciando a precedência do primeiro para a existência do segundo.

Ressaltamos, ainda, que Fabre e Gardiès propõem repensar os processos de mediação, haja vista a complexidade dos dispositivos info-comunicacionais, visando compreender melhor a maneira em que a informação e a comunicação são relacionadas aos fenômenos de apropriação da informação.

Como vemos, as autoras caracterizam a mediação documentária como processo voltado à recepção, que deve conduzir à comunicação que favorece a apropriação da informação.

É preciso ter em vista a apropriação da informação, mas ela não se configura propriamente como objeto de estudo do campo das ações de mediação documentária. Neste campo, realiza-se a mediação que

permite a comunicação como condição geral para a apropriação. Por esse motivo, buscamos discorrer sobre mediação documentária. A partir daí, é pertinente perguntar qual é a comunicação que a mediação documentária realiza. Tendo em conta a comunicação documentária, nova pergunta se coloca relativa à especificidade da apropriação da informação possível por este tipo de comunicação. Deste modo, a seguir buscamos desenvolver mais especificamente os conceitos de comunicação documentária e de apropriação da informação, tomados a partir da mediação documentária.

A despeito das reflexões sobre os aspectos pragmáticos serem posteriores, elas podem ser percebidas de maneira mais ou menos explícita desde as antigas bibliografias e manuais de bibliotecas, como mencionamos. Mais recentemente, terminologia própria permite evidenciar avanços. O termo 'comunicação documentária' pode ser identificado já no início da década de 1970 nas publicações de Luce Kellerman (1971, 1977), entre outras produzidas na França no contexto dos estudos de Linguagem e de Comunicação aplicados à Documentação, então realizados. Kellerman (1977, p. 368) afirma que a comunicação documentária exige um ajuste apurado das expectativas individuais e coletivas, que só pode ser alcançado se documentalistas e usuários tiverem a possibilidade e a vontade de unir seus esforços. Segundo a autora, a comunicação documentária não consiste apenas na resposta a um pedido por meio da transmissão da informação e dos documentos que lhe servem de suporte. Kellermann discorre sobre as possibilidades de comunicação, incluindo a retroalimentação e tratando dos problemas possíveis.

Duas décadas depois, Tálamo (1997, p. 3) trata dessa questão, reconhecendo o caráter sistêmico de alguns instrumentos documentários de base linguística, os quais seriam, simultaneamente, um modo de organização e uma forma de comunicação da informação.

Tendo por base os estudos desenvolvidos por Tálamo e colegas, Cohen (1995) parte da proposição de que os sistemas de informação se constituem como sistemas de comunicação; neles, a emissão e a recepção

de mensagens ocorrem em um processo comunicacional denominado comunicação documentária, que é destinado a – através do produto documentário – tornar o usuário 'informado'. O usuário é o ator que dispara uma situação de comunicação, pois é o ato da recepção que determina o estabelecimento ou não de uma comunicação. A mensagem é de interesse central nesses sistemas, pois é através dela que se recupera a informação.

Cohen afirma ainda que, para que a comunicação documentária ocorra, é necessário que a informação documentária seja portadora de um significado tal que o usuário possa ser capaz de processá-la mentalmente. A comunicação documentária é então um processo que exige, de um lado, a informação documentária e, de outro, o usuário que apreende essa informação. Como processo comunicacional realizado no campo dos sistemas formais de comunicação, os sistemas de informação (documentária) são aqueles que realizam a comunicação documentária. Ainda para a autora, estes sistemas lidam com atos de comunicação materialmente explícitos, isto é, o documento, sua representação, a pergunta do usuário, a ação comunicativa do profissional de informação etc.

Lara e Tálamo (2008) colocam a questão de como discorrer sobre a categoria recepção nos procedimentos documentários, compreendendo-a no âmbito da circulação social da informação. Pressupõem que um sistema de recuperação da informação deva constituir-se como máquina produtora de sentido ao contemplar uma oferta de opções relativas às demandas informacionais.

A categoria recepção, segundo as autoras, relaciona informação e linguagem e incorpora referências de valor do quadro da emissão e da recepção nos procedimentos documentários, ou seja, referências validadas socialmente. Esses mecanismos visam o sujeito social, considerando os grupos que compartilham interesses e linguagem, e não indivíduos isoladamente. Recepção envolve a noção de interação e exige a substituição da ideia de usuário ideal pela de sujeito social.

Lara e Tálamo falam da dificuldade da ênfase na fonte emissora de modo isolado às possibilidades de recepção, tratando dos esforços para definir a natureza da emissão documentária por meio da noção de instituição (como trata Smit, 2000, 2009, sobre o valor institucional atribuído à informação na atividade documentária). Para as autoras, a produção da informação reflete os objetivos e a missão das instituições que a desenvolvem.

Para Meadow (1992, p. 2-19), a recuperação da informação implica comunicação; o conceito implicitamente em questão é seletividade, já que encontrar informação não é o mesmo que recuperar informação. De acordo com Lara (2009, p. 143-144), considerando o caráter dialógico da comunicação, a seleção coloca em jogo uma negociação de sentido entre emissão e recepção. A interpretação de Lara (2008) sobre a proposta de Capurro (2003), citado por ela, é a de que as mensagens documentárias são produzidas para funcionar como oferta de sentido, pois proporcionam referência para a 'seleção de sentido' por parte do usuário.

Recuperação da informação é termo que se manteve presente no campo. No entanto, a afirmação de que o campo se explica como responsável pela organização e recuperação da informação conduz ao nivelamento conceitual entre os dois termos e a uma relação causal e direta do primeiro para o segundo. Diríamos, de outra maneira, que organização da informação é atividade-meio para o fim de recuperação.

Para Lara (2006), em um viés pragmático, a atividade documentária é desenvolvida segundo a relação produção/recepção, deixando de privilegiar o polo da produção (ou da enunciação), mas sem centrar-se exclusivamente no polo da recepção. Ela reconhece que, se o usuário, sujeito da interpretação, foi esquecido, ao contemplá-lo, não se pode ignorar a intencionalidade da enunciação. Afinal, como disseram posteriormente Fabre e Gardiès (2010), o papel primordial do receptor remete à primordialidade do papel do mediador. Segundo Lara, o problema se desloca, então, da enunciação e da recepção para a mensagem, passando-se a enfatizar a característica mediadora da atividade documentária. Neste sentido, a autora

(Lara, 2007, p. 159) ressalta que não reconhecer a intencionalidade da atividade documentária supõe assumir a antiga neutralidade a ela atribuída.

Para Lara (2009, p. 159), essas questões têm sua origem no conceito de informação em Ciência da Informação, cujos traços distinguem o conceito de outros usados de modo mais genérico, assim como não se confundem com os usos mais específicos ligados a campos do conhecimento. A autora conceitua informação segundo três perspectivas:

> - algo intencionalmente construído a partir da análise da produção do conhecimento e dos objetivos institucionais;
>
> - algo que se apresenta sob forma específica – uma mensagem documentária, como um produto documentário-informacional;
>
> - algo que instaura uma relação comunicativa particular, a comunicação documentária (Lara, 2009, p. 159).

Como tratamos anteriormente, Martínez Comeche (1995, p. 35-50) fala em duas acepções para informação, as quais podemos equiparar, respectivamente, às duas primeiras e à última propostas por Lara: no sentido intransitivo de informar, a ação refere-se à produção da mensagem, enquanto o sentido transitivo de informar envolve dois agentes intercambiando uma mensagem e cumprindo ambos os papeis de emissor e receptor de um ato comunicativo. A primeira acepção de informação seria a de processo prévio à comunicação em que se produzem as mensagens para que elas possam ser comunicadas. A segunda acepção de informar é a de comunicar algo. Martínez Comeche afirma ainda que os termos informação e comunicação relacionam-se de modo estreito até o extremo de serem confundidos. Não são, no entanto, duas expressões distintas de um fenômeno único, pois a informação constitui o tratamento que recebe aquilo que se vai comunicar e a comunicação é a consequência desse processo.

Portanto, há distinção entre emissão e recepção, organização e recuperação, informação e comunicação, no sentido de que as primeiras não podem ser equiparadas às segundas. O papel interveniente da atividade do-

cumentária resulta na recepção/recuperação/comunicação. Essa intervenção também é evidenciada na apropriação da informação a sua maneira, já que – no âmbito das ações de mediação de que tratamos – ela depende da comunicação documentária.

Sendo assim, no parágrafo anterior, tratamos de dois níveis de intervenção realizadas via atividade documentária. Inicialmente, temos a atividade documentária propriamente dita que permite a comunicação da informação. Depois, a partir da comunicação, temos a interpretação a ser realizada pelo usuário na ausência de qualquer tipo de controle; é quando ocorre a apropriação da informação. A primeira intervenção, por seu caráter intencional e propositivo, influencia a última, mas não a determina. De fato, reconhecer que não se controla a interpretação do usuário não diminui o caráter intencional da atividade documentária, nem seu poder transformador, já que nesta atividade faz-se produção de informação, não reprodução, representação fiel ou reempacotamento de conteúdos.

Lara (2007, p. 159) afirma que a atividade documentária busca estabelecer relações comunicativas particulares, pois, ao ter como objetivo a apropriação da informação, ela é motivada. A intencionalidade da atividade documentária não implica automaticamente seu uso efetivo traduzido em apropriação, mas esta é sua finalidade. Lara afirma ainda que os arranjos de significação que funcionam como meio de acesso à informação devem ser produzidos supondo um usuário ativo, ou seja, "um sujeito que, nas suas diferenças, reconhece e se apropria dos insumos informacionais pelo seu valor simbólico e cultural" (Lara, 2007, p. 149).

Para Lara, as práticas documentárias são institucionais e têm fins pragmáticos; elas seriam um tipo de prática social (Lara, 2007, p. 159). Podemos dizer que a intervenção que caracteriza a atividade documentária visa a apropriação pelo sujeito mas, como este sujeito é membro de um grupo que identificamos como público, essa intervenção é tanto individual quanto social.

Tálamo (1997, p. 11) considera o papel de socialização do conhecimento da atividade documentária pois, na sua ausência, compromete-se o acesso do indivíduo às informações que lhe permitem compreender melhor a si mesmo e ao mundo, oferecendo-lhe condições de integração à realidade. Afirma, por isso, que as operações técnicas de tratamento e de disseminação da informação estão sustentadas por intencionalidade, cuja ocultação pode contribuir para encobrir a função social, política e econômica da atividade.

Meneses (1994), tratando de atividades documentárias de caráter museológico, elabora questões semelhantes. Para ele, ocorre o enfraquecimento da dimensão política do museu quando não há o trabalho com o acervo, seja ele materialmente incorporado aos muros do museu, ou não. Frente à intencionalidade da atividade documentária, este autor (1994, 2002) fala sobre o que denomina boas intenções destas atividades quando realizadas sem mediação, pois a ausência de proposta, como sendo a própria proposta, conduziria à alienação do trabalho do museu.

Ressaltamos o caráter intencional das atividades documentárias, a partir das quais as ações de mediação se realizam, possibilitando comunicação com o usuário que, por sua vez, fomenta a apropriação. Essa intencionalidade é que imprime a função social e política da atividade.

Retomando as ideias de Fabre e Gardiès (2010), sobre as quais discorremos por se referirem particularmente à mediação documentária, a apropriação está posta como objetivo. Segundo elas, como dissemos, o mediador realiza processos destinados a facilitar a apropriação da informação no âmbito de comunicações sociais múltiplas. Ao afirmarem que o objetivo é o de mobilizar os dispositivos para tornar o usuário ator de sua cultura de informação, as autoras permitem melhor compreender a apropriação da informação.

O termo cultura da informação é apresentado como conceito em processo de estabilização por autores franceses, mas entendemos que ele é um caminho para a compreensão das condições de apropriação da informação que se busca produzir via comunicação documentária. Vale co-

mentar que tem sido comum a tradução do termo francês *culture de l'information* para o termo da língua inglesa *information literacy* (literalmente, alfabetização informacional). Os autores franceses que discutem a cultura da informação, no entanto, tendem a questionar essa tradução, por entenderem o uso de *information literacy* predominantemente no sentido de instrumentalização para o acesso à informação.

Chante (2010, p. 2) afirma que o conceito de cultura da informação foi formalizado na França com o manifesto ABCD (*inter association des Archivistes, Bibliothécaires, Conservateurs, Documentalistes*), em dois encontros realizados entre 1995 e 1996, intitulados, respectivamente, segundo tradução nossa: "Para uma cultura da informação: da documentação à formação" e "Para uma cultura da informação: ser cidadão face aos problemas de informação: aprender a se informar".

A despeito das dificuldades para uma definição de cultura da informação, Olivier Le Deuff propõe a de Michel Menou, produzida em resposta à questionário desenvolvido para sua tese de doutorado. Le Deuff (2009) avalia essa definição como a mais pertinente até aquele momento, publicando-a posteriormente, como segue:

> Um sistema de valores, atitudes e comportamentos, conhecimentos e competências que conduzam não só a um uso inteligente e apropriado da informação externa, mas sobretudo a contribuir para a divulgação e uso adequados da informação externa e interna (ou produzida/reconfigurada por si próprio). Portanto, uma cultura de partilha e enriquecimento coletivo (Menou, citado por Le Deuff, 2014, p. 165-166).

Como afirmam vários autores, o conceito de cultura da informação tem caráter pedagógico, constituindo-se como uma formação para a informação. Quanto a isso, no entanto, não podemos deixar de considerar a relativização da função pedagógica dos sistemas de informação realizada por Lara, haja vista não se tratar de sistemas explicadores, embora devam ser formadores.

Segundo sistematização realizada por Chante (2010), as autoras Fabre e Couzinet propõem distinção entre cultura informacional e cultura da informação, como segue. A cultura informacional seria o conhecimento construído pelas *Sciences de l'Information et de la Communication*, ou seja, refere-se às teorias de uma disciplina científica, sendo a informação um objeto técnico-científico relativo a uma produção social. Já a cultura da informação estaria centrada na utilidade e seria o conhecimento de cada indivíduo sobre seus próprios interesses e necessidades, e a sua capacidade de encontrar, organizar e comunicar, por meio da técnica que permite dominar a natureza através dos objetos.

Como outros autores, para Le Deuff (2010), a faceta técnica está no centro da cultura da informação, haja vista que a herança técnica dessa cultura se encontra em todas as ferramentas e dispositivos utilizados para categorizar e arquivar a informação. Para Le Deuff (2014, p. 173), na cultura da informação, a relação com a técnica encontra-se bem além do simples uso. As técnicas seriam em primeiro lugar aquelas da escrita e da leitura, mas a formação para a informação não deve se limitar a formar para o bom uso dos dispositivos técnicos, como as bases de dados e os motores de busca, por exemplo. A cultura técnica requer a capacidade de compreender a máquina e eventualmente poder modificá-la, em uma lógica de transmissão que permite herdar avanços do passado (Le Deuff, 2014, p. 174).

No entanto, Le Deuff afirma que a cultura da informação não é um meio de qualificar a Documentação de uma forma diferente, ou dar-lhe mais um novo nome. Assim, quanto a um possível lugar teórico da cultura da informação, Le Deuff (2010) cita Brigitte Juanals (2003, p. 12), que a localiza como um conceito que se encontra no cruzamento das *Sciences de l'Information et de la Communication*, das Ciências da Educação e da Informática. Para ele (Le Deuff, 2014, p. 172), a cultura da informação opera de maneira transversal, do que decorre que ela seria transdisciplinar.

A relação que este autor estabelece com a Documentação é a de que a cultura da informação constitui o que ele chama de 'componente cidadão'

do projeto da Documentação (Le Deuff, 2014, p. 21). Ele afirma que as atitudes e valores dessa cultura nascem com os pioneiros da Documentação na década de 1930, mas também com muitos outros pensadores. Fazendo menção à obra de Sylvie Fayet-Scribe sobre a história dos suportes e das ferramentas de mediação documentária, Le Deuff diz que a cultura da informação se refere a uma forma de normalização de métodos e de práticas, iniciada pelos documentalistas, bibliotecários e especialistas de informação técnica e científica (Le Deuff, 2014, p. 22). Por sua vez, segundo Chante (2010), hoje o documentalista deve lutar contra a tendência de se reduzir a cultura da informação a uma cibercultura ou cultura do digital.

Michel Menou, mencionado por Le Deuff, foi responsável pelo verbete 'cultura da informação', publicado ainda em 1997, no *Dictionnaire Encyclopédique de l'Information et de la Documentation*, coordenado por Cacaly. Nesse verbete, Menou (1997, p. 167-169) apresenta uma crítica ao uso do conceito como uma explicação cômoda para o sucesso ou fracasso dos processos, sistemas e produtos de informação. A despeito disso, ele explica o caráter cultural do chamado ciclo de informação. Ele se refere à produção da informação pelo autor, inventor ou descobridor até sua apreensão pelo usuário final, passando pelas etapas cruciais de difusão e organização. Menou deixa claro que a informação é veículo ou 'portadora de sentido', portanto, é tributária da cultura, e que os atores que constituem o ciclo da informação intervêm em todas as suas fases, do que decorre que a cultura está sempre presente.

Considerando a cultura da informação no âmbito da mediação documentária, Gardiès (2011, p. 190) aponta um cenário problemático que nos permite aprofundar a compreensão sobre as condições para a apropriação da informação. Ela fala da oferta comercial de informação digital que leva os profissionais de informação a voltarem seus esforços principalmente para a coleta de recursos. Gardiès entende que, quando a atividade documentária tem na coleta sua principal tarefa, atuando em uma acessibilidade imediata e direta, os usuários retroagem a uma condição de pseudo-autonomia. Essa situação em que os usuários são postos oculta o papel

do tratamento da informação. A imediaticidade do acesso à informação coloca em questão ainda mais a apropriação da informação, na medida em que o tratamento da informação realizado pelo profissional da informação é minimizado. Como vemos, se o tratamento da informação é minimizado, é minimizada a mediação documentária que esse tratamento realiza, não contribuindo para a produção de condições simbólicas para uma apropriação da informação pelos sujeitos.

Gardiès (2011, p. 202) discorre sobre a questão, observando que a informação não é um dado, mas depende de um processo humano e social para existir. Essa transformação do dado em informação, realizada em dispositivos como bibliotecas, centros de documentação e demais sistemas de informação, caracteriza-se pela redução da distância entre o tempo da produção e o tempo do uso da informação. Como afirma a autora, essa distância é indispensável à construção do sentido pelos receptores. Assim, passa-se da problemática do acesso à informação para a problemática da seleção, avaliação e apropriação da informação.

A apropriação da informação, sob o ponto de vista do campo que nos ocupa, depende da recuperação da informação que se define como seleção, como também desenvolveu Lara, a partir de Capurro. Essa seleção pelo usuário será tanto mais significativa quanto mais for realizada a partir de um conjunto de objetos selecionados e recriados (materialmente) como representações daqueles, a partir de relações que lhe fornecem estatuto simbólico. As representações documentárias são formas significantes, portanto, verdadeiras estruturas mediadoras que potencializam, orientam e qualificam a seleção pelo usuário. Elas fornecem recursos que operam como percursos cognitivos possíveis e diversos que permitem aos usuários sua inserção no mundo da cultura, por meio de processos contínuos de apropriação da informação.

2

A mediação documentária em abordagem bibliográfica

2.1 O livro como princípio e a caracterização de 'bibliográfico': aproximações e distinções

O conceito de documento, desenvolvido no capítulo anterior, sustenta o campo das ações de mediação documentária, constituindo-se como produto dessas ações. Tendo em vista um público, objetos são mobilizados a seu favor por meio de ações de mediação, que são simultaneamente materiais e simbólicas.

Esse conceito de documento explicitado de alguma maneira por Otlet pautou-se inicialmente na ideia de livro, então desenvolvida no contexto dos estudos da disciplina Bibliologia. A proposta de Otlet para os termos fundamentais documento e Documentação desenvolveu-se tomando como ponto de partida os termos – também fundamentais – livro e Bibliologia.

A forte presença do livro no século XIX, por seu reconhecimento como objeto privilegiado da escrita, conduziu a que ele fosse tomado como objeto material e teórico da disciplina Bibliologia. Sob um viés mais empírico, neste mesmo período, as disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia

desenvolveram-se também fortemente marcadas pelo livro. De fato, livro é objeto que exerceu e exerce papel emblemático no registro das ideias produzidas pela humanidade.

Sob o impulso de várias obras de Paul Otlet, em especial do Tratado de Documentação, de 1934, desenvolveram-se as abordagens bibliográfica, arquivística e museológica do documento, fundamentando a disciplina Documentação. A concepção tríade do documento foi evidenciada posteriormente, como é o caso das *Ciencias de la Documentación*, na Espanha, de que trata López Yepes (2008), entre outros.

A despeito da concepção tríade do documento – bibliográfica, arquivística e museológica –, ideias e fazeres foram mais amplamente direcionadas à abordagem bibliográfica, como observamos na proposta otletiana e, principalmente, na literatura e nas práticas profissionais das décadas seguintes.

Frente a esse cenário, a pergunta que nos move inicialmente nesse capítulo é: o que a Bibliologia expressa por Otlet trouxe propriamente de bibliográfico? Continuando a pergunta: como esse percurso de construção conceitual, pautado pelo livro em Bibliologia, nos permite elaborar o adjetivo 'bibliográfico', de modo que ele possa caracterizar a mediação documentária específica de que nos ocupamos aqui, ou seja, a bibliográfica?

Assim, buscando caracterizar a mediação documentária bibliográfica, tratamos a seguir da Bibliologia como disciplina em que se baseou Otlet para a proposição da Documentação.

Couzinet (2011, p. 178) explica que os primeiros teóricos da ciência do livro e das bibliotecas denominavam seus trabalhos pelo nome de bibliografia. Ela cita trabalhos do século XVIII e início do século XIX voltados ao estudo do livro em seus diversos aspectos, como a história da tipografia e dos primeiros impressores, catalogação e classificação, medidas de conservação, direitos e deveres dos bibliotecários. Segundo Couzinet, havia um entendimento de que a técnica bibliográfica e a ciência do livro eram inseparáveis.

Nesse contexto da compreensão francesa de bibliografia, biblioteca e livro, a autora (Couzinet, 2011, p. 178) afirma que Gabriel Peignot, no início do século XIX, introduziu a distinção entre Bibliografia e Bibliologia. Buscava-se assim atribuir arcabouço teórico à Bibliografia. Em sua obra, Peignot (1802, p. ix) afirma que a Bibliologia é uma teoria da Bibliografia, sendo que esta incluiria apenas a descrição e a classificação de livros.

Segundo Peignot (1802, p. viii-ix, tradução nossa), a Bibliologia seria "uma espécie de enciclopédia literária-metódica que, tratando sumária e descritivamente de todas as produções do espírito[1], atribui a cada uma delas o lugar que devem ocupar em uma biblioteca universal". Para ele (1802, p. ix), a Bibliologia apresenta os conhecimentos humanos em suas relações, encadeamento e divisão, aprofundando todos os detalhes relativos à fala, escrita e impressão. Peignot afirma, em definição que consideramos a mais completa:

> A Bibliologia, compreendendo a totalidade dos conhecimentos humanos, ocupa-se particularmente de seus princípios elementares, sua origem, sua história, sua divisão, sua classificação e tudo o que diz respeito à arte de representá-los e preservar sua memória por meio de signos, sejam hieroglíficos ou epistólicos, manuscritos ou impressos (Peignot, 1802, p. viii, tradução nossa).

De proposta de disciplina enciclopedista, a Bibliologia ganhou novos contornos um século depois.

Robert Estivals pode ser considerado o principal teórico, articulador e divulgador contemporâneo da Bibliologia. Obra abrangente sobre Bibliologia e disciplinas correlatas, produzida por verbetes assinados, é a *Les sciences de l'écrit. Encyclopédie Internationale de Bibliologie*, coordenada por Estivals e publicada em 1993 (Estivals, 1993). Nessa obra, os nomes a quem Estivals dedica o trabalho são emblemáticos de sua compreensão sobre a disciplina: "*A la mémoire de l'abbé Rive, de Gabriel Peignot et de Paul Otlet*" (Estivals, 1993a, p. 12).

[1] No original em francês: *génie*.

Para Estivals (1993b, p. 30), pode-se formular a hipótese de uma relação entre o Iluminismo, a Enciclopédia de Diderot e o nascimento da Bibliologia na França. Segundo ele, até bem recentemente, o termo Bibliologia era mais conhecido por seu uso inicial como ciência do livro por Gabriel Peignot. Após novos estudos, foi aceito que o abade Jean-Joseph Rive (presente na dedicatória da Enciclopédia de Bibliologia, como mencionamos) trabalhou no desenvolvimento da teoria da disciplina entre 1781 e 1786, em material que foi publicado em 1790. Estivals afirma que outros estudos identificaram o uso da palavra bibliologia em 1580 pelo italiano Ulissis Aldrovandi, e há também a identificação da existência de trabalhos bibliológicos árabes entre o século X e XV (Estivals, 1993b, p. 30).

A despeito dos usos anteriores do nome bibliologia, Estivals (1993a, p. 8) afirma que a obra fundadora da Bibliologia no Ocidente foi a de Gabriel Peignot, publicada em 1802 e 1804, sob o título de *Dictionnaire Raisonné de Bibliologie*. Essa obra manteve-se como grande referência sobre a disciplina em diversos países. No século seguinte, em 1934, foi publicada o que Estivals considera como nova obra síntese sobre Bibliologia, o Tratado de Documentação, de Paul Otlet.

Pelo caráter fundador do Tratado de Documentação de Otlet, Estivals (1993b, p. 31) afirma que essa obra fez renascer o interesse sobre a Bibliologia, mas que ela foi esquecida até depois da Segunda Guerra Mundial. Por volta dos anos 1970 e 1980, no contexto dos estudos das *Sciences de l'Information et de la Communication*, a disciplina Bibliologia foi retomada e desenvolvida na perspectiva dos estudos da escrita e da comunicação escrita, e não mais como ciência do livro. Essa retomada e desenvolvimento foi realizada em especial pelo próprio Estivals. Desde 1981, colóquios sobre Bibliologia ocorreram na Europa e em países francófonos (Argélia, Marrocos e Tunísia), levando à formação da *Association Internationale de Bibliologie*, em 1988 (Estivals, 1993a, p. 8-10). Estivals foi um dos grandes responsáveis por essas ações, como dissemos, assim como pela *Revue de Bibliologie: Schéma et Schématisation*[2], produzida de 1968 até seu falecimento em 2016.

[2] *Revue de Bibliologie: Schéma et Schématisation* foi a revista da *Association Internationale de Bibliologie*. Link

As definições atuais de Bibliologia, para Estivals (1993b, p. 46-47), não são claras, distinguindo-se a depender das orientações dos autores. Ele afirma que podem ser identificadas três orientações. Uma primeira orientação é caracterizada como biblioteconômica, sendo marcante no mundo anglo-saxão, em que se preserva a relação Bibliografia-Bibliologia. A segunda orientação, mais relacionada à história e sociologia do livro, considera a Bibliologia como a ciência do livro. A terceira seria a mais nova e vanguardista, segundo suas próprias palavras, desenvolvendo-se no contexto das *Sciences de l'Information et de la Communication* como ciência da escrita e da comunicação escrita. Segundo Estivals, esta concepção é a aceita como objeto de estudo pela Bibliologia e adotada pela *Association Internationale de Bibliologie*. Essa é a concepção desenvolvida pelo próprio Estivals.

Estivals (1993a, p. 7-9) afirma que a Bibliologia se distanciou lentamente da Bibliografia e da Biblioteconomia nos séculos XIX e XX, tornando-se objeto de estudos de muitos autores em diversos países. Segundo ele, esses estudos partem das necessidades de comunicação a que respondem os sistemas de escrita. Estivals discorre sobre estes estudos, os quais receberam a denominação de teoria da esquematização.

Para tratar dessa teoria, Estivals menciona o Tratado de Documentação. Como consta no Tratado, a "arte de elaborar esquemas (a esquemática) deve tornar-se um ramo da bibliologia; ela é, assim como esta, a teoria do registro e da exposição metódica dos conhecimentos científicos" (Otlet, 1934 – 222.32 *Images schématiques*, 6.). Assim, Estivals desenvolve sua proposta, a partir de Otlet, em verbete próprio da Enciclopédia de Bibliologia denominado *Schématique (Schématisation, Schéma, Schématisme)* (Estivals, 1993c, p. 479-480). Estivals explica que a esquematização se refere ao estudo de procedimentos de elaboração, de representação e de comunicação dos conhecimentos. Ela é adotada para analisar os procedimentos mentais de redução da informação. Os procedimentos de síntese são realizados para a organização esquemática de conhecimentos de forma gráfica. Assim, o esquema constitui um conjunto

de acesso à Revista: http://www.aib.ulb.ac.be/ssb.html Acesso em: 24 nov. 2013.

de linhas cruzadas, setas ou arcos. O esquema é construído para funcionar como o significante do esquema mental significado. Estivals afirma ainda que, como resultado, o esquema envolve ao mesmo tempo a semiologia, a linguística, a iconologia e a neurologia.

Estivals explica que a Esquemática teve por base a aplicação da teoria de sistemas à Bibliologia. Por meio dessa teoria, observa-se o documento escrito, quanto à sua composição textual e tipográfica, entre outros, e seus subsistemas de produção, conservação, distribuição e comunicação. Segundo ele, busca-se verificar se a oferta atende à demanda, ou seja, se o sistema está em equilíbrio. Assim, a partir de um diagnóstico, os elementos não operacionais dos subsistemas considerados são modificados, visando restabelecer o equilíbrio. Estivals menciona ainda que os estudos de Bibliologia são distintos dos precedentes, que eram baseados no método da cadeia, em percurso que parte do livro do autor e segue até o leitor. Ele questiona o esquema linear da cadeia, motivo pelo qual a teoria de sistemas mostrou-se pertinente às necessidades da comunicação escrita, exemplificando com a produção de textos comerciais para publicação e a política de aquisição de bibliotecas, entre outros (Estivals, 1993a, p. 9, 1993b, p. 59, 64).

Considerando o percurso da Bibliologia que apresentamos, buscamos a seguir observar o papel exercido por ela, ou que ela pode potencialmente exercer, para a caracterização das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica.

A Bibliologia proposta por Peignot é voltada aos aspectos teóricos do livro, como uma ciência do livro. No entanto, como vemos pelas definições apresentadas por ele em 1802, trata-se de uma ideia alargada de livro, que contempla certos escritos existentes à época, envolvendo vários tipos de escrita e modos de registro, além da ideia de objeto de registro de conhecimento.

As definições de Peignot sobre Bibliologia indicam que ela é a apresentação esquemática de todos os conhecimentos, ou a organização dos

conhecimentos, considerando os registros que os expressam, tendo em vista acompanhar o progresso intelectual. Podemos dizer que a Bibliologia de Peignot é caracterizada pela atividade de mapeamento dos conhecimentos produzidos em livros e outros escritos, cujos produtos são enciclopédias, com sua organização sistemática e relacional. Embora a Bibliografia tenha se desenvolvido também como atividade de mapeamento dos conhecimentos produzidos em livros e outros escritos, seus produtos referem-se a listas de referências de textos selecionados segundo critérios, apresentadas sob diversos arranjos, os quais funcionam como mecanismos de navegação e busca. Ainda que objetivos e produtos se diferenciem, a Bibliografia foi posta, por aqueles que conceberam a Bibliologia, como faceta técnica-operacional desta.

Constatamos assim que a diferenciação dos produtos chamados de bibliológicos ou de bibliográficos foi usada para uma caracterização dicotômica de disciplinas, respectivamente, de cunho teórico ou técnico, o que pode ter contribuído para a produção de fissuras posteriores no pensamento do campo da atividade documentária bibliográfica. Nesse pensamento, os elementos concretos, como o são os produtos das atividades, são os mais fáceis de perceber, sendo por isso tomados para uma compreensão do campo. Em um movimento de cientifização do campo, no entanto, os métodos bibliográficos devem ser abordados a partir de um conjunto de fundamentos que os congregue, e considerados os objetivos que permitam obter produtos que lhes correspondam.

No Tratado de Documentação, publicado em 1934, é evidente o esforço de generalização e abstração, inclusive tendo por base terminologia que atenda a esse movimento. Otlet fala da necessidade de uma Bibliologia que deve reunir as disciplinas que tratam do livro. Seria uma Bibliologia voltada à "a arte de escrever, de publicar e difundir os dados da ciência (...), uma ciência e uma técnica gerais do documento, (...) uma ciência geral que contemple o conjunto sistemático, ordenado, dos dados relativos à produção, conservação, circulação e uso dos escritos e documentos de todo tipo (...), ciência teórica, comparativa, genética e abstrata, abrangendo todos os

livros, todas as espécies e todas as formas de documentos" (Otlet, 1934 – 112 *Nécessité d'une Bibliologie*).

Em relação à Bibliologia de Peignot, para Otlet, distintamente, o livro pode ser estudado a partir de diversas perspectivas científicas, como a linguística, a tecnológica, a lógica e a sociológica (Estivals, 1993a, p. 8).

Outra distinção em relação à Bibliologia de Peignot, é que Otlet amplia os tipos de documento que seriam foco da disciplina para além do livro e outros escritos, embora reitere sua centralidade. Era claro para Otlet que o livro era um dos tipos de documento, além dos documentos audiovisuais, por exemplo, então em franco desenvolvimento. Em *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*, obra espanhola que é uma das mais reflexivas sobre o Tratado de Documentação, Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 305) afirmam que Otlet adota a forma 'livro ou documento', mantendo a primeira palavra apenas em regime de conservação dos usos. Podemos dizer, assim, que Otlet fez uso destas palavras, juntas ou separadas, em função da necessidade de se fazer compreendido, frente à primazia do objeto livro na produção intelectual e artística. De fato, observamos no Tratado que Otlet fez uso da expressão 'livro e documento' no início, mas privilegiou 'documento' em quase todas as páginas seguintes.

Diferente de Peignot que trabalha com a apresentação esquemática de conhecimentos, Otlet desenvolve a ideia de cadeia documentária, no sentido dos diversos processos concatenados desde a produção dos documentos, sua organização e guarda, até as atividades que permitem fazê-los chegar às mãos dos leitores, incluindo o uso que estes fazem daqueles. A proposta de Otlet sobre a cadeia ou ciclo, como indica o enunciado *Les operations relatives aux Livres et aux Documents s'enchaînent el forment un cycle* (Otlet, 1934 – 416 *Operations*, a), contribuiu para o desenvolvimento das atividades documentárias como conjunto de processos ordenados e articulados em direção à produção do documento como objeto ressignificado e que pode permitir que as mensagens sobre os objetos de interesse, assim como os próprios objetos, cheguem a seus públicos destinatários.

Por sua vez, Estivals não incorpora o método da cadeia em sua proposta, a Esquemática. De fato, a ideia de cadeia ou de ciclo para a fundamentação dos processos documentários deve ser rediscutida, nos casos em que é apresentada de modo linear, do emissor ao receptor, e em abordagem mecânica. De qualquer modo, a superação da ideia de uma cadeia fica evidente na concepção do sistema pelo processo de retroalimentação. Menos conhecida, mas muito relevante é a afirmação sobre a motivação inicial do sistema técnico-social encontrar-se no destino do objeto que é potencialmente um documento, como concebe Meyriat (1981). Termos mais adequados devem ser buscados, como fluxo documentário, que é adotado neste trabalho. A questão é tratada na parte final deste capítulo.

Quanto à Bibliologia proposta por Estivals junto a outros pesquisadores na *Encyclopédie Internationale de Bibliologie,* de 1993, os conceitos relacionados às ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica são secundários. O plano de organização da Enciclopédia apresenta os verbetes reunidos em 11 grandes grupos temáticos, com títulos próprios e hierarquizados dos mais abrangentes para os mais específicos. O último grupo, de número 11, é justamente o que apresenta os estudos de mediação que estudamos, no entanto, sob o nome de 'As técnicas', reunindo três verbetes: As técnicas gráficas; A bibliografia; e A biblioteconomia.

Podemos dizer que os estudos bibliológicos – voltados ao estudo do livro e, depois, ao estudo da escrita e da comunicação escrita – permeiam o campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, por tratarem da produção e circulação dos livros e demais escritos e do mapeamento destes documentos em relação ao conhecimento a que se referem e aos interesses que motivam esse mapeamento. Nesse sentido, os estudos bibliológicos podem contribuir para a representação de documentos em sistemas de informação e para a oferta de serviços bibliográficos.

Mas, pela própria questão temporal, foi a Bibliologia do final do século XIX a que foi adotada como lugar teórico de onde partiu Otlet

para fundamentar o conceito de documento, na perspectiva de que todo e qualquer objeto pode funcionar informacionalmente. O livro como objeto simbólico, na perspectiva da Bibliologia, foi o ponto de partida para a proposição inicial do conceito de documento por Otlet. De modo relacionado, a concepção otletiana toma o livro como documento, sob bases teóricas e metodológicas desenvolvidas a partir de um extenso quadro empírico significativamente sistematizado, principalmente, no contexto das disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia, então em processo de constituição (Ortega; Tolentino, 2020). Diferentemente dos outros estudos bibliológicos citados, como os de Peignot e os de Estivals, Otlet se debruça, em termos teóricos e aplicados, sobre processos, instrumentos e produtos documentários, tendo em vista o uso de documentos por certos públicos.

De fato, Otlet pergunta "O que é próprio do livro? O que nele é propriamente bibliográfico?" (Otlet, 1934 – 115 *Objet propre de la Bibliologie*). À falta de uma resposta precisa, mas considerando o desenvolvimento de suas ideias, podemos afirmar que Otlet não entendia que apenas o livro pudesse ser caracterizado como objeto bibliográfico.

Desse modo, como caracterizar a mediação documentária bibliográfica, haja vista que o radical biblio- é entendido hoje em sentido ordinário como relacionado ao livro e escritos em geral? Se o radical biblio- relaciona-se a livro também no uso ordinário das denominações Bibliografia e Biblioteconomia e termos derivados, como podemos definir 'bibliográfico'? Junto a isso, é comum o uso da definição negativa (ainda que insuficiente) de 'bibliográfico' e de Biblioteconomia, referindo-se a todos os temas que não se referem ao escopo da Arquivologia ou da Museologia. No contexto da institucionalização da pesquisa brasileira sob a denominação Ciência da Informação, as definições do senso comum ganham novos contornos. Assim, a reboque da definição negativa que mencionamos, a pesquisa e os pesquisadores e pós-graduandos que não se ocupam da Arquivologia ou da Museologia são considerados como pertencendo ao grupo da 'Ciência da Informação', a despeito da diversidade de conteúdos desenvolvidos sob este nome.

Em busca da especificidade das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, observar a relação entre o radical biblio- e o objeto livro pode ser proveitosa.

Em seu *Histoire du livre*, de 1954, Eric de Grolier afirma que as origens do livro se confundem com aquelas da linguagem, por um lado, e da arte, por outro lado. Grolier pauta-se na generalização realizada por Otlet, dizendo que ele considera o livro como um tipo de memória objetivada da humanidade, durável e confiável, que substitui as memórias subjetivas, transitórias e não confiáveis dos homens individuais, caracterizando-se, portanto, como um instrumento, imaginado pelo homem para auxiliar seu pensamento. Nesse sentido, Grolier questiona se o livro pode ser definido como usualmente é visto, uma vez que outros tipos de livros existiram antes e deverão existir no futuro (Grolier, 1954, p. 5 e 7).

A despeito da presença do livro no imaginário como texto escrito e impresso em formato dobrado, a história desse objeto remete aos rolos e códices, assim como conduziu posteriormente a formas digitais. Importa reconhecer ao menos dois usos do nome 'livro': o formato livro e a tipologia documental livro, ambos relativos a objetos produzidos em suportes materiais diversos. Sob esse ponto de vista, faz-se necessário distinguir suporte material, formato e tipologia. Para tanto, é preciso observar o percurso que precede o surgimento do livro impresso e continua depois dele, considerando o desenvolvimento da produção textual, segundo as tecnologias em voga, sob influência de mudanças econômicas e sociais, tanto quanto fomentando mudanças desta ordem.

Tomando por base artigo desenvolvido anteriormente (Ortega; Tolentino, 2020), sintetizamos o que segue.

A produção de inscrições na Antiguidade contou com registros em paredes ou em materiais como pedras, ossos, madeiras e argila, e mais tarde com o uso do papiro e do pergaminho. Ainda na Antiguidade, os materiais de escrita passaram a ser produzidos na forma de rolos, mas também, a partir do século II, na forma de códices. Considerando o avanço dos novos

formatos usados para a escrita, a leitura dos rolos era complexa, pois era necessário desenrolar e enrolar ao mesmo tempo, dificultando o trabalho sobre vários rolos. Além disso, na escrita em rolos, ainda não era usual separar palavras, distinguir maiúsculas e minúsculas e usar pontuação. De fato, a separação das letras em palavras e frases desenvolveu-se muito gradualmente. O códice, que era feito de folhas encadernadas, também não contou inicialmente com uma estrutura textual propriamente dita, a qual estava ainda em desenvolvimento. Mas o códice progressivamente suplantou o rolo, que foi praticamente abandonado no século IV. A partir daí, os livros em sua maioria eram produzidos como folhas reunidas de formato retangular. Esse formato, o de códice, apresentava melhores condições de organização dos conteúdos, o que contribuiu grandemente para a estruturação do texto, como o conhecemos hoje. O códice também era mais fácil de transportar, por ser pequeno, ao mesmo tempo em que possibilitava o registro de maior quantidade de textos.

Bem mais à frente, no século XV, com a máquina de tipos móveis de Gutenberg, é que foram produzidos os livros impressos, os quais, apenas no século XIX passaram a ser produzidos mecanicamente. Em meados do século XX, com o uso de computadores, os livros eram produzidos em meio digital, e finalizados, distribuídos e lidos como livros impressos. Ainda neste século, livros digitais passaram a ser apresentados em tela ao leitor, e somente depois acessados *online*.

Como podemos ver, a distância temporal entre uma tecnologia e outra foi ficando cada vez menor. Quanto às semelhanças entre o rolo e a tela do computador ou de outros dispositivos similares, é preciso considerar que o texto que hoje compõe a tipologia documental livro não correspondia à incipiente produção escrita dos rolos da Antiguidade. Por sua vez, vários autores entendem que o livro que compõe o imaginário social advém do códice, pois esse formato alterou significativamente – mais que o livro impresso inaugurado por Gutenberg – a forma de leitura e os modos de circulação, incluindo seus aspectos econômicos e sociais. Desse modo, podemos dizer que a tipologia livro se constituiu a partir do surgimento do

códice, haja vista que a existência de capa, títulos e capítulos dos códices conduz a uma estruturação do texto de certo tipo que é pertinente, embora não suficiente, para uma definição de livro.

Assim, quando falamos em livro como formato, está em questão o livro 'dobrado', muitas vezes tomado pelo livro impresso, embora possa ser produzido por técnicas artesanais. Já o livro propriamente dito remete a algo mais complexo, correspondente a uma categoria tipológica de objetos de fins comunicacionais, seja em páginas dobradas, seja em tela.

O livro e demais escritos correspondem à categoria de compreensão do documento proposta por Meyriat (1981) como 'documento por intenção'. A constituição do objeto livro fez-se na perspectiva de objeto que é percebido e deve funcionar como documento, já que é produzido com esta intenção.

Mas, o conceito desenvolvido desde Otlet para documento é o de uma abstração que se faz sobre qualquer objeto. Assim, o livro não é por si mesmo um documento. Embora apresente características documentais por ser um 'documento por intenção', segundo Meyriat, e seja objeto material e simbólico emblemático da história da produção do conhecimento registrado, o livro depende sempre de receber essa atribuição para que funcione propriamente como documento. Se o livro não é por si mesmo um documento, ele também não é por si mesmo um documento bibliográfico. Afinal, um mesmo livro pode ser abordado como um documento bibliográfico, museológico ou arquivístico. Dito de outro modo, se o documento é objeto construído simbolicamente, ou seja, não existe *a priori*, ou *in natura*, o documento bibliográfico também não é objeto pré-existente, pois depende de ações de significação que o tornem como tal.

Segundo Fonseca (2007, p. 21), a etimologia da palavra livro refere-se, tanto em línguas neolatinas como anglo-saxônicas, ao vegetal usado para fabricar o suporte da escrita na Antiguidade. As palavras *livre* em francês, *libro* em espanhol e italiano e livro em português têm sua origem

na raiz latina *liber* e *libri*, enquanto as palavras *book* em inglês e *Buch* em alemão vêm da raiz grega *biblos* e *biblion*.

Como nosso interesse é explorar o significado do adjetivo 'bibliográfico', vamos tratar do radical biblio-, cuja origem está em *biblos* e a forma diminutiva é *biblion* (Cunha, 2013, p. 89).

O uso da palavra *biblos* remete aos rolos, que eram adotados para a escrita, portanto, anteriormente à existência do códice e do livro impresso. Os rolos eram feitos de papiro (um vegetal) e chamados de *biblos* porque eram produzidos na cidade que tinha este nome, hoje localizada no Líbano, embora fosse produzido em uma região mais ampla. Assim, ocorreu a passagem do nome atribuído ao papiro – matéria usada para a produção dos rolos – para o nome dos rolos de papiro em que a escrita era feita (Ortega; Tolentino, 2020).

Segundo Rendón Rojas (2005, p. 134-136), os *biblos* eram objetos valorizados informacionalmente, por esse motivo, coletados e organizados em bibliotecas. Ou seja, quando se falava em *biblos*, estava em causa o conceito de documento, embora ele ainda não estivesse propriamente formulado.

Neste sentido, voltando à origem etimológica da palavra livro no Ocidente, Otlet pautou-se pelos termos Livro e *Biblion* como possibilidades iniciais denominativas a seu objeto de estudo, o documento. Ele propôs e desenvolveu terminologia própria em torno do termo documento, que seria mais geral que Livro, o qual diferencia de livros em geral, e *Biblion,* que ele define como a unidade intelectual e abstrata, que pode ser encontrada concretamente em diferentes formas (Otlet, 1934, p. 43).

No entanto, com o tempo, houve uma redução do significado simbólico de *biblos.* O radical biblio- foi adotado para contemplar textos escritos impressos em suporte papel no formato livro e textos escritos em geral, principalmente os monográficos, assim como processos e disciplinas que supostamente se ocupam apenas desses objetos.

A despeito dos usos do senso comum, livro não se caracteriza por um suporte material em particular (como papel ou qualquer outro), nem se define pelo formato de folhas dobradas. Livro também não implica por si mesmo a característica bibliográfica, pois o adjetivo 'bibliográfico' não remete a aspectos inerentes aos objetos, mas sim às funções que estes objetos exercem, como é o caso dos *biblos* da Antiguidade que compunham acervos de bibliotecas. Assim, a origem da palavra *biblos* permite dizer que as disciplinas dela decorrentes – Bibliografia, Biblioteconomia, Bibliologia –, e seus termos derivados, partem das relações ao mesmo tempo materiais e simbólicas entre certos objetos e os seres humanos no contexto de suas atividades. Não sendo característica inerente ao objeto, 'bibliográfico' pode ser um livro – em cuja origem o adjetivo se encontra – ou qualquer outro objeto.

"Bibliográfico' é um atributo documentário, portanto, construído, dependente de interpretação. Como atributo documentário, ele depende do estatuto simbólico atribuído a um objeto em certas circunstâncias. Considerando os parâmetros que qualificam um objeto como documento, o adjetivo 'bibliográfico' deriva deste conceito, especificando-o segundo particularidades documentárias próprias.

2.2 Biblioteconomia e Bibliografia: origem e desenvolvimento da abordagem documentária bibliográfica

A especificidade da abordagem documentária bibliográfica coloca-se em relação às abordagens arquivística e museológica, uma vez que todas refletem – à sua maneira – a produção e oferta de mensagens sobre documentos a um público. Dentre os estudos documentários, os de abordagem bibliográfica foram os mais presentes na literatura técnico-científica, mas, paradoxalmente, são os mais difíceis de definir.

Essa dificuldade pode ser explicada em parte por constatação feita por Niels Windfeld Lund, após ampla revisão da literatura sobre a te-

oria do documento produzida pela comunidade anglo-escandinava de Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science*-LIS, no original) desde o final dos anos 1980 (Lund, 2009, p. 415-416). Ele afirma que encontrou várias tendências, mencionando duas principais e bastante emblemáticas: uma, relevante para o desenvolvimento de uma base teórica para o gerenciamento profissional de documentos, e outra, favorecendo estudos científicos sobre como os documentos funcionam na sociedade. Para Lund, esse cenário deflagra um importante desafio para a Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Lara (2010, p. 36) entende que a constatação de Lund reflete uma tensão entre um interesse pragmático sobre como lidar com os documentos e um interesse sobre como compreender criticamente o papel dos documentos na sociedade. Lara explica essa tensão, afirmando que, em Ciência da Informação (como denominamos no Brasil), trabalha-se com o documento em duas perspectivas principais: num sentido que caracteriza sua atividade nuclear, em que os documentos originais são selecionados e submetidos a um tratamento com a função de diminuir a dispersão da informação e, num sentido que corresponde ao seu entorno, em que os documentos constituem objeto de análise crítica, como expressão de fenômenos sociais, por exemplo.

Como dissemos anteriormente, essa segunda perspectiva é a privilegiada pela Neodocumentação, cujos estudos foram desenvolvidos principalmente em inglês a partir da década de 1990, inclusive por Lund. A despeito de Lara entender que a primeira perspectiva representa a atividade nuclear da Ciência da Informação, a maior parte dos estudos realizados no Brasil hoje sobre o tema do documento compõe a segunda perspectiva. Lara (2010, p. 36) acrescenta que, muitas vezes, essa tensão entre grupos de interesses se manifesta pela hierarquização das suas atividades, por meio da atribuição de valores de inferioridade e superioridade.

Corroboramos a posição de Lara sobre a hierarquização entre as atividades desenvolvidas pelos dois grupos. Um exemplo dessa hierarquiza-

ção é a antiga e recorrente afirmação de pesquisadores brasileiros de que a chamada Biblioteconomia seria ampliada e ganharia em cientificidade a partir dos estudos da Ciência da Informação proposta nos Estados Unidos. Não à toa, essa afirmação passou a ser novamente realizada quando a Neodocumentação foi aqui introduzida.

O problema decorrente dessas afirmações é o de estarmos trabalhando com objetos diferentes – embora apresentados muitas vezes como objetos relacionados de alguma forma – nos mesmos espaços de ensino e pesquisa. Sendo assim, reiteramos nossa posição de que os estudos sobre ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica são fortemente imiscuídos de estudos diversos que dispersam as questões e suas aplicações, diminuindo suas possibilidades de aprofundamento e avanços. Há um desafio posto, como afirmou Lund, e esse desafio precisa ser enfrentado tanto no plano epistemológico quanto no social e político.

Nossos interesses, como já afirmamos, são os estudos relativos às ações de mediação documentária que têm por objetivo criar as condições para a apropriação da informação. A problematização sobre o tema é necessária, mas não pode prescindir de sua apresentação, sistematização e desenvolvimento.

Dessa maneira, na busca por uma aproximação conceitual à abordagem documentária bibliográfica, encontramos referências pertinentes em publicações de Abadal e Codina e de Rendón Rojas, como segue.

Abadal e Codina (2005) discorrem sobre os sistemas de gestão documentária, os quais podemos considerar, segundo a terminologia que adotamos, como sistemas de informação em abordagem bibliográfica, especificamente bases de dados. Para esses autores (Abadal; Codina, 2005, p. 22, 26, 33), os sistemas de gestão documentária, tomados em oposição aos sistemas de função administrativa, são aqueles voltados à aquisição de conhecimento e satisfação de necessidades de informação mais ou menos complexas, visando atividades de estudo, pesquisa a serviço de projetos, processos de ensino-aprendizagem, apoio à pesquisa e desenvolvimento

etc. Segundo os autores, estes sistemas operam com a informação cognitiva, ou seja, aquela que é útil para aumentar nossos conhecimentos sobre algum aspecto da natureza ou simplesmente para que a humanidade não se veja obrigada a reinventar a roda a cada geração. Abadal e Codina referem-se à informação cognitiva, visando contemplar a classe de informação que constitui o objeto de estudo e de tratamento da documentação, a qual contemplaria toda forma de produção cultural. Os autores do livro citado (Abadal; Codina, 2005, p. 32) e Codina, em artigo publicado anteriormente (Codina, 1994, p. 447), fazem uso, respectivamente, dos termos informação cognitiva e documento cognitivo, citando o livro *Documentologie*, de 1988, de Georges Van Slype. Este autor (Van Slype, 1995, p. 169) considera como elemento capital o que chama de sistema de comunicação cognitiva, pois, somente passando de um suporte inerte (como o papel ou a memória do computador) para uma mente humana, a informação se revela. No entanto, como todo documento é, por definição, dependente da cognição humana para ser interpretado como tal, incluindo os documentos administrativos, apontamos a relevância da definição, mas questionamos a pertinência da denominação, em função da redundância e inespecificidade que ela imprime.

Para Rendón Rojas (2005, p. 114), o homem busca informação para poder realizar a investigação científica, a atividade estética ou recreativa, ou tomar uma decisão da esfera política, administrativa ou da vida cotidiana, como dissemos no capítulo anterior. No entanto, segundo ele, é do âmbito da *Bibliotecología* (segundo terminologia adotada nos países da América Latina de língua espanhola) apenas as buscas por informação em suportes feitos especificamente para transmitir informação.

Embora Abadal e Codina mencionem toda a produção cultural ao falar da informação que é objeto do campo, as atividades apresentadas por eles, para as quais informações seriam necessárias, são relativas a processos de ensino-aprendizagem e à pesquisa técnica e científica. Distintamente, Rendón Rojas é abrangente quanto ao tipo de atividade para a qual informações seriam necessárias, mas quanto ao tipo de documento adotado

em serviços bibliográficos, menciona apenas os documentos por intenção, como categorizou Meyriat, ou seja, apenas os objetos produzidos com intenção de comunicar informação.

Propomos, assim, especificar a abordagem documentária bibliográfica como aquela que contempla o objetivo: de construção de conhecimento necessário a atividades educacionais, científicas e profissionais; de fruição ou experiência estética; e de tomada de decisões relativas a atividades de entretenimento, educação, cultura, saúde e direitos civis. Desse modo, tratamos de atividades humanas que vão da produção de conhecimento à solução de problemas cotidianos, haja vista que toda atividade humana pode ser subsidiada por ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica. Da mesma maneira, todo e qualquer objeto material pode responder informativamente a essas atividades. Maior precisão conceitual, no entanto, é necessária, para que seja possível superar a definição de bibliográfico como o que não é arquivístico nem museológico, pois, se o exercício de construção conceitual opositiva é produtivo, ele não é suficiente, como afirmamos anteriormente.

Assim como as demais abordagens documentárias, a bibliográfica é realizada por meio de atividades que compõem um fluxo, em ordem lógica, funcionando como camadas de significação sobre os objetos, que são então transformados em documentos. Inicialmente, a caracterização do público permite elaborar parâmetros para a seleção de documentos, embora muitas vezes, alguma massa documental já esteja posta, demandando que seja significada quanto aos públicos para os quais possa ser útil. A partir de uma coleção, realiza-se novo processo de significação, que é o da organização da informação, via produção de bases de dados e de arranjos. Os documentos, para que sejam utilizados devidamente, devem ter sua materialidade garantida, para o que, recorre-se a atividades de preservação. Os serviços de difusão e de atendimento, as atividades de formação de usuários, entre outros, voltam-se à mobilização de públicos em direção aos documentos que foram considerados relevantes para eles.

As unidades de informação são setores formalizados de uma instituição em que as atividades documentárias se desenvolvem, como tratamos anteriormente. Dentre essas unidades de informação, as bibliotecas são emblemáticas da atividade documentária em abordagem bibliográfica. Há, também, centros de documentação, centros de memória, entre outros, além de atividades cooperativas na forma de sistemas ou redes de informação. A despeito do papel emblemático das bibliotecas para a constituição e desenvolvimento da abordagem documentária bibliográfica, as atividades bibliográficas não são dependentes da existência de uma unidade de informação, podendo ser desenvolvidas na ausência desta. Como vimos, o que está em questão são os processos que permitem realizar as ações de mediação, pois eles são sempre desenvolvidos sistemicamente. A diferença é a do grau de estruturação do sistema. As unidades de informação podem ser altamente estruturadas, incluindo vários sistemas. As bases de dados e os arranjos são sistemas de informação produzidos no contexto de uma unidade de informação ou não. Os serviços também podem ser produzidos ou não em uma unidade de informação, mas nunca prescindem de leitura, seleção e sistematização da informação. Assim, sistemas de informação mais ou menos estruturados são sempre produzidos.

Para tratar da constituição da abordagem documentária bibliográfica, é preciso considerar os sistemas que lhe deram forma e função. Nesse sentido, temos práticas seculares de produção de bibliografias, tanto quanto de gestão de acervos e serviços de bibliotecas. As bibliotecas, com seus arranjos de documentos e seus catálogos, e as bibliografias são os sistemas de informação seminais do campo. As atividades que caracterizam um e outro espectro do mundo documentário bibliográfico podem ser compreendidas como segue.

Em bibliotecas, realiza-se desenvolvimento da coleção de documentos, arranjo dos documentos da coleção e produção de catálogos destes documentos, oferta de produtos e prestação de serviços, e gestão de processos e serviços, assim como de recursos humanos, físicos, tecnológicos, financeiros. Quanto às bibliografias, trata-se da produção de repertórios

bibliográficos, independentemente da localização dos documentos em bibliotecas ou outros espaços.

Os arranjos de documentos e os catálogos de bibliotecas e as bibliografias constituem, de modo articulado, enunciados sobre os documentos, ou seja, mensagens documentárias, com o fim último de socialização da informação. Esses sistemas e os serviços que lhe correspondem foram produzidos no decorrer do tempo segundo interesses previamente identificados, por serem considerados socialmente relevantes.

O acúmulo gerado por essas atividades a partir da prática empírica, da produção manualística e de concepções teóricas e metodológicas conduziu a composições disciplinares próprias. Assim, a abordagem documentária bibliográfica se constitui por movimentos teórico-práticos constituídos em períodos e locais distintos e sob denominações próprias, apresentando-se como vertentes ou disciplinas. A origem e desenvolvimento da abordagem bibliográfica pode ser identificada nas atividades de gestão de acervos e serviços de bibliotecas e de produção de bibliografias, as quais decorreram na constituição, respectivamente, da Biblioteconomia e da Bibliografia. Posteriormente, os objetos materiais, instrumentos de trabalho, atividades e, principalmente, os aspectos teóricos destas duas disciplinas foram recolocados pela Documentação. A abordagem documentária bibliográfica, dessa forma, para ser identificada e compreendida, implica a consideração de três disciplinas e suas relações: Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação.

A Biblioteconomia e a Bibliografia têm sua marca de constituição disciplinar a partir do século XIX, depois de séculos de tradição empírica e manualística, embora apresentando anteriormente aspectos teóricos dignos de nota. Já a Documentação não existe até o final do século XIX, sendo proposta sob o lastro da Bibliologia. A Documentação proposta por Otlet, a despeito de seu aporte teórico bibliológico, pauta-se nas concepções desenvolvidas até o momento no âmbito da Biblioteconomia e da Bibliografia, uma vez que considera e faz uso de métodos, instrumentos, produtos e instituições em que se desenvolveu a produção de bibliogra-

fias e os serviços de bibliotecas. A Bibliometria, também considerada por Otlet, desenvolveu-se como um trabalho bibliográfico estatístico para a obtenção de medidas da produção do conhecimento registrado e para a gestão dos acervos e serviços de bibliotecas.

Dito de outro modo, a Documentação parte da Bibliologia como teoria e faz uso da Bibliografia como conjunto de métodos e de práticas. Da Biblioteconomia, ela herda principalmente os instrumentos (e métodos associados), assim como suas atividades institucionais de conservação de acervos e oferta de serviços. Frente à consideração de que o documento decorre da interpretação humana de objetos materiais, Otlet observa que ele se produz frente a situações diferentes, não só a bibliográfica, como também a arquivística e a museológica. No entanto, por uma contingência histórica, a Documentação se desenvolveu principalmente em abordagem bibliográfica, ainda que com alguma relação com a abordagem arquivística. Por sua vez, a Bibliografia manteve sua autonomia frente à Documentação (Meneses Tello, 2007, p. 124), como podemos observar nos conteúdos de alguns programas de disciplinas de cursos de formação, nas bibliografias nacionais e nas sociedades bibliográficas, como a da Inglaterra, a dos Estados Unidos e a do Canadá.

Vários autores trabalharam na perspectiva de que o campo se constituiu a partir de disciplinas similares, que foram concebidas e desenvolvidas de maneira relacionada. Dentre eles, está o espanhol José López Yepes (1978), cujo livro *Teoría de la Documentación*, com segunda edição de 1995 sob o título de *Documentación como disciplina*, apresenta uma compilação de publicações selecionadas e organizadas segundo essas disciplinas e suas relações.

Como demonstra López Yepes e muitos outros autores espanhóis e franceses aqui apresentados, anteriormente à elaboração teórica integrada da Documentação, a abordagem documentária bibliográfica foi posta pelas práticas e pela constituição disciplinar da Biblioteconomia e da Bibliografia.

Como disciplinas fundantes da abordagem documentária bibliográfica, tratamos a seguir de cada uma delas – a Biblioteconomia e a Bibliografia – e, em seguida, exploramos as relações estabelecidas entre elas.

As atividades que caracterizaram as bibliotecas marcaram empiricamente a identificação da disciplina Biblioteconomia, sendo a instituição biblioteca de onde parte o reconhecimento social dos serviços e da profissão que os oferta.

Desta maneira, a Biblioteconomia é muitas vezes definida como o conjunto de técnicas de gestão de bibliotecas. Além de se tomar a instituição biblioteca como parâmetro definidor da Biblioteconomia, é típico caracterizá-la como um fazer prescritivo, cujas técnicas seriam realizadas com o uso de instrumentos considerados universais e de legitimidade internacional. No entanto, Biblioteconomia refere-se à gestão de sistemas bibliográficos e seus serviços, sendo a biblioteca um tipo de unidade de informação relevante tanto em sua história quanto no cenário contemporâneo. Quanto à prescrição, ela é necessária à toda atividade documentária. Mas, a prescrição é marcante na atividade bibliográfica, pois muitas vezes os objetos sobre os quais ela se desenvolve, como os livros, apresentam normalização editorial e são produzidos na forma de exemplares idênticos; nestes casos, a representação documentária pode ser relativamente a mesma em sistemas diferentes. A despeito dessas particularidades, a superação do estatuto prescritivo e instrumental que é atribuído à Biblioteconomia de maneira ainda recorrente, e de sua definição como atividade desenvolvida em bibliotecas, mostra-se cada vez mais urgente.

É em função desse cenário que Hector Guillermo Alfaro López, do México, trata da visão de mundo que se cristalizou obstaculizando a abstração sobre a biblioteca. O autor inicia o livro com a frase "A biblioteca não nos deixou pensar na Biblioteca" (Alfaro López, 2010, p. 3, tradução nossa). Em seguida, chama a atenção para a grafia: biblioteca e Biblioteca remetem, respectivamente, à ordem do concreto, imediato e fático, e à ordem do abstrato, intelectivo e conceitual. Alfaro López en-

tende que biblioteca e Biblioteca representam duas ordens cognoscitivas diferentes, ainda que estreitamente conectadas, motivo pelo qual deveriam ser indissociáveis. Sugestivo também é o título do primeiro capítulo do livro em que o autor registrou a frase de que tratamos: *La biblioteca como obstáculo epistemológico*.

Nesse capítulo, o autor discorre sobre cada uma das bibliotecas – a biblioteca e a Biblioteca –, como segue (Alfaro López, 2010, p. 3-4). A biblioteca é uma entidade concreta: é a biblioteca específica e particular que tem funções e serviços determinados oferecidos para a coletividade. Por sua vez, a Biblioteca é uma construção abstrata, portanto, elaborada intelectivamente a partir de conceitos, segundo uma arquitetura teórica. A Biblioteca é todas as bibliotecas e ao mesmo tempo nenhuma delas: é a Biblioteca que deveria dar forma, sentido e funcionalidade aos distintos tipos de biblioteca. Assim, menos que duas facetas diferentes de um mesmo objeto, biblioteca e Biblioteca interagem entre si como um *continuum,* que parte da elaboração abstrata e segue até cada uma de suas manifestações concretas, e vice-versa, das manifestações concretas à elaboração abstrata.

Alfaro López pergunta qual seria o motivo de a biblioteca dificultar que a Biblioteca se constitua. Segundo ele (Alfaro López, 2010, p. 4), a elaboração abstrata que permite a construção teórica sobre a diversidade de práticas e de objetos próprios e definitórios do campo da Biblioteconomia [*Bibliotecología*, no original em espanhol] é vista como alheia à dinâmica do dia a dia da atividade bibliotecária. Esse cenário é explicado pelo autor como decorrente de a atividade bibliotecária ter se estabelecido a partir de fazeres orientados pragmaticamente e cuja sustentação funda-se na funcionalidade técnica de tradição empirista, ou, sob variáveis mais favoráveis, na vertente positivista. De modo bastante interessante, Alfaro López afirma que essa visão de mundo forneceu segurança psíquica e cognoscitiva à maioria dos integrantes do campo. O autor menciona a estranheza que a Biblioteca pode causar entre integrantes do campo e afirma que a construção de abstrações é rechaçada de diversas maneiras, incluindo a violência simbólica. Ele ressalta, de maneira contundente, mas realista, segundo

nosso entendimento, que é imperioso reparar essa situação para evitar a estagnação ou mesmo a regressão do campo.

Corroboramos a explanação do autor sobre o pensamento concreto que marcou o campo da Biblioteconomia, e foi assim naturalizado, e sobre a necessidade de mudanças de base. Buscando por alguma evidência de origem desse pensamento, vale mencionar novamente o que consideramos como a primeira fissura proposta entre aspectos teóricos e aspectos técnicos-operacionais, qual seja, a Bibliologia em relação à Bibliografia, como elaborado por Peignot, no início do século XIX.

Na Itália, Giovanni Solimine publicou o livro intitulado *Introduzione allo studio della Biblioteconomia: riflessioni e documenti*, em 1999, por meio do qual trata de conceitos fundamentais e questões relativas aos sistemas e serviços em abordagem bibliográfica, como denominamos aqui. Uma análise da estrutura do livro, por meio dos títulos dos capítulos que o compõem, permite identificar abstração sobre o nome biblioteca e referência ao seu papel mediacional, questionamento sobre o livrocentrismo, compreensão do bibliotecário como um profissional intelectual-técnico [*intellettuale-tecnico*, no original em italiano] e exploração disciplinar múltipla, englobando Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação.

Visando tratar do domínio disciplinar da Biblioteconomia, Solimine discorre tanto sobre a disciplina como sobre a biblioteca. Menciona Alfredo Serrai, autor italiano de obra fundamental sobre Bibliografia e Biblioteconomia, que define a biblioteca como uma organização de documentos e de registros [*notizie*, no original em italiano] a seu respeito, de tal forma que seja possível e facilitada a recuperação dos documentos procurados, como já são conhecidos e identificados, ou o encontro com aqueles documentos que se presume úteis ou benéficos (Serrai, 1981, citado por Solimine, 1999, p. 18). Ainda quanto a uma definição de Biblioteconomia, Solimine apresenta a seguinte citação de Petrucciani (1984):

> A biblioteconomia é uma disciplina aplicada, que tem por objeto a concepção, gestão e avaliação de serviços documentários, ou seja, a mediação entre uma coleção documental e um usuário,

> tanto em termos de disponibilidade física como, sobretudo, em termos do aspecto da individuação e seleção intelectual. A pesquisa biblioteconômica deve fornecer conceitos e teorias necessários para uma prática eficaz e autoconsciente. A biblioteconomia tradicional tem sido quase exclusivamente prescritiva (Petrucciani, 1984, citado por Solimine, 1999, p. 35).

Como se vê, a definição de Biblioteconomia de Petrucciani prescinde da biblioteca sem prejuízo de sua compreensão; ao contrário, há maior abstração nessa definição que nas usuais. Por sua vez, Serrai se refere à biblioteca de maneira abstrata: conjunto de documentos e seus registros, a serem buscados ou a serem encontrados, o segundo caso sendo diferente do primeiro, já que a oferta pode e deve surpreender a demanda.

Desse modo, tanto as definições apresentadas por Solimine (de Petrucciani e Serrai), na Itália, quanto as definições propostas por Alfaro López, no México, indicam a biblioteca como sistema bibliográfico, menos que como instituição concreta, do que decorre que a Biblioteconomia como disciplina não se limita à caracterização da instituição biblioteca.

Sob a denominação de Biblioteconomia ou de formas correlatas adotadas em vários idiomas, ênfases distintas foram desenvolvidas e se mantiveram até hoje. Junto a isso, no entanto, fenômeno homogeneizador ocorreu. Após séculos de arranjos e catálogos produzidos nas bibliotecas europeias, as sistematizações realizadas na Inglaterra contribuíram para os primeiros estudos nos Estados Unidos, os quais conduziram à proposição de modelos de trabalho que se disseminaram em praticamente todo o mundo.

Diferentemente, no caso da Bibliografia, práticas, manuais e textos teóricos não constituíram somente vertentes distintas de uma disciplina. De certa maneira, podemos dizer que várias Bibliografias tomaram forma no decorrer do tempo, dada a diversidade de enfoques e objetivos.

Considerando nossos interesses, vamos adotar a divisão usual da Bibliografia em dois grupos, a despeito da diversidade de estudos e produtos que compõe em especial o segundo grupo voltado ao estudo de textos.

Tomando por base os estudos de Araújo (2015) e de Tolentino (2021), propomos o primeiro grupo relativo à produção de repertórios bibliográficos diversos, e o segundo grupo, relativo ao estudo dos textos, na perspectiva de sua materialidade. Cada um desses grupos recebeu denominações variadas. Os dois grupos e suas denominações seguem sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Divisão da Bibliografia em dois grupos e suas denominações

Denominações adotadas em cada grupo da Bibliografia	Características e marcos de cada grupo da Bibliografia
Bibliografia Enumerativa, Sistemática, Bibliotecária, de Repertórios	Este grupo reúne os estudos sobre as técnicas de produção de repertórios, desde listas inventariais a catálogos e bibliografias, como mapas da produção do conhecimento registrado, elaborados por meio de seleção de documentos, descrição e recursos de navegação e acesso. Esses estudos são identificados como Bibliografia tradicional, sendo desenvolvidos em especial na Europa continental. A obra considerada como referência inicial deste grupo é a *Bibliotheca Universalis*, produzida entre 1545 e 1555, por Conrad Gessner, em Zurique.
Bibliografia Textual, Analítica, Material	Este grupo abarca estudos sobre o livro e outros documentos, tendo em vista que os aspectos formais dos textos são indicativos de seus significados. A obra que pode ser considerada marco inicial desse grupo é o *Dictionnaire Raisonné de Bibliologie*, publicado em 1802, por Gabriel Peignot. A Bibliologia, que tratamos anteriormente, está entre as disciplinas seminais deste grupo, a partir da qual se desenvolveram algumas das pesquisas sobre os estudos do livro.

Fonte: Baseado em Araújo (2015) e Tolentino (2021).

Quanto ao segundo grupo da Bibliografia, denominado Bibliografia Textual, Analítica ou Material, há livro contemporâneo que é indicativo destes estudos: *A new introduction to bibliography*, de Philip Gaskell, publicado na Inglaterra, em 1972. A publicação da tradução deste livro para o espanhol ocorreu em 1999 e recebeu o nome de *Nueva introducción a la*

Bibliografía Material, como um modo de evidenciar, em solo europeu, a vertente bibliográfica a que se refere este trabalho.

Tomando por base o livro de Gaskell (1999), podemos dizer que esse segundo grupo da Bibliografia envolve ao menos dois enfoques:

Quadro 2 – Enfoques desenvolvidos no grupo de Bibliografia Textual, Analítica e Material

Nome dos enfoques do grupo de Bibliografia Textual, Analítica e Material	Descrição dos enfoques do grupo de Bibliografia Textual, Analítica e Material
Estudo dos livros como objetos tangíveis	Estes estudos incluem a descrição detalhada de aspectos formais do impresso, como caracteres e composição do texto, além do tipo de material e formas de apresentação (encadernação, por exemplo), e estudos sobre as tecnologias de produção e as características dos produtos resultantes como objetos da comunicação escrita
Ciência da transmissão de documentos literários	Estes estudos voltam-se à genealogia e às relações entre variações dos textos no contexto dos seus processos de produção e reprodução, com o fim de identificar sua versão mais confiável. A Sociologia dos Textos e a História/Crítica Literária podem ser identificadas neste segundo enfoque.

Fonte: Baseado em: Gaskell (1999, p. XIV-XV).

Os estudos desse segundo grupo da Bibliografia, em especial os denominados Bibliografia Material, contribuem para a representação dos documentos realizada na produção de sistemas de informação (como dissemos anteriormente a respeito dos estudos bibliológicos, no caso dos estudos do livro, por exemplo). Essa contribuição se evidencia na chamada Biblioteconomia de Obras Raras/Coleções Especiais. Trata-se de vertente da Biblioteconomia constituída por profissionais e pesquisadores especializados em documentos que apresentam características particulares, a despeito de constituírem a mesma edição de uma obra ou os mesmos exemplares de uma edição. Para representação desses documentos, esses profissionais recorrem aos estudos e manuais bibliográficos voltados à descrição dos aspectos formais de livros e outros documentos. Esses documentos individu-

alizados decorrem de sua produção antiga, não normalizada, ou de marcas que os distinguem entre si, sendo valorizadas por essa distinção.

Importante comentar a ideia de materialidade que marca esse segundo grupo da Bibliografia, a qual recebe denominações como Bibliografia Material, ou, menos frequentemente, Bibliografia Física. A materialidade é mencionada pelos autores como característica distintiva deste tipo de trabalho bibliográfico, pois, diferente dos estudos literários em geral, são relevadas as implicações da materialidade dos textos na sua leitura e interpretação, na produção de novos textos e nas condições de circulação dos textos. A estrutura formal do texto e suas inscrições particulares, como selos e assinaturas, são especialmente consideradas.

Cabe observar que a materialidade também é marca do primeiro grupo – a Bibliografia de Repertórios –, pois essa é a marca de todo trabalho documentário, haja vista que ele se pauta por objetos materiais abordados informacionalmente. Deste modo, a materialidade é considerada tanto na Bibliografia de Repertórios quanto na Bibliografia Material. No entanto, os estudos e manuais da Bibliografia Material não se desenvolveram propriamente na perspectiva do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, uma vez que são adotados como subsídio a pesquisas literárias, históricas, dentre outras. A ênfase à materialidade na Bibliografia Material se faz quanto à sua relação com essas pesquisas literárias, históricas, dentre outras, mas não quanto à Bibliografia de Repertórios.

De qualquer modo, a Bibliografia de Repertórios se alimenta das especificidades desenvolvidas na Bibliografia Material, não sendo desejável prescindir destas. Faltaria, no entanto, que essas especificidades sejam incorporadas ao campo de conhecimento das atividades documentárias em abordagem bibliográfica, possibilitando o desenvolvimento de uma Biblioteconomia de Obras Raras/Coleções Especiais, na forma de uma especialização da Biblioteconomia.

A Bibliografia como um todo envolveu o trabalho em bibliotecas, o comércio livreiro, o colecionismo e os estudos dos eruditos. Hoje, essa disciplina envolve profissionais e pesquisadores de Biblioteconomia, História, Literatura e pesquisadores da cultura material em geral.

A denominação Bibliografia é adotada na atualidade de maneira significativa na Itália. Como menciona Araújo (2015, p. 120), o italiano Alfredo Serrai é um dos grandes nomes da Bibliografia, por sua obra *Storia della Bibliografia*, publicada em 11 volumes e 13 tomos, entre os anos de 1988 e 2001; nesta obra, Serrai realiza uma reflexão filosófica e histórica sobre a Bibliografia. Tolentino (2021, p. 70) agrega os seguintes autores à produção italiana sobre Bibliografia dos anos 1980 até a atualidade: Luigi Balsamo, Rino Pensato, Attilio Mauro Caproni, Renzo Frattarolo, Guerriera Guerrieri, Enzo Esposito e Andrea Capaccioni.

Dentre esses autores italianos, Luigi Balsamo realizou amplo estudo histórico sobre a disciplina Bibliografia, publicado em 1984 e reeditado pela última vez em 2017, com traduções publicadas na década de 1990 em espanhol e inglês. Para Balsamo (1998, p. 12), a Bibliografia apresenta uma função institucional precisa, desenvolvida no âmbito do sistema de difusão da cultura.

Como temos apontado neste trabalho, ocorreram modos particulares de apropriação das disciplinas constitutivas do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica. A produção italiana é abrangente ao contemplar os diversos sistemas bibliográficos considerados no primeiro grupo da Bibliografia, mas também os estudos do livro que compõem o segundo grupo. O termo Bibliografia na Itália é, portanto, desenvolvido sob o ponto de vista das disciplinas Biblioteconomia e Bibliografia, tendo em conta a interrelação que as define e caracteriza.

De certo modo, no Brasil, seguimos o caminho contrário, adotando o termo Biblioteconomia, com a incorporação de elementos da Bibliografia, embora tenhamos apagado a maioria destes elementos!

Dessa maneira, a despeito da contribuição dada pela especificidade de cada disciplina bibliográfica, é o conjunto teórico-prático resultante da relação entre as duas disciplinas que se pode entender como constitutivo do campo. Alguns aspectos dessas disciplinas têm sua articulação explicitada de alguma maneira, outros mal foram considerados, mas implicitamente, percebe-se sua relação. Alguns autores discorreram sobre a relação entre processos e produtos realizados no âmbito das duas disciplinas bibliográficas, como segue.

Balsamo (1998, p. 15) entende que o registro (*notitia bibliothecaria*, no original em latim) que compõe os repertórios bibliográficos e os catálogos de biblioteca constituiu a base para a construção doutrinária das disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia.

O autor se refere à origem do registro bibliográfico, que definimos aqui como unidade principal de trabalho de uma base de dados, do que decorre que seja a unidade de interpretação do sistema (Ortega; Lara, 2010b, p. 8). Base de dados é termo usado de maneira genérica, incluindo, portanto, tanto bibliografias como catálogos de biblioteca, em meio eletrônico ou não.

Na atualidade, ao menos em alguns idiomas, para tratar do registro bibliográfico, adota-se um termo único, a exemplo do original em latim *notitia bibliothecaria.* Assim, temos: *notice* em francês, *notizie* em italiano e *notícia* em português, de Portugal.

O termo notícia é interessante porque abarca o conceito sem fragmentá-lo em termos diferentes, a depender do tipo de sistema de informação em questão, como ocorre em língua portuguesa do Brasil. Por isso, falamos em referências de uma bibliografia, fichas de um catálogo de biblioteca e registros de um catálogo eletrônico de biblioteca ou de bases de dados bibliográficas em geral. Como sabemos, a consolidação de um campo manifesta-se por terminologia bem estabelecida que não se limite à reprodução direta e inquestionada de variações contingenciadas por certos tipos de sistemas de informação.

Tomando por base alguns dicionários especializados em português, de Portugal (Faria; Pericão, 2008a, p. 520: notícia bibliográfica, 2008b, p. 520: notícia catalográfica, e outros verbetes) e em francês (Provansal, 1997, p. 429-431) e (Utard, 2011, p. 32-33), a notícia seria a carteira de identidade de todo o documento, podendo ser a unidade de uma bibliografia, catálogo ou banco de dados documentário, e constituída por um conjunto ordenado de elementos de descrição e de acesso, que permite identificar e buscar o documento.

Nessa linha de raciocínio, Tolentino desenvolve suas pesquisas, tratando da constituição da descrição, tomada como parte central do registro bibliográfico, cuja função é a identificação do documento. O autor parte do entendimento de que a descrição apresenta sua origem nas disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia, considerando as diversas vertentes da primeira e, no caso da segunda, tratando especificamente da Catalogação. Ele considera que o livro impresso foi referência principal para a descrição desenvolvida nestas disciplinas. O processo da descrição, segundo o autor, decorre de séculos de práticas e sistematizações, mas ganha a forma que conhecemos hoje, passando a se disseminar mais amplamente, a partir do século XIX. Deste modo, Tolentino explora os aspectos distintos e comuns desenvolvidos em Bibliografia e em Catalogação para a produção da descrição de documentos.

Tolentino (2021, p. 67) menciona Tanselle (1977), que discorre sobre os dois grupos da Bibliografia, segundo apresentamos. Tolentino entende que o primeiro grupo descrito por Tanselle como compilação de catálogos realizada nas bibliotecas assemelha-se aos processos e objetivos da Catalogação. Já o segundo grupo descrito por Tanselle remete ao que chamamos aqui de Bibliografia Material. Deste modo, segundo Tanselle, as atividades de compilação de catálogos do primeiro grupo remetem à produção de listas de 'cópias específicas' de documentos, enquanto as atividades do segundo grupo se referem à descrição de exemplares (ou itens), cujas diferenças e semelhanças permitem a produção de uma 'cópia ideal' desses exemplares.

Considerando os termos 'cópia específica' e 'cópia ideal', como propostos por Tanselle na perspectiva da Bibliografia (Material), e a terminologia desenvolvida em Catalogação, Tolentino busca estabelecer relações, visando avançar conceitualmente. Tolentino (2021, p. 67) explica que o termo 'cópia específica' refere-se à descrição da manifestação de uma obra, processo que se realiza a partir dos elementos identificados em um determinado exemplar de uma certa edição, por exemplo. O termo 'cópia ideal', por sua vez, refere-se ao processo de descrição baseado no exame da maior quantidade possível de exemplares para entender como uma determinada edição foi disponibilizada. Segundo Tolentino (2021, p. 112), a diferença se coloca na singularidade de cada descrição. Assim, na Catalogação, há a representação de edições de uma obra e, na Bibliografia Material, há o registro de aspectos específicos de exemplares da edição de uma obra, em geral, elementos materiais e formais desses exemplares.

Tolentino (2021, p. 113) desenvolve as especificidades das disciplinas e as relações entre elas a partir do processo da descrição, afirmando que, tanto em Bibliografia (Material) quanto em Catalogação, elaboram-se registros de objetos materiais. Para ele, "a natureza de um registro é determinada pelo objetivo que se quer dele, o qual é condicionado por uma prática intelectual de interesse social" (p. 113). Tolentino desenvolve a distinção, como segue: na disciplina Bibliografia, o processo descritivo evidencia estudos históricos, literários, biográficos, entre outros, da manifestação de uma obra, e, na disciplina Catalogação, o processo está voltado à recuperação da informação de documentos para públicos que possam por eles se interessar. O autor afirma ainda que a normalização, que marca a Catalogação, propicia maior circulação da informação, mas, quando ela é tomada como uma prescrição, morrem seus objetivos. Tolentino finaliza o tema, realizando abstração pertinente e necessária à constituição do campo:

> Conclui-se que a descrição, trabalhada nas disciplinas Bibliografia e Catalogação, aponta para modalidades que se estruturam atendendo a certos objetivos comuns. A descrição é um processo linguístico que visa comunicar algo e o arranjo adotado nesse processo se ampara em uma estrutura conhecida e que serve de referência (Tolentino, 2021, p. 114).

Outros estudos exploraram as relações entre Bibliografia e Biblioteconomia, evidenciando suas práticas e as ideias que fomentaram. Seguem alguns desses estudos, desenvolvidos no México e na Itália, entre outros países.

Meneses Tello (2007, p. 117), do México, afirma que a bibliografia, como ferramenta da pesquisa bibliográfica, e a biblioteca, com seus acervos e serviços bibliotecários, são fenômenos intelectuais à disposição dos usuários que buscam satisfazer necessidades de informação. Na Itália, Balsamo (1998, p. 13) trata do surgimento das bibliografias como relacionado à formação de bibliotecas de instituições abertas ao público nas quais foram aplicadas.

Dessa maneira, muitas bibliografias foram produzidas e as bibliotecas se ampliaram em número, acervos e serviços. Conceitualmente falando, o trabalho em bibliotecas é um trabalho bibliográfico que, para além do fazer bibliográfico propriamente dito, que contempla a seleção e descrição de documentos e o arranjo das referências e índices, agrega as atividades de coleta, ordenação e preservação de documentos, e a oferta de produtos, serviços e demais ações voltadas a públicos determinados.

Crippa, autora pautada por estudos italianos, entre outros, também trata das relações entre Biblioteconomia e Bibliografia no percurso de desenvolvimento de práticas e composições disciplinares. Crippa (2014, p. 82) afirma interpretar o ato bibliográfico como ato informacional. Para ela, a Biblioteconomia pode ser vista como a práxis de constituição, de organização e de gestão de bibliotecas, que impõe necessidades logísticas próprias, enquanto a Bibliografia pode ser vista como uma atividade que permite que se estabeleça o contato entre os usuários e o mundo das noções e dos conceitos registrados nos documentos. Para a realização desse contato, segundo ela, é necessário coletar, ordenar, conservar e promover o acesso e a circulação, o que somente é possível em lugares como o são as bibliotecas.

Crippa (2014) entende que é preciso recolocar o papel do século XIX na construção da Biblioteconomia, mas também da Bibliografia. Ela

apresenta esse questionamento por considerar que faltaria observar propostas anteriores e perguntar o motivo de seu esquecimento, haja vista que o século XIX apresenta indícios de um afastamento do caráter mediacional dos sistemas bibliográficos. As afirmações da autora indicam também a necessidade de desconstruir a ideia da existência de obras que teriam construído, de maneira evolutiva, uma "Biblioteconomia única e integrada, na qual se desenvolvem os mesmos protocolos para regular as operações e os procedimentos bibliotecários" (Crippa, 2014, p. 82). Ao invés de buscar por uma história universal da evolução das bibliotecas, a autora afirma sua opção pela busca de "critérios que embasam a competência, funcionalidade e eficiência das estruturas de mediação entre coleções e usuários" (Crippa, 2014, p. 83). Ela lembra ainda que a reconstituição das ideias do campo das bibliotecas, incluindo suas práticas e procedimentos históricos, pode contribuir para ponderar em que medida nos deparamos com inovações ou continuidades (Crippa, 2014, p. 93).

Segundo a autora (Crippa, 2014, p. 82), são raras as obras produzidas antes do século XVIII que tratam de maneira sistemática da biblioteca, mas as ideias que gestaram o campo podem ser encontradas nesse período, na Europa, como se pode ver quanto a dois autores sobre os quais ela se debruça: Conrad Gessner e John Dury.

Crippa discorre sobre o significativo trabalho teórico e metodológico de Conrad Gessner no século XVI, e sua contribuição ímpar para o desenvolvimento de bibliografias, catálogos de bibliotecas e arranjos de documentos, além dos estudos que sua bibliografia fomentou. Gessner teria desenvolvido sua grande bibliografia – a *Bibliotheca Universalis* –, publicada em Zurique, estabelecendo relação entre o conhecimento produzido, as pessoas que o produziram e viriam a utilizá-lo e a estrutura material mediadora necessária a essa relação na forma de referências e índices. Gessner preocupou-se em fornecer ao leitor os elementos que, juntos, possibilitassem a escolha de documentos, funcionando como orientação para essa escolha. Para Serrai (1990, citado por Crippa, 2014, p. 84), havia quatro categorias de elementos a serem consideradas nos documentos:

"o autor, que deve ser entendido como chave de acesso ao repertório; a obra, enquanto objeto específico da bibliografia; o texto, como referência às fontes; a edição, em que se indicam o tipógrafo e o editor". Assim, os elementos centrais da representação descritiva de documentos estavam não apenas identificados no século XVI, mas elaborados como estrutura e método para a realização da atividade. Segundo Crippa (2014, p. 85, 87), a *Bibliotheca Universalis* tornou-se rapidamente muito procurada, entre outros motivos, porque passou a ser usada como referência para a constituição de bibliotecas na composição de seus catálogos, em função de sua estrutura, mas também de seu conteúdo, cujos registros poderiam receber um código de localização dos documentos na coleção da biblioteca. Como modo de propiciar a atualização rápida e funcional do catálogo, Gessner foi o primeiro a propor, em seu *Pandects* (1548), o uso de fichas de papel para os registros bibliográficos, sugestão que foi adotada em um catálogo da Biblioteca Vaticana no final do século XVII (Hopkins, 1992, citado por Frías, 1995, p. 16). Segundo Crippa (2014, p. 87), Gessner trata das bibliotecas como instituições em que documentos são preservados e ofertados aos públicos, e, dos mecanismos bibliográficos de acesso e circulação como modo de estabelecer o contato com os usuários e suas exigências.

Crippa (2014, p. 90) se refere também a John Dury que, na Inglaterra, no século XVII, ressaltou o papel do que denominou bibliotecário (*librarie-keeper,* no original em inglês) como agente educativo, ressaltando que ele não deveria limitar-se à guarda de livros, mas buscar torná-los disponíveis. Crippa (2014, p. 91) menciona a pequena obra de Dury, *The Reformed Librarie-Keeper* (RLK), de 1650, que trata principalmente de bibliotecas universitárias. Nessa obra, segundo Crippa, o autor trata do catálogo como um dos eixos para a mediação necessária ao uso da biblioteca pelos usuários, e discorre, entre outros, sobre uma metodologia para o processo de aquisição de documentos, que também seria uma atividade de mediação. Afirma que, para Dury, não se deve realizar o processo de aquisições levando-se em conta apenas o que é solicitado, e que deve haver interação com os membros da comunidade acadêmica da biblioteca, assim

como contatos e negociações com pessoas dentro e fora da universidade e do país. As várias outras formas de realizar mediação apresentadas na obra demonstram a proposição de Dury sobre como atuar sobre o conhecimento produzido, elaborando mecanismos que seriam necessários para torná-lo útil aos públicos.

A partir da obra desses dois autores, Crippa busca apresentar ideias relevantes sobre o campo da atividade documentária bibliográfica, que foram propostas e implementadas muito antes do século XIX, século que é usualmente tomado como referência principal do campo. A autora afirma que o século XIX parece se afastar de uma linha de raciocínio que envolve a atuação do bibliotecário em uma construção colaborativa com os usuários para se aproximar de uma proposta de organização cada vez mais autônoma, tecnicamente falando, em que o bibliotecário passa com o tempo a ser um "reprodutor de números já dados e o catálogo e suas padronizações não se apresentam como interface amigável para o público..." (Crippa, 2014, p. 94). Para ela, ao longo do tempo, os estudos sobre Biblioteconomia apresentaram enfoques em que a técnica da organização da informação não se voltou diretamente para a mediação com usuários, mas privilegiou "a eficiência pela padronização, à qual o usuário deveria se submeter sem poder se tornar protagonista..." (Crippa, 2014, p. 93).

De maneira semelhante, diríamos que a atuação autônoma e crítica do bibliotecário foi diminuída em função do uso de instrumentos tomados como universais, ou seja, considerados suficientes em qualquer contexto. Essa mudança implicou menor protagonismo da atuação bibliotecária, o que impossibilitou (ou dificultou, na melhor das hipóteses) o protagonismo do usuário.

Crippa apresentou indícios de que o período anterior ao século XVIII foi significativo no que tange à literatura produzida sobre mediação documentária em abordagem bibliográfica e a práticas relacionadas. Comparativamente, a autora questiona o modo de desenvolvimento do

campo no século XIX, pois nele foi priorizado o uso de certos padrões então constituídos, em detrimento dos seus contextos de aplicação.

De nossa parte, avaliamos que se faz necessário revisitar o pensamento da Biblioteconomia do século XIX, haja vista que apreendemos dele o que decorreu de uma leitura rápida, considerada pertinente para a resolução dos problemas imediatos de organização de bibliotecas, a despeito de fundamentos relevantes que lhes são subjacentes. Ao mesmo tempo, cabe distinguir os procedimentos mais abertos propostos na Europa para as bibliotecas, como ocorreu na França, e os procedimentos normativos que foram estabelecidos posteriormente nos Estados Unidos, regidos por parâmetros pragmáticos replicáveis em bibliotecas.

Manuais de Biblioteconomia, em especial os produzidos na França no século XIX e início do século XX, voltavam-se à operacionalização do trabalho em bibliotecas, depois servindo também de material para os exames de obtenção do diploma de bibliotecário. Esses manuais são representativos da sistematização do conhecimento que permite fundamentar a gestão de bibliotecas, o que inclui a necessidade de construção de soluções locais, a depender das bibliotecas e seus públicos, na forma de parâmetros mediadores para a realização da atividade. Tratamos desses manuais em publicação anterior, em co-autoria, abordando os aspectos mediacionais da ordenação de documentos, os quais apresentamos a seguir.

Sistematizamos em Silva e Ortega (2017, p. 608-611) as seguintes ideias presentes nos manuais citados. Em *Bibliothéconomie*, ou *Nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*, publicado em 1839 e reeditado em 1841, Constantin afirmou que a escolha de um sistema de classificação dependia, dentre outros, da possibilidade de este sistema ser útil a diversos tipos de leitores. Constantin também considerava que, no caso de algumas coleções particulares doadas a uma biblioteca, a ordem original dos documentos não deveria ser preservada, sob o argumento de que a utilidade pública deveria ter precedência, ressaltando a relevância das condições contextuais para a escolha das melho-

res soluções para a ordenação dos documentos. Em *Instructions élémentaires pour la mise et maintien en ordre des livres d'une bibliothèque*, publicada em 1896, Delisle afirmou que a estrutura de classes a ser adotada na ordenação de livros deveria ser pensada localmente, a fim de atender as especificidades da coleção, e não simplesmente ser transposta de um sistema de classes já consolidado. Delisle considerava a CDD (Classificação Decimal de Dewey, ou *Dewey Decimal Classification*-DDC, no original) pouco adequada às bibliotecas francesas por ser demasiadamente vinculada ao país de origem, o que levava a que esse sistema não contemplasse a antiguidade das coleções francesas. Em *Bibliothèques*, publicado em 1908, Morel disse que o ideal é deixar cada biblioteca encontrar sua própria ordenação, sem exigir que todas elas seguissem uma ordenação parecida. Segundo ele, era preciso ordenar as coleções das bibliotecas públicas de modo compatível com a realidade e com o favorecimento de seu uso pelo público. Ele convocava os bibliotecários a fazerem as alterações necessárias nos sistemas de classificação bibliográfica, de modo a aproximá-los das demandas reais colocadas pelas bibliotecas, ressaltando o papel protagonista do bibliotecário. No *Manuel pratique du bibliothécaire*, publicado em 1932, Crozet tratou da distinção entre o esquema classificatório empregado para a elaboração das fichas no catálogo sistemático, que deveria ser detalhado e exaustivo, e o esquema classificatório a ser adotado na ordenação nas estantes, que deveria prescindir de inúmeras subdivisões hierárquicas. Para Crozet, o arranjo de documentos produzido desse modo era fundamental para que o leitor pudesse percorrer autonomamente as estantes.

Como identificado no artigo (Silva; Ortega, 2017, p. 612), nos manuais de Crozet (1931) e de Delisle (1910), consta a elaboração do que se denominou como quadro de ordenação (*cadre de classement*, no original), o qual consistia numa estrutura classificatória desenvolvida para fins de ordenação dos documentos nas estantes em uma dada biblioteca. Assim, ou se propunha a elaboração do quadro de ordenação, ou a adaptação institucional de um sistema de classificação bibliográfica já elaborado, a fim de torná-lo mais compatível com as necessidades locais. A ordenação

(*classement*, no original) não se restringe ao método classificatório, já que também são usados os métodos cronológico e alfabético. Os manuais comentados ressaltam a intelectualidade da atuação do bibliotecário, haja vista a necessidade de construção das soluções, as quais não eram fechadas ou definidas antecipadamente. Essa orientação sobre ordenação de documentos se manteve na França até os dias atuais.

Mais ou menos no mesmo período de produção desses manuais, o número de chamada, de origem anglo-americana, foi paulatinamente ganhando forma e espaço como modelo fundamentado e funcional, mas limitado em suas potencialidades ao ser compreendido como modelo de uso universal.

Essas e outras propostas de gestão de bibliotecas anglo-americanas, realizadas no século XIX e início do século XX, contribuíram para sistematizar o conhecimento que envolve a atividade documentária bibliográfica, tanto quanto secundarizaram alguns de seus aspectos fundamentais em busca de fornecer modelos replicáveis a bibliotecas diversas. Esses modelos replicáveis primavam pela consideração de princípios gerais em um primeiro momento, mas caminharam para uma padronização que foi tomada como referência universal de trabalho que facilitaria a atividade bibliotecária.

A partir da proposta de Otlet, no início do século XX, até início dos anos 1990, a disciplina Documentação se desenvolveu pela proposição de processos e instrumentos claramente preocupados com seus públicos, em especial em função dos aportes da Linguística que caracterizaram essa disciplina. Entre outros estudos dessa vertente, a análise fundamentada que se fez de processos e instrumentos documentários, principalmente por autores franceses das décadas de 1960 a 1990, sobre Linguística Documentária e Informática Documentária, como tratamos, pautou-se pela necessidade de comunicação que os sistemas de informação deveriam atender. Esses estudos foram continuados e desenvolvidos à sua maneira no Brasil pelo Grupo Temma, da USP, a partir dos anos 1980, como já mencionamos.

Assim como os estudos e práticas citados em Crippa (2014) e em Silva e Ortega (2017), as pesquisas em perspectiva mediacional desenvolvidas no contexto das atividades do Grupo Temma são pouco conhecidas.

Dessa maneira, se os estudos sobre Biblioteconomia e Bibliografia não se consolidaram suficientemente, os autores que escreveram sobre Documentação fizeram uma espécie de resgate do objeto dessas disciplinas, propondo teoria e métodos abrangentes e fundamentados.

No entanto, fatores extra epistemológicos de ordem político-ideológica, somados à visibilidade de bibliotecas e seus acervos e serviços e à concretude proporcionada pela adoção de instrumentos normativos, contribuíram fortemente para o apagamento dos avanços teóricos do campo. A sistematização de princípios para aplicação em bibliotecas que marcou o século XIX parece ter obstaculizado o desenvolvimento da perspectiva mediacional em movimento que atingiu seu auge sob o predomínio do modelo adotado pela comunidade estadunidense de bibliotecas.

Podemos constatar que a perspectiva mediacional do campo encontra-se em cada uma das suas vertentes constituintes e no conjunto delas, constatação que contribui para perceber as fragmentações e oposições do pensamento atual apresentadas na problematização inicial do livro. Para que se possa avançar, e para que se evite retroceder, interessa que essas vertentes sejam retomadas e investigadas, como é comum no percurso científico de constituição e consolidação de um campo de conhecimento. As pesquisas decorrentes deste percurso permitirão entender mais profundamente tanto os apagamentos das disciplinas Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, quanto das relações entre elas, mas principalmente as rupturas que se seguiram sob o predomínio da ideia de 'informação'.

É assim que, no decorrer do século XX, a disseminação da vertente estadunidense *Information Science* contribuiu para o esvaziamento do conceito de documento e de informação, como desenvolvido até então. Inicialmente pautada pela informação técnico-científica, foi proposto, posteriormente, em discurso pretensamente inovador, o lugar proeminen-

te dos sujeitos. Desta vez, no entanto, não estavam em questão apenas os públicos dos serviços de informação, mas as pessoas em suas necessidades e usos de informação, tomadas individualmente ou no contexto de seus grupos sociais.

A despeito desse cenário, o campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica foi constituído e continua em desenvolvimento. A Bibliografia tem papel de destaque nesta constituição. Ela é considerada por Balsamo (1998, p. 11, 16) como um dos campos de atividade do complexo sistema de comunicação social; segundo suas palavras, no que tange à atual Ciência da Informação, a continuidade da tradição bibliográfica é clara, sobretudo nos aspectos estruturais da formação e do uso da memória coletiva. De maneira semelhante, a Documentação, por sua relevância conceitual sobre o documento – em abordagem bibliográfica, arquivística e museológica –, assim como por seus avanços em organização da informação e serviços voltados a públicos-alvo, pode ser considerada a disciplina que mais desenvolveu fundamentos teóricos e métodos rigorosos a partir de parâmetros pragmáticos. Já a Biblioteconomia prima por suas sistematizações manualísticas, pela gestão de amplos acervos e pelos serviços realizados, já que eles efetivamente colocam públicos em evidência.

Cada uma das disciplinas estudadas – Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação – pode ser entendida como uma vertente do campo da mediação documentária em abordagem bibliográfica, haja vista que alguns aspectos são especialmente privilegiados por uma ou outra, em função dos tempos e espaços em que surgiram e se desenvolveram e segundo o modo como interagiram. Dito de outro modo, Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação desenvolveram-se por meio da ênfase em um ou outro aspecto, a depender de contingências políticas e culturais, além de técnicas e tecnológicas, apresentando entre si distanciamentos, convergências e apropriações.

Pelo exposto, evidencia-se que há uma unidade epistemológica subjacente às disciplinas Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, si-

multaneamente às particularidades de cada uma dessas disciplinas. Essas disciplinas se constituíram uma em relação à outra, influenciando-se mutuamente. Cada uma delas é dependente de sua relação constitutiva com as outras. Como essa unidade epistemológica não está consolidada, pois não foi suficientemente explorada, tanto a constituição conjunta destas disciplinas quanto a identificação e caracterização de cada uma delas são necessárias para o estudo do campo.

Essas disciplinas contemplam, cada uma a seu modo, e com aproveitamentos mútuos, o campo que tem por objeto a mediação documentária em abordagem bibliográfica, porque apresentam – em seu conjunto – a base fundamental que o constitui. Neste sentido, é produtivo evidenciar a base fundamental dessas disciplinas para o estudo do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica.

Sintetizando o desenvolvido até aqui, as atividades documentárias bibliográficas são compreendidas e reconhecidas em suas especificidades pelas finalidades que as justificam, pelos processos que as viabilizam e pelos produtos que lhes são resultantes.

Quanto às finalidades das atividades bibliográficas, propomos pensá-las a partir da: construção de conhecimento necessário a atividades educacionais, científicas e profissionais; fruição ou experiência estética; e tomada de decisões relativas a atividades de entretenimento, educação, cultura, saúde e direitos civis.

Quanto aos processos realizados para atingir as finalidades citadas, são aqueles realizados sobre documentos, tendo em vista os públicos a que se destinam: seleção, produção de bases de dados, produção de arranjos, preservação, oferta de produtos e serviços e demais atividades voltadas a mobilizar públicos.

Quanto aos produtos, eles são muito variados em função das contingências históricas de sua produção. Os produtos seminais da atividade bibliográfica são os arranjos de documentos e as bibliografias e catálogos de bibliotecas, que também se estruturam na forma de arranjos. Como se

pode depreender, e conforme já tratamos, há dois grandes tipos de produtos: as bases de dados e os arranjos. A partir deles, uma proposição de lista de produtos bibliográficos atuais é a que segue: arranjos de documentos (eletrônicos ou não), catálogos de biblioteca, bibliografias nacionais, bases de dados científicas, bases de dados factuais (cadastrais ou estatísticas), catálogos comerciais, sistemas de informação ao cidadão, bibliotecas digitais, repositórios institucionais, bases de dados de revistas eletrônicas, bases de dados para análise bibliométrica (e outras metrias), entre outros. Os diversos tipos de bases de dados e arranjos, entre outros aspectos desses produtos bibliográficos, são desenvolvidos no subcapítulo 3.4, que é especialmente dedicado a eles.

A constituição disciplinar do campo que exploramos a partir de suas três vertentes – Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação – refere-se ao conjunto de procedimentos de produção de documentos (secundários), tendo em vista um público, no contexto da função social de circulação da informação. Seguindo esta linha de raciocínio, caminhamos para uma explicitação do conhecimento que se ocupa da produção sistematizada desses (meta)documentos para um certo público, o qual é então chamado a validar esses documentos para subsidiar as atividades que desenvolve ou pode desenvolver.

2.3 O documento bibliográfico: documento secundário, fonte de informação, recurso de informação...

A especificidade da abordagem documentária bibliográfica, sobre a qual discorremos, refere-se a práticas sobre documentos. No cerne dessa especificidade, está o documento como produto das ações de mediação, as quais são realizadas concretamente por um conjunto articulado de procedimentos que se caracteriza como um fluxo intencional de atividades. Esse fluxo intencional produz o documento como algo que é, simultaneamente, material e simbólico.

Décadas antes da publicação do Tratado de Documentação, Otlet (1903, p. 134) afirmou que a limitação usual de documentos adotada no domínio da ciência do livro poderia ser combatida por vários argumentos, uma vez que essa limitação estava baseada na morfologia dos documentos, e não sobre sua função.

A ideia de Otlet foi desenvolvida no decorrer do século XX, permitindo que afirmemos hoje que a caracterização física ou tipológica não se mostra produtiva para responder se um determinado objeto é ou não um documento. De outro modo, a existência de um documento é dependente de uma certa percepção sobre o objeto, e essa percepção se altera à medida que ações lhe são imputadas em um movimento contínuo de atribuição de sentido.

Esse conjunto de ideias caracterizadoras do documento é norteador da proposição e do desenvolvimento da Documentação como disciplina que fundamenta o campo das ações de mediação documentária. A Documentação foi apresentada por Otlet como disciplina científica, técnica e organizacional (Otlet, 1934 – 121 *Parties des sciences bibliologiques*, p. 11). Uma investigação sobre a literatura técnico-científica da Documentação – no nosso caso, em abordagem bibliográfica – permite identificar que ela se caracteriza por abstração e generalização que lhe fornece base teórica, por rigor metodológico e referenciais pragmáticos que a caracterizam como relevante ciência social aplicada e por histórico de estudos articulados e problematizações correspondentes que são indicativos de acúmulo de conhecimento. A Documentação, nessa perspectiva, demonstra sua contemporaneidade.

No contexto da relação de dependência entre o conceito de documento e o de Documentação, como afirmou Meyriat (1981), derivação terminológica relevante é fornecida pelo termo documento secundário: por se tratar de um produto construído a partir de objetos tomados como referência, o documento, no sentido do campo que nos ocupa, recebeu muitas vezes essa denominação.

Em seu livro de 1951, Briet adota a expressão 'produção documentária' para indicar a produção de 'documentos secundários' pelas organizações de documentação a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e conservados pelas organizações de documentação). Ela exemplifica os documentos secundários, citando traduções, resumos, boletins, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfilmes, revisões da literatura, enciclopédias, guias de orientação, entre outros (Briet, 1951, p. 24-25). Antes disso, no mesmo texto, Briet propõe ao leitor um exercício, cuja referência são animais vivos (o antílope) e objetos inanimados da natureza (estrela, pedra), a partir dos quais outros objetos são criados, desde os próprios animais mortos e empalhados até registros fotográficos destes objetos e textos descritivos deles, incluindo sua realocação em outros locais, como museus. Por meio destas ideias de Briet, podemos inferir que os objetos são transformados em documentos quando são postos em outro lugar simbólico, o qual pode ser um lugar físico, mas não necessariamente.

É preciso considerar novamente a produção anterior de Pagès, cujo texto de 1948 indica ideias e termos usados por Briet em seu livro de 1951. Pagès desenvolveu o tema da Psicologia Social em relação com a Documentação, tratando do documento e das técnicas documentárias após realizar, em 1946, o curso de Documentação, do *Institut National de Techniques de Documentation* (INTD), que Briet ajudou a criar e no qual atuava. Para Le Deuff (2018), deve-se fornecer os créditos sobre o desenvolvimento dessas ideias a Pagès, também neste caso, devido à anterioridade de sua publicação, embora ela possa ser resultante, mesmo que parcialmente, do diálogo deste autor com Briet. Mais que isso, essas ideias 'documentárias' estavam sendo gestadas desde o início do século, portanto, muitas delas foram publicadas, enquanto outras foram apenas registradas ou discutidas em aulas e eventos.

Na publicação a que nos referimos, Pagès (1948, p. 3, 6, 18) afirma que, para definir o documento, é preciso introduzir uma noção psicológica, que seria uma expressão ou algo suscetível de ser tratado como uma expressão. Podemos inferir que ele define documento quando fala de todo

objeto, cujo uso principal é o de ser interpretado, no sentido de servir de equivalente psíquico ou evocar algo relativo a outros objetos.

Pagès apresenta várias manifestações 'documentais', apontando para uma noção ampla de documento. Ele entende que, além dos livros e demais impressos, vários outros objetos são reconhecidos como documentos, como os iconográficos e os plásticos, referindo-se, respectivamente, à fotografia e ao cinema, e às esculturas e aos documentos imóveis, como os monumentos. Trabalhando o conceito em torno de uma atividade em particular, Pagès discorre sobre o turismo, explorando-o a partir do que ele chama de documentação difusa. Afirma que a atividade turística 'documenta', uma vez que transforma – em museus e espetáculos ao vivo – lugares, habitações, espécies vegetais e animais, além de costumes, comportamentos e mesmo raças humanas, por promover sua conservação. Para ele, o turismo atribui aos *habitats* humanos uma função secundária como aquela que é realizada por uma 'documentoteca', segundo a terminologia que adota, que podemos definir como um conjunto de documentos selecionados e organizados.

Neste sentido, Pagès busca distinguir os documentos que não resultam de uma imitação de um objeto (os quais podemos exemplificar pelos livros e demais impressos, além dos audiovisuais) daqueles que são diretamente o objeto responsável por informar sobre si mesmo, como é o caso de animais vivos ou mortos e plantas. Mas, afirma, estes documentos só se constituem como tal pelo acréscimo de um documento auxiliar, geralmente um texto, que permite integrá-los a um conjunto documental, tornando-os documentos 'contextualizados'. Seguindo essa linha de raciocínio que distingue de outros os documentos que transmitem informações sobre si mesmos, Pagès propõe o termo 'auto-documento', exemplificando com o chapéu de Napoleão.

Podemos estabelecer uma relação de oposição entre o termo auto-documento, de Pagès, e o termo documento por intenção, de Meyriat. Esses termos são propostos a partir da ideia de que há objetos que não são

produzidos para funcionar como documento (auto-documento) e outros que são produzidos tendo em vista essa finalidade (documento por intenção). No entanto, como já tratamos, a condição para que um objeto seja documento depende de essa atribuição ser feita a ele, como afirmam os dois autores, cada um à sua maneira.

Mas, cabe discorrer um pouco sobre a distinção apontada por Pagès entre documentos que são objetos que informam sobre si mesmos e objetos que informam sobre outros. Conceitualmente falando, o objeto e o documento que se manifesta a partir dele são entidades diferentes. Ou seja, nunca é o objeto que fala sobre si mesmo, pois a fala sobre o objeto que o torna documento é uma construção e ela é posterior à existência do objeto, mesmo que esse tempo que distancia a existência do objeto e a fala sobre ele seja muito pequeno. Como temos buscado demonstrar em todo este trabalho, o documento precisa ser explicitado como tal, o que se faz atribuindo-se uma função secundária aos objetos. Dessa maneira, nem o chapéu de Napoleão (auto-documento, pois falaria por si mesmo) nem um livro (documento por intenção, por ser produzido para dizer algo que lá está escrito) informam sobre algo existente previamente no objeto. De qualquer maneira, embora todos os objetos sejam dependentes de um contexto, a partir do qual são interpretados, o chapéu de Napoleão torna-se documento a partir dele mesmo e não de escritos, sons ou imagens que fazem referência a outros objetos ou fenômenos.

Dando mais um passo à frente, Pagès demonstra sua percepção sobre a diferença entre a documentação difusa da atividade turística, como ele a define, e a documentação como atividade do documentalista, ou seja, ele busca explicitar a especificidade desta atividade, como discorremos a seguir.

Para Pagès (1948, p. 22-23), a atividade da documentação se justifica, devido a uma espécie de desencontro dos usuários diante da massa dos documentos, a partir do qual o documentalista atua, deixando de desenvolver operações de armazenamento e transmissão, e passando a se ocupar

de elaborações originais que, somadas aos documentos principais, resultam em uma série de documentos auxiliares para uso. Mas, ele diz que a definição típica de documentação como conjunto de operações relativas ao estabelecimento, pesquisa, reunião e uso de documentos, realizadas profissionalmente pelos documentalistas, exige algumas ponderações. Assim, ele busca esclarecer que a documentação é exercida sobre documentos e não sobre experiências diretas. Ou seja, o documentalista não opera na experiência vivida e não produz conteúdo documental original. Dito de outro, para ele, o documentalista produz documentos, mas, eles, normalmente, não se somam ao conteúdo intrínseco dos documentos sobre os quais trabalha. Exemplificando, os documentos produzidos pelos documentalistas não são da mesma categoria que os documentos científicos, artísticos ou sobre atualidades, que são produzidos a partir de atividades que estabelecem relações diretas práticas ou teóricas com o mundo. Pagès entende que o documentalista não realiza a produção documentária ou de informação, no sentido de conteúdo novo, mas uma 'produção documentária auxiliar', essa sim característica da atividade do documentalista.

A busca que Pagès realiza pela caraterização da atividade documentária em sua autonomia e os parâmetros que ele usa para tal são relevantes e mantêm sua atualidade. Entendemos que o documentalista não atua sobre experiências vividas diretamente, se considerado o contexto de atuação dos autores dos documentos ou especialistas em geral que qualificam objetos como documentos antes que estes venham a compor sistemas de informação. Para que o trabalho do documentalista de produção de documentos auxiliares contribua para esse 'encontro' do usuário com massa documental de interesse, o documentalista deve se debruçar sobre a atividade a partir da qual o usuário está sendo considerado. Assim, o documentalista elabora instrumentos, realiza processos e dialoga com públicos, concebendo e sistematizando as categorias que respondem pelo contexto documentário em questão. O mundo vivido pelo documentalista é 'meta', é um mundo material e simbólico que resulta em serviços que devem ser úteis aos sujeitos para os quais foram destinados, sempre sob preceitos éticos.

Várias semelhanças são encontradas nas obras de Págès (1948) e Briet (1951) no que se refere às ideias que desenvolvem e à maneira como eles as abordam. Ambos falam em produção documentária, elencando seus produtos em uma lista bastante similar. O termo documento secundário não é usado por Pagès, mas a ideia de uma função secundária do objeto e a ampliação de objetos, incluindo animais, pessoas e lugares, é trabalhada por ele, assim como Briet o faz à sua maneira. Como autores, Briet tornou-se mais conhecida. Uma das principais diferenças entre as publicações destes dois autores, publicações essas que parecem ser resultado de uma pesquisa conjunta, é a de que o pequeno livro de Briet é mais desenvolvido, explicado e articulado, além de apresentar faceta profissional e a organização institucional das atividades, simultaneamente a um certo caráter pueril, ao menos aparentemente...

Texto que trata especificamente do documento secundário foi publicado mais recentemente por Meyriat, no contexto da intensificação do desenvolvimento técnico-científico que ocorreu a partir da metade do século XX, como sistematizamos a seguir.

Meyriat discorre sobre os documentos secundários em verbete próprio produzido para a Enciclopédia de Bibliologia, organizada por Estivals, que mencionamos anteriormente. Para Meyriat (1993, p. 154-157), 'secundário' é um epíteto – ou seja, uma palavra qualificadora de outra – , de tal maneira que 'documento secundário' só tem sentido em relação a outros documentos que são chamados 'primários'. Segundo ele, estes documentos são tão numerosos que foi preciso desenvolver meios de acesso a essa massa, a qual é objeto de uma atividade chamada de atividade secundária. Desse modo, os documentos secundários são criados para atender a uma necessidade social, que é a de acessar os documentos primários com a maior facilidade possível. Esses documentos têm uma longa tradição e as técnicas utilizadas e suas formas estão em constante desenvolvimento. Meyriat menciona que os catálogos de bibliotecas e as bibliografias são antigos documentos secundários, e são em si documentos, independentemente de seu suporte material.

Meyriat (1993, p. 154-157) considera o grande desenvolvimento científico, tecnológico e industrial da segunda metade do século XIX como um movimento que resultou em um crescimento do número de publicações primárias, particularmente revistas técnicas e científicas. Ele afirma que o aumento expressivo dessas publicações demandou que o controle bibliográfico fosse assegurado, levando à criação de muitas bibliografias especializadas correntes: de 1822 a 1900, cerca de 75 bibliografias, abrangendo artigos de periódicos, teses e relatórios de pesquisa, passaram a ser produzidas na Europa e nos Estados Unidos. No decorrer do século XX, segundo Meyriat, houve mais uma vez um aumento significativo de produção de documentos primários, sendo que o número de documentos secundários não foi menor, o que ocorreu de maneira anárquica e superando as necessidades. Ele se refere à publicação de boletins bibliográficos por instituições com vocação científica ou técnica, que passaram a entender que essa publicação era necessária, embora os boletins nem sempre tivessem leitores e muitas vezes fossem produzidos em duplicação. As restrições econômicas que tiveram início nos anos 1970 levaram a uma revisão na forma e extensão dessas publicações.

Em termos da caracterização dos documentos secundários, Meyriat (1993, p. 154-157) observa que alguns deles são revisões críticas, caso em que esses documentos se colocam na intersecção entre o território dos documentos secundários e o das publicações científicas. De qualquer modo, informa que a jurisprudência reconhece que o autor de um documento secundário possui direito de propriedade literária, na medida em que, articular, selecionar e organizar conteúdos constitui uma contribuição intelectual. Por fim, Meyriat ressalta que existem muitos outros documentos primários além dos escritos, e todos eles criam a necessidade de que sejam localizados e analisados, podendo levar à produção de documentos secundários.

O conceito de documento demanda o de documento secundário, ou seja, é dependente deste. Do mesmo modo que um objeto não é em si um documento, esse mesmo objeto não pode por si mesmo ser categoriza-

do como documento primário ou secundário. A definição de documento é sempre situacional. Ou seja, o epíteto 'secundário', como mencionou Meyriat, é relativo ao epíteto 'primário', do que decorre que este também seja relativo.

Uma reflexão sobre o conceito de documento secundário, nesse sentido, foi realizada por Lara (2010), que considera estarem em causa processos de interpretação que produzem relações de significação. A autora escreveu sobre o documento secundário, apresentando inicialmente as ideias recorrentes no campo. Ela diz (2010, p. 36) que os documentos originais são selecionados e submetidos a um tratamento para a produção de outros documentos, mais sintéticos, chamados de documentos secundários, terciários etc., como bibliografias, sistemas documentário-informacionais e dossiês, os quais, em conjunto, têm como função diminuir a dispersão da informação. Buscando fundamentar o documento secundário, afirma que, "deste processo chega-se à informação documentária, produto de um sistema semiótico diferente do primeiro, embora se pretenda que ele funcione como uma espécie de substituto que leva ao documento original" (Lara, 2010, p. 36).

A autora entende que "a história se complica" (Lara, 2010, p. 35) porque, para se falar em documento primário, é preciso estabelecer quando ele próprio é considerado documento, já que isso tem implicações para o documento secundário. Para Lara, algo passa a ser documento quando se vê, no 'objeto inicial', um significado especial: o documento é esse algo transformado em um signo.

Analisando autores responsáveis pela construção do conceito de documento, que apresentamos anteriormente, Lara afirma que:

> a tônica dos discursos e as ênfases conferidas pelos autores encaminham uma vinculação cada vez maior entre a concepção de documento e de informação, sugerindo que os dois termos não podem ser definidos de modo isolado, mas um relativamente ao outro. Ao conceber a informação como construção, a face concreta do documento, sem perder sua importância, põe em evidência sua

> insustentabilidade fora do contexto da interpretação, quando o documento passa a ter existência e permite desencadear relações de significação (Lara, 2010, p. 55).

A ideia de informação que se vincula à existência do documento depende do contexto de interpretação que o uso do documento exige. Para seguir desenvolvendo o conceito de documento, a autora busca precisar o contexto de uso. Lara (2010, p. 49) afirma que os documentos devem ser sempre analisados em relação à divisão do trabalho numa sociedade, considerando os tipos de práticas documentárias com os diferentes tipos de documentos. Como já tratamos, os usos de informação não têm como referência certos grupos sociais, segundo faixa etária, raça, classe social, outros; configuram-se de maneira mais específica a partir da atividade que pessoas ou grupos realizam, seja de ordem profissional, educacional, de lazer, outros. É nesse sentido que a autora traz à tona o termo fonte, como segue:

> O conceito de fonte é relevante para esse propósito e o que diferencia a atividade de documentalistas é que, por exemplo, o antílope é uma fonte para o estudo dos zoólogos, assim como os fenômenos naturais, para os cientistas naturais, os registros, fontes primárias para os historiadores, as leis, para os acadêmicos de direito e para os advogados. Livros e publicações são fontes secundárias para os cientistas, mas constituem o objeto primário dos bibliotecários e especialistas em informação (Lara, 2010, p. 49).

O espanhol Desantes Guanter (1987, p. 60-61) já afirmava que os termos documento e fonte são usados de maneira equivalente, tanto em documentação, quanto na linguagem comum. O autor comenta que fonte é termo mais amplo que documento, já que inclui as fontes orais, mas não é esse o caso se for feita a especificação sob o termo fontes documentais.

Posteriormente, o termo fonte de informação passou a ser preterido em prol do termo recurso de informação ou recurso informacional. O ambiente *Web*, como espaço para os serviços de informação, parece ter contribuído para esta alteração. Zafalon (2017) trata do termo recurso in-

formacional de maneira pertinente ao que propomos, dada a abstração que realiza para a compreensão do objeto como um recurso informacional, o que envolve observar o modo como ele é interpretado e as ações que envolvem essa interpretação.

Zafalon (2017), pautando-se pelas ideias que Buckland (1991b) elabora sobre a obra de Briet (1951), considera que o centro da indagação está no fato de que os recursos informacionais são coletados, armazenados, tratados e recuperados, fazendo com que as potencialidades informativas dos objetos sejam projetadas nas ações da representação documentária. Essas potencialidades informativas dos objetos podem ser entendidas como decorrentes das atribuições de sentido realizadas previamente sobre eles em um certo contexto, as quais caracterizam-se como evidências. Assim, as ações de representação documentária permitem que objetos diversos, como textos, tanto quanto fósseis, coleções de rochas, herbário de plantas e edificações tornem-se recursos informacionais.

Como podemos inferir, Zafalon entende que os recursos informacionais existem, sob o ponto de vista do campo que nos ocupa, na perspectiva da representação e da recuperação em sistemas de informação. A autora trabalha o conceito de recurso informacional a partir das entidades obra e manifestação, como sistematizadas pela IFLA – *International Federation Library Association and Institutions*. A partir dessas referências, dentre outras, Zafalon (2017, p. 127, 133-134) categoriza a obra como uma unidade complexa mental e a manifestação como uma unidade complexa física, que existem em regime de correspondência entre si, já que a obra é passível de ser identificada a partir de suas várias manifestações. Assim, Zafalon propõe que obra e manifestação são dois sistemas distintos, mas complementares para a formação do recurso informacional. Ela entende que o recurso informacional é resultado da conjugação entre obra e manifestação da seguinte forma: os recursos informacionais constituem-se de manifestações socializáveis de obras. Por fim, Zafalon (2017, p. 129) afirma que "o recurso informacional desenvolve-se no tempo", afinal, segundo entendemos, trata-se de uma construção simbólica que, por isso,

está vinculada à situação a partir da qual passa a ter existência e que se transforma continuamente, eventualmente deixando de existir.

É possível constatar que foi produzida literatura abrangente e fundamentada sobre o documento. A despeito disso, o conceito não foi amplamente disseminado. Podemos dizer que o conceito não se consolidou, em grande medida, em função da dispersão terminológica que se efetivou pelo uso dos termos documento – fonte de informação – recurso de informação, como foram cronologicamente propostos, concomitantemente à opção predominante pela concretude formal e material dos objetos em questão, que contribuiu para apagamentos contínuos das propostas propriamente conceituais.

Essa opção predominante pode ser identificada na nomeação de certos objetos concretos como fontes de informação, tanto em programas de ensino de cursos de graduação quanto na literatura técnico-científica, no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação (no sentido da origem do termo em inglês *Library and Information Science*-LIS).

Fonte de informação tem origem no termo fonte bibliográfica que remete à bibliografia, contemplando bibliografias produzidas sobre um determinado tema, segundo diversos recortes e arranjos (cronológicos, geográficos, outros) ou sobre as obras de um certo autor, entre outros produtos, como os diretórios (depois produzidos na forma de base de dados cadastrais). Esses materiais, desenvolvidos como fontes à informação de documentos selecionados e referenciados, eram considerados fontes bibliográficas. O termo fonte de informação partiu, portanto, da disciplina Bibliografia para compor a Biblioteconomia e Ciência da Informação, haja vista que Bibliografia e Biblioteconomia se desenvolveram em processo de alimentação recíproca, como já tratamos. Podemos dizer que a opção pelo termo fonte de informação já estava evidenciada por volta dos anos 1970 no contexto do apagamento da Bibliografia, tendo como pano de fundo a invisibilidade da Documentação, ambos fenômenos constituintes

da vertente anglo-americana denominada Biblioteconomia e Ciência da Informação, a que nos referimos.

Assim, temos que, documento (escolha terminológica deste trabalho) é anterior a fonte de informação (termo predominantemente adotado no campo), como podemos constatar pela cronologia da mudança terminológica: fonte bibliográfica em Bibliografia, documento/documento secundário em Documentação e fonte de informação/recurso informacional em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A terceira fase, representada principalmente pelo termo fonte de informação, embora possa algumas vezes ser usado segundo o conceito de documento, em geral refere-se a objeto que diz por si mesmo, carregando naturalmente certas informações nele inscritas, que devem ser simplesmente extraídas na leitura do objeto. O caráter informativo do objeto, nesta abordagem, parece ser intrínseco a ele.

O uso do termo fonte de informação segundo esta abordagem é predominante, ao menos em boa parte do Ocidente. Buscando sistematizar o percurso das ideias e dos termos, se o conceito de documento remete ao de documento secundário, houve um desvio terminológico-conceitual a partir dos termos fonte de informação e recurso de informação. Dito de outra maneira, ocorreu uma redução conceitual realizada pela substituição dos termos. Essa redução secundariza ou mesmo elimina a função documental a favor da tipologia do objeto, denotando a prevalência de aspectos formais e materiais em relação àqueles de maior nível de abstração. Praticamente não está em questão, nesta abordagem, uma construção simbólica derivada de processos de significação orientados a públicos.

É nesse contexto que a literatura técnica de Biblioteconomia das últimas décadas produziu muitas e distintas listas, em que diversas tipologias documentais, em geral textos escritos, foram classificados como fontes de informação primárias, secundárias ou terciárias. De uma lista para outra, as mesmas tipologias documentais são classificadas de maneira diferente, devido à alternância de critérios, levando os autores a afirmarem que seria difícil chegar a algum consenso.

Um livro, por exemplo, é classificado comumente como fonte de informação primária por ser produto da criação intelectual do seu autor. As fontes de informação secundária, por sua vez, são definidas em geral como o produto da seleção e organização das informações das fontes primárias, como é o caso das bibliografias e catálogos, hoje produzidas em geral na forma de bases de dados. Já as fontes terciárias seriam aquelas que referenciam as secundárias, como é o caso das bibliografias de bibliografias, ou são produzidas pela sistematização das fontes primárias e secundárias, e então temos novamente o livro. O que move essas classificações de fontes é a produção a partir de outras que lhe antecedem, das primárias às secundárias para as terciárias, em uma sequência cronológica de produção de tipologias documentais, uma a partir da outra.

Podemos também analisar o catálogo de uma biblioteca, pois ele pode ser considerado tanto uma fonte de informação primária quanto secundária. Na situação em que está questão a atividade de pesquisa do historiador, que estuda o catálogo como objeto de sua pesquisa do catálogo, esse catálogo é sua fonte primária de informação. Já na atividade do bibliotecário de produção do catálogo para representação de documentos de uma coleção, o catálogo é tomado como fonte secundária de informação. Contudo, o bibliotecário pode estar a serviço do historiador, o que o leva a considerar de que lugar este desenvolve sua atividade.

Para lidar com essas variações, seria preciso distinguir a tipologia documental do objeto (conjunto de características formais de estruturação material e de conteúdos do objeto) e o uso documental do objeto (interpretação que torna o objeto um documento ou fonte, aqui tomados como sinônimos). Como Lara já havia mencionado, a questão é a da referência adotada para a observação e manipulação dos objetos, a qual se antepõe à sua tipologia.

Como dissemos, muitas classificações de fontes de informação em primárias, secundárias e terciárias foram, por décadas, elaboradas e publicadas na forma de listas de tipologias documentais. Estudo amplo sobre

publicações de 1960 a 1990, que apresentavam essas classificações de fontes de informação, foi realizado por Martínez Comeche (1997). A revisão do autor demonstra que muitas das classificações analisadas nem sempre primavam pela manutenção dos critérios em toda a estrutura classificatória sobre a qual eram elaboradas, além de serem propostas como alternativas às anteriores para contemplar mudanças tecnológicas ocorridas.

De fato, é recorrente hoje a afirmação de que essas classificações de fontes de informação estariam desatualizadas, em decorrência do desenvolvimento dos suportes tecnológicos e dos modos virtuais de disponibilização e acesso. Em vários campos de conhecimento e atividades profissionais, é comum atribuir à mudança tecnológica a necessidade de revisão de parâmetros de análise, mas podemos dizer que não é a tecnologia (eletrônica) que está em questão. A questão, como tratamos, é a de que os critérios em geral adotados para a classificação não se referem propriamente às fontes de informação – que dependem da observação sobre a atividade para as quais funcionam como fontes –, mas às tipologias documentais dos objetos considerados.

Assim sendo, explorar o significado do documento em abordagem bibliográfica exige reconhecer seus modos próprios de produção e uso, tratando dos processos documentários e das relações a partir das quais eles se constituem. É o que tratamos a seguir.

2.4 A dinâmica do fluxo documentário bibliográfico

Tomando os processos documentários como fundamentalmente mediacionais, sua explicitação na forma de fases ou etapas, que se articulam em sequência lógica, foi desenvolvida há tempos em manuais de biblioteca e nos textos introdutórios das bibliografias. De maneira similar, autores da Bibliologia do século XIX trataram da sequência de atividades a partir das quais os livros eram produzidos, distribuídos e lidos.

Partindo dos aportes teóricos da Bibliologia e dos aspectos conceituais e aplicados das bibliotecas e bibliografias, Otlet discorre, no Tratado de Documentação, sobre um ciclo de operações que ele denomina de ciclo documentário (Otlet, 1934).

Otlet (1934) se refere à redação do documento (qualquer que seja ele, como livro, artigo ou um simples texto) como origem do ciclo documentário. Menciona que há uma série de operações, agrupadas segundo suas características, compondo um ciclo, que constituem as funções da documentação. A proposta do termo documentação por Otlet tem em sua base – como ele reitera continuamente no Tratado – operações articuladas que partem da produção do documento e seguem até o uso pelos leitores, passando pelos processos de colecionamento, conservação, descrição e ordenação, realizados em bibliotecas e bibliografias. Desse modo, Otlet discorre sobre o ciclo, no Tratado, tratando da produção e uso de documentos e, depois, das atividades propriamente documentárias. Podemos dizer que Otlet distingue claramente aspectos sociais, políticos, econômicos e organizacionais envolvidos na produção e uso de documentos, que apresenta e descreve em detalhe, e os aspectos fundamentais e procedimentais das atividades documentárias, elaborando a documentação como um *continuum* que se manifesta de maneira diferenciada de um ponto ao outro do ciclo.

Vários autores escreveram intensamente sobre Documentação na primeira metade do século XX, o que se manteve por algumas décadas.

É recorrente a referência a Edith Ditmas como a documentalista que teria antecipado a ideia de uma cadeia de processos, propondo o que ela chamou de processo documentário. Na Inglaterra, onde atuou, Ditmas foi editora do *Journal of Documentation* e diretora da *Association of Special Libraries and Information Bureaux* (ASLIB), exercendo relevante papel político e realizando desenvolvimento teórico sobre Documentação. Ditmas apresentou a Documentação, em 1949, como um aspecto da bibliografia, cuja ênfase é o desenvolvimento de recursos para a utilização ativa do conhecimento registrado, em oposição à custódia, realizada pelas bibliote-

cas. Para ela, essa explicação permite dizer que a documentação sempre esteve implícita em qualquer esquema produzido para o arranjo eficiente dos materiais de pesquisa. Ditmas considera que Otlet foi o primeiro a reconhecer e sistematizar esse conhecimento e suas aplicações, ao menos na Europa, e menciona a proposta que ele realizou de uma grande biblioteca ligada a um ativo serviço de informação (Ditmas, 1949, p. 332). É na vertente que considera a Documentação e a Biblioteconomia como atividades paralelas, embora relacionadas, que Ditmas desenvolveu a ideia de processo documentário; nesse processo, a Documentação teria uma faceta dinâmica, enquanto a Biblioteconomia representaria sua faceta estática. A Documentação, segundo ela, se ocupa da produção de documentos novos a partir do trabalho intelectual de análise do conteúdo de documentos, o que possibilita oferecer serviços de informação. A despeito das diferenças entre Biblioteconomia e Documentação que Ditmas apresenta, ela entende que a matéria-prima dessas duas disciplinas é a mesma e que elas podem ser descritas como dois segmentos de um ciclo de ação (Ditmas, 1950, v. 4, p. 575-576, citado por Coblans, 1957, p. 131). Assim, observamos que Ditmas explicitou a existência de um ciclo, além de reconhecer que um conjunto de atividades encadeadas já era realizado em bibliotecas.

Alguns anos depois, em 1957, nos Estados Unidos, Ralph Shaw escreveu um pequeno artigo de duas páginas e meia, uma delas com um diagrama, sob o sugestivo título *Documentation: complete cycle of information service*. Assim como para Ditmas e muitos outros autores do período, há uma ênfase ao serviço prestado ao usuário, e esse serviço é elaborado a partir da relação entre as atividades da Documentação e aquelas realizadas em bibliotecas.

Para Shaw (1957, p. 452), as atividades da documentação envolvem processos diferenciados daqueles realizados em bibliotecas, mas relacionados, já que a distinção se refere, respectivamente, à documentação especializada e às bibliotecas gerais. Ele entende que a documentação se diferencia principalmente por completar o sistema de fornecimento de informações. O ciclo que Shaw considera inclui identificação, registro,

organização, armazenamento, recuperação, conversão em formas mais úteis, síntese e disseminação do conteúdo intelectual de impressos e outros materiais. Segundo ele, além de o trabalho em bibliotecas concentrar-se apenas na parte do ciclo que fica entre o registro e a recuperação, em documentação, o trabalho é mais intensivo, devido à análise de assunto ser mais profunda e realizada sobre um conjunto maior de recursos, atentando para necessidades especializadas e usos particulares.

Shaw (1957, p. 453-454) apresenta um diagrama, com explicações a respeito, para tratar dos elementos envolvidos e das relações entre eles na forma de um ciclo que se retroalimenta. O diagrama é encabeçado por um desenho que representa o usuário, seguido das informações requeridas por ele, que, após diversas ações, recebe documentos selecionados ou produzidos especialmente para ele. Após o diagrama, Shaw apresenta o que chama de núcleo de informação (*core of information*, no original), que deve servir a todo documentalista, independentemente da área temática, incluindo: natureza e abrangência do campo; usuários atendidos; coleta, organização e localização de fontes prováveis, sejam originais ou cópias; avaliação e seleção preliminar dos materiais, por meio de resumos e outros produtos documentários para reduzir o volume de material, pertinente à questão do usuário, a ser consultado por ele; conversão dos materiais em formas úteis, como reprodução, tradução, relatórios e listagens; e, desenvolvimento completo e equilibrado de sistemas de informação, com todas as partes articuladas de modo a fornecer as informações necessárias, quando necessárias e na forma em que são necessárias, pela combinação de ferramentas intelectuais e mecânicas para as tarefas específicas a serem executadas.

Como vemos, a ênfase ao serviço segundo especificidades do público, por meio da produção de documentos novos, ou seja, documentos secundários (no sentido de Pagès e Briet), é o cerne da proposta de Shaw sobre a atividade documentária.

De fato, a organização da informação técnica e científica e a busca por estratégias de disseminação dessa informação aos públicos de interesse foram postas em evidência no decorrer do século XX, nos Estados Unidos e na Europa. No contexto desse movimento, encontramos a ampliação e aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, que é depende da produção documental, e que, nesse momento, resultou no aumento expressivo de publicações e materiais técnicos e científicos diversos, por sua vez, possibilitando maior desenvolvimento científico e tecnológico. Desse modo, o ciclo da produção da ciência passou a ser mais amplamente explorado e sistematizado. Esse ciclo possui uma estrutura interna informacional, nem sempre visível, que impulsiona, potencializa e orienta a ciência, na forma de sistemas e serviços altamente especializados.

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, o desenvolvimento científico e tecnológico em curso, somado aos esforços de Guerra, colocou em pauta os sistemas de informação especializada e os modos de produzi-los e geri-los, incluindo sua integração eficiente. Dentre as iniciativas do período, está o Relatório Weinberg, produzido em 1963, pelo Governo dos Estados Unidos, no qual se discorre sobre um conjunto articulado de processos, que foi denominado cadeia de transferência da informação (*information transfer chain*, no original).

González Gómez (2003) analisa o Relatório Weinberg, considerando a força estrutural e estruturante dos dispositivos de comunicação e informação para a produção da ciência, no contexto das políticas científicas que a viabilizam. A autora trata da necessidade de informações organizadas para a intensa pesquisa científica e para as tomadas de decisão, em especial com a Guerra Fria e, depois, com a economia de mercado. Naquele momento, as publicações se repetiam ou dispersavam, o que exigia racionalização, sistematização e direcionamento. O Relatório escrito por Weinberg pode ser entendido como um dos modelos produzidos para uma política de informação científica e tecnológica. Segundo González Gómez, Weinberg trata da complexidade dos sistemas de informação, que deveriam ser desenhados para atender comunidades distintas: pesquisado-

res, tecnólogos e administradores. A proposta envolvia a produção de bases de dados bibliográficas, incluindo as cadastrais, a partir das quais seriam elaborados indicadores que permitiriam mapeamentos da produtividade científica, segundo variados aspectos, a depender das leituras realizadas. A importância da cadeia de transferência da informação de Weinberg, para González Gómez, seria a intervenção informacional definida por sistemas de comutação da informação, os quais contemplam operações de relação, compatibilização e tradução.

Segundo Weinberg (1963, p. 12), como citado por Gonzalez Gómez (2003, p. 66), a cadeia de informação funciona como um sistema de comutação, cujo objetivo final é conectar o usuário à informação adequada, de forma rápida e eficiente. A proposta é a de que esse sistema de comutação de informações não seja passivo. Para tanto, o sistema deve selecionar, compactar e revisar o material para o usuário individual, de modo que ele assimile aquilo a que está exposto e não fique exposto demais ao que não é importante ou relevante. Weinberg, segundo González de Gómez (2003, p. 67), detalha o sistema como o processo de informação que compreende etapas separadas ou operações unitárias, as quais são assim elencadas: produção, registro e exposição, catalogação, armazenamento e disseminação, e recuperação e exploração pelo usuário. Weinberg explica que o primeiro grupo de etapas – produção, registro e exposição – é realizado por técnicos e pelas organizações que os apoiam, enquanto as etapas posteriores são realizadas pelos documentalistas profissionais e pelas organizações que lidam com a informação, bem como pelos usuários. Segundo ele, o termo cadeia de transferência de informação foi proposto porque as etapas estão ligadas no sentido de que as etapas posteriores dependem das anteriores, de modo que todo o processo de informação é semelhante a uma cadeia.

Desse modo, temos no Relatório Weinberg uma das proposições iniciais contemporâneas sobre a ideia de uma cadeia documentária. Weinberg discorre sobre o sistema de informação como instância em que deve ocorrer negociação entre produtores e usuários de informação, continuando, assim, a ênfase ao serviço voltado a públicos específicos. A cadeia é então

apresentada a partir de operações relacionadas e realizadas em sequência lógica, fundadas sob categorias semânticas voltadas à circulação da informação. Assim como na Europa, o profissional documentalista é presente nos Estados Unidos, e aspectos da teoria documentária podem ser identificados. No entanto, neste país, a Documentação Especializada dividiu espaços com a Biblioteconomia Especializada, e depois com a Ciência da Informação, as quais tornaram-se predominantes. Em grande medida, esse movimento foi devido à ênfase atribuída à informação, pois ela foi tomada como mais abrangente que o documento, já que compreendido em seu aspecto material e limitado a certos objetos.

Mas, a sistematização propriamente dita de uma cadeia documentária, e sua disseminação na literatura, é atribuída, por autores franceses e espanhóis, a Jacques Chaumier, nos anos 1970. Segundo esses autores, a ideia foi preconizada pela documentalista inglesa Edith Ditmas, ao conceituar o processo documentário, nas décadas de 1940 e 1950, como tratamos anteriormente.

No livro *Techniques Documentaires*, publicado em 1971, com última e nona edição publicada em 2002, Chaumier (1971) discorre sobre o conceito de cadeia documentária. Ele introduz o conceito, apresentando citação literal do Relatório Weinberg, traduzida para o francês, em subcapítulo intitulado *La chaîne documentaire*. Em seguida, Chaumier (1971, p. 13-21), propõe de maneira esquemática os diversos elementos que compõem a cadeia, e desenvolve cada um deles, qualificando-os como funções da cadeia. Ele afirma que a cadeia é composta pela coleta de documentos, pelo tratamento da informação documentária (que inclui a análise documentária e a busca) e a difusão de produtos documentários. Ao tratar da função de difusão, Chaumier discorre sobre o controle permanente que é necessário realizar sobre a satisfação do usuário, mantendo atualizado o perfil dos usuários no sistema, por meio da identificação e registro de palavras-chave representativas de seus interesses, o que permite manter a pertinência das respostas fornecidas pelo sistema. Recomenda ainda uma ação de previsão, em que sejam contemplados assuntos suscetíveis de serem inseridos no

sistema, para que os usuários possam ser informados assim que surgirem os documentos a respeito.

O uso do termo cadeia documentária pode ser encontrado um pouco antes da publicação de Chaumier no título do livro *Economie générale d'une chaine documentaire mécanisée*, publicado em 1967, por vários autores, incluindo Jean-Claude Gardin (Alouche *et al.*, 1967). Esses autores, junto a outros que então iniciaram suas pesquisas, ocupavam-se da elaboração de métodos rigorosos para a representação de conteúdos de documentos, em que os procedimentos fossem devidamente explicitados. Para tanto, apoiaram-se em estudos de linguagem que permitissem representações mais adequadas de textos, com a construção fundamentada de linguagens documentárias e o melhor uso dos computadores.

Georges Van Slype publicou o livro *Conception et gestion des systèmes documentaires*, em 1977. Como muitos dos livros publicados à época, Van Slype (1977) trata da cadeia documentária, discorrendo sobre seus processos, instrumentos e produtos. Dentre os instrumentos, o autor demonstra busca por generalização e abstração ao tratar do Manual de Referência para Descrições Bibliográficas Legíveis por Máquina, do UNISIST[3], como modo de estruturar e produzir a descrição bibliográfica. Trabalho teórico ainda maior é desenvolvido pelo autor ao tratar da linguagem documentária, em abordagem linguística, distinguindo linguagens de classificação e linguagens de indexação, seus aspectos semânticos e sintáticos, assim como suas unidades constituintes e as relações entre elas.

Há, ainda, um capítulo em que o autor (Van Slype, 1977, p. 17) aborda o que denomina e explica como problemas psicossociológicos ligados à produção e ao uso da informação e indica os passos para que bibliotecários e documentalistas facilitem a comunicação. O autor aborda, nesse

[3] O *United Nations International Scientific Information System* (UNISIST), da UNESCO, elaborou, na década de 1970, um manual de referência para a produção de descrições bibliográficas legíveis por máquina, como era comum denominar à época a produção de registros de bases de dados. Este Manual (Unesco, 1974) foi adotado como referência na concepção de formatos de registro bibliográfico em sistemas de informação científica. Alguns destes formatos são LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde) e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

capítulo, o conhecimento, a motivação e o comportamento das pessoas envolvidas nos sistemas de informação, as quais ele segmenta em usuários, gestores e criadores. Essa segmentação orienta também os capítulos seguintes, os quais são divididos em seções próprias destinadas a cada um destes três grupos de pessoas. Segundo Van Slype (1977, p. 16-17), as seções voltadas aos usuários têm por objetivo suprir pessoas ou instituições que queiram fazer uso de sistemas de informação ou criar mini-sistemas para uso próprio; as seções destinadas aos gestores dos sistemas – os bibliotecários e os documentalistas – tratam dos métodos documentários e das necessidades de usuários e dos produtos que respondem a elas; e as seções relativas aos criadores dos sistemas, que são os responsáveis pela documentação ou seus organizadores, voltam-se aos interesses relativos à identificação de oportunidades, ao estabelecimento das orientações e à avaliação da qualidade. Deste modo, como nos demais capítulos, aquele que trata da cadeia documentária é descrito em três seções, as quais exploram cada etapa da cadeia e o conjunto delas segundo cada um dos três grupos de pessoas.

A cadeia documentária foi intensamente explorada em livros publicados na França desde o início da década de 1960 até o final do século XX, marcadamente até a década de 1980. Nem sempre, o termo cadeia documentária foi adotado nestes livros, mas eles foram estruturados a partir de um capítulo introdutório, constituído por conceitos fundamentais como o documento, a informação, o público e os sistemas e serviços que permitem a comunicação com ele. Em seguida, constavam os capítulos sobre os processos documentários iniciais – a seleção de documentos, a descrição, a indexação e a produção de resumos, com ênfase para as linguagens documentárias –, seguidos de capítulos sobre a informatização, a gestão e a definição de políticas, incluindo a análise de custos. Ainda hoje, muitos livros franceses se estruturam desse modo, possibilitando uma compreensão ampla e articulada dos processos documentários, abordados sob fundamentação linguística e tendo em conta sua concretização tecnológica. As operações contempladas incluem tanto as que realizam o

fluxo dos documentos quanto aquelas que permitem a representação e a recuperação da informação, promovendo, ambas, o fluxo da informação.

Como dissemos anteriormente, a produção espanhola sobre Documentação, embora apresente similaridades com a produção francesa e seja posterior a ela, é bastante peculiar. Iniciada com Javier Lasso de la Vega, a partir de obras publicadas entre as décadas de 1940 e 1980 (López Yepes, 1995, p. 262-263), e disseminada amplamente como a conhecemos hoje por López Yepes desde o final da década de 1970, a produção espanhola apresenta obras fundamentais. Além das obras de Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, os livros e artigos produzidos por Desantes Guanter, são dignos de nota da qualidade científica da literatura sobre Documentação. A produção desse autor orienta-se para a questão da documentação como conjunto de ações construídas com o fim de promover o direito à informação, centrando-se, portanto, sobre a função social das atividades documentárias, em especial, na perspectiva do Direito.

Quanto às propostas anteriores que trataram de um ciclo ou de uma cadeia que permitem descrever e dar sentido ao desenvolvimento da atividade documentária, Desantes Guanter discorre sobre a formação de uma espiral informativa, destacando a energia liberada pela informação potencializada via atividade documentária.

Para Desantes Guanter (1987, p. 252-253), a potência informativa da mensagem difundida conduz a uma informação potencializada, que pode ser incorporada a um novo documento que, novamente difundido, vai formando uma espiral informativa, que pode continuar indefinidamente. O esforço para atribuir valor a cada nova mensagem libera uma grande quantidade de energia informativa, de modo fluido e constante, na forma de ideias e juízos que contribuem para um progresso informativo multiplicado. Por isso, para o autor, a documentação é uma informação ao quadrado. Mas, ele afirma, é tão difícil avaliar e mensurar essas ideias e juízos *a posteriori*, quanto, por sua projeção histórica limitada, não é possível prevê-las.

É necessário, para maior compreensão da espiral informativa proposta por Desantes Guanter, sistematizar as categorias sobre as quais ele se debruça, pois, ele não trata propriamente da identificação de processos e suas relações. O autor discorre sobre o que denomina como modulações diversas da mensagem documentária no percurso da atividade documentária, as quais se realizam concretamente pelos processos que a constituem. A intenção de Desantes Guanter é a de uma elaboração conceitual sobre o fluxo da atividade documentária que deve resultar na comunicação com o usuário. Para tanto, ele desenvolve essa proposição na perspectiva de distintas modulações expressas na mensagem documentária, que ocorrem de maneira característica na atividade documentária.

A posição da qual parte Desantes Guanter (1987, p. 229) é a de que, o objeto do documentalista é a mensagem documentária, não o documento. Para o autor, naquele momento, havia um grande vazio nas pesquisas sobre documentação, relativo ao estudo da mensagem que, incorporada a um suporte, produz o documento.

Na década seguinte, Martínez Comeche (1995) buscou sistematizar a proposta de Desantes Guanter, a partir de artigo que este autor publicou em 1981 especificamente sobre a mensagem documentária na documentação (Desantes Guanter, 1981). Martínez Comeche (1995, p. 73) pauta-se na proposta de Desantes Guanter para afirmar que a mensagem é o objeto das técnicas documentárias e as mudanças ocorridas nessa mensagem durante o processo documentário permitem fundamentar as diferenças substanciais da documentação em relação a outros processos informativos. Martínez Comeche (1995, p. 73-74) trata do conceito de mensagem documentária, segundo Desantes Guanter, definindo-a como a mensagem que, procedendo de um processo informativo anterior, é submetida a um processo documentário, sendo transformada ao largo das fases da cadeia documentária: na primeira fase, ela é transmutada em mensagem documentada e, na segunda, ela é renovada e se desenvolve até se converter em mensagem documental, que é quando ocorre a difusão documentária. Continuando a proposta de Desantes Guanter, afirma que o percurso de

uma mensagem para outra produz mensagens subsidiárias, que são a mensagem referencial e a mensagem marginal.

Sintetizando a proposta de Desantes Guanter sobre a mensagem documentária, podemos dizer que a **mensagem documentada** e a **mensagem documental** são instâncias abstratas. Para a construção dessas duas instâncias da mensagem documentária, duas outras instâncias são produzidas – a **mensagem referencial** e a **mensagem marginal** –, que são instâncias concretas, materialmente falando.

As instâncias abstratas – a mensagem documentada e a mensagem documental – podem ser compreendidas como o início e o fim do processo, a partir do qual, ele é iniciado novamente, sempre renovado, ou seja, o lugar de partida nunca é o mesmo da chegada e da nova partida. Estas duas mensagens são 'momentos' da atividade documentária. Esses dois momentos dependem, para sua existência, da mensagem referencial e, secundariamente, da mensagem marginal. Estas duas mensagens, por sua vez, são 'produtos' da atividade documentária.

Propomos explicar as instâncias abstratas da mensagem documentária, como segue:

A **mensagem documentada** é o objeto tomado como documento, ou seja, pode ser tanto o objeto em si alocado entre outros em um arranjo de documentos a maneira de uma mensagem, como pode ser um registro produzido sobre ele, também como mensagem. A mensagem documentada é o documento, que é definido como suporte mais mensagem.

A **mensagem documental** é aquela que passou pelo processo de difusão documentária, sendo necessário distinguir difusão e distribuição. A difusão se explica pela relação entre quem envia a mensagem e quem a recebe no contexto de como a difusão ocorreu. É a mensagem documental que representa o objetivo da documentação.

Quanto às instâncias concretas da mensagem documentária, propomos a seguinte explicação:

A **mensagem referencial** compõe o processo de constituição da mensagem documentada e permite que a mensagem documental exista como tal. Ela resulta dos processos de organização da informação, nos quais a representação documentária é produzida na forma de unidades de arranjos ou de bases de dados.

A **mensagem marginal** reúne informações extras, ou seja, adicionais, sobre o documento, como informações históricas, sociais, jurídicas e ideológicas, relativas a aspectos contextuais do sistema de informação em questão, que podem ser de interesse do público.

Uma síntese das ideias apresentadas por Desantes Guanter sobre a mensagem documentária permite entender melhor sua proposta, como segue.

Segundo Desantes Guanter (1987, p. 236-241, 244, 247-249, 251, 255, 257), a mensagem incorporada em um suporte, analisada e conservada, formando parte de um documento, é uma **mensagem documentada**. Para o autor, a mensagem documentada é uma informação pretérita recolhida para ser eventualmente difundida no futuro, pois, o que a caracteriza é a necessidade cultural de sua conservação. Segundo ele, o objetivo da mensagem documentada é a de que seja disposta para ser comunicada, ou seja, sua característica intrínseca é a de que ela é vocacionada para a difusão a partir do documento do qual faz parte. A mensagem documentada apresenta uma comunicação potencial como um modo de satisfazer o direito à documentação. O autor considera que pode ocorrer de uma mensagem documentada nunca ser comunicada (o que seria um processo individual) ou nunca ser difundida (que ocorre em um processo coletivo), mas isso não significa que o fim da documentação seja outro que o de ter as mensagens documentadas dispostas para sua difusão mais ou menos extensa.

Quando a mensagem documentada passa de potência a ato, de mensagem passível de difusão a difundida, segundo palavras de Desantes Guanter (1987), ele a denomina **mensagem documental**. Para ele, toda difusão da mensagem documentada conduzida sem prejuízo da existência do documento ao qual foi incorporada, ou de una reprodução dele, man-

tém a mensagem documentada com toda sua capacidade potencial de difusão, ainda que já esteja circulando como mensagem documental. O autor define a mensagem documental como a mensagem documentada que foi comunicada ou difundida, cumprindo a finalidade da documentação. Trata-se da culminação de um processo documentário complexo. O autor afirma que o tempo e o espaço passam a ser determináveis quando a mensagem documentada é convertida em mensagem documental por meio da difusão; isso porque, nesse momento, não se trata mais de uma informação para o futuro, mas para o presente, ou seja, uma informação atual. Nesse sentido, ele demonstra a importância do tempo para a informação em geral e, especificamente, para a documentação. Martínez Comeche (1995, p. 73-74) discorre sobre a questão, a partir de Desantes Guanter (1981), dizendo que a mensagem deixa de ser fonte potencial de informação para funcionar como fonte efetiva de informação; ela ganha utilidade, passando a ser fonte permanente de informação permanente. Segundo Martínez Comeche (1995, p. 74), embora o conteúdo do documento permaneça o mesmo, a mensagem documental acrescenta conteúdos informativos distintos, pois, segundo palavras de Desantes Guanter (1981, p. 55): ela "é suscetível de uma valoração crítica atual distinta (...) daquela que potencialmente tinha na mensagem documentada". É a mensagem documental que tem um efeito multiplicador ou potencializador da informação.

Martínez Comeche (1995, p. 74) explica a **mensagem referencial** de maneira simples: é uma mensagem nova que resume os dados formais e de conteúdo da mensagem documentada. Para Desantes Guanter (1987), a comunicação e a difusão das mensagens documentadas devem ser precedidas do conhecimento da existência, das características e do conteúdo das mensagens documentadas e do documento que lhe dão corpo, o que ocorre por meio do conjunto de dados que compõe a mensagem referencial. O autor entende que a referência, com qualquer forma técnica e com as características que sejam oportunas, é a ponte que une a margem do rio do documentado com a margem do rio do documental. Se, para satisfazer o direito à informação, afirma Desanter Guanter, a mensagem documentada

deve converter-se em documental, a mensagem referencial é importante por preceder, como um emissário, o conhecimento pleno do documento, e em consequência, da mensagem nele integrada.

Desanter Guanter continua sua proposta de fundamentação da mensagem referencial dizendo que ela deve cumprir duas condições: congruência e completude. Para ele, a mensagem referencial não é uma cópia literal ou icônica do documento ou da mensagem nele integrada, mas deve ser congruente com o documento e com a mensagem documentada; ela é um esquema do documento e dos seus elementos integrantes. Os dados da mensagem referencial devem também ser completos, no sentido de que devem oferecer todas as informações que interessam ao usuário, ou que considerem a necessidade, conveniência ou oportunidade de que a mensagem documentada seja convertida em documental. Desanter Guanter (1987, p. 248) diz, de maneira interessante e pertinente, que "não cabe dizer mais, mas, não cabe dizer menos".

Desse modo, Desanter Guanter trabalha com a ideia de que os princípios de congruência e de completude são aspectos dos princípios de adequação à realidade. Por isso, afirma que a mensagem referencial completa e congruente não cumpre sua finalidade caso seja limitada à constituição de um inventário do conjunto de documentos: é necessário tornar conhecido esse conjunto de documentos. O autor avança quanto ao dito anteriormente sobre a mensagem documentada, enfatizando que a mensagem referencial não deve só estar à disposição do público como deve aproximar-se dele, promovendo a documentação e essa promoção tem como elemento principal justamente a mensagem referencial. Um aspecto da promoção das mensagens referenciais é sua inteligibilidade. Sob outro ponto de vista, a promoção resulta de raiz constitucional ao considerar a documentação como direito. Quanto a isso, o autor amplia a questão para além dos entendimentos comuns, afirmando que ainda que a Constituição (no caso, a Constituição espanhola) pareça se referir somente aos serviços documentários públicos, sua força se expande aos serviços privados, dado o caráter de bem público da documentação. Desse modo, ele entende que a difusão da mensagem docu-

mentada depende, na maior parte dos casos, da mensagem referencial, sob a demanda do usuário ou sob a iniciativa promocional do documentalista.

Quanto à questão técnica da qual depende a produção da mensagem referencial, Desantes Guanter entende que ela inclui variação decorrente das características da mensagem documentada e da finalidade que o documento é chamado a cumprir. Por isso, afirma que as normas positivas aplicáveis devem ser tomadas como indicativas, ou seja, em nenhum caso, o documentalista deve considerar-se limitado por elas. A questão, para ele, é a de que a complexidade da realidade obrigará a cada instante aplicar os princípios de maneira adaptada.

Atrelada diretamente à mensagem referencial, segundo nosso entendimento, pode ser elaborada mensagem auxiliar a que o autor chama de **mensagem marginal**. Martínez Comeche (1995, p. 74) sintetiza a explicação de Desanter Guanter (1987), definindo mensagem marginal como o conjunto de anotações ou comentários de caráter diverso como histórico, social, jurídico ou ideológico. Segundo Desantes Guanter, a mensagem marginal é inseparável da mensagem documentada, porque carece de sentido se não estiver acompanhada desta, ou seja, a mensagem marginal não é independente. Nos termos do autor, a mensagem marginal compõe a obrigação do documentalista de documentar marginalmente a mensagem principal, quando entende que informações adicionais contribuem para a apreensão do usuário sobre o documento que, depois, fará suas próprias interpretações. Desantes Guanter explica que essa obrigação do documentalista consiste fundamentalmente em refletir a verdade, advertindo o usuário sobre a falsidade, ou seja, fornecendo "a verdade da falsidade", o que consistiria em descrever "a verdade do documento falso ou da mensagem falsa no documento autêntico" (Desantes Guanter, 1987, p. 257).

Por fim, importa apresentar o destaque atribuído à mensagem referencial por Desantes Guanter, a qual ele caracteriza como típica e exclusiva da documentação. Para ele, somente por meio da mensagem referencial, podemos conhecer certos documentos, difundidos ou não, destruídos ou

perdidos. Diferente da mensagem marginal, afirma, a mensagem referencial é independente, unindo-se à mensagem documentada apenas por sua congruência à realidade documentária que descreve e pela completude dos dados que recolhe e oferta. Ele diz que a mensagem referencial tem como destino ser conhecida por meio de repertórios ou catálogos, dando a conhecer o documento e a mensagem nele contida (ou seja, a mensagem documentada), o que resulta na mensagem documental. A partir daí, discorre o autor, a mensagem referencial já não tem nada a ver com a mensagem documental, a não ser que volte a iniciar outro processo documentário, quando voltará a ser mensagem documentada.

É em função dessa posição que Desanter Guanter (1985) assevera que carece de sentido jurídico-informativo colocar à disposição o suporte à falta de uma mensagem. Para ele, a documentação funciona como um meio de comunicação social, por meio de procedimentos de autodifusão peculiares.

Cabe ainda apresentar quadro sistematizador elaborado por Desantes Guanter, agregado de elementos relativos aos sujeitos envolvidos. O autor dispõe os elementos do processo documentário, segmentados entre aqueles relativos ao sujeito (que seriam os subjetivos) e aqueles que são externalizados (ou seja, expressos objetivamente). O quadro é proposto pelo autor, como segue:

Quadro 3 – Elementos do processo documentário

<table>
<tr><td rowspan="8">Elementos do processo documentário</td><td rowspan="4">subjetivos</td><td colspan="3">sujeito que incorpora a mensagem [ao documento]</td></tr>
<tr><td colspan="3">sujeito que conserva o documento</td></tr>
<tr><td colspan="3">sujeito que comunica a mensagem documental</td></tr>
<tr><td colspan="3">sujeito que recebe tal mensagem</td></tr>
<tr><td rowspan="4">objetivos</td><td rowspan="4">a mensagem</td><td rowspan="2">principal</td><td>documentada</td></tr>
<tr><td>documental</td></tr>
<tr><td rowspan="2">acessória</td><td>marginal</td></tr>
<tr><td>referencial</td></tr>
<tr><td colspan="4">o modo</td></tr>
<tr><td colspan="4">o meio</td></tr>
</table>

Fonte: Desantes Guanter (1987, p. 55).

A produção espanhola, que se inicia com Javier Lasso de la Vega, nos anos 1940, e é marcadamente desenvolvida por José López Yepes, Sagredo Fernández, Izquierdo Arroyo e Desantes Guanter entre os anos 1970 e 1980, constituiu-se de modo articulado, ao mesmo tempo em que cada autor ou grupo de autores expressou-se de maneira particular, o que demonstra que a Documentação espanhola pode ser considerada uma escola de pensamento.

Dessa maneira, Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, que produziram juntos vários extensos trabalhos, também desenvolveram a atividade documentária a partir da ideia de uma mensagem. Os autores (1982, p. 165) consideram o documento como mensagem, funcionando como suporte de memória para conservação no tempo de um conteúdo comunicativo. O documento é entendido como algo observável, abordado em relação aos outros elementos constituintes do modelo, que seriam os que seguem: emissor, receptor (ou destinatário), objeto (ou referente), código linguístico-cultural, sociedade, meio (ou canal), ruído e contexto discursivo. De maneira um pouco diferente de Desantes Guanter, mas trabalhando sobre a mesma base conceitual, os autores entendem que o percurso da atividade documentária passa do 'processo documental' para o 'processo documentário', afirmando que, sob este último termo é que se direcionam as conclusões definicionais sobre documento.

Tratamos de alguns textos, produzidos nas décadas centrais do século XX (dos anos 1930 aos anos 1980), que convergem para uma explicitação do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica a partir de um conjunto de processos sobre documentos que, em sequência lógica e concatenada, conformam camadas de significação sobre esses documentos. Alguns dos principais termos propostos e adotados para denominar esses processos articulados foram apresentados aqui, como segue: ciclo documentário (Otlet, 1934); processo documentário / ciclo de ação (Ditmas, 1950, citada por Coblans, 1957); ciclo de serviço de informação (Shaw, 1957); cadeia de transferência da informação (Weinberg, 1963, citado por González Gómez, 2003); cadeia documentária (Alouche *et al.*,

1967; Chaumier, 1971; Van Slype, 1977); e espiral informativa (Desantes Guanter, 1987).

Na perspectiva que estamos privilegiando, o termo cadeia documentária é o mais consolidado. No decorrer do tempo, no entanto, a cadeia documentária foi questionada tanto quanto pouco explorada. Como ela é bastante utilizada para tratar dos processos de organização da informação, foi muitas vezes reduzida a eles. Outras vezes, a cadeia foi descrita como finalizada na etapa de busca em sistemas de informação, minimizando ou desconsiderando todo o espectro da difusão, incluindo os serviços.

Três publicações do ano de 2009, da França e do Brasil, problematizaram os termos e as abordagens mais recorrentes sobre os processos documentários e sua articulação.

Jeanneret e Chevalier (2009) escreveram sobre os sistemas de informação e as implicações das formas de representação em geral adotadas para sua concepção, gestão e implementação. Segundo eles (2009, p. 76-77), os mecanismos e procedimentos pelos quais os atores sociais são descritos em dispositivos gráficos são muitas vezes reduzidos a uma pura e simples sequencialidade, uma vez que o arquétipo industrial da linha de produção é aplicado a uma multiplicidade heterogênea de procedimentos ou tarefas. Os autores colocam em causa a redução das ideias que permitiriam caracterizar o processo, provocada por gráficos, diagramas e esquemas em geral, em função da sequencialidade de etapas, da relação de causa e efeito que eles deflagram e da naturalização dos procedimentos. Destacam que, mesmo sob a afirmação de um objetivo de comunicação, é comum entender-se que, se os processos técnicos forem realizados segundo a sequência posta, o resultado será positivo.

Guimarães (2009, p. 105, 112) tratou dos processos específicos de organização da informação que devem promover a construção do conhecimento individual que, por sua vez, gerará uma nova informação registrada para ser socializada e apropriada individualmente, o que é propiciado pela organização da informação, caracterizando um verdadeiro helicoide

informacional. O autor questiona a ideia de que a informação integre um movimento circular ou cíclico, motivo pelo qual afirma que seria mais apropriado falar em um movimento helicoidal, uma vez que a informação produzida pelo sistema nunca será igual à informação tomada inicialmente.

Smit (2009), por sua vez, problematizou o modo recorrente como a cadeia documentária é muitas vezes considerada, discorrendo sobre o que ela chamou de mito (como mencionamos no capítulo 1), no sentido de falas não refletidas, mas que são continuamente repetidas como verdades explicativas da atividade. Para tanto, ela (2009, p. 57) trata da sequência organização, acesso e transferência, abordadas usualmente em uma lógica de causalidade em que a organização causaria o acesso e o acesso causaria a transferência. Nessa sequência, cada etapa seria, natural e obrigatoriamente, seguida da outra. A autora busca desconstruir esse entendimento, haja vista que ele foi concebido segundo o que caracteriza um mito. Assim, além de uma etapa não conduzir naturalmente à etapa seguinte, já que estamos falando de ações humanas, portanto, intencionais, faz-se necessário definir e distinguir os processos, como demandam Jeanneret e Chevalier, acima citados. Desse modo, Smit (2009, p. 59) trata do acesso como uma operação físico-espacial, em que ocorre a "co-presença, no tempo e no espaço, da informação e da pessoa que por ela procura", enquanto a transferência seria uma operação cognitiva, portanto, pessoal e subjetiva, que "somente ocorre quando a pessoa consegue se apropriar da informação à qual teve, preliminarmente, acesso"; disso decorre que "não há transferência sem acesso à informação, mas pode haver acesso à informação sem que ocorra a respectiva transferência". Esse raciocínio é necessário para chegar ao ponto central do texto da autora no que tange a uma discussão sobre o objeto do campo. Elaborando de maneira produtiva e divertida as expressões, Smit (2009, p. 61) diz que é necessário "distinguir a organização da informação e a organização do acesso à informação, da transferência de informação, até porque a organização denota um procedimento típico, central da área, ao passo que a transferência de informação designa um objetivo, não um procedimento".

Como vemos, a autora propõe a organização da informação como uma espécie de organização do acesso da informação, expressão muito feliz no sentido de que ela permite indicar o que a organização da informação deve atender. Sob o ponto de vista do campo das ações de mediação documentária, organização da informação é um procedimento, mas a sua transferência é um objetivo. Levando em conta o enunciado construído por Smit, fica claro que o termo transferência da informação, embora seja muitas vezes usado para a transferência física de algo, é adotado por ela, como por outros autores, no sentido de apropriação da informação. Como tratamos anteriormente, a apropriação é um objetivo, que pode se realizar após a comunicação documentária.

Desse modo, além de questionar a naturalização das etapas componentes da cadeia documentária, Smit coloca em questão processos propriamente componentes da cadeia e outros que são relacionados a ela. Tanto a devida relação entre elementos fundamentais do campo quanto a distinção entre aqueles diretamente relacionados ou não devem ser realizadas e aprofundadas.

O desenvolvimento da ideia de uma cadeia como elemento central do quadro explicativo do campo no decorrer do século XX, como apresentamos, demonstra a construção de propostas avançadas em direção ao objeto e à função social do campo. É necessário seguir avançando, o que não pode ocorrer se a simplificação ou o apagamento se mantiverem. Cadeia é relação e é a relação que permite produzir sentido. O fato de a cadeia ser abordada muitas vezes como uma sequência de operações lógicas 'encadeadas' mecanicamente não é suficiente para prescindir dela, total ou parcialmente, nem autoriza a inserção arbitrária de elementos diversos; ao contrário, seria necessário, ou recolocar a cadeia, ou fundamentar seu abandono ou reformulação. Segundo nosso entendimento, caberia aprofundar a cadeia documentária em busca da compreensão de seus processos documentários constituintes como processos de representação linguístico-terminológica, pautados pelos elementos que podem permitir a aderência dos públicos com as mensagens documentárias a ele apresentadas.

No entanto, o termo cadeia remete ao encadeamento de operações mecânicas, à maneira da atividade industrial. Ainda que a atividade documentária deva ser realizada industrialmente (pois não se trata de analisar o conteúdo dos textos e suas diversas possibilidades de representação), tendo em conta a relação custo-benefício, segundo parâmetros de eficiência e eficácia, seria mais razoável continuamente questionar a terminologia e explorar novos termos. Em busca de termos mais adequados para caracterizar as ações de mediação documentária, propomos provisoriamente falar em **fluxo documentário**. Embora menos usual, esse termo é utilizado, e é interessante por indicar algo em movimento, em um curso, no tempo e no espaço. Fluxo remete à energia em movimento, à força que impulsiona para frente, à massa que é mobilizada, e, em sendo fluxo documentário, indica massa material e simbólica posta em movimento, em dinâmica intelectualmente pertinente a públicos e por eles reativada continuamente. Fluxo documentário, portanto, seria o conjunto de processos que se impulsionam um ao outro, por pessoas agentes, para a produção de sentido, por pessoas destinatárias. Afinal, nenhum conjunto de processos poderia fomentar a produção de conhecimento e a tomada decisão se não forem processos de produção de sentido.

Para um avanço da ideia de ciclo/cadeia/espiral/helicoide/fluxo, seria necessário tratar dos aspectos que permitem caracterizar os processos documentários, considerando aspectos contextuais (culturais, sociais, políticos, econômicos) relacionados à produção e uso de documentos, enquanto processos de conhecimento e de tomada de decisão relativas a questões de pessoas em torno de suas atividades. Como já dissemos, é importante fazer distinções: aspectos contextuais ampliam a compreensão dos aspectos centrais (no nosso caso, os documentários), mas não o são. Quanto aos aspectos centrais, por sua vez, é preciso que eles sejam elaborados sobre documentos e pessoas, como processos documentários propriamente ditos, pautados por parâmetros linguístico-terminológicos, viabilizados por tecnologias apropriadas e amparados pela gestão de processos e recursos.

Mantemos, portanto, a posição de que o ciclo/cadeia/espiral/helicoide/fluxo estrutura, sistematiza, racionaliza, realiza as ações de mediação documentária.

Blanquet (1993[4], p. 202) afirma que toda profissão pode ser representada a partir de dois eixos: um eixo essencial e permanente, representado por suas funções e sustentado por conhecimentos fundamentais compartilhados, e um outro eixo, tributário de variações, pois decorrente de técnicas circunstanciais e instrumentos adotadas para tal. Ela diz que se deve perguntar sobre a solidariedade entre os dois eixos, haja vista que a profissão estruturada na ferramenta desaparece quando esta se torna obsoleta. Por isso, Blanquet entende que os instrumentos mudam, mas a função documentária permanece. Ela destaca que a ferramenta tecnológica libera as pessoas para o trabalho intelectual e faz menção a H. G. Wells que, em 1936, teria falado na produção de sínteses intelectuais de todo tipo, vivas, dinâmicas e continuamente revisadas.

E por falar em sínteses intelectuais, trataremos a seguir da organização da informação.

[4] Artigo traduzido e publicado em língua portuguesa (Blanquet, 2018).

3

Para uma matriz da organização da informação

3.1 Variação terminológica e consolidação do campo

A organização da informação manifesta-se como força motriz do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, motivo pelo qual ela se desenvolveu teórica e metodologicamente antes dos demais subcampos. Essa anterioridade e centralidade pode ser identificada na unidade epistemológica que subjaz às disciplinas Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, pois nela encontra-se expressa a base fundamental da organização da informação.

Por sua vez, essa unidade epistemológica construiu-se por terminologia variante, que pode ser identificada a partir dos adjetivos correspondentes à construção de cada disciplina: de bibliográfico e biblioteconômico (cuja base comum é a abordagem bibliográfica, segundo desenvolvemos) a documentário (agregador das abordagens bibliográfica, arquivística e museológica). Mais à frente, com o adjetivo 'informacional', houve sobreposição dos conteúdos das abordagens anteriores, simultaneamente a usos relacionados a elas, mas não específicos, assim como usos não pertinentes aos seus objetivos.

Um campo de conhecimento não se constitui de maneira linear. Várias concepções manifestam-se simultaneamente, com a predominância de umas sobre as outras. Esse feixe de pontos de vista de um campo evidencia-se em sua terminologia na forma de variações, como as que citamos. As variações terminológicas decorrem da existência de proposições diferentes, que são identificadas e confrontadas em processos de interlocução contínua, conduzindo o campo em direção à sua maturidade científica.

No entanto, se essas variações não forem discutidas, as diferentes proposições não serão suficientemente conhecidas, dificultando o acúmulo que seria derivado desse movimento.

Juan Carlos Sager (1993, p. 12-14), em texto cujo sugestivo título é *La terminologia, puente entre varios mundos*, trata do papel exercido pelas terminologias na comunicação entre grupos distintos de pessoas. Afirma que uma língua não é um instrumento unitário e multifuncional, sendo necessário aceitar a concepção de língua como um conjunto de diversas linguagens de grau variado de especificidade. Neste sentido é que o autor, ao se referir às deficiências na formação de especialistas, menciona o problema da separação entre o conhecimento e sua forma apropriada de expressão, pois essa relação de dependência é comumente negligenciada. Sager demonstra que existe um delicado equilíbrio entre a língua geral e as linguagens especializadas. Dessa maneira, afirma ele, "*estudiar una materia equivale a aprender los lenguajes de esa materia*". Mais que isso, acrescenta Sager: há níveis de compreensão de uma matéria e eles correspondem a níveis de linguagem.

A terminologia de um campo de conhecimento é o conjunto de termos que representa o mais precisamente possível as ideias que o explicam e justificam. Esse conjunto de termos exerce papel no seu processo de cientificização, operando como parâmetro para verificação de sua consolidação.

A questão aqui é a de que, a terminologia de um campo, mesmo que fragmentada, e por esta razão mesma, deve ser investigada.

Nessa direção, pesquisadoras do Grupo Temma buscaram avaliar a cientificidade do campo, por elas denominado Ciência da Informação, por meio da análise de sua constituição terminológica. Dois artigos ao menos foram produzidos como resultado dessa pesquisa: Kobashi, Smit e Tálamo (2001) e Smit, Tálamo e Kobashi (2004).

Nesses artigos, as autoras observam que um campo de conhecimento apresenta pontos de vista específicos que orientam um modo próprio de explicar e interpretar a realidade. Esses pontos de vista são explicitados a partir do núcleo específico de uma linguagem de especialidade, cujo vocabulário, normalizado e organizado semântica e logicamente, constitui a terminologia do campo. O reconhecimento de um termo e seu conceito exige a análise da pertinência das características conceituais consideradas em relação ao domínio. Pressupõe-se que os termos que constituem a linguagem de um campo remetam a conceitos específicos, ou seja, distintivos. Na ausência desses elementos, trabalha-se na indeterminação conceitual do senso comum, ou ainda, a partir da junção dos vários fragmentos de diferentes campos que só fazem sentido à custa de muito esforço. Nessas condições, tem-se um impasse ou retardamento teórico, que compromete o campo como um todo.

O levantamento terminológico realizado pelas autoras nessa pesquisa apontou que o campo da Ciência da Informação, em larga medida, carece de uma linguagem de especialidade própria. Segundo concluíram, os termos utilizados não refletem conceitos, pois embora reúnam uma série de unidades lexicais, não permitem entrever o sistema conceitual que deveria conferir um estatuto epistemológico. Diante da ausência de um sistema conceitual explicitado, não há um acordo fundamental e uma linguagem de especialidade de natureza científica que comunique uma realidade integrada. A despeito disso, as autoras partem do entendimento de que o estudo da constituição histórica do campo permitirá identificar termos e conceitos que não foram suficientemente atualizados, permanecendo como subentendidos e não como pressupostos explícitos do domínio, pois a formulação de terminologias que reflitam os núcleos fundantes do campo é condição necessária para a explicitação de seu domínio.

Em capítulo de livro produzido com duas colegas, tratamos da variação terminológica em Organização da Informação presente no uso dos termos Análise de Assunto e Análise Documentária. Devido ao uso recorrente de termos em Organização da Informação sob a ausência de princípios epistemológicos explicitados, afirmamos que, subjacente a esta variação terminológica, encontram-se construções culturais, sociais e técnicas que resultaram em abordagens próprias sobre o mesmo processo (Ortega; Fujita; Simões, 2020, p. 148).

Questões dessa ordem demandam investimentos em projetos de pesquisa de identificação e discussão dos termos relativos às ações de mediação documentária que permitem organizar com o fim de socializar.

Neste campo que nos ocupa, como em muitos outros, o idioma inglês é tomado como referência para a produção e comunicação científica. Há avanços significativos realizados no campo em outros idiomas e fora do eixo dos Estados Unidos, mas importa que tratemos da forte presença da terminologia em inglês.

Como tratamos em Ortega (2023, p. 19-21), a antiga expressão *cataloguing and classification* é usual em parcela significativa da literatura técnico-científica de gestão de bibliotecas, assim como em cursos, eventos e produtos e serviços.

Em uma outra vertente, bastante disseminada hoje, podemos mencionar o termo *knowledge organization*, adotado em 1989, com a criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), por Ingetraut Dahlberg. Não se pode afirmar que *organization of knowledge*, proposto por Henry Bliss, em 1929 (Bliss, 1929), tenha relação direta com o conceito expresso por *knowledge organization*, segundo Dahlberg. A força política da ISKO deve ser considerada nos estudos sobre a terminologia do campo. Rodrigo de Sales e Eduardo Murguia (2015) discorreram sobre a proposição deste termo, relacionando aspectos epistemológicos e político-ideológicos, e tratando de continuidades e reorientações.

Temos ainda a vertente representada pelos termos: *organization of information*, adotado por Arlene Taylor (1999), e *information organization*, como usado por Elaine Svenonius (2000). De alguma forma, Taylor e Svenonius, nestas publicações e nas posteriores, buscaram atualizar a expressão catalogação e classificação, promovendo uma reorganização sob nova denominação.

Dessa forma, as vertentes desenvolvidas em idioma inglês remetem a aspectos evidenciados por: catalogação e classificação, tanto quanto por organização, seja da informação, seja do conhecimento. Importa que apresentemos alguns comentários sobre cada vertente.

Foi no contexto da produção de catálogos de acervos locais de bibliotecas que a expressão catalogação e classificação se desenvolveu. Catalogação contempla usualmente a catalogação descritiva e a catalogação de assunto. Sob estes nomes não são privilegiadas certas formas de representação dos documentos, como é o caso dos resumos documentários. Ao mesmo tempo, é comum que o termo catalogação contemple como elemento obrigatório o número de chamada, modelo de base classificatória adotado para a produção de arranjos de documentos. Classificação, por sua vez, é tomada tanto como a base do processo de organizar informação quanto como o método adotado na produção de arranjos de documentos, em especial, o número de chamada.

A expressão catalogação e classificação, sendo abordagem regida por um modelo particular de gestão de coleções locais de bibliotecas, não favorece a organização de tipologias e suportes documentais diversificados e a oferta de recursos amplos para busca à informação. Essa afirmação pode ser confirmada pelo estudo de Philip Hider (2020) sobre os currículos produzidos nos Estados Unidos e Inglaterra por várias décadas. O estudo nos permite inferir que há necessidade de revisão desse modelo, tornando-o mais abrangente, de modo a contemplar as diversas bases de dados construídas até hoje e a produção de arranjos de documentos diversos, incluindo os eletrônicos, segundo características institucionais e de públicos.

Constatamos, ainda, pelo estudo de Hider, que a catalogação/classificação, também denominada *cat and class – cataloguing and classification*, manteve-se como matriz curricular, eventualmente apresentando alguns outros conteúdos, porém não articulados a ela, como a produção de resumos documentários e a documentação audiovisual.

Quanto à organização do conhecimento, como adotado na ISKO, algumas reflexões sobre seus possíveis significados são necessárias. O termo se refere à operação cognitiva realizada pelo indivíduo ou à organização do conhecimento coletivo. Neste segundo caso, trata-se de organização do conhecimento como aproximação a uma configuração ideal de um determinado conhecimento, seja ele científico ou não. Partimos da consideração de que é necessário distinguir a organização do conhecimento coletivo, como ocorre na ciência, e a organização que tem por fim a apropriação da informação por um público.

Otlet, entre outros autores, entendia que não se tratava de organizar o conhecimento, mas os documentos que dispunham sobre ele, ou seja, o conhecimento registrado. Dessa maneira, Otlet (1903, p. 129, 132) afirmava que se deve separar claramente a ciência, de um lado, e a documentação, de outro, e que a documentação deve ser distinguida – com não menos cuidado – da organização da ciência. Para ele, tudo que se refere à documentação científica pode ser considerado como um ramo da organização da ciência, contudo, em razão de sua importância e do que já ocorria no ensino, este ramo deve ser uma disciplina (*matière*, no original) independente e autônoma. No artigo escrito por Sales e Murguia, citado anteriormente, a posição de Otlet é sintetizada como segue:

> existe o documento e suas unidades informativas, e cabe à documentação extrair e disponibilizar tais informações para o eficaz acesso à informação. Sendo o conhecimento uma esfera dentro da qual os documentos são necessários para a sua perpetuação, cabe às associações organizar o conhecimento e à documentação agir dentro dos campos dessa organização prévia (Sales; Murguia, 2015, p. 414).

Seguindo essa linha de raciocínio, desde as últimas décadas do século XX, teorias e métodos da Terminologia foram apropriados para a construção de sistemas de conceitos relativos ao domínio de que tratam os documentos selecionados, tendo em vista públicos determinados. Este trabalho de sistematização de termos e conceitos é realizado como parte da metodologia de construção de tesauros. Trata-se de atividade que não tem por fim último a elaboração de terminologias especializadas.

Posteriormente, Gail Hodge (2000) propôs o termo *Knowledge Organization Systems* – KOS (Sistemas de Organização do Conhecimento – SOC, como adotado em língua portuguesa) incluindo, sob essa denominação, de dicionários e glossários a sistemas de classificação bibliográfica, tesauros e ontologias. Ainda que Hodge considere os níveis de complexidade estrutural destes instrumentos, partindo de listas de termos e suas definições (como os dicionários) até estruturas terminológicas complexas (como os tesauros), ela não releva a especificidade documentária de alguns desses instrumentos. Se Hodge não enfatiza a função dos instrumentos documentários, distintamente daquelas exercidas por léxicos e por instrumentos terminológicos, a apropriação do seu texto no Brasil também não priorizou esta distinção, adotando-se o termo SOC de maneira genérica. Esse movimento dispersivo tem fomentado o apagamento dos estudos sobre os fundamentos das linguagens documentárias e suas metodologias de construção e atualização.

O uso genérico do termo organização do conhecimento no Brasil tem implicações semelhantes. No caso das bases de dados (incluindo catálogos), a estrutura central dos registros que as compõem responde por campos descritivos e campos temáticos. Por muitos anos, adotou-se os termos catalogação, catalogação descritiva ou representação descritiva para indicar a produção dos campos descritivos, e, representação temática para indicar a produção dos campos temáticos. Mais recentemente, tornou-se comum a opção pela expressão representação descritiva e organização do conhecimento. Essa expressão evidencia deslocamento conceitual do segundo termo em direção à produção de sistemas de conceitos de um do-

mínio, destoando do primeiro termo, no que tange às relações que ambos exercem na produção de bases de dados, como concretizado na prática profissional e consolidado na literatura.

Além dos termos citados, adotados no Brasil, foi se tornando cada vez mais presente o termo organização e representação. Nesse caso, seria preciso observar que 'representação' remete tanto à etapa final da organização da informação (etapas essas estabelecidas como leitura, análise, síntese e representação) quanto ao seu produto. Fica a dúvida, portanto, sobre o que se pretende comunicar quando se adota o termo organização e representação. Além disso, é comum que organização e representação seja seguido de 'conhecimento' ou 'informação e conhecimento', o que promove outras dificuldades de interpretação.

O termo tratamento da informação também é usado no Brasil. Ele é adotado ao menos desde os anos 1970 em publicações brasileiras, incluindo traduções, como é o caso de: Simpson (1975), Dusoulier (1976) e Cavalcanti (1978). Os modos de uso deste termo são questão a investigar. Termo semelhante – tratamento documentário – é usado em francês e espanhol (como nos textos de Béguin-Verbrugge e García Gutiérrez, citados à frente neste trabalho), o que pode indicar sua origem no Brasil.

A exploração da relação entre termos e conceitos é tarefa necessária à prática científica, pois ela subsidia o processo de escolhas terminológicas pertinentes e orienta a discussão sobre as implicações das escolhas realizadas.

Dada a pertinência, a consistência e a coerência dos significados atribuídos ao termo organização da informação, mantivemos o seu uso, em continuidade à nossa produção científica anterior, e somando-nos às de outros autores. Consideramos também a solidez e a estabilidade que a literatura sob a denominação organização da informação oferece.

No entanto, independente do termo adotado para esse subcampo, nos interessa explorar e sistematizar seu desenvolvimento conceitual, metodológico, pragmático, normativo e tecnológico, a despeito da necessida-

de da superação do pensamento dogmático ainda dominante, como tratamos a seguir.

3.2 Categorias fundamentais da organização da informação: do conceitual, metodológico e pragmático ao normativo e tecnológico

A função social do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica é a de promover a apropriação da informação por um público. Se a organização da informação resulta em sistemas de informação, os serviços também exigem abordagem sistêmica sobre documentos frente a um público, pois estão em causa processos que se articulam em sequência, compartilhando forma e função. Por este motivo, a função social a que nos referimos não depende apenas dos processos de organização da informação, como também não pode prescindir deles. Essa função social depende de todas as ações sobre documentos, ou seja, de todas as ações de mediação documentária.

O campo que nos ocupa, portanto, exige diversas ações sobre documentos, sejam aquelas voltadas à produção de sistemas prevendo atender demandas de públicos, sejam aquelas voltadas à sistematização de informações de documentos frente a demandas específicas de públicos. Essas ações devem ser produzidas também para a sensibilização e mobilização de públicos.

Para uma fundamentação da organização da informação, haja vista a necessidade de verticalização, aprofundamento e problematização, é produtivo refletir sobre categorias que a configuram como tal. Como dissemos, a organização da informação é o ponto de partida procedimental sobre os documentos, de tal maneira que suas categorias de análise se refletem em todos os processos documentários, da seleção à busca, passando pelos serviços e produtos. Sem perder de vista que os processos de organi-

zação da informação compõem o conjunto dos processos documentários, trataremos aqui apenas de categorias relativas à organização da informação.

No decorrer do século XX, vários autores empreenderam esforços na elaboração de categorias de organização da informação.

Mencionando a obra emblemática de Otlet, o Tratado de Documentação, publicado em 1934, García Gutiérrez (1999, p. 27) afirma que a Documentologia é a ciência documentária, enquanto a Documentotecnia volta-se às técnicas documentárias e a Documentonomia se ocupa da normativa documentária. Por sua vez, os aspectos pragmáticos, assim como a noção de usuário, embora considerados por Otlet, apenas mais tarde foram explicitamente tratados. Quanto à tecnologia, Otlet é reconhecido como visionário de suas possibilidades de aplicação à organização da informação, além de considerar os novos suportes documentais à época, como é o caso dos audiovisuais.

Neste trabalho, propomos explorar categorias de organização da informação como níveis de manifestação de seus processos. Trata-se de níveis de manifestação particulares, mas integrados entre si no contexto do sistema de informação.

Consideramos os níveis de manifestação da organização da informação em dois planos: abstrato e concreto. No plano abstrato, temos os níveis conceitual, metodológico, pragmático, normativo e tecnológico, todos eles congregados no plano concreto, que também podemos chamar de plano empírico ou aplicado.

A proposta de que tratamos a seguir foi apresentada pela primeira vez em 2012 e sua primeira versão foi publicada inicialmente em 2013 (Ortega, 2013b). A proposta atual foi publicada em Ortega (2023), onde também está descrito seu percurso de concepção, reformulação e discussão com parceiros. No Quadro 4, apresentamos a proposta, seguida de explicação e problematização.

Quadro 4 – Níveis de manifestação dos processos de organização da informação

Plano	**Níveis de manifestação dos processos**	**Explicitação dos níveis de manifestação dos processos**
plano abstrato	conceitual (teórico / fundamental)	Conceitos, e os termos que lhes correspondem, que fundamentam a Organização da Informação, no que tange a seus objetos, processos, modelos/ instrumentos e produtos, orientados à função de apropriação da informação por públicos destinatários.
	metodológico (procedimental / técnico)	Metodologias científicas adotadas para realizar os processos e produzir modelos e instrumentos correspondentes.
	pragmático (contextual)	Parâmetros que permitem elaborar processos e instrumentos aderentes à linguagem dos documentos das coleções e das comunidades discursivas que conformam o público destinatário, ambos condicionados institucionalmente, no contexto de fatores sociais e culturais.
	normativo (prescritivo)	Orientações normativas adotadas para a realização dos processos e para a construção dos instrumentos, de modo a dar regularidade e funcionalidade a cada sistema de informação.
	tecnológico	Tecnologias existentes a cada época que realizam a concretização material dos processos e instrumentos adotados na produção e gestão do sistema.
plano concreto	aplicado (empírico)	Aplicações concretas, como as da prática profissional, mas também as das pesquisas experimentais e dos estudos de caso.

Fonte: Ortega (2023, p. 23).

A segmentação em níveis tem por fim possibilitar melhor compreensão dos processos. No entanto, cada nível responde por um aspecto do todo, e todos os níveis são integrados entre si. Cada um dos níveis envolve os outros e só pode ser compreendido a partir de sua relação com eles.

No plano abstrato, o nível conceitual é o mais abrangente e verticalizado e os níveis normativo e tecnológico são os mais contingenciais e datados. O plano concreto representa cada uma das aplicações realizadas

ou por realizar, as quais, no seu conjunto, devem ser passíveis de explicação fundamentada pelos níveis de manifestação do plano abstrato. Como elaborado por Silva (2022, p. 23) ao discorrer sobre essas categorias, o plano abstrato e o plano aplicado não são estanques, mas permeáveis e plásticos em função do mutualismo das alterações e de sua codependência.

Tomando por base enunciado elaborado por Tolentino (2021, p. 28) a respeito destas categorias, propomos: os processos de organização da informação são apreendidos a partir de um conjunto de conceitos, realizados por métodos, balizados por aspectos pragmáticos, e regulados em cada sistema por normas próprias, que são implementadas concretamente por tecnologia avaliada como adequada, funcional e viável.

Uma vez elaborado um esquema categorial que se pretende como representativo da manifestação dos processos de organização da informação, temos parâmetros para discutir como ela se desenvolveu no tempo e as implicações desse modo de desenvolvimento.

Dessa maneira, a despeito da complexidade da organização da informação e do estágio de consolidação alcançado, podemos afirmar que alguns de seus aspectos foram privilegiados – em detrimento de outros – na pesquisa, no ensino e na prática profissional. Esse foi o caso dos aspectos normativos e dos aspectos tecnológicos. Enquanto os primeiros são equivocadamente abordados como universais, falta aos segundos que sejam abordados de maneira abstrata. A discussão que realizamos em Ortega (2023) sobre esse desequilíbrio de aspectos é retomada a seguir.

As categorias fundamentais de um campo dependem de algum nível de permanência. As categorias normativa e tecnológica da organização da informação apresentam a maior carga contingencial dentre as demais, mas seus elementos fundamentais se preservam no tempo, já que eles são intrínsecos ao campo.

O problema posto é o da primazia atribuída à normatização e à tecnologia, tendo em conta os aspectos conceituais, metodológicos e pragmáticos que os precedem e sustentam. Considerando que os níveis de mani-

festação são instâncias distintas do mesmo processo, atribuir mais peso a um nível que a outro diminui a dimensão das atividades documentárias, limitando seu significado e funcionalidade.

Quanto aos instrumentos, Gardin, já em 1966, ao elaborar tipologias para as classificações, por meio de sua caracterização distintiva, nos permitiu inferir que instrumentos concretos não devem ser avaliados por si mesmos. Ele recomendou descartar as observações relativas aos códigos associados às classificações, como sistema decimal, símbolos alfanuméricos e afixos, afirmando que seria mais razoável definir os principais tipos de classificação por meio de seus traços estruturais (Gardin, 1966). A abordagem fundamentada que Gardin se propôs a fazer deu início a várias pesquisas em que os instrumentos de representação documentária, como sistemas de classificação e, depois os tesauros, foram avaliados na perspectiva de linguagens, portanto, linguagens documentárias.

Décadas depois de Gardin, Béguin-Verbrugge (2002, p. 329) apresenta orientações similares e questionamentos. Ela trata do lugar da linguagem no tratamento documentário, por considerá-lo um ato complexo de comunicação realizado via enunciação. A despeito desta afirmação, ela diz que o tratamento documentário é tomado predominantemente como uma prática empírica, a partir da qual a aplicação rigorosa de regras pelos profissionais garantiria ao usuário o resultado de sua busca de informação. Béguin-Verbrugge afirma que é necessário retomar a forma de ver as normas, passando a considerar os usuários a partir de uma perspectiva interativa e pragmática que integra os conjuntos de signos que formam o enunciado do tratamento da informação.

No mesmo período, Calenge e Fayet-Scribe também elaboraram reflexões sobre as normas documentárias.

Para Calenge (1998, p. 17), todo modelo, ou parte dele, ao ser utilizado como norma, é adaptado, respeitando seu processo e tendo consciência dos pontos abandonados. Segundo ele, o modelo fornece um quadro de análise formalizada, enquanto a norma impõe uma prática sem distinção possível.

Fayet-Scribe (2001, p. 77) considera que as normas são respostas pragmáticas e concretas a novas situações, em vez de camisas de força para as quais os profissionais e os usuários devem se adaptar.

Afinal, muitos anos antes, Briet (1951, p. 39) já falava que as formas que as atividades documentárias podem assumir são tão numerosas quanto as necessidades para as quais elas nascem.

García Gutiérrez (1984, 1985) está entre os autores que discorreram especificamente sobre a normatividade, o que lhe permitiu explicitar seu papel nas atividades documentárias. Na primeira publicação, o autor (1984, p. 19-21, 31) afirma que a normalização deve ser aplicada a todos os âmbitos da atividade humana que necessitam de regulação. Ele define normalização documentária como a organização racional dos conhecimentos e seus suportes e o tratamento e dinamização do conjunto acumulado deles. Assim, haveria três níveis de incidência normativa na cadeia documentária: seleção, tratamento e difusão documentária. García Gutiérrez explica que a normalização documentária implica a regulação das distintas fases do processo sobre documentos, os quais afloram como a causa (documento original), o efeito (documento referencial) e o fim (informação científica) do trabalho realizado nos centros e sistemas documentários.

Para Tolentino (2021, p. 26), a norma, enquanto modelo operativo de caráter prescritivo, advém da construção contínua de procedimentos que buscam ser suficientes para a finalidade do processo.

Ainda que olhares literais de modelos e normas representem fortemente o campo, em detrimento da identificação de seus princípios subjacentes, há reflexões significativas sobre o tema. Podemos inferir, tomando a fala de Calenge, que as normas devem ser interpretadas e contextualizadas, de forma que se possa operar com elas reconhecendo o modelo do qual partiram.

A ênfase às normas, com a secundarização de seus princípios, é construção histórica. Dois eventos ao menos reforçaram os aspectos nor-

mativos da organização da informação, em relação estreita com aspectos tecnológicos.

O primeiro evento foi a criação e coordenação de um sistema, pela *Library of Congress* (LC), dos Estados Unidos, desde os primeiros anos do século XX, em bibliotecas desse país. Nesse sistema, era realizada catalogação cooperativa, por meio da venda de fichas catalográficas, que eram reproduzidas por estereotipia. O segundo evento decorreu do primeiro: na década de 1960, no mesmo país, foram adotados computadores para a operação dessa rede de catalogação cooperativa. O instrumento documentário então criado foi o formato MARC (*Machine Readable Cataloging*), não à toa, denominado formato de intercâmbio.

Ambos os projetos tiveram dois pilares que permitiram sua viabilização, além de disseminação para fora dos limites nacionais. Esses pilares foram: a adoção de normas para a produção dos registros dos documentos e a adoção de tecnologias adequadas aos sistemas. Por sua vez, os dois projetos abandonaram significativamente as propostas dos teóricos da Catalogação que lhes antecederam: Anthony Panizzi e Charles Ammi Cutter, e, depois, os mesmos teóricos, além de Seymour Lubetzky.

No que tange a estes eventos, podemos dizer que houve um recrudescimento da normatividade como parâmetro para a realização da atividade documentária, em detrimento das teorias que a sustentam, e uma amplificação da percepção da tecnologia como recurso. Dito de outro modo, esses movimentos levaram à proeminência dos aspectos normativos, colocando em destaque também os aspectos tecnológicos.

Tratando em especial das normas de catalogação adotadas nesses dois projetos, podemos observar que elas ganharam forte presença na compreensão e produção de respostas às demandas por informação. Como qualquer instrumento de organização da informação, normas de catalogação são datadas por seu momento de concepção e uso, ou seja, são condicionadas pela maturidade metodológica, pelo estágio de desenvolvimento

tecnológico e pelas variantes econômicas e políticas do momento e do local em que são propostas e implementadas.

A despeito dessas contingências, os esforços realizados em torno de propostas normativas de catalogação são dignos de nota. Algumas das propostas mais significativas partiram dos primeiros manuais de bibliotecas e bibliografias, seguidos dos códigos de catalogação, formatos de registro bibliográfico e padrões de metadados, tendo como referência a ISBD (*International Standard Bibliographic Description*) e os modelos conceituais de registros bibliográficos da família FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*)[1]. A partir desses instrumentos, podemos identificar parâmetros metodológicos, elaborados de modo racional e objetivo, relativos a estruturas de representação de documentos e recursos para acesso a elementos dessas estruturas. Trata-se de um percurso intelectualmente relevante, se considerarmos a demanda cognitiva exigida para contemplar aspectos conceituais e metodológicos, segundo as possibilidades tecnológicas de cada época.

No entanto, falta avançar na distinção entre as normas adotadas em cada sistema, que são particulares, únicas, e as normas referenciais produzidas na forma de metodologias, ainda que pretensamente. Estas normas referenciais devem ser capazes de subsidiar a produção de sistemas de informação, segundo documentos, instituição e públicos específicos. Ou seja, há normas elaboradas como referência para implantação adaptada em sistemas de informação específicos e normas elaboradas para cada sistema de informação, eventualmente pautadas nas primeiras. Os dois usos identificados permitem dizer que as normas referenciais podem ser caracterizadas como metodologias, embora muitas vezes não o sejam de fato, como nos casos em que elas apresentam insuficiente elaboração conceitual.

A observação dos instrumentos documentários amplamente adotados como normas referenciais nos remete ao modelo estadunidense

[1] A ISBD teve sua primeira publicação em 1971, voltada apenas para monografias – ISBD(M). O modelo conceitual FRBR, publicado originalmente como base para os demais, é de 1998. Ambas as propostas foram desenvolvidas e publicadas pela IFLA.

de gestão de bibliotecas. Esse modelo, que se tornou marcante em praticamente todo o mundo, é baseado em um conjunto de instrumentos, cujos principais são: AACR2 (*Anglo-American Cataloging Rules,* 2. ed.) e MARC (*Machine Readable Cataloging*), ambos em processo de substituição pelo RDA (*Resource Description and Access*), assim como, CDD e LCSH (*Library of Congress Subject Headings*).

Os modos de produção, de disseminação e de uso do modelo estadunidense de gestão de bibliotecas foram fundamentais para a cristalização da concepção universal dos instrumentos. A ideia de padrão ou norma foi deslocada da prescrição necessária à entrada de informações em um sistema para um conjunto de orientações tomadas como universais. Resulta daí a recorrente menção a 'o padrão' ou 'a norma', em referência aos instrumentos desse modelo, ao invés da menção a 'um padrão' ou 'uma norma'. O problema colocado fica evidente na perspectiva da mediação documentária: a pretensão universal se opõe à perspectiva comunicacional da atividade documentária, pois esta é baseada nas possibilidades de uso de informação por um público. A universalidade atribuída aos instrumentos documentários é uma impossibilidade conceitual e operacional.

No Brasil, o modelo estadunidense de gestão de bibliotecas é, em geral, estruturante dos currículos, compondo disciplinas de organização da informação, que são muitas vezes centradas na execução de exercícios, à falta de abstração e generalização. A escolha por esse modelo é comumente feita sob a alegação de que ele é o mais usado nas instituições bibliotecárias no Brasil e no mundo. Desse modo, temos um círculo vicioso: o modelo é adotado no ensino por acreditar-se que ele é grandemente adotado nas instituições bibliotecárias e muitas instituições bibliotecárias adotam esse modelo porque ele é, usualmente, a base da formação profissional. Nessa cultura formativa, esses instrumentos são implicitamente indicados para serem adotados em qualquer prática profissional e sem adaptações. No entanto, como os contextos documentários são diversos, o modelo estadunidense é em geral usado com algum tipo de adaptação ou soluções variadas são desenvolvidas.

Embora as pesquisas sobre organização da informação tenham crescido muito no Brasil em termos quantitativos, elas ainda não se refletiram criticamente em cursos de graduação de modo a reverter a cultura de treinamento para o uso de instrumentos.

Visando superar a orientação normativa do ensino, baseada principalmente no modelo estadunidense de gestão de bibliotecas, seria pertinente e produtivo elaborar conteúdos programáticos pautados pelas categorias de organização da informação apresentadas. Segundo essas categorias, os aspectos conceituais e metodológicos são centrais e os aspectos pragmáticos devem balizar o estudo de todos os tipos de processos e instrumentos, além dos sistemas concretos. Como podemos constatar em antigos e atuais programas de ensino, é interessante contemplar a historicidade de vários modelos, seus percursos históricos e características, assim como suas potencialidades e fragilidades. Juntamente, deve-se discutir a prevalência do modelo estadunidense, abordando as condições econômicas e ideológicas a partir das quais ele se desenvolveu e ganhou força e legitimidade. Em tempos de estudos sobre decolonialismo, está dada a oportunidade para retomar a questão da crença na universalidade, que é sustentada por modelos hegemônicos, e realizar esse enfrentamento de maneira mais abrangente e significativa.

A situação apresentada relativa a um modelo predominante de base normativa convive com outros aspectos. Assim, constatamos movimento de passagem da predominância de parâmetros normativos para a predominância de parâmetros normativos e tecnológicos a regerem a organização da informação.

De modo semelhante às normas, as tecnologias são em geral abordadas à falta de profundidade. A tecnologia, e não apenas a tecnologia eletrônica, é elemento constituinte do campo que nos ocupa. Ou seja, a tecnologia é elemento intrínseco ao campo, portanto anterior ao surgimento da tecnologia eletrônica. A dimensão histórico-conceitual da atividade documentária nos permite compreender o papel exercido pelas tecnologias para além do apelo do discurso sobre o novo. A tecnologia molda, mas não

determina os processos, que são dependentes da maturidade metodológica do campo. Por este motivo, os recursos tecnológicos, em função do estágio de desenvolvimento em que se encontram a cada época, são sempre limitantes das aplicações possíveis.

Desse modo, importa a pergunta sobre qual seria a compreensão do campo das ações de mediação documentária, se limitada às contingências da tecnologia eletrônica de cada época e lugar. Segundo essa compreensão, a tecnologia seria apenas uma instância de aplicação, esvaziada do significado dos processos e das funções que esses processos devem cumprir. Uma implicação dessa compreensão é a ideia de estruturas de representação da informação segmentadas: segundo esse pensamento, haveria um tipo de representação da informação realizado de modo analógico, os quais seriam do escopo da organização da informação, e um tipo de representação da informação realizado em meio eletrônico, que seria do âmbito da tecnologia (ou seja, dos campos de conhecimento e atividades que dela se ocupam). O questionamento a essa divisão, artificialmente produzida, faz-se urgente. Afinal, há conhecimento específico construído sob base conceitual e tratar de tecnologia sem reconhecer esse conhecimento tem levado a saltos e eles são sempre improdutivos.

A sistematização de categorias de organização da informação evidenciou desequilíbrio entre elas. O aspecto conceitual nem sempre é priorizado e as metodologias tendem a não ser desenvolvidas, já que a norma é considerada o método a seguir e uma tecnologia já traria os elementos estruturantes e funcionais necessários. Dessa maneira, as categorias relativas a aspectos mais fortemente contingenciais e datados são tomadas como representativas de todo o processo de organização da informação, uma vez que as teorias e os métodos são antes repetidos que continuamente reelaborados.

Instrumentos normativos e tecnológicos costumam ser tomados como caminho imediato para a realização das operações. No entanto, esses instrumentos não expressam por si mesmos a atividade intelectual documentária

que responde por sua função social. É necessário considerar procedimentos e instrumentos a partir dos princípios em que se baseiam, portanto, independente de uma norma ou outra, ou de uma tecnologia ou outra.

A categoria pragmática merece pesquisa própria. Isso porque as características consideradas sobre as pessoas em estudos informacionais, em geral, prescindem de sua articulação com as ações de mediação documentária que visam a apropriação da informação. Seria pertinente, de outra maneira, considerar as atividades que congregam pessoas – por este motivo chamadas de membros de uma comunidade discursiva, e tomadas como públicos –, a partir das quais o uso de informação pode ser interessante.

Parte do cenário aqui apresentado pode ser explicado pela concretude dos instrumentos normativos e tecnológicos, pois eles suscitam segurança e rapidez na pesquisa, no ensino e na prática profissional.

Alfaro López discorre sobre essa questão de maneira interessante, como tratamos no capítulo 2. O autor (Alfaro López, 2010, p. 4) entende que a dinâmica do dia a dia da atividade bibliotecária não incorporou a elaboração abstrata que permite a construção teórica sobre a diversidade de práticas e de objetos próprios e definitórios do campo. Ele diz que essa visão de mundo forneceu segurança à maioria das pessoas que exerce a atividade bibliotecária.

A concretude a que se refere Alfaro López está instalada no que podemos chamar de pensamento instrumental-mecânico. Segundo esse pensamento, o instrumento – normativo ou tecnológico – se antepõe ao processo a que deve responder, restringindo-o a suas contingências. Nessa visão de mundo, o bibliotecário deixa de ser um produtor de informações documentárias e é cada vez mais caracterizado como um facilitador do uso da informação, que atua formando (ou treinando) pessoas para que elas se tornem competentes para esse uso.

A perspectiva mediacional, no entanto, exige que a totalidade dos processos documentários seja contemplada, de maneira articulada e integrada. Segundo essa concepção, o profissional concebe, constrói e gerencia

dispositivos documentários que funcionem como recursos de aprendizagem aos diversos públicos, fornecendo percursos a eles pelo mundo da informação. Trata-se de sistemas e serviços de informação, elaborados de maneira a produzir vínculos com as pessoas, possibilitando a elas a navegação na complexidade informacional que caracteriza a contemporaneidade.

No entanto, a primazia do instrumento sobre o processo não favorece a perspectiva mediacional. As normas e as tecnologias passaram a ser considerados instrumentos explicativos do processo, levando a que ele fosse grandemente apagado no que tange ao papel norteador que exerce. Diferentemente, diríamos que não se deve antepor um instrumento ao processo que ele deve responder, sob pena de tornar-se difícil compreendê-lo e operá-lo.

Deste modo, para falarmos propriamente de organização da informação, trataremos a seguir dos componentes documentais nela envolvidos e dos processos básicos que a constituem, indicando as funções a que os processos atendem e os tipos de instrumentos que correspondem a cada processo.

3.3 Componentes documentais e processos básicos da organização da informação

Em fundamentos da organização da informação, o documento é central, pois ele é a base material da ação procedimental, tanto quanto é o estatuto simbólico que dela resulta. O documento é uma construção material e simbólica. Como dissemos anteriormente, os documentos podem ser definidos como informações selecionadas e organizadas materialmente em um sistema, cuja significação proposta objetiva orientar processos de significação pelo público.

O modo diverso como essas informações são operadas em sistemas de informação demonstra a plasticidade do documento, já que não se pode atrelar a unidade material à unidade documentária, a partir da qual conteúdos são representados. Tendo em conta essas nuances que envolvem as-

pectos físicos, formais e de conteúdo, propomos os seguintes componentes como categorias de análise para o documento:

- unidade física documental (ou objeto físico informacional): a parte material e, portanto, manipulável do documento;
- unidade documentária (ou informacional): unidade textual mínima passível de representação em um sistema de informação; e
- conteúdo: informação propriamente dita.

(Ortega, 2008, p. 10, publicado inicialmente em Lara; Ortega, 2006).

A unidade física documental é a mais fácil de identificar, dada sua concretude material, do que decorre que haja maior consenso sobre o conceito. A unidade documentária é a unidade informacional mínima considerada de interesse a um público e passível de representação em sistemas de informação; ela é localizada concretamente a partir da unidade física documental. O conteúdo apresenta caráter descritivo ou temático, constituindo a unidade documentária e justificando sua existência, sendo o mais dependente de cada contexto documentário.

A unidade documentária é o componente documental de que parte a organização da informação. Isso porque, ela é uma unidade abstrata, concebida para ser representada concretamente em um sistema de informação, compondo a mensagem documentária que se quer comunicar ao público. Se o documento é central em organização da informação, como dissemos, o conceito de unidade documentária permite delimitá-lo, aprofundando seu significado.

O conceito de unidade documentária foi construído historicamente, segundo identificamos na literatura. Tratamos a seguir dessa historicidade, buscando depois estabelecer relações entre as propostas realizadas pelos autores e entre estas e a proposta que elaboramos.

Suzanne Briet adotou o termo unidade documentária no seu livro *Qu'est-ce que la Documentation?* (Briet, 1951). O conceito é, no entanto, originalmente atribuído a Paul Otlet, no *Traité de Documentation* (Otlet, 1934), como elaborado por Tálamo *et al*. (2002) e Santos, P. (2006, 2007), que participou da produção do texto inicial com Tálamo.

Para Tálamo *et al*. (2002, p. 5), Otlet adotou a denominação princípio da monografia para tratar da decomposição do texto em unidades intelectuais. Cada unidade intelectual seria transcrita em uma ficha ou recortada dos livros e colada em fichas, objetivando a coincidência entre as unidades físicas e as unidades intelectuais do documento.

Na visão de Otlet, segundo Santos, P. (2007, p. 56-62), o princípio da monografia ou princípio monográfico é o procedimento em que se realiza a extração das unidades intelectuais ou 'verdades originais' da linearidade do texto por meio de sua fragmentação, selecionando-se essas unidades segundo necessidades contextuais. A autora entende que o princípio monográfico é um recurso adotado para suprimir a reiteração a favor da objetivação da informação, com o fim de promover a economia do tempo do leitor. Ela continua a tratar da proposta de Otlet, mencionando dois outros princípios, ambos operacionalizados a partir do princípio monográfico: o princípio da continuidade e da pluralidade de elaboração e o princípio da multiplicação de dados. O princípio da continuidade e da pluralidade de elaboração consiste na redação de fichas analíticas, compostas por campos de dados padronizados que permitem indicar a origem da informação tratada, tais como autoria, título etc. O princípio da multiplicação de dados é adotado para a duplicação das fichas, as quais são intercaladas sob as rubricas das várias facetas da Classificação Decimal Universal (CDU), possibilitando o acesso à informação por vários pontos do sistema.

Para Santos, P. (2006), o princípio monográfico proposto por Otlet como resultado da tensão entre fragmentação (análise) e totalidade (síntese) é a principal contribuição deste autor para o campo.

Como podemos observar, a ideia de uma unidade documentária contribui para a compreensão do documento como construção material e simbólica. Otlet tratou dessa relação, como segue.

Otlet realiza o que chama de análise das características do livro e do documento, estabelecendo relação entre a parte material e a parte intelectual do documento. O autor (Otlet, 1934 – 212.4 *Unité, multiples et sous-multiples*, p. 45-46) afirma que a unidade física, que é a matéria do documento, apresenta uma superfície material (como a de uma carta ou a de um jornal), como também uma ligação material entre várias superfícies (como as folhas encadernadas de um livro), ou, ainda, uma ligação imaterial (como os diversos tomos de uma mesma obra). Ele continua dizendo que existem múltiplos e submúltiplos das unidades materiais e intelectuais, de tal maneira que, quanto à Documentação, a unidade é o livro, seus múltiplos são os conjuntos formados pelo livro, como as coleções de bibliotecas, e seus submúltiplos são divisões, como as partes dos livros (caso dos capítulos, por exemplo).

Quatro décadas depois, Fondin (1998, p. 26-28) propôs o que chamou de objetos do tratamento documentário a partir de três elementos: a entidade física (que seria o conjunto), os extratos da entidade (que seriam seus subconjuntos) e o reagrupamento de entidades (que ele denomina de sobreconjunto).

Fondin (1998, p. 26-28) discorre sobre os três elementos propostos, afirmando que, no decorrer do século XX, a constatação da riqueza dos conteúdos dos documentos, da variedade das contribuições, da multiplicidade de olhares e da necessidade e especificidade de cada elemento levou à superação da noção de entidade física como único objeto de tratamento documentário. O objeto pode ser o resultado de uma divisão de uma entidade em função de necessidades previamente definidas. Por isso, essa divisão corresponde a um projeto. Segundo ele, desde então não há mais a adequação sistemática entre continente e conteúdo, pois a um continente podem corresponder diversas unidades específicas, as quais ele denomina

itens documentários. Considerando a informação útil que veicula, cada item documentário pode ser o objeto de um tratamento no âmbito do sistema, independentemente da entidade fonte. Fondin (1998, p. 55) afirma que a ausência de correspondência exclusiva entre a entidade física – o documento na acepção clássica – e a informação útil – a que corresponde o item documentário, é uma das características da atividade documentária.

Dessa maneira, Fondin se refere à entidade física como conjunto e aos extratos da entidade – os itens documentários – como subconjuntos.

Em continuidade à sua proposta, Fondin (1998, p. 55) entende que, em alguns casos, pode-se considerar necessário o reagrupamento da entidade física e dos itens documentários, em função de seu conteúdo, por algum critério que seja temático, geográfico ou outro, tendo como resultado os dossiês documentários. Nesse caso, tem-se o reagrupamento de entidades, a que o autor chamou de sobreconjuntos. Para Fondin, os dossiês são documentos reunidos por assuntos para atender a uma determinada demanda de usuários, ou são organizados previamente a demandas, segundo a vocação do serviço de informação.

Os dossiês documentários podem ser qualificados como um produto relevante elaborado, em especial, nos centros de documentação. Neste sentido, Fondin (1998, p. 55) afirma que os dossiês devem ser identificados e tratados globalmente, mas não se confundem com a abordagem arquivística, a qual, de outra maneira, apresenta-se como resultado da atividade de uma pessoa física ou de uma organização e é constitutiva de fundos de arquivo.

A distinção entre os dossiês que tratamos aqui – nomeados na literatura como dossiês documentários – e os dossiês produzidos sob abordagem arquivística é necessária.

Como termo constituinte da atividade documentária, a conceituação de dossiê é presente em dicionários especializados em idioma francês. Vale observar a *Terminologie en Archivistique*, de 2015, produzida pelo *Comité Local d'Intégration Pédagogique* (CLIP), da *École de Bibliothéconomie et des*

Sciences de l'Information (EBSI), da Universidade de Montreal, do Canadá[2]. Nessa Terminologia, o termo dossiê apresenta definições de vários autores, as mais recentes relacionadas à criação ou recriação de uma unidade organizada de documentos, relativa ao exercício das atividades de uma pessoa ou de uma organização, que trata de um mesmo assunto, atividade ou transação. De outra maneira, no *Dictionnaire Encyclopédique de l'Information et de la Documentation*, de 1997, coordenado por Serge Cacaly, usa-se o termo dossiê documentário e a abordagem utilizada é a bibliográfica. Podemos fazer uma síntese do verbete deste dicionário, que foi assinado por Pomart. Segundo ele (Pomart, 1997, p. 195-198), dossiê documentário é o conjunto de documentos de diversos tipos, no todo ou em partes, relativo a um assunto de interesse, podendo ser criado previamente ou sob demanda. A estes dois tipos de dossiês, Pomart fornece denominação específica: respectivamente, dossiê-ferramenta e dossiê-produto.

Otlet trata desse produto bibliográfico no Tratado de Documentação, segundo o que denomina como arquivos documentários (Otlet, 1934 – 0 *Fundamenta*, II *Parties de la Documentation*, D *Archives documentaires* (*Dossiers, matériaux de la documentation*), p. 6-7). No decorrer do texto, ele fala ainda em arquivos ou dossiês, sendo que algumas vezes usa o termo dossiês documentários. Otlet não inclui os dossiês em sua proposta de análise do documento como unidade, múltiplos ou submúltiplos; de outra maneira, discorre sobre eles quando elabora o que entende serem as partes da Documentação. Otlet descreve os dossiês como produtos que incluem peças originais e pequenos documentos em sua integralidade ou fragmentos. Para Otlet, os dossiês são produzidos a partir de extratos ou partes de livros, de periódicos, de jornais, notas manuscritas datilografadas ou mimeografadas, que são distribuídos em uma ordem diferente, formando conjuntos de tudo que se relaciona com as mesmas questões. Após tratar do tema em tópico intitulado Arquivos documentários (Dossiês, materiais da documentação), como indicado na citação acima, Otlet apresenta

[2] A *Terminologie en Archivistique* está disponível no *Portail des ressources pédagogiques en sciences de l'information*, do CLIP/EBSI. Link: https://clip.ebsi.umontreal.ca/terminologie/

mais dois tópicos, o primeiro intitulado Os arquivos administrativos e o seguinte intitulado Os arquivos antigos. Nestes dois últimos tópicos, Otlet menciona os dossiês, mas em clara referência à abordagem arquivística.

Buscando equiparar a proposta de Otlet com a de Fondin, e considerando que este pode ter consultado aquele, apresentamos o Quadro 5:

Quadro 5 – Equivalência entre as características do livro e do documento, quanto à Documentação, segundo Otlet, e os objetos do tratamento documentário, segundo Fondin

Características do livro e do documento, quanto à Documentação, por Otlet (1934, p. 45-46)	**Objetos do tratamento documentário, por Fondin (1998, p. 26-28)**
unidade (livro)	entidade física (conjunto)
submúltiplos (divisões do livro, como suas partes) – capítulos etc.	extratos da entidade (subconjuntos) – os itens documentários
múltiplos (conjuntos formados pelo livro, como as coleções) – bibliotecas	reagrupamento de entidades (sobreconjunto) – os dossiês documentários

Fonte: Baseado em: Ortega (2011a, p. 54).

No Quadro 5, na primeira linha, a unidade, representada emblematicamente pelo livro na proposta de Otlet, equivale à entidade física de Fondin. Na segunda linha, os autores falam – cada um a partir da terminologia que adota – em divisões da unidade ou extratos da entidade para tratar de suas partes, os itens documentários, como é o caso dos capítulos de livro. Na terceira linha, se num primeiro olhar, não há equivalência entre os múltiplos de Otlet (as coleções de bibliotecas) e os sobreconjuntos de Fondin (os dossiês documentários), podemos dizer que eles se referem, em sentido amplo, aos agrupamentos documentais de interesse do usuário. Explicamos essa diferença, considerando que Otlet se refere à atividade documentária como um todo, enquanto Fondin se refere apenas à organização da informação: como a formação de coleções de bibliotecas é atividade prévia à organização da informação propriamente dita, embora intimamente relacionada a ela, essas coleções não compõem a proposta de Fondin.

Em nossa proposta inicial, apresentamos como componentes documentais da organização da informação:

- unidade física documental
- unidade documentária
- conteúdo

Na proposta, observamos a unidade física e suas possibilidades de representação, por meio da identificação dos conteúdos que constituem a unidade documentária. Observando essa proposta em relação às de Otlet e Fondin, comentamos o que segue.

Preterimos os agrupamentos realizados na formação das coleções a que Otlet chamou de múltiplos. À semelhança da proposta de Fondin, tratamos apenas dos processos de organização da informação. Otlet, por sua vez, refere-se à documentação como um todo, como indicamos anteriormente.

Quanto à proposta de Fondin, temos os dossiês documentários, que são produtos da organização da informação (quando produzidos por previsão de busca) ou dos serviços de informação (quando produzidos sob demanda específica). Embora trabalhemos apenas com organização da informação, o serviço de informação envolve sempre, de alguma maneira, aspectos da organização da informação, como já tratamos. Um dossiê documentário é constituído por documentos selecionados sobre um mesmo tema, reunidos em uma pasta (em meio eletrônico ou não), representados ou não em um registro de uma base de dados. Dessa maneira, o dossiê documentário é a concretização de uma unidade documentária, compondo nossa proposta.

Quanto à abordagem do todo e suas partes, apresentada por Otlet e Fondin, refere-se respectivamente ao que denominamos como unidade física documental e unidades documentárias.

A seguir, buscamos avançar na explicitação da proposta de componentes documentais da organização da informação, explorando as relações entre as unidades físicas documentais e as unidades documentárias.

Uma unidade física pode corresponder a uma unidade documentária, mas elas são conceitualmente distintas. A unidade física pode:

- coincidir com a unidade documentária (como no caso de uma monografia);
- conter várias unidades documentárias (como os artigos de um fascículo de periódico); ou
- referir-se a uma unidade documentária, por meio de mais de uma unidade física (como em uma tese encadernada em dois volumes).

Partindo para a exploração de certos produtos bibliográficos, quais sejam, as bases de dados factuais e os dossiês documentários, quanto aos componentes documentais observados, podemos dizer que:

Na base de dados factuais (cadastral ou estatística), a unidade física é a base de dados no seu todo e as unidades documentárias são cada um dos registros que compõem a base de dados (a qual, afinal, pode apresentar-se em formato livro, como é o caso de um cadastro). O dossiê documentário, por sua vez, é composto por várias unidades físicas documentais, que são relativas a um tema de interesse de um público, correspondendo – em seu conjunto como dossiê – a uma unidade documentária.

Como afirmamos, o conceito de unidade documentária permite delimitar o de documento, aprofundando seu significado. Isso porque, a produção do documento demanda observar objetos concretos e suas representações, colocando em questão a unidade documentária adotada para o processo. Podemos dizer que o documento é percebido pela unidade documentária, sendo dependente dela para sua definição. Nessa perspectiva, documento e unidade documentária podem ser tomados como sinônimos.

Quanto ao documento, importa observar que ele pode ser a própria unidade física documental, mas não necessariamente. A distinção conceitual é necessária, pois 'documento', em sentido não especializado, refere-se a um objeto físico singular, junto a um estatuto simbólico que não é relevado. Essa abordagem cotidiana de documento descaracteriza o campo das ações de mediação documentária ao desconstruir seus fundamentos, motivo pelo qual é urgente avançar na distinção mencionada.

Em busca da continuação da elaboração do conceito de documento em Documentação, consideramos como documentos, em função da unidade documentária manifesta, os elementos abaixo indicados:

- objetos concretos abordados como documentos;
- registros que representam estes documentos em sua totalidade, em seu conjunto ou em suas partes; e
- registros (cadastrais, estatísticos) constituídos a partir de documentos diversos.

Os objetos concretos abordados como documentos são aqueles alocados em ambientes informacionais específicos, como uma biblioteca, ou que recebem atribuição documental por serem representados em sistemas de informação, independentemente de onde estejam alocados e ainda que não se encontrem juntos.

Essas representações, na forma de registros, referem-se ao objeto como um todo, em suas partes ou em conjuntos. No caso das partes, tratamos da questão de maneira suficiente quando nos referirmos aos artigos de periódicos e capítulos de livros, por exemplo. No caso dos conjuntos, trata-se de documentos, a partir dos quais são estabelecidas alguma relação que seja de interesse de um público (como os dossiês), ou cuja relação de conteúdo está dada previamente à observação do interesse de um público de um serviço de informação (como os documentos publicados em vários volumes e os fascículos de um periódico).

Já os registros (cadastrais ou estatísticos), que compõem as bases de dados factuais, são produzidos a partir de documentos diversos que, embora permitam a construção de um registro, não apresentam entre si algum tipo de relação, ou seja, esses documentos não compõem um conjunto.

Dessa maneira, podemos elaborar um pouco mais a diferença entre dossiê documentário e base de dados factuais. O dossiê congrega vários documentos que tratam de um mesmo tema, compondo um registro de uma base de dados na forma de uma lista ou compondo uma pasta (em meio eletrônico ou não), ou ambos. O registro de uma base de dados factuais representa um objeto (como uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma instituição), por meio de uma estrutura de campos que se repete em todos os registros, de maneira a responder pelo objeto que define a base de dados. Dessa maneira, na base de dados factuais, cada registro é construído a partir de vários documentos, segundo uma estrutura comum de campos, enquanto no dossiê, os documentos são listados em um registro de uma base de dados ou ordenados na forma de um arranjo. As bases de dados factuais são mais amplamente discutidas no subcapítulo seguinte, na parte que trata de bases de dados em geral.

Como dissemos, a unidade documentária é uma abstração à qual recorremos para a produção de cada unidade de representação de documentos – tendo em vista um público –, que deve compor um sistema de informação. No caso das bases de dados, as unidades documentárias são estruturas de representação concretizadas por instrumentos documentários vocacionados à sua produção.

Esse é o caso do Manual de Referência para Descrições Bibliográficas Legíveis por Máquina, do UNISIST, a que nos referimos anteriormente. O Manual se organiza a partir de vários níveis de estruturação do registro, a depender da unidade documentária considerada, como indicado em sua primeira versão, elaborada na década de 1970. Dessa maneira, o registro da base de dados pode ser (Unesco, 1974, p. 9):

a) uma parte de uma peça física maior: por exemplo, um artigo de um fascículo de um periódico, um capítulo de um livro, uma seção de um relatório;

b) uma peça única: por exemplo, um fascículo ou parte de uma série, um livro em um volume, um relatório, uma patente; e

c) uma coleção de peças físicas: por exemplo, uma obra multivolumes publicada de uma só vez ou durante um período predeterminado e finito.

Podemos dizer que a proposta de Otlet de determinar a unidade intelectual de interesse a partir das unidades materiais, por meio dos seus múltiplos e submúltiplos, concretizou-se no Manual de Referência do UNISIST 40 anos depois. Dessa maneira, a peça única do Manual do UNISIST (item b) corresponde à unidade (livro) da proposta de Otlet, enquanto a parte de uma peça física maior (item a) equivale aos submúltiplos (divisões do livro). Já a coleção de peças físicas (item c) não encontra paralelo na proposta de Otlet, pois ele se refere às coleções (como as das bibliotecas), não a obras publicadas em várias peças físicas.

A produção dos componentes documentais da organização da informação relaciona-se à produção de documentos.

Mas, como propusemos anteriormente (Ortega, 2008), trata-se da produção de documentos como processo de elaboração de registros de informação que dão acesso às unidades de conhecimento, e não como produção desse conhecimento. A produção de documentos, neste sentido, não remete à produção intelectual ou artística, que seria – sob certo ponto de vista – uma produção isolada de documentos. De outra maneira, tratamos da produção de documentos resultantes de uma seleção e realizada em um sistema de informação. Por se tratar de um sistema de informação, a produção de documentos implica a elaboração de formas de apresentação, de representação e de acesso a esses documentos. Essas formas de apresen-

tação, representação e acesso podem ser entendidas como um conjunto sugerido de informações documentárias (Ortega, 2008).

As informações documentárias são aquelas apreendidas, registradas e armazenadas em sistemas de informação, a fim de que sejam passíveis de recuperação e uso. As informações documentárias, portanto, são unidades de representação, construídas sob uma forma e um conteúdo, a partir de decisões pautadas nos tipos de informação, nas áreas do conhecimento ou de atividade, na linguagem dos públicos e nos objetivos do serviço de informação, tornando explícito o propósito de um sistema de informação (Ortega, 2008, p. 8).

Isso posto, podemos afirmar que a produção de documentos se refere à produção de informações documentárias. Analisando as informações documentárias no contexto dos componentes documentais da organização da informação, consideramos que elas remetem ao elemento que chamamos de conteúdos, os quais, sendo de caráter descritivo ou temático, constituem a unidade documentária.

Contemplar a organização da informação como produção de documentos, portanto incluindo a elaboração de formas de apresentação, de representação e de acesso, contribui para compreender de maneira mais significativa as atividades documentárias. Trata-se de olhar integrado que permite observar a relação entre processos que são usualmente trabalhados como distintos e fragmentados. Dois exemplos ao menos podem ser apresentados. Um deles é a normalização de trabalhos acadêmicos em relação à catalogação e à indexação de documentos. O outro exemplo é a produção de documentos eletrônicos simultaneamente à produção de bases de dados desses mesmos documentos. Tanto no primeiro como no segundo exemplo, a ideia de produção de documentos facilita observar de maneira articulada os processos de formatação física, de organização dos conteúdos (representação) e de produção de índices de busca (pontos de acesso).

Além disso, a produção de documentos, incluindo a elaboração de representações que viabilizem acesso a elas em um sistema, é moldada pe-

los recursos editoriais e tecnológicos em voga (Ortega, 2008, p. 13). Disso decorre que os procedimentos se manifestem de maneira relativamente distinta no tempo, no entanto, mantendo suas especificidades como atividades documentárias. A visão articulada dos procedimentos é necessária para sua compreensão e operacionalização, tendo em conta o uso qualificado de informação pelos públicos.

Reiteramos que a organização da informação é atividade de produção de documentos, como proposto anteriormente (Ortega, 2008). Nesta perspectiva, propomos abordar a organização da informação a partir de duas categorias de análise, agregando mais uma categoria àquela de que já tratamos neste subcapítulo:

- os componentes documentais: unidade física documental, unidade documentária e conteúdo; e
- os processos, os instrumentos correspondentes e os produtos documentários resultantes.

Os dois grupos categoriais interagem entre si: os componentes do documento podem ser considerados como decorrentes de intervenções ou processos, nos quais se utilizam instrumentos, gerando produtos.

Levando em conta que os processos são o impulso inicial para a realização do fluxo documentário, assim como para sua continuidade, desenvolvemos a questão como segue.

A organização da informação se refere ao corpo teórico e metodológico que fundamenta o conjunto de processos, que é iniciado após a identificação e caracterização de públicos e a seleção de documentos considerados pertinentes a eles.

A seleção de documentos tem como produto a coleção, no sentido de conjunto de documentos que se relacionam entre si como algo coerente e com personalidade própria, passível de fazer sentido para determinados segmentos de usuários.

A coleção não depende – para se constituir como tal – de os objetos selecionados serem coletados e alocados em um espaço físico comum: ela é conjunto resultante de escolhas, percebido pela disposição espacial dos documentos e/ou por suas referências, as quais são produzidas e organizadas sistemicamente. A partir da existência de uma coleção – no sentido virtual – é que a organização da informação pode ser realizada. Não à toa, Otlet usa o termo colecionamento, e não coleta, para tratar do processo de construção de uma coleção (Otlet, 1934 – 265.5 *Méthodes*, 1 *Collectionnement*).

A seleção de documentos é anterior aos processos de organização da informação, atuando como atividade direcionadora das suas possibilidades de significação. Por sua vez, os processos de organização da informação evidenciam a coleção, tornando-a mais visível aos usuários.

O produto da organização da informação é sempre um sistema de informação. Como dissemos inicialmente, esse sistema deve ser mobilizado a favor dos públicos visados, a partir de serviços, atividades de formação e muitas outras atividades.

Em uma perspectiva histórico-conceitual, dois processos básicos de organização da informação podem ser considerados: a produção de bases de dados e a produção de arranjos. Essa base de sustentação histórico-conceitual é que torna contemporâneos os dois processos, motivo pelo qual eles podem ser apresentados como matriz da organização da informação.

Como o produto da organização da informação é sempre um sistema de informação, as bases de dados e os arranjos são as duas grandes tipologias de sistemas de informação. Esses dois tipos de sistemas são e foram produzidos de maneiras diversas, sob nomes distintos, mas mantendo as características estruturais e funcionais que os definem como um ou outro.

Os processos básicos de produção de bases de dados e de produção de arranjos podem ser assim definidos:

A produção de bases de dados refere-se à produção de registros, elaborados por meio de representações que coadunam as características dos

documentos de uma coleção e questões (previstas) de busca do público, e por mecanismos de busca que permitam a este público buscar por essas representações, identificar documentos e selecionar aqueles que são de interesse.

A produção de arranjos (ou ordenação) implica a disposição física de documentos ou de metadados de documentos de uma coleção, realizada com base em critérios pertinentes às características dos documentos e aos interesses (previstos) do público, de forma que permitam a este público navegar por esses documentos, ou por seus metadados, e identificar e selecionar documentos de interesse. Os três métodos adotados para a ordenação são: cronológico, alfabético e classificatório, sendo comum que esses métodos sejam usados conjuntamente.

Portanto, em organização da informação, são produzidos sistemas de informação para buscar e para navegar – respectivamente, bases de dados e arranjos –, segundo características dos documentos e interesses (previstos) do público.

Os processos de produção de bases de dados e de produção de arranjos, dada a complexidade da organização da informação, são desdobrados em processos específicos, que atendem a funções próprias no sistema.

Os dois quadros apresentados a seguir visam fornecer os elementos que balizam a organização da informação a partir de sua caracterização como atividade intrinsecamente procedimental. Os quadros apresentam os dois processos básicos, seguidos de seus processos específicos, funções e instrumentos.

O Quadro 6 apresenta os dois processos básicos, seus processos específicos correspondentes e a função de cada um deles:

Quadro 6 – Processos e funções da organização da informação

produção de bases de dados				**ordenação**	
representação descritiva		**representação temática**			
processo	**função**	**processo**	**função**	**processo**	**função**
descrição	identificação do documento	indexação (produção de pontos de acesso temáticos)	acesso a conteúdos temáticos do documento e navegação entre os registros	ordenação de documentos	proposta de leitura da coleção localização dos documentos na coleção gestão da coleção
produção de pontos de acesso descritivos	acesso a elementos descritivos do documento e navegação entre os registros	elaboração de resumos	seleção do documento	ordenação de metadados de documentos	

Fonte: Autora.

Como podemos observar no Quadro 6, para a produção de bases de dados, são desenvolvidos os processos específicos de representação descritiva e de representação temática. Cada um desses processos específicos de representação demanda a realização de dois outros processos – a produção de pontos de acesso descritivos e temáticos, a descrição e a elaboração de um resumo –, cada qual atendendo a funções próprias. Dessa maneira, torna-se possível acessar a elementos descritivos e temáticos do documento por meio de pontos de acesso para, então, a partir do registro, identificar o documento a que ele se refere, realizando uma seleção, segundo interesses, por meio do resumo que lhe corresponde. Os pontos de acesso permitem também a navegação entre registros, pois toda base de dados é formada por arranjos. Quanto à produção de arranjos autônomos, há duas possibilidades a depender do objeto que se tem por foco – os documentos ou seus metadados – e as funções a que atendem: leitura da coleção, localização de documentos e gestão. Os dois processos básicos serão desenvolvidos no próximo subcapítulo.

O Quadro 7 a seguir apresenta os dois processos básicos, seus processos específicos correspondentes e os tipos de instrumentos adotados para cada um deles:

Quadro 7 – Processos e instrumentos da organização da informação

<table>
<tr><th colspan="4">produção de bases de dados</th><th colspan="2" rowspan="2">ordenação</th></tr>
<tr><th colspan="2">representação descritiva</th><th colspan="2">representação temática</th></tr>
<tr><th>processo</th><th>instrumento</th><th>processo</th><th>instrumento</th><th>processo</th><th>instrumento</th></tr>
<tr><td>descrição</td><td rowspan="2">códigos de catalogação

International Standard Bibliographic Description – ISBD (não inclui pontos de acesso)

formatos de registro bibliográfico

normas para produção de referências bibliográficas

padrões de metadados (não inclui pontos de acesso)</td><td>indexação (produção de pontos de acesso temáticos)</td><td>listas de cabeçalhos de assunto

tesauros</td><td>ordenação de documentos</td><td rowspan="2">planos de ordenação

sistemas de classificação bibliográfica, tabelas de notação de autor</td></tr>
<tr><td>produção de pontos de acesso descritivos</td><td>elaboração de resumos</td><td>métodos de elaboração de resumos</td><td>ordenação de metadados de documentos</td></tr>
</table>

Fonte: Autora.

No Quadro 7, na última coluna, os sistemas de classificação bibliográfica e as tabelas de notação de autor são instrumentos comumente adotados para a implementação do número de chamada, que é um modelo de ordenação. Já o plano de ordenação não é propriamente um instrumento, mas um modelo que permite conceber e operacionalizar o processo a partir de distintos instrumentos, a depender das escolhas realizadas. Esses modelos e instrumentos são usados para a ordenação de documentos, não para a ordenação de metadados de documentos, pois estes não são operacio-

nalizados da mesma maneira que aqueles, como tratamos no subcapítulo seguinte.

Ainda no Quadro 7, importa observar que cada processo demanda tipos diferenciados de instrumentos. Essas tipologias de instrumentos são abstrações que reúnem instrumentos concretos com características semelhantes, dada sua vocação comum para a realização de certos processos. Quanto à representação descritiva, à exceção da ISBD, que é um instrumento concreto, foram apresentadas tipologias de instrumentos, quais sejam: códigos de catalogação, formatos de registro bibliográfico, normas para produção de referências bibliográficas e padrões de metadados. Quanto à representação temática, a questão da correspondência tipológica se mantém, sendo apresentados: listas de cabeçalhos de assunto e tesauros para a indexação, e métodos, no caso dos resumos, já que não há instrumentos propriamente ditos para sua produção.

Ressaltamos, assim, a distinção entre os tipos de instrumentos e os instrumentos concretos, reiterando a necessidade de abandonar o nível concreto como modo predominante de operar no campo, seja na pesquisa, no ensino ou na prática profissional.

A questão é que os instrumentos foram desenvolvidos no decorrer do tempo como modelos de referência para a realização dos processos (Ortega; Lara, 2010b). Como exemplo, temos as listas alfabéticas de palavras, inicialmente adotadas na indexação, posteriormente concebidas como estruturas linguísticas (os tesauros), hoje incorporando a terminologia adotada pelos públicos. Neste último estágio, os instrumentos fornecem condições mais favoráveis para a aderência entre as mensagens documentárias e a linguagem dos públicos. No caso dos instrumentos adotados na representação descritiva, observamos movimento semelhante, mas com uma influência maior das normas e das tecnologias adotadas a cada época, questão discutida no subcapítulo anterior.

Como elemento intrínseco da organização da informação, a tecnologia está sempre presente. Dessa maneira, várias tecnologias para produ-

ção e reprodução de fichas catalográficas em papel foram e são adotadas, assim como programas computacionais específicos são usados hoje para a produção de bases de dados diversas. Alguns dos instrumentos documentários adotados para a produção de bases de dados são os que mencionamos anteriormente: as diversas versões e edições do código de catalogação anglo-americano, os formatos de registro bibliográfico e os padrões de metadados, entre outros. De outro modo, há instrumentos propriamente tecnológicos, como é o caso da linguagem de marcação *Extensible Markup Language* (XML), a qual apresenta os recursos para a estruturação do registro quanto aos tipos de campos de informação que o constituem, como campos de datas, de texto etc. Instrumentos tecnológicos, como o XML e outros, não apresentam estruturas de campos propriamente ditas, ou seja, que possam representar os atributos documentais; esses instrumentos são apropriados tecnologicamente aos fins documentários, mas não são instrumentos documentários.

O desenvolvimento dos processos, segundo suas funções, a partir dos instrumentos, como disposto nestes quadros, conduz à identificação de produtos documentários decorrentes, quais sejam: os registros das bases de dados produzidos pela representação descritiva e pela representação temática e os arranjos de documentos ou de metadados de documentos em ambientes eletrônicos ou não.

Uma vez explicitado que os processos impulsionam a organização da informação, tratamos a seguir de cada um de seus processos básicos: a produção de bases de dados e a produção de arranjos.

3.4 Organizando a informação: a produção de bases de dados e a produção de arranjos

A organização da informação tem como produto sistemas de informação. Há dois tipos de sistemas de informação: as bases de dados e os

arranjos. Em bases de dados, deve-se buscar informação de interesse, enquanto em arranjos, deve-se navegar para chegar a ela.

Toda base de dados é constituída por arranjos, mas há arranjos de documentos (eletrônicos ou não) que constituem sistemas de informação próprios. Trataremos inicialmente das bases de dados para falar posteriormente dos arranjos.

É comum usar o termo sistemas de informação para falar exclusivamente de bases de dados, sem incluir os arranjos. Já quando se fala em sistema de recuperação da informação, cuja sigla usada de modo recorrente é SRI, pode estar em questão uma interface de busca a uma ou mais bases de dados simultaneamente. No entanto, o interesse maior neste livro é explorar o que está por trás de um SRI, ou seja, os processos de organização da informação que o produzem e permitem fazê-lo funcionar.

Bases de dados são sistemas de informação produzidos e utilizados em abordagem bibliográfica, no caso do nosso estudo. As bases de dados são compostas por registros, elaborados por meio de representações que coadunam características dos documentos de uma coleção e questões (previstas) de busca do público, e por mecanismos de busca que permitam a este público buscar por essas representações, identificar documentos e selecionar aqueles que são de interesse.

Para sua funcionalidade, é esperado que os registros permitam aderência entre essas representações – de documentos e de questões (previstas) de busca – e as questões de busca realizadas pelos usuários (Ortega; Lara, 2010b, p. 8). A despeito de os registros serem construídos de maneira a permitir essa aderência, não há garantias de que ela ocorra, já que o uso do sistema depende de questões alheias à intencionalidade de sua constituição.

A construção de cada registro tem por referência uma unidade documentária. Como tratamos no subcapítulo anterior, as unidades documentárias são uma abstração: são unidades significativas selecionadas da massa documental tendo em vista um público. Retomando a afirmação de que o documento é percebido pela determinação da unidade documentária,

esta pode ser: um objeto abordado como documento; um registro que representa este documento em sua totalidade, em seu conjunto ou em suas partes; e um registro constituído a partir de documentos diversos, como é o caso do registro das bases de dados factuais (cadastrais e estatísticas).

Cada unidade documentária representada em um registro é constituída por um conjunto de campos, e cada campo é representativo de certas características ou atributos do objeto representado.

Os registros – como representações das unidades documentárias – são as unidades constituintes das bases de dados. Como dissemos anteriormente, os registros são a unidade principal de trabalho de uma base de dados, do que decorre que sejam a unidade de interpretação do sistema (Ortega; Lara, 2010b, p. 8). Os registros são as mensagens produzidas para fins de comunicação com o público.

Sendo assim, para estudar as bases de dados, visando sua compreensão como um produto técnico-social singular e quanto ao domínio necessário para sua produção, gestão e uso, é preciso explorar os registros que as constituem.

Buscando realizar um exercício de abstração, propomos abordar os registros das bases de dados quanto a:

- sua forma e conteúdo;
- seus elementos fundamentais e a função de cada um deles; e
- seus elementos constituintes e a função de cada um deles.

Para uma caracterização dos registros das bases de dados a partir da sua forma e conteúdo, apresentamos o Quadro 8:

Quadro 8 – Forma e conteúdo dos registros de bases de dados

perspectiva dos registros das bases de dados	registros das bases de dados, segundo cada perspectiva
forma	o registro é formado por campos e os campos são formados por subcampos
conteúdo	há campos do registro cujo conteúdo é uma representação descritiva do documento e campos do registro que respondem por sua representação temática

Fonte: Autora.

Frente a essas duas perspectivas caracterizadoras dos registros de bases de dados, podemos tratar dos seus elementos fundamentais. A despeito das diversas denominações adotadas no tempo para certos sistemas de informação, podemos dizer que, para que algo seja considerado uma base de dados, é preciso que existam ao menos dois grupos de elementos. Esses grupos e suas funções correspondentes seguem elencados no Quadro 9:

Quadro 9 – Elementos fundamentais dos registros de bases de dados e suas funções

elementos fundamentais dos registros de bases de dados	funções
descrição	identificação do documento
pontos de acesso descritivos	navegação entre registros por seus elementos descritivos e acesso a esses registros

Fonte: Autora.

Segundo apresentado no Quadro 9, os campos da descrição e os pontos de acesso descritivos são definitivos para a existência de uma base de dados, porque uma base de dados pode prescindir de outros elementos e ainda assim ela poderá ser identificada como tal. Dito de outra maneira, embora outros elementos possam compor uma base de dados – e é desejável que isso ocorra –, alguns elementos são fundamentais, pois são os elementos mínimos que permitem afirmar a existência de uma base de dados, dada a funcionalidade que esses elementos imprimem. As funções

realizadas por esses elementos fundamentais, como consta no Quadro 9, são: navegação entre registros por seus elementos descritivos, acesso a esses registros e identificação do documento representado no registro.

Para a composição de uma base de dados em sua completude, outros elementos, além da descrição e dos pontos de acesso descritivos, podem constitui-la, exercendo funções igualmente relevantes e necessárias, como apresentamos no Quadro 10.

Quadro 10 – Elementos constituintes dos registros de bases de dados e suas funções

elementos constituintes dos registros de bases de dados	**funções**
descrição	identificação do documento
resumo	seleção do documento
pontos de acesso descritivos e temáticos	navegação entre registros por seus elementos descritivos e temáticos e acesso a esses registros
pontos de acesso descritivos e temáticos remissivos	relação entre as diferentes formas adotadas para um mesmo nome (autor, título ou assunto), remetendo à forma autorizada no sistema

Fonte: Autora.

Como sistematizado no Quadro 10, temos o conjunto dos elementos que podem constituir uma base de dados – descrição, resumo e pontos de acesso descritivos e temáticos (incluindo os remissivos) –, cada qual com sua função a cumprir, a partir das formas e conteúdos que lhes correspondem. Esse conjunto de elementos é resultado de uma longa história de produção técnica e de reflexões que a subsidiariam.

Parte dessa história é tratada por Tillett (1988 e 1989, citada por Ríos Hilario, 2003, p. 45-46). A autora relaciona os estudos sobre o catálogo na atualidade, segundo o modelo FRBR, publicado em 1998, aos estudos sobre o catálogo do século XIX, realizados na Inglaterra, por Anthony Panizzi. Segundo ela, Panizzi defendeu o catálogo da biblioteca como o instrumento vital para acessar os documentos que a compõem. As regras

propostas por Panizzi refletem uma estrutura conceitual baseada em registros únicos e completos para cada documento catalogado e três classes de referências cruzadas para vincular a entrada escolhida pelo usuário à entrada de acesso ao catálogo. Para Tillett, a estrutura conceitual de um catálogo consiste em 'registros' compostos de 'elementos de dados' e de 'conexões' entre eles. Os registros conectados formam agrupamentos que compartilham um tipo particular de relação.

A composição de registros únicos e completos de bases de dados, relacionados entre si, como indicado por Tillett, a partir de Panizzi, foi discutida de meados do século XIX ao XX pelos chamados teóricos da Catalogação, quais sejam (depois de Panizzi): Cutter e Lubetzky. O mais recente deles, e considerado por muitos o principal teórico da Catalogação da contemporaneidade, é Seymour Lubetzky. Ele tratou do registro completo (o registro principal) do documento, explorando o conceito de entrada principal.

Em função da contribuição teórica de Lubetzky para uma prática fundamentada de produção de registros de bases de dados, Santos interessou-se por seu legado, aprofundando-se nele em suas pesquisas (Santos, M., 2013), (Santos, M.; Ortega, 2013) e (Santos M., 2019). Santos investigou o conceito de entrada principal, segundo Lubetzky, pois este pesquisador, atento à distinção entre a abordagem conceitual e a apropriação empírica, sistematizou o conceito a partir da literatura, discorrendo sobre sua forma e função. Santos tem se ocupado da entrada principal por entender que se trata de conceito atual para a produção do registro.

Uma síntese da pesquisa de Santos, M. sobre a entrada principal, por Lubetzky, é apresentada a seguir.

O termo entrada principal foi definido por Cutter como "entrada, o registro de um livro no catálogo com o título e a imprenta" (Cutter, 1876, p. 14, citado por Santos, M.; Ortega, 2013, p. 98). No entanto, Santos afirma que o termo entrada é mais amplamente compreendido pela comunidade catalogadora como o cabeçalho da ficha de um catálogo, como se

pode observar em boa parte da literatura. Dessa maneira, diferentemente da posição de Cutter e de outros teóricos, para essa comunidade, a entrada principal seria o cabeçalho da ficha principal.

De acordo com Lubetzky, segundo Santos, M., a entrada principal, ou ficha principal, em um catálogo de fichas, seria a entrada unitária ou fundamental composta pelas informações bibliográficas completas da descrição de um documento e o ponto de acesso a elas, a partir da qual se podia criar uma ou mais entradas secundárias, que seriam as fichas secundárias. Sendo assim, a entrada principal é tomada como sinônimo de ficha principal. Como decorrência, a entrada principal pode ser produzida na forma de um registro de uma base de dados.

Se há equivalência entre os termos entrada principal e ficha principal em catálogos e registro em bases de dados, importa retomar o termo notícia, como usado em português de Portugal, assim como ocorre em francês (*notice*) e em italiano *(notizie)*. Isso porque, estes termos contemplam conceituação mais abrangente, ao congregar as representações de documentos, seja em catálogos, bases de dados ou listas de referências. Dessa maneira, encontramos no *Dicionário do Livro*, de Portugal, o termo notícia principal, referindo-se à notícia fundamental do documento catalogado, a qual contém todas as informações necessárias à sua identificação e localização e um ponto de acesso principal (rubrica principal, no original em português de Portugal) (Faria; Pericão, 2008c, p. 521).

Produzir informações descritivas completas do documento significa dizer que a entrada principal remete ao documento como manifestação de uma obra. Dessa maneira, a entrada principal refere-se ao registro completo de uma base de dados quanto às informações descritivas do documento enquanto manifestação de uma obra, além do ponto de acesso. Na construção da entrada principal, o ponto de acesso é usualmente a combinação do nome do autor e do título, como modo de representar a obra a que se refere a manifestação descrita.

Segundo Santos, M. (2019), a função da entrada principal indicada por Lubetzky é pertinente à catalogação de nossos dias, pois ela responde pela representação do documento em registro bibliográfico como manifestação de uma obra, portanto, observando-se seus documentos relacionados.

A questão em evidência aqui, reiteradamente abordada neste livro, é a de que um documento será mais bem compreendido se posto em relação com outros documentos, haja vista que os documentos são produzidos uns partir dos outros, e não de maneira isolada, motivo pelo qual trabalha-se com o conceito de estrutura e de sistema em organização da informação. Não à toa, Santos afirma que o conceito de entrada principal remete à estruturação do registro.

A entrada principal é, portanto, o registro completo do documento na base de dados (incluindo seu ponto de acesso), o qual representa o documento como manifestação de uma obra.

Além de discorrer sobre o conceito de entrada principal, e da função que constitui o conceito, Santos, M., em artigo de coautoria (Santos, M.; Ortega, 2013), tratou das contingências que envolveram os estudos e a proposta de Lubetzky na discussão e reformulação dos instrumentos documentários de catalogação no contexto anglo-americano. Neste contexto, Santos enfatiza que a função da entrada principal idealizada por Lubetzky não foi contemplada na primeira edição do AACR e na implementação da catalogação legível por computador, no âmbito do Projeto MARC, na década de 1960. Segundo Santos, esses instrumentos apresentam incongruências que poderiam ser evitadas ou reduzidas mediante abordagem racional do processo. Ele afirma que fatores econômicos e tecnológicos foram priorizados em detrimento dos aspectos fundamentais da catalogação. A partir da análise realizada por Santos, podemos afirmar que esse cenário teve e tem implicações significativas para a literatura técnico-científica e para a prática da catalogação.

Importante mencionar que o modelo conceitual FRBR, publicado em 1998, retoma o conceito de obra e suas manifestações, embora não faça

referência à construção histórica sobre esses elementos. Afinal, mesmo antes de Panizzi e Lubetzky contemplarem o conceito de obra e suas manifestações, identificamos avanços como os realizados na Biblioteca Bodleyana, da Universidade de Oxford, Inglaterra, no século XVIII. Nessa Biblioteca, as práticas de organização da informação eram debatidas pela equipe de trabalho, levando a que, em 1732, o conceito de obra fosse adotado para a reunião dos documentos no espaço da Biblioteca, por se entender sua pertinência para navegação e acesso (Malinconico, 1977, citado por Fiuza, 1980, p. 140).

Pacheco (2016) estudou o modelo FRBR, analisando a obra musical e as relações bibliográficas decorrentes dela para a organização da informação. Para tanto, a autora buscou estabelecer conexões entre os discursos sobre o conceito de obra no modelo FRBR e na literatura biblioteconômica em geral e sobre o conceito de obra presente na Filosofia da Música. Ela colocou em perspectiva a intencionalidade das atividades documentárias relacionadas a uma obra musical, particularmente a atividade de descrição dos documentos musicais, sob o ponto de vista de seu papel no fluxo de produção e uso.

Essa pesquisa permitiu demonstrar a centralidade do conceito de obra e de suas manifestações para a produção de bases de dados, em especial no caso da Música.

Entretanto, dado o destaque então atribuído ao modelo FRBR, a pesquisa conduziu à publicação de artigo em coautoria (Pacheco; Ortega, 2015) sobre a gênese desse modelo, com o fim de conhecer a trajetória que o antecedeu e identificar o debate intelectual em torno de sua elaboração. Foi possível constatar que:

> o estudo do modelo conceitual FRBR nasceu, de fato, com fins eminentemente práticos, para controle bibliográfico, a fim de reduzir custos e aumentar o compartilhamento de dados em nível nacional e internacional. Estudar os requisitos mínimos funcionais de registros bibliográficos parecia ser uma ferramenta indispensável para o controle bibliográfico.

> O modelo FRBR, ainda que revestido de um conceito substancialmente mais amplo do que os conferidos à catalogação tradicional, estruturado em bases próprias, diferentemente das regras e formatos bibliográficos, não apresenta o embasamento da teoria de catalogação em que se fundamenta.
>
> Se é necessário repensar a catalogação a partir de entidades, atributos e relacionamentos, como proposto no modelo FRBR, para então construir uma teoria da catalogação, não se pode mais esquivar de discutir os pressupostos teóricos que historicamente levaram à formulação deste modelo (Pacheco; Ortega, 2015, p. 73).

Como podemos observar a partir das pesquisas apresentadas sobre a reformulação de instrumentos documentários (AACR/MARC) (Santos, M.; Ortega, 2013) e a proposição de modelo conceitual (FRBR) (Pacheco; Ortega, 2015), é recorrente que fatores de ordem imediata se contraponham aos fundamentos que precisariam ser levados em conta para a produção de registros de bases de dados.

Sendo assim, a exploração dos elementos constituintes dos registros de uma base de dados (todos os elementos) e dos elementos fundamentais (elementos mínimos necessários) permite a elaboração de parâmetros para reconhecer bases de dados desde os primórdios de sua produção até a contemporaneidade e estudar as condições que ocasionaram mudanças, assim como as implicações dessas mudanças.

Fazendo uso desses parâmetros, podemos realizar um segundo exercício de abstração, discorrendo – não sobre os registros que compõem as bases de dados –, mas sobre as próprias bases de dados.

Como tratado no subcapítulo 2.2 – Biblioteconomia e Bibliografia: origem e desenvolvimento da abordagem documentária bibliográfica –, dois tipos de 'bases de dados' foram originalmente concebidos e desenvolvidos por séculos como produtos centrais que contribuíram para a consolidação das disciplinas mencionadas. Esses dois tipos de bases de dados são, respectivamente: os catálogos de biblioteca e as bibliografias. Essas bases de dados iniciais marcaram os sistemas atuais de organização da informação.

Depois, e a partir desses dois tipos de bases de dados, vários outros foram propostos, a depender dos documentos, dos recursos tecnológicos existentes e adotados, dos interesses dos públicos e, relacionados a eles, os objetivos institucionais, sempre balizados pelas condições sociais, econômicas e políticas. Tomando como referência principal os elementos fundamentais de uma base de dados – descrição e pontos de acesso descritivos –, identificamos distintos tipos derivados das bases de dados iniciais. A despeito de esses tipos apresentarem sempre os elementos fundamentais mencionados, eles não foram selecionados segundo a mesma característica, motivo pelo qual não refletem categorias excludentes entre si, configurando-se antes como uma lista de tipos de bases de dados.

Os tipos de bases de dados que identificamos, a exemplo dos produtos bibliográficos listados no subcapítulo 2.2 sobre Biblioteconomia e Bibliografia, são: catálogos de bibliotecas, bibliografias nacionais, bases de dados científicas, bases de dados factuais (cadastrais ou estatísticas), catálogos comerciais, sistemas de informação ao cidadão, bibliotecas digitais, repositórios institucionais, bases de dados de revistas eletrônicas, bases de dados para análise bibliométrica (e outras metrias), entre outros.

Quanto aos produtos elencados, o conceito de 'bibliográfico' entra em jogo quando observamos que algumas bases de dados são usualmente adjetivadas como bibliográficas e outras, por sua vez, consideradas como não bibliográficas. Como já tratamos, nestes casos, é comum que as bases de dados bibliográficas sejam identificadas como aquelas que representam apenas documentos textuais escritos, relegando todas as outras que citamos ao grupo nomeado como bases de dados não bibliográficas, embora todas elas apresentem características básicas comuns. Esse é o caso das bases de dados factuais.

As bases de dados factuais são compostas por registros produzidos a partir de documentos dispersos, que são reunidos e submetidos a uma estruturação, sem que esses documentos venham a compor uma coleção. Essa é sua caracterização constitutiva. Em termos de conteúdo, as bases de

dados factuais contemplam informações cadastrais ou informações estatísticas. Em termos funcionais, as bases de dados factuais se caracterizam por fornecer diretamente uma resposta à questão feita pelo usuário, prescindindo da consulta a documentos.

As bases de dados cadastrais são também chamadas de diretórios. Em geral, seus registros têm como objeto de representação: pessoas, instituições, eventos, grupos, projetos, entre outros, como os termos em uma base de dados terminológica. À exceção desta última, os registros são produzidos com informações de contato, como nome, endereço e *site*, além de informações que caracterizam a atuação em questão, como a afiliação institucional, no caso de uma base de dados de pesquisadores. A necessidade de uso das informações factuais foi evidenciada com a criação de formatos de registro bibliográfico especificamente para este tipo de informação, como os formatos que elencamos a seguir: *Formato de Intercambio de Información Referencial* (FIIR) (Unesco, 1990), *Common Communication Format for Factual Information* (CCF/F) (Unesco, 1992) e *MARC 21 Concise Format for Community Information* (*Library of Congress*, 2017).

As bases de dados estatísticas, embora nem sempre recebam essa denominação, são produtos da seleção e tratamento de dados brutos, refletindo, portanto, um recorte e um arranjo realizados a partir de uma dada perspectiva. Elas são compostas por dados numéricos, em geral sob a forma de tabelas. Segundo Rocha (2006, p. 10 e 43), as informações estatísticas podem ser definidas como representações numéricas de aspectos da realidade social, compostas por um acontecimento mensurável, num determinado lugar, em determinado período.

Como dissemos, as bases de dados factuais – cadastrais ou estatísticas – são caracterizadas em termos constitutivos, por documentos dispersos estruturados na forma de registros e, em termos funcionais, por respostas diretas, sem consulta a documentos. Considerando essas características, identificamos usos distintos da denominação base de dados factuais, como tratamos a seguir.

Deweze (1994, p. 208) entende que as bases de dados factuais são apenas as cadastrais. Em outro grupo, ele denomina como bancos de dados estritos aqueles constituídos por séries econômicas, constantes físico-químicas, estruturas químicas etc., a partir das quais são feitas as buscas, ou são associados *softwares* de cálculo permitindo, por exemplo, testar diversas hipóteses para fazer funcionar um modelo, simular ensaios etc. Outros autores, por sua vez, denominam como bases de dados factuais apenas aquelas que são construídas a partir de informações que são estocadas e tratadas de forma a permitir correlações, comparações, manipulações e representações gráficas (Pelou; Vuillemin, 1985, citados por Fondin, 1998, p. 140-142). Os bancos de dados estritos apresentados por Deweze e as bases de dados factuais definidas por Pelou e Vuillemin remetem às informações que caracterizamos como estatísticas, ou delas se aproximam. Para Deweze, os bancos de dados estritos são reservados a uma categoria de usuários, cuja competência especializada ultrapassa o quadro de atividade tradicional do documentalista.

A despeito das especificidades apresentadas, categorizamos as bases de dados factuais, e todas as outras bases de dados que elencamos, como bases de dados bibliográficas, já que o conceito adotado não se reduz a certos tipos de documentos ou a certos modos de representação e busca à informação.

No entanto, com relação às bases de dados estatísticas, é preciso considerar sua distinção, haja vista que as tabelas que as constituem não correspondem aos elementos fundamentais em que nos baseamos – a descrição e os pontos acesso descritivos –, além de haver a necessidade de um nível maior de manipulação das informações para que uma resposta seja obtida. Importa considerar os diversos estudos realizados em torno da informação estatística, muitos deles voltados à necessidade de rigor terminológico para o melhor tratamento e uso dos dados, como é o caso dos trabalhos de Lara (1998a) e (1998b), Rocha (2006) e Camargo, J. (2006), entre muitos outros. A literatura científica demonstra a validade das teorias e metodologias documentárias para o tratamento da informação estatísti-

ca, mas caberia avançar nas pesquisas a respeito de sua especificidade no contexto da atividade documentária, de modo a formar de maneira mais adequada profissionais para a realização dessa atividade.

A diversidade de bases de dados existentes ou já produzidas foi aqui identificada e apresentada a partir da compreensão de que elas se definem como tal pela presença de elementos fundamentais, portanto, imprescindíveis. Considerando tanto seus elementos fundamentais quanto seus demais elementos, podemos avançar na conceituação e caracterização das bases de dados.

Abadal e Codina, que mencionamos anteriormente ao tratarmos da abordagem documentária bibliográfica, estudaram o tema das bases de dados sob a denominação de bases de dados documentárias (*bases de datos documentales*, no original em espanhol). Os autores realizaram extensa atividade de pesquisa e de docência, acompanhada de estudos experimentais de sistemas de gestão de bases de dados, posteriormente validados em consultorias a empresas públicas e privadas.

Em vista dessa vivência acadêmica e profissional, Abadal e Codina (2005, p. 18-25) entendem que se deve assinalar que só uma pequena parte da bibliografia científica sobre bases de dados está voltada especificamente às bases de dados documentárias. Para os autores, estes estudos são necessários pois, considerando o papel da informação na sociedade que vivemos, as bases de dados são o melhor recurso de que dispomos para gerenciar informação. Afirmam que apenas as bases de dados permitem processar a informação de maneira seletiva, mostrá-la de forma distinta para diferentes grupos de usuários e explorá-la de outra forma caso mudem os objetivos, e de modo seguro, rápido e eficaz.

Abadal e Codina definem base de dados como um conjunto de dados estruturados de forma sistemática, cujo tratamento uniforme proporciona valor de exploração a este tipo de sistema de informação.

A ideia de estrutura é adotada por Abadal e Codina para definir base de dados. A partir do texto desses autores, sistematizamos três instâncias

de estruturação, as quais devem ser adotadas em sequência na produção de uma base de dados:

- sistema de gestão de bases de dados (SGBD): programa computacional ou *software*;
- base de dados (BD): estrutura de registros e campos criada com os recursos do SGBD; e
- dados (D): conteúdo da estrutura que dá significado ao sistema ao representar uma dada realidade, possibilitando que se opere de algum modo sobre ela.

Podemos dizer que uma base de dados possui uma estruturação básica que a caracteriza e permite sua funcionalidade. Trata-se de uma estrutura conceitual que se manifesta materialmente. Assim, de maneira um pouco distinta das três instâncias de estruturação de uma base de dados que sistematizamos segundo os estudos de Abadal e Codina, propomos partir da manifestação da estrutura conceitual da base de dados, como segue:

- estrutura conceitual;
- estrutura tecnológica; e
- estrutura da base de dados propriamente dita.

A estrutura conceitual da base de dados refere-se à abstração necessária à sua concepção, do que decorre que seja elemento fundamental às instâncias seguintes. A estrutura conceitual é constituída pela estrutura de campos (o que inclui suas características) e pelos índices de busca.

A estrutura tecnológica é a materialização da estrutura conceitual segundo uma dada tecnologia. Atualmente, por adotar-se em geral a tecnologia eletrônica, faz-se uso de um sistema de gestão de bases de dados (ou *software*) para implementar a estrutura conceitual. Dessa maneira, compa-

rativamente a Abadal e Codina, aqui temos a base de dados (BD), ou seja, a estrutura da base de dados criada a partir de um *software* adequado.

Por fim, a estrutura da base de dados propriamente dita refere-se aos registros representativos dos documentos e aos índices que permitem acessá-los. A base de dados propriamente dita é o conjunto dos conteúdos de todos os campos de todos os registros. Segundo Abadal e Codina, esta instância seria a dos dados (D), já que eles existem apenas sob uma estrutura que os organiza como tal.

Essa última instância também é material e só é possível após a produção da estrutura conceitual materializada por uma dada tecnologia. O uso da tecnologia eletrônica facilita a atividade intelectual, já que as planilhas que contêm as estruturas de campos são produzidas previamente, segundo as unidades documentárias consideradas necessárias para a representação de documentos no contexto em questão; essas planilhas são selecionadas no momento da representação em correspondência com os tipos de documentos a tratar. Por sua vez, no trabalho de produção de fichas catalográficas e bibliografias em papel, passa-se diretamente da estrutura conceitual, que é adaptada de instrumentos documentários ou registrada em normas localmente produzidas, para a produção do registro. Nestes casos, o trabalho mental e operacional é maior. A tecnologia facilita o trabalho intelectual, uma vez que suas etapas podem ser explicitadas materialmente, quer dizer, elas são exteriorizadas, permitindo que o esforço mental seja direcionado para as tarefas que não podem ser realizadas de outra maneira.

Visando tratar das etapas necessárias à funcionalidade da base de dados, as quais são sempre decorrentes de sua estruturação, apresentamos sistematização realizada de maneira bastante interessante por Wellisch.

Wellisch (1987, p. 21-33), em publicação original de 1980, faz uso da denominação sistema de controle bibliográfico, afirmando que a meta desse tipo de sistema é a de permitir que um usuário recupere documentos através de certas características específicas. O autor diz que a maneira mais primária de conseguir o controle de uma coleção de documentos consiste

em inspecionar todos os documentos, um a um, até que sejam encontrados todos os documentos desejados; no entanto, outra maneira, mais eficiente, seria produzir o que ele chama de substitutos de documentos. Estes substitutos listam as características através das quais os documentos podem ser procurados e são arranjados de tal forma que todas e cada uma destas características possam ser examinadas individualmente ou em qualquer combinação desejada. Esse procedimento consiste em dividir o universo de documentos em subunidades administráveis, o que torna o sistema de controle bibliográfico independente da coleção dos documentos. Disto decorre que, neste sistema, não há uma preocupação com os documentos em si e seu envio aos usuários.

Wellisch discorre sobre o modo de funcionamento do sistema de controle bibliográfico, afirmando que esse sistema será viável se satisfizer as seguintes condições:

- os substitutos dos documentos devem identificar cada documento de maneira única (identificação dos documentos);
- os substitutos devem ser registrados por letras e/ou dígitos que sejam conhecidos tanto pelos operadores quanto pelos usuários do sistema (transcrição de dados); e
- os substitutos dos documentos devem ser ordenados em sequência fixa e universalmente conhecida, como a alfabética, numérica ou alfanumérica, de acordo com as regras de arquivamento e ordenação do sistema (arranjo dos substitutos dos documentos).

Segundo o autor, cada substituto possui um lugar único, a partir do qual poderá ser acessado. Se nenhum documento novo for representado no sistema, ele se manterá em estado de equilíbrio, ou seja, o arranjo dos substitutos dos documentos será mantido no sistema em vários arquivos, tais como arquivos de nomes de autores e títulos.

Dando continuidade, Wellisch apresenta como ocorrem as etapas de identificação dos documentos, transcrição de dados e arranjo dos substitutos dos documentos, etapas que ele elencou acima como condições para o funcionamento do sistema de controle bibliográfico.

A etapa de identificação do documento faz uso de um código de catalogação que prescreve uma rotina, pela qual características do documento podem ser tratadas, de forma a se adequarem a um modelo prescrito com precisão. A transformação dos dados do documento-fonte para os do substituto do documento é uma transformação homomórfica de muitos-para-um. Essa transformação se dá deste modo porque, normalmente, não é o texto completo de uma folha de rosto (de onde a maior parte dos dados identificadores de um livro são retirados) que é transcrito, mas somente algumas partes selecionadas. Segundo nota de Wellisch, um homomorfisma é uma transformação de uma estrutura complexa de muitos-para-um em uma estrutura mais simples, que se mantém de maneira invariante.

A etapa de transcrição dos dados segue rotina em que cada caractere em que são expressas as características de identificação deve ser transcrito exatamente, tal como encontrado no original. Se o original apresentar variações como erros de ortografia, estas devem ser fielmente registradas, embora possam ser corrigidas ou uniformizadas em uma nota. Esta é uma transformação de um-para-um chamada, por isso, de transformação isomórfica.

A etapa de arranjo dos substitutos dos documentos também apresenta como resultado uma transformação homomórfica de muitos-para-um, uma vez que os substitutos comuns ocupam apenas uma posição.

Wellisch finaliza o que denomina como controle descritivo em um sistema de controle bibliográfico, afirmando que, sendo objetivo deste sistema a identificação de documentos, ele será capaz de exercer pleno controle sobre os documentos recentemente chegados, por meio de suas rotinas de controle. Estas rotinas conduzem à redução da variedade da entrada a um nível aceitável, através de uma série de transformações homomórficas

e isomórficas. Tem-se então um modelo ordenado, cuja saída mantém-se nos limites prescritos, possibilitando o acesso a substitutos de documentos de acordo com as características formais de identificação especificadas.

Tomando por base as etapas de funcionamento de um sistema de controle bibliográfico, elaboradas por Wellisch (segundo a terminologia que adota), mas não só, propomos uma sistematização das etapas de produção e gestão de bases de dados, como segue:

- determinação da estrutura de campos, segundo características dos documentos e questões (previstas) de busca de usuários;
- estabelecimento dos critérios para preenchimento dos campos e para escolha e forma dos pontos de acesso que comporão os índices de busca;
- elaboração da forma de apresentação da referência e do documento referenciado, quando for o caso;
- representação descritiva e representação temática, após análise do documento, por meio do preenchimento dos campos e da elaboração dos pontos de acesso; e
- adoção de rotinas de revisão de índices e de registros que garantam a coerência entre as informações e a consistência do sistema, permitindo sua funcionalidade.

Dado o caráter sistêmico da organização da informação, as etapas elencadas são executadas em uma ordem lógica e cada etapa é sempre dependente da anterior.

Considerando a relação existente entre as etapas apresentadas, podemos dizer que os processos de representação descritiva e de representação temática não se resumem à análise do documento para preenchimento dos campos e produção dos pontos de acesso. As etapas relativas à estruturação conceitual dos registros das bases de dados antecedem a representação

descritiva e temática e são necessárias à sua realização. Como decorrência, a realização da representação descritiva e a representação temática exige a compreensão da estrutura conceitual do registro, ou seja, o conhecimento das características gerais dos campos, seus possíveis conteúdos e a inter-relação entre eles.

O problema apontado sobre a desconsideração de etapas anteriores à representação documentária (descritiva e temática) deriva do fato de que certos instrumentos documentários – como códigos de catalogação, formatos de registro bibliográfico e padrões de metadados – são tomados como normas universais para a produção de bases de dados, como comentamos anteriormente. Segundo essa compreensão, haveria estruturas prévia e universalmente determinadas a serem usadas tal como se apresentam como estrutura do registro e dos índices. Dessa maneira, os campos já estariam dados, na forma de um formulário padrão estabelecido universalmente por algumas instituições para a realização da atividade documentária, demandando do profissional apenas seu preenchimento, segundo o documento em mãos.

Uma vez não consideradas a etapa de produção da estrutura do registro e dos índices e as etapas que lhe seguem (estabelecimento de critérios para preenchimento dos campos e de suas formas de apresentação), não apenas estas etapas se perdem em todo o processo como fica comprometida a complexidade da etapa seguinte: a etapa de representação documentária. A dimensão intelectual da etapa de representação foi diminuída, conduzindo ao entendimento de que ela dependeria de treinamento para uso de um certo instrumento. De outra maneira, entendemos que os instrumentos adotados devem ser interpretados, tanto quanto o processo em questão. Mais que isso, anteriormente, deve haver o estudo do processo e do tipo de instrumento que lhe corresponde.

Segundo essa perspectiva, as etapas de produção e gestão de bases de dados acima elencadas não se colocam, tornando impossível contemplar

documentos e públicos específicos, a partir de sistemas de informação especificamente construídos para ambos.

Essa perspectiva não é adotada por Wellisch. Para ele, o código de catalogação (anglo-americano e suas edições) tem um papel a cumprir, por isso, esse papel deve ser devidamente observado.

Wellisch (1987, p. 24-27) trata da etapa de identificação de documentos, como dissemos, cujo mecanismo de controle consta de um código de catalogação que prescreve uma rotina para a representação de características do documento. Assim, afirma ele, se o documento for um livro, ele será em geral identificado pelo nome do autor, título, edição, local de publicação, número de páginas ou volumes, e alguns outros dados, se for o caso. Wellisch explica que o código de catalogação, como mecanismo de controle, é capaz de tratar de uma variedade potencialmente infinita de nomes de autores, títulos de documentos, entre outros, por meio da aplicação de um número bastante limitado de regras. A razão disso, segundo o autor, é a de que o código não trata de nomes e títulos individuais, mas de grandes classes relativas a essas características, constituindo, portanto, um número pequeno de classes de características documentais. Ele reconhece que os códigos de catalogação são volumosos e apresentam muitas regras, com muitas exceções; quanto a isso, entende que o argumento anterior continua válido, haja vista a força reguladora de um código no sentido cibernético. Mas, Wellisch afirma que um código de catalogação não pode contemplar todos as situações necessárias, mesmo que composto por regras básicas e algumas variações relativas a casos específicos. Isso porque, segundo ele, o profissional deve considerar as circunstâncias de procedência dos documentos, sua relação com outros documentos, propriedades que não estão explícitas na folha de rosto, além da eventual falta de normalização desta. Caberia agregar, aos elementos apresentados por Wellisch, a ausência de folha de rosto em muitas tipologias documentais ou mesmo naquelas tipologias em que essa folha deveria estar presente. Seria necessário considerar, ainda, os aspectos contextuais relativos aos interesses (previstos) do público.

Como podemos constatar, Wellisch deixa implícito que a etapa da estruturação do registro e da produção de índices é determinada por um código de catalogação, o que o leva a desconsiderar os aspectos contextuais (quais sejam, os documentos e os públicos) nesta etapa. Ele remete os aspectos contextuais à etapa da representação apenas, os quais seriam relativos às características particulares dos documentos, deixando de mencionar os interesses do público. De fato, àquela época, e em especial, no contexto anglo-americano de catalogação, a estruturação do registro em cada sistema de informação não estava na pauta. Além disso, a menção do autor a um código composto por regras básicas e algumas variações relativas a casos específicos faz supor que ele corrobora a estrutura de campos do AACR, que é orientada a uma concepção particular de livro impresso, a partir da qual são adaptadas outras tipologias, portanto, na ausência de uma concepção estrutural de maior nível de generalização. Por exemplo, ele toma a folha de rosto como referência para a análise de documentos e sua representação. A despeito disso, a abordagem que Wellisch realiza sobre o papel exercido pelo código de catalogação e pelo profissional que faz uso dele é digna de nota, por mostrar-se ainda atual, além de necessária ao estágio em que se encontra a literatura predominante sobre o tema.

Questões semelhantes podem ser observadas quanto aos arranjos, como tratamos a seguir.

Segundo a sistematização de Wellisch, uma das instâncias da base de dados é um arranjo. O autor se refere aos modos de ordenação dos índices de busca. Os índices de uma base de dados podem ser caracterizados, no que tange ao seu uso pelos usuários, como arranjos *a priori*. Usando este mesmo critério, podemos falar em arranjos *a posteriori*, como é o caso das listas de referências resultantes das buscas em bases de dados, uma vez que elas são produzidas segundo as questões do usuário no momento da busca.

No entanto, os arranjos existem, também, de modo autônomo, como relevantes recursos de mediação documentária. A despeito da existência de arranjos autônomos e de arranjos presentes em bases de dados

ou decorrentes de seu uso, importa tratar do processo de organização da informação que produz o arranjo. A razão da necessidade de estudo dos arranjos é a de que a literatura demonstra a dimensão e a especificidade do processo, por sua continuidade no tempo, indicando a ordenação como processo básico de organização da informação.

Assim, o processo básico de organização da informação que tem como produto um arranjo é a ordenação.

Definimos ordenação como a disposição física de documentos ou de metadados de documentos de uma coleção, em abordagem bibliográfica, no nosso caso, realizada com base em critérios pertinentes às características dos documentos e aos interesses (previstos) do público, de forma que permitam a este público navegar por esses documentos ou por seus metadados, e identificar e selecionar documentos de interesse.

O processo da ordenação está consolidado terminologicamente na literatura francesa por meio do termo *classement*, como mencionamos anteriormente. *Classement* é definido em dicionário especializado francês (Jouguelet, 1997) como: composição ordenada de documentos em um espaço que, à diferença da classificação, operação intelectual, é uma operação material de colocar em ordem, situando fisicamente os documentos uns em relação aos outros, com o fim de encontrá-los com facilidade. Segundo o mesmo verbete, a ordenação se aplica sobre os documentos, mas também, às fichas, às referências e aos índices automatizados, quanto às regras de intercalação adotadas para seu arranjo.

O conceito de ordenação apresentado é adotado também em espanhol e em português de Portugal em dicionários e livros especializados na forma de termos próprios destes idiomas. Desta maneira, encontramos o termo espanhol *ordenación*, usado por Carrión Gútiez (1993) no seu clássico *Manual de Bibliotecas*, referindo-se à ordenação do acervo e à ordenação do catálogo. Já o termo ordenação, em língua portuguesa de Portugal, pode ser encontrado em verbete do *Dicionário do Livro*, elaborado por Faria e Pericão (2008d, p. 536), no sentido de colocar em ordem documentos em

estantes ou registros em bases de dados, incluindo, neste último caso, a produção de índices e de relatórios resultantes de buscas.

A ordenação de documentos é a mais visível e reconhecida, mas o conceito de ordenação envolve, juntamente, a ordenação de metadados de documentos.

A ordenação sobre metadados consta nas definições gerais de ordenação apresentadas pelos autores acima mencionados, cada um expressando o conceito a sua maneira. Assim, os autores indicam processo de ordenação que é realizado: no catálogo (Carrión Gútiez, 1993), em fichas, referências e índices automatizados (Jouguelet, 1997) e em bases de dados, seja na forma de índices ou de relatórios resultantes de buscas (Faria e Pericão, 2008d, p. 536). A ordem cronológica das publicações, não à toa, indica abordagem que parte do catálogo apenas (embora pudesse incluir bibliografias), passando a reconhecer os índices de bases de dados alguns anos depois e, observando, também, os relatórios resultantes das buscas em bases de dados no início do século seguinte.

Vellucci (1998, p. 192), após revisão de definições do termo metadado, propõe que ele se refere ao dado eletrônico que descreve atributos de um recurso e caracteriza seus relacionamentos, permitindo sua recuperação, identificação e uso, além de realizar seu gerenciamento. Muitos autores reconhecem que o conceito de metadados de um documento corresponde ao do registro bibliográfico, mas o termo foi proposto para o ambiente eletrônico e suas especificidades.

Com base nesse conceito, propusemos o termo 'ordenação de metadados de documentos' em nossas pesquisas em parceria (Ortega; Silva; Santos, M., 2016).

Ordenação de metadados de documentos se refere, portanto, ao processo de ordenação que tem por objeto atributos dos documentos – e não os documentos eles mesmos –, seja em meio eletrônico ou não.

Em termos cronológicos, a ordenação de metadados de documentos remete, em sua origem, ao arranjo das referências de bibliografias e seus índices de acesso e ao arranjo das fichas catalográficas a partir de seus cabeçalhos.

Com o início do uso de computadores na atividade documentária, os arranjos passaram a ser produzidos na forma de índices de bases de dados (eletrônicas) e de apresentação dos resultados das buscas. Trata-se de ordenação que tem como objeto os metadados dos documentos (ou seja, seus atributos), permitindo navegação por estes metadados em bases de dados de qualquer tipo (bases de dados eletrônicas, ou, bibliografias e catálogos de fichas).

A partir do surgimento dos documentos eletrônicos, foram propostos modos de navegação, por meio da disposição dos atributos desses documentos em listas numéricas ou alfabéticas ou em estruturas de classes e subclasses. A ordenação sobre documentos eletrônicos inclui os diretórios *Web*, ou seja, cadastros em geral produzidos por meio de uma estrutura hierárquica. De maneira semelhante, temos também a navegação organizada em *sites*, como sistematizado pela Arquitetura da Informação, por exemplo. Podemos falar, ainda – à semelhança da apresentação dos resultados de uma busca –, na visualização de informações da análise bibliométrica e outras metrias.

Por fim, há a ordenação que se faz no próprio documento, que, portanto, não se refere a um sistema de informação. Esse é o caso da produção de índices de trabalhos acadêmicos, livros, revistas e enciclopédias.

Desse modo, podemos elencar como arranjos de metadados de documentos:

- as referências de bibliografias e seus índices de acesso
- as fichas catalográficas
- os índices de bases de dados (eletrônicas)
- a apresentação dos resultados das buscas

- os documentos eletrônicos ordenados, na forma de diretórios Web
- os sites com navegação organizada
- a visualização de informações da análise bibliométrica e outras metrias
- os índices de trabalhos acadêmicos, livros, revistas e enciclopédias

Inicialmente, e por muito tempo, os arranjos de metadados de documentos foram aqueles que compunham os catálogos em fichas e as bibliografias produzidas geralmente em papel, além dos índices de documentos. Os arranjos autônomos de metadados de documentos (ou seja, aqueles que não são parte de uma base de dados) passaram a existir apenas a partir da ordenação de documentos eletrônicos.

Talvez como decorrência disso, ou ao menos em alguma medida, identificamos algumas lacunas na literatura sobre o tema da ordenação de metadados de documentos. Podemos dizer que, em função das recorrentes rupturas sobre os conceitos que sustentam antigos e novos produtos, estamos à falta de estudos que questionem e fundamentem certas (des) continuidades. Esse é o caso, por exemplo, da visualização de informações construída para análises bibliométricas a partir de bases de dados. Esses e outros arranjos são produzidos atualmente sem que sejam estabelecidas relações com o processo de ordenação ou qualquer outro processo de organização da informação. Ou seja, os arranjos não estão sendo estudados em uma perspectiva histórico-conceitual. Por este motivo, um ponto de partida produtivo seria explorar os arranjos, em especial os arranjos de metadados de documentos, como produtos do percurso de desenvolvimento da organização da informação.

Como se pode constatar até aqui, há dois tipos de ordenação: aquela realizada sobre documentos e aquela realizada sobre os metadados dos documentos. Discorremos sobre o segundo tipo e deixaremos para o final

a apresentação do primeiro, em função de ele exigir um maior desenvolvimento por encontrar-se mais consolidado.

A seguir, tratamos dos aspectos caracterizadores da ordenação como um todo, ou seja, envolvendo os dois tipos.

A unidade documentária, como tratamos anteriormente, refere-se à unidade informacional mínima adotada para a representação em sistemas de informação, sendo identificada a partir da unidade física documental. Na ordenação, após a identificação da unidade documentária que se quer representar (como um fascículo de periódico em meio eletrônico), opta-se pelas unidades de navegação (data de publicação, por exemplo) que permitirão acesso a cada documento (neste caso, um fascículo). As unidades de navegação dos arranjos são elaboradas, em geral, na forma de números, letras, códigos ou termos, e funcionam como chaves de acesso aos documentos, distinguindo-se, portanto, das unidades documentárias das quais partem. Assim como em bases de dados, nos arranjos autônomos, as unidades documentárias (também chamadas de documentos) podem ser: objetos abordados como documentos; registros que representam estes documentos em sua totalidade, em seu conjunto ou em suas partes; e registros (cadastrais, estatísticos) constituídos a partir de documentos diversos.

Como desenvolvemos em Ortega, Silva e Santos, M. (2016), a atividade de ordenação apresenta três funções básicas sobre a coleção de documentos: modo de leitura, localização coleção e gestão. O modo de leitura da coleção compreende uma disposição dos documentos que funciona como proposta de leitura da coleção, ao permitir a circulação pelo espaço em percursos escolhidos pelo usuário para identificação e seleção de documentos de interesse. A função de localização dos documentos possibilita que um documento determinado seja acessado em uma coleção, em geral, através da atribuição de um código de localização, que pode ser fixado no documento, caso não seja um endereço eletrônico, por exemplo. A gestão de documentos, por sua vez, refere-se às políticas de seleção e descarte de documentos e ao planejamento dos espaços para sua alocação. Embora

essas funções sejam mais desenvolvidas na literatura quanto aos documentos não eletrônicos, elas são explicativas de todo o processo de ordenação, como se vê no caso da localização de documentos que pode ser realizada a partir de um endereço eletrônico.

A ordenação é operacionalizada através de três métodos principais, como mencionamos anteriormente: cronológico, alfabético e classificatório. A despeito de a literatura apresentar referências dispersas, denominações variadas e categorizações nem sempre autoexcludentes, ela permite que os métodos sejam identificados e sistematizados deste modo (Ortega; Silva; Santos, M., 2016, p. 31). O método cronológico expressa a ordenação em uma sequência temporal, baseando-se em atributos como ordem de entrada na coleção ou ano de publicação. No método alfabético, atributos passíveis de alfabetação, como autor e título, são utilizados para a ordenação dos documentos segundo a sequência A-Z. O método classificatório ou sistemático contempla uma estrutura concebida para a organização hierárquica dos atributos dos documentos da coleção em agrupamentos de classes e subclasses. Os atributos, nesse caso, podem ser o assunto, a tipologia documental, o gênero literário, a região geográfica, dentre vários outros, desde que elaborados segundo uma estrutura hierárquica. Sistemas de classificação bibliográfica, como a CDD e a CDU, firmaram-se como os principais instrumentos empregados pelo método classificatório em diversos países, dentre eles, o Brasil.

Tanto a literatura quanto estes conhecidos sistemas de classificação (CDD e CDU) e os diversos arranjos concretos produzidos demonstram que a classificação bibliográfica não tem como objeto apenas os assuntos. No entanto, no decorrer do século XX, foi sendo cristalizada compreensão de classificação bibliográfica como operação de representação temática. Em antigas publicações, fizemos essa afirmação, o que foi recolocado (a partir de Ortega; Silva, 2013, revisado em Ortega, 2013a), com o respaldo da pesquisa sobre ordenação que desenvolvemos individualmente e em parceria.

A questão pode ser explicada pelo fato de que a classificação é considerada na literatura anglo-americana como conceito explicativo da organização da informação, principalmente em sua faceta temática. Se, no viés anglo-americano, toma-se a classificação como organização da informação (em geral, temática), preferindo aquele termo a este, a literatura francesa, a que nos referimos, aborda a classificação como operação intelectual adotada na produção de arranjos (Jouguelet, 1997).

Interessante notar que, a literatura inglesa do início do século XX apresentava abordagem sobre classificação correlata à francesa, como podemos ver em Sayers. Ele se referiu à classificação nos títulos de suas publicações (Sayers, 1915, 1918) como *library classification, bibliographical classification* e *classification applied* (respectivamente, classificação de biblioteca, classificação bibliográfica e classificação aplicada).

William Berwick Sayers (1918) observou que os documentos não tratam apenas de assuntos específicos. Há outros documentos, como as enciclopédias e os periódicos, que contemplam vários assuntos, as obras literárias, cuja forma molda como os assuntos são apresentados, assim como livros que tratam de um assunto segundo uma abordagem específica, como histórica, teórica etc. Ele afirmou que a distinção entre forma e assunto é necessária, propondo uma regra de classificação em que primeiro busca-se pelo assunto, depois pela forma, exceto nos casos em que a forma é primordial. Em publicação de alguns anos antes, Sayers (1915) especificou os casos de uso da forma na classificação bibliográfica: obras compostas de vários assuntos, obras nas quais a forma predomina sobre o assunto e obras em que assuntos específicos são tratados segundo pontos de vista particulares.

Podemos dizer que a classificação é aplicada na produção de arranjos, via processo de ordenação. Ela é operação específica, distinta da indexação. Por este motivo, entendemos que a classificação pode ser nomeada, de maneira mais apropriada, de classificação bibliográfica.

O método classificatório demanda o estudo do tipo de instrumento que permite implementá-lo em uma coleção. Gardin (1966), como tratamos anteriormente no subcapítulo 3.2, aborda o que denomina como léxico documentário, contemplando o que chamamos hoje de linguagens documentárias, entre outras. Ele explora algumas linguagens na perspectiva da dimensão que apresentam, ou seja, do tipo de relação entre as unidades que as caracteriza, haja vista essa constituição implicar a sua vocação instrumental. Segundo o autor, as linguagens unidimensionais são aquelas em que existe apenas uma dimensão, quer dizer, apenas um tipo de relação entre suas unidades, qual seja, a hierárquica, como é o caso dos sistemas de classificação bibliográfica e das taxonomias científicas. Como na ordenação, os documentos ou seus metadados são dispostos uns em relação aos outros, há apenas uma dimensão em jogo, que se constitui em função do atributo documental tomado como referência. Desse modo, as linguagens documentárias de estrutura hierárquica são as mais adequadas para realizar o processo de ordenação.

Em continuidade, Gardin questiona a efetiva dimensionalidade que sistemas de classificação bibliográfica como CDD e CDU apresentam, atribuindo a eles uma unidimensionalidade aparente. De fato, as diversas edições destes instrumentos produzidas no transcurso do século XX levaram a que inserções fossem feitas na forma de relações hierárquicas, embora não o fossem. A questão que colocamos, portanto, é a da funcionalidade da CDD e da CDU na produção dos arranjos, haja vista a inconsistência de suas hierarquias.

Junto a esse movimento de 'des-hierarquização' da CDD e da CDU decorrente de cada nova edição, foram reforçadas as escolhas terminológicas pautadas pela orientação ocidental que marca a constituição destes sistemas. Esses sistemas de classificação bibliográfica, entre outros, são poucos pertinentes para a representação dos temas relacionados aos diversos grupos sociais invisibilizados na cultura ocidental dos países desenvolvidos. De fato, a pretensão universal atribuída à CDD e à CDU torna estes sistemas questionáveis em termos de suas possibilidades de represen-

tação sociocultural. Isso porque, qualquer instrumento documentário deve ser produzido localmente ou adaptado às características locais. Ou seja, o problema de representatividade muitas vezes apontado sobre a CDD e a CDU, entre outros instrumentos documentários, não deve ser considerado quanto aos sistemas em si mesmos, mas quanto ao modo como eles devem ser usados.

Cabe relembrar a anterioridade das críticas à CDD e a outros sistemas de classificação bibliográfica semelhantes, como já mencionamos ao tratar dos manuais franceses de administração de bibliotecas do século XIX e início do XX, no subcapítulo 2.2 sobre Biblioteconomia e Bibliografia. A seguir, retomamos algumas ideias presentes nesses manuais, agregando trabalhos que lhes seguiram, em outra publicação que realizamos.

Assim, em Silva e Ortega (2022, p. 14-15), sistematizamos os seguintes aspectos presentes em manuais franceses e outras publicações. Delisle (1896) e Graesel (1897, publicado originalmente em alemão) apontaram o caráter redutor da estrutura da CDD, por ser baseada em dez classes principais, além de seu viés claramente estadunidense. Quase um século depois, temos em Grolier um estudioso crítico de destaque dos sistemas de classificação bibliográfica. Em um de seus trabalhos, Grolier (1970) afirma que CDD, CDU e LCC (*Library of Congress Classification*) são tão problemáticas quanto o esquema de Brunet o era em 1890. Por fim, mencionamos o interessante histórico das traduções da CDD para o idioma espanhol, com início já na década de 1930, na América Latina. Segundo o estudo realizado por Moyano-Grimaldo (2008), citado no artigo, essas traduções apresentaram desde seus primeiros esforços variadas críticas e necessidades de adaptação das diversas edições do sistema ao contexto latino-americano.

Mas, o que importa considerar aqui é a classificação bibliográfica sob o ponto de vista do processo de ordenação que lhe dá forma e sentido, por meio da produção de arranjos. O processo de ordenação é realizado pelo método cronológico, alfabético ou classificatório, ou de forma híbrida,

possuindo como objeto atributos do documento como um todo: a partir de um atributo selecionado, o documento ou um metadado dele é alocado em relação a outros.

Quanto aos tipos de ordenação que apresentamos – ordenação de documentos e ordenação de metadados de documentos –, o primeiro tipo é mais reconhecido, como indicamos anteriormente, pois apresenta maior nível de consolidação, como se pode observar pelos sistemas de alocação de documentos, modelos de ordenação e aplicações próprias. Dessa maneira, a seguir, tratamos especificamente da ordenação de documentos.

Inicialmente, abordamos os sistemas de alocação dos documentos, haja vista que dois foram criados e aplicados: o sistema de localização fixa e o sistema de localização relativa.

Nos sistemas de localização fixa, segundo Pinheiro (2007), os documentos são ordenados tendo em vista a determinação de um lugar definitivo para seu posicionamento. Atributos como tamanho, data de publicação, ordem de entrada e suporte são adotados neste caso para atender aos objetivos de economia de espaço ou conservação da materialidade dos documentos.

Nos sistemas de localização relativa, a posição do documento no arranjo tem em vista sua relação com os demais documentos; novos documentos são incorporados sem que ocorra alteração da estrutura, mas não há um lugar fixo para o documento. Neste tipo de sistema de localização, os documentos são agrupados segundo classes e subclasses, ou seja, segundo uma estrutura que responda pela função comunicativa do arranjo. Para as subclasses, são estabelecidos critérios secundários que determinam o modo como os documentos são dispostos dentro das classes. Trata-se da ordenação segundo o método classificatório. A localização relativa fomenta a navegação espacial, motivo pelo qual é no mais das vezes considerada a mais adequada para instituições em que há livre acesso às estantes.

Como podemos constatar, os sistemas de localização decorrem do uso dos métodos de ordenação – cronológico, alfabético e classificatório – para a alocação dos documentos de maneira fixa ou relativa.

Ao menos dois modelos de ordenação de documentos merecem ser tratados aqui, segundo nossas pesquisas: o número de chamada e o plano de ordenação. A distinção desses modelos chama a atenção por seus referenciais culturais próprios, que conduziram a arranjos segundo vieses particulares e priorização de funcionalidades diferentes. Silva realizou sua formação acadêmica (Silva, 2016 e 2022), e vem desenvolvendo suas atividades de pesquisa, sobre o tema da ordenação, demonstrando as particularidades técnicas e especificidades culturais destes dois modelos, como tratamos a seguir.

Na tradição anglo-americana, o número de chamada (*call number*) ganhou destaque como modelo de ordenação de documentos. Como sistema de localização relativa, o número de chamada é um conjunto de símbolos representativos do documento, construído a partir de sistemas e tabelas, conduzindo ao agrupamento de documentos semelhantes de acordo com um critério escolhido, assim como à individualização de cada documento da coleção.

Silva (2016) afirma que, inicialmente, os elementos do número de chamada foram propostos por Schwartz, Cutter, Dewey, Brown e Bliss, entre meados do século XIX e início do século XX. No entanto, os princípios e a estrutura do número de chamada foram sistematizados pelo bibliotecário indiano S. R. Ranganathan, aproximadamente por volta da década de 1930. O modelo explicitado pelo autor estabelece a ligação entre três elementos, na seguinte sequência: o número de coleção (*collection number*), de uso facultativo, o número de classe (*class number*) e o número do livro (*book number*).

Para a elaboração do número do livro, com base em critérios alfabéticos, como a autoria e o título, tornou-se bastante frequente, no contexto brasileiro, a composição da notação de autor com o uso de tabelas como

a Cutter, a Cutter-Sanborn e a PHA, esta última elaborada para sobrenomes brasileiros mais comuns. A fim de distinguir documentos em que o número de classe e a notação de autor são idênticos, utiliza-se a marca da obra, sendo comum o emprego de atributos como ano de publicação, ordem de entrada, título, número de edição, dentre outros. Desta maneira, o número do livro é composto pela notação de autor e pela marca de obra e exerce a função de individualizar documentos de uma mesma classe, ou seja, aqueles documentos que receberam o mesmo número de classe, sendo agrupados por ele. Os dois principais elementos do número de chamada, portanto, funcionam da seguinte maneira: enquanto o número de classe agrupa documentos, o número de livro individualiza os documentos de cada grupo.

O indiano Satija (1990, citado por Silva, 2016), estudioso de destaque do número do livro, coloca em questão a abordagem pouco adequada que se faz sobre os sistemas de classificação bibliográfica, a qual acaba por obscurecer seu papel e diminuir sua relevância. Para ele, o trabalho com os sistemas de classificação bibliográfica sem uma interlocução com a ordenação de documentos confere função restritiva e vaga a estes sistemas.

Segundo temos reiterado neste livro, para que uma estrutura funcione, todos os seus elementos devem ser igualmente considerados por si mesmos e em relação um com o outro. Dessa maneira, deve-se atentar para a produção do número de classe e do número do livro e para a relação entre eles.

Um outro modelo relevante de ordenação de documentos é o plano de ordenação (*plan de classement*, no original). Esse modelo, de matriz francesa, contempla um mapa estruturado produzido localmente para a disposição espacial da coleção, a partir do qual as funções da ordenação são realizadas.

Em nossas pesquisas individuais e coletivas, o plano de ordenação foi inicialmente sistematizado e publicado em Ortega; Silva (2013) e revisado em Ortega (2013a). Posteriormente, Silva (2022, p. 155-158)

estudou o modelo, incluindo algumas de suas várias aplicações, como tratamos a seguir.

Silva explica que no plano de ordenação são estabelecidas diretrizes, a partir das quais são definidas as cotas (*cotes*) e é elaborado o manual de cotação (*manuel de cotation*). As cotas são um conjunto de símbolos que determinam o lugar ocupado por cada documento na coleção, a partir de uma proposta de arranjo. Cada cota deve funcionar como vetor de apropriação das coleções pelo público.

Segundo Silva (2022), o plano de ordenação surgiu com a experiência da *Bibliothèque Publique d'Information* (BPI), do *Centre Georges Pompidou*, em Paris, na França. Desde a criação da BPI, em 1977, a atividade de atribuição das cotas foi realizada como um processo pós-determinado, a partir da CDU, gerando uma multiplicidade de cotas sem controle. Devido à grande quantidade de documentos disponíveis para acesso livre, essa multiplicidade de cotas passou a dificultar a exploração das coleções.

É nesse contexto, continua Silva (2022), que a BPI, no decorrer da década de 1980, deu início ao sistema de cotas validadas (*cotes validées*), sistema em que um documento só pode receber uma cota que esteja previamente autorizada.

Para funcionalidade do sistema, uma lista de cotas validadas é elaborada localmente e disponibilizada para que seja utilizada como guia pelos profissionais. A lista de cotas validadas deve ser estável, mas pode ser ampliada e revisada em conformidade com as demandas institucionais.

A lista das cotas validadas, seguidas de notas de uso, como remissivas e explicações quanto à sua aplicação, constituem o manual de cotação. Silva (2022) cita Caraco (2010, p. 63), para quem o manual de cotação constitui uma referência unificada para todos os profissionais envolvidos no processo, haja vista que ele é utilizado pela equipe para ordenar os documentos de forma mais rápida e homogênea ao longo do tempo. Segundo Caraco, o manual possui ainda outros usos, como esquema para a sinaliza-

ção nas prateleiras, ferramenta para inventários e desbastes e produção de listas bibliográficas sobre assuntos relacionados.

A distinção entre a produção de cotas validadas e a produção de códigos de localização a partir de sistemas de classificação bibliográfica é questão a destacar. Os códigos de localização são elaborados segundo a estrutura de um sistema de classificação bibliográfica a partir de um documento em mãos. De outra maneira, cada cota validada é produzida como uma unidade de representação que compõe um conjunto de unidades proposto previamente para responder ao arranjo de uma coleção específica. Como explica Silva, uma cota validada não pode ser criada por determinação contingencial de um profissional, mas sim construída e, depois, selecionada, em função da proposta de acesso à coleção como um todo.

Com relação à experiência da BPI sobre as cotas validadas, Silva (2022) apresenta as reflexões de Calenge (1994). Para Calenge, era necessário pensar as coleções a partir de um olhar que considerasse, ao mesmo tempo, sua dimensão material e sua dimensão intelectual. Dessa maneira, ele fundamenta a proposição das cotas validadas ao questionar a determinação da cota de um documento em função apenas dele mesmo, e não em função da coleção.

O plano de ordenação é uma construção local que inclui elementos específicos, como os critérios adotados e as listas de códigos, predeterminando a organização do espaço documental. Calenge (2009, p. 191) menciona o quadro de ordenação (*cadre de classement*, no original) que seria uma espécie de arquitetura geral que orienta o plano de ordenação, sem apresentar suas codificações e instruções. Para Calenge (2009, p. 15, citado por Ortega, Silva, Santos, M., 2016, p. 18), o plano de ordenação resulta do agrupamento de documentos por meio da produção de cotas, elaboradas de modo estruturado, segundo as massas documentais em jogo, os públicos em causa e os limites do espaço. O documento final representa a formalização do sistema de endereçamento físico dos documentos. Segundo o autor, o plano de ordenação é uma ferramenta que torna visível

a política documentária produzida para um público específico, ao mesmo tempo em que se configura como ferramenta de gestão, que permite à equipe de trabalho "adaptar-se, discutir e contestar". Calenge é, segundo observamos, um dos principais autores sobre o plano de ordenação.

Como podemos ver, o plano de ordenação é produzido a partir de um mapeamento elaborado previamente segundo as especificidades locais relativas a documentos e públicos, por este motivo, permitindo também a gestão da coleção. Verón (1989), que analisou a ordenação de documentos em bibliotecas francesas, afirma que a disposição de coleções em um dado espaço pressupõe uma hipótese sobre o usuário, seus interesses e expectativas.

Como um dos resultados da reflexão sobre o modelo, Silva (2022) entende que, se o plano de ordenação dá relevo ao processo, faltam a ele desenvolvimentos em termos de sua operacionalização final. Para ela, o plano de ordenação se configura como modelo que fornece diretrizes à formação da estrutura de classes para o arranjo, mas não como solução replicável, já que não apresenta modos de individualização dos documentos do arranjo.

No entanto, afirma Silva, há muitas publicações de planos de ordenação produzidos e aplicados por instituições francesas, nos quais são apresentadas a estrutura de classes, as cotas validadas, acompanhadas das notas de uso, e algumas indicações acerca das estratégias de individualização dos documentos. Nestes relatos, Silva identificou a predominância da menção nominal, seguida das iniciais do título da obra, como recurso de individualização dos documentos dentro das classes. Ela identificou também iniciativas, como a formação de coleções paralelas à coleção principal e a construção de *corpus d'auteur* (*corpus* de autor) como estratégia para a reunião da obra de autores prolíficos. Como se pode constatar, nesses relatos, observa-se a forte presença de soluções institucionais, que incluem a atividade de reordenação de coleções, tendo em vista sua gestão eficiente e usos mais adequados e atrativos para os usuários.

Frente a esta literatura, Silva (2022) conclui que o plano de ordenação coloca o processo de ordenação em estreita relação com o desenvolvimento de coleções e os mecanismos de planificação e sinalização dos espaços, relação essa que se constrói segundo a particularidade de cada instituição. Sendo assim, quanto às funções do processo de ordenação apresentadas anteriormente, Silva ressalta no plano de ordenação as funções de gestão e de modo de leitura, em particular esta última, por evidenciar a função mediadora do processo. Considerando a posição da autora de que, no plano de ordenação, não se prioriza uma solução prévia para a individualização dos documentos na coleção, podemos dizer que a função de localização não recebe destaque nesse modelo, ao mesmo tempo em que soluções universais não compõem o pensamento que o sustenta.

De fato, os planos de ordenação franceses, e outros modelos adotados na França, destacam-se por serem voltados às especificidades institucionais. Mas os contextos documentários locais não são uma concepção nova, como mencionamos ao tratar da realidade francesa. Nesse sentido, Silva (2022, p. 153) apresenta a seguinte citação do início do século XX: "pensamos somente em deixar que cada biblioteca encontre sua própria ordenação, e não cuidar de reformar a ordem para que sejam todas iguais. A melhor ordem vem rapidamente quando a ordem não vem de cima" (Morel, 1908, p. 227). Da mesma maneira, a despeito de o plano de ordenação ter ganhado destaque com a proposta de reordenação da BPI do *Centre Georges Pompidou* na década de 1980, os termos e os conceitos operatórios que o sustentam remontam há um século, como é o caso do quadro de ordenação, mencionado por Crozet (1931) e Delisle (1910) (citado por Silva; Ortega, 2017, p. 612) e definido na atualidade por Calenge, como indicamos acima.

Tratamos de dois modelos de ordenação de documentos: o número de chamada e o plano de ordenação. Modelos são propostas gerais a serem aplicadas na resolução de demandas específicas. Como dissemos anteriormente, para Calenge (1998, p. 17), um modelo fornece um quadro de análise formalizada. Dessa maneira, é preciso distinguir os diversos

modelos adotados para ordenação (ou para a organização da informação como um todo) e as aplicações desses modelos. As aplicações demonstram não apenas a flexibilidade dos modelos como as particularidades dos contextos documentários.

Exemplo de estudo sobre aplicações de modelos é o realizado por Carvalho (2020). Colocando em questão a mediação documentária em bibliotecas escolares, Carvalho discorreu de maneira ampla sobre o processo de ordenação de documentos, ressaltando a espacialização e a sinalização, e avaliou literatura em que arranjos aplicados a essas bibliotecas são relatados. O levantamento final realizado em bases de dados obteve 129 documentos com relatos de produção de arranjos em bibliotecas escolares. Mesmo sem recorte temporal, o levantamento resultou em material produzido desde a década de 1960, sendo a maior parte dos documentos de período posterior aos anos 2000, e o limite da pesquisa o ano de 2018. Em sua maioria, os documentos identificados eram oriundos de países em que o inglês é o idioma oficial. Muito provavelmente por este motivo, foram identificados relatos que tinham como referência principal o número de chamada e a CDD, adotando, de alguma maneira, esse modelo, com uso desse sistema de classificação bibliográfica, ou realizando algum tipo de adaptação. Quanto a essas aplicações, o autor observou que o processo de ordenação de documentos foi comumente abordado de modo fragmentado, o que ele constatou a partir das denominações utilizadas e das funções atribuídas. Ao mesmo tempo, ele identificou que os aspectos relativos à constituição espacial da biblioteca foram trabalhados de modo mais completo, por se considerar a relevância do espaço na oferta de sentidos aos sujeitos da biblioteca escolar.

No estudo de Carvalho, observamos alguns aspectos recorrentes no uso do número de chamada, com adoção da CDD, em função de ele ser considerado referência para a ordenação de documentos. A despeito de o número de chamada ser abordado como referência universal, importa considerar que, independentemente de as aplicações serem mais ou menos

elaboradas, um modelo nunca se reflete por completo e tal qual em uma dada aplicação concreta.

Anteriormente, propusemos categorias fundamentais de organização da informação, as quais enunciamos como níveis de manifestação de seus processos (Quadro 4). Especificamente, quanto ao processo de ordenação, identificamos características sobre as quais discorremos por serem explicativas do processo. No Quadro 11, a seguir, apresentamos essas características, que abordamos como dimensões do processo de ordenação:

Quadro 11 – Dimensões do processo de ordenação e seus elementos componentes

dimensões do processo de ordenação	elementos componentes
tipológica	documentos metadados de documentos
funcional	modo de leitura da coleção localização dos documentos da coleção gestão da coleção
metodológica	métodos: - cronológico - alfabético - classificatório derivações: - sistema de localização fixa - sistema de localização relativa
segundo modelos	número de chamada plano de ordenação outros modelos
aplicada	modelos aplicados outras aplicações

Fonte: Baseado em Ortega; Silva; Santos, M. (2016) e Silva (2022).

Sobre o processo de ordenação, é interessante que sistematizemos algumas questões pendentes, como segue.

A principal delas é a sua aparente falta de contemporaneidade. Em grande medida, essa percepção ocorre por se considerar apenas a ordenação de documentos não eletrônicos e por se entender que eles estariam em extinção. No entanto, consideramos que existirão coleções de documentos sob suportes não eletrônicos por tempo suficiente que justifique seus estudos e aplicações. Além disso, demonstramos que, desde sua origem, a ordenação não se fez apenas sobre documentos, mas sobre suas representações – a ordenação de metadados de documentos –, e esse tipo de ordenação continuou no meio eletrônico, ainda que muitas vezes sob formas pouco exploradas quanto a sua anterioridade conceitual e procedimental.

Outra questão é a de que não há reconhecimento amplo sobre a diversidade de métodos (cronológico, alfabético e classificatório), atribuindo-se a ordenação unicamente à classificação, a qual seria uma operação de representação temática, portanto realizada apenas sobre os assuntos dos documentos e não sobre outros atributos. Dessa maneira, problematizamos o papel da classificação bibliográfica em relação à ordenação em Silva; Ortega (2022), mas este estudo foi realizado de maneira mais aprofundada na tese de doutorado de Silva (2022). Essa problematização demanda a retomada e continuação da discussão sobre o tipo de linguagem documentária que responde pela ordenação classificatória, a exemplo da proposta de Gardin, de 1966, que mencionamos. As ideias de Gardin foram depois amplamente discutidas e desenvolvidas pelo Grupo Temma, da USP, a que já nos referimos. Nesta linha de estudos, em outra publicação (Ortega, 2015b), tratamos dos tipos de linguagem documentária e o que os caracteriza, explorando fundamentos linguísticos que permitem sustentar a ordenação classificatória.

Uma última questão a problematizar é a compreensão de que o número de chamada seja solução universal para a realização da ordenação de documentos (principalmente em bibliotecas), a despeito das várias adaptações do modelo ou de sua não adoção, a depender dos contextos documentários em causa. Ainda que esse olhar universalizante sobre o modelo seja predominante no Brasil, o número de chamada não foi com-

pletamente apropriado no país, e, em parte foi desvirtuado, pois não se considerou a terminologia que permite compreendê-lo e operacionalizá-lo como uma estrutura que responde por uma função. Igualmente, em nossa primeira publicação sobre o tema (Ortega; Silva; Santos, M., 2016), reforçamos a terminologia incompleta adotada no Brasil para os elementos constituintes do número de chamada, ao optarmos pelos termos número de classificação e notação de autor. O problema posto é o de que a notação de autor é apenas uma parte do número do livro, portanto, adotar apenas essa notação induz a que o número do livro não seja considerado em toda sua dimensão, comprometendo sua especificidade funcional e a do número de chamada como um todo. Assim, podemos dizer que há uma inadequação no uso do termo notação de autor no Brasil. De outra maneira, na literatura internacional sobre número de chamada, há variação terminológica, junto a certo grau de estabilidade, o que permite a compreensão do modelo; há também, nesta literatura, muitas críticas e propostas a respeito da terminologia.

Tendo em conta tanto bases de dados quanto arranjos, finalizamos como segue.

Como vimos, todo produto da organização da informação possui um arranjo, produzido *a priori*, como um índice de busca de uma base de dados, ou *a posteriori,* como uma listagem de registros resultante de uma busca em base de dados, ou é o próprio arranjo, como documentos ordenados em uma biblioteca, ou documentos eletrônicos ordenados igualmente como um sistema de informação. Dessa maneira, bases de dados e arranjos podem ser abordados de maneira independente, mas não se pode considerar as bases de dados sem os arranjos que fazem parte delas ou delas decorrem por seu uso.

Por sua vez, muitos arranjos são produzidos de modo articulado a uma base de dados: após a navegação pelo arranjo e a seleção de um registro de interesse pelo usuário, o sistema oferece a opção de acesso direto ao

registro na base de dados, em geral, mais completo que aquele que compõe o arranjo.

Quanto à literatura que discorre sobre bases de dados e sobre arranjos, identificamos diferenças significativas nas pesquisas que realizamos até o momento.

A literatura sobre bases de dados é mais extensa e contínua, embora predomine atualmente os estudos denominados Catalogação, marcados historicamente pela orientação estadunidense de produção de catálogos de bibliotecas e suas normas. Em função do viés normativo, essa literatura não é suficientemente generalizante, no que tange à fundamentação do registro de uma base de dados, assim como quanto à caracterização e funcionalidade dos índices. Além disso, nessa literatura, desconsidera-se os avanços realizados com a produção de bibliografias (desde as de caráter erudito) e, depois, com a produção dos sistemas de informação científica, como aqueles sistematizados pelo UNISIST.

Quanto à literatura sobre ordenação, caracterizá-la demanda primeiro indicar de qual aspecto se está tratando (tipo e modelo, principalmente). A ordenação de documentos, por exemplo, é muito mais explorada na literatura que a ordenação de metadados de documentos.

Essa diferença é tal que propusemos o termo ordenação de metadados de documentos, pois não havia um disponível para nomear o processo: quando um conceito não está estabelecido, essa situação se reflete na ausência ou na frágil presença de um termo ou de termos que o represente. Identificamos o conceito na antiga literatura que se debruça sobre o arranjo das fichas catalográficas e das bibliografias. Depois disso, o conceito surge difuso: ou não é tratado de maneira abstrata ou são feitas abstrações que não remetem à sua historicidade, muitas vezes, refazendo caminhos já percorridos sem conhecimento do fato, ou fazendo novos caminhos com maior ou menor nível de elaboração.

Mas, mesmo a ordenação de documentos se divide na literatura entre aquela que decorreu no número de chamada (e pouco se desenvolveu

nas últimas décadas, por se entender que o modelo posto já teria resolvido a demanda) e aquela pautada pelo plano de ordenação (construída e continuada no tempo de maneira relativamente coerente em termos de conceitos e de aplicações). Esse cenário aponta para as visões particulares que caracterizam o mundo estadunidense (originalmente, anglo-americano) e aquelas que identificam o mundo europeu, em especial, o francês, como demonstram nossas pesquisas individuais e coletivas, não apenas sobre este tema.

Por fim, podemos dizer que bases de dados e arranjos são dispositivos documentários distintos em termos das possibilidades de mediação que permitem realizar. Um dispositivo documentário não pode – por si mesmo – ser considerado melhor que outro. A preferência por uma base de dados ou por um arranjo pode ocorrer apenas se levadas em conta as situações em que a aplicação de um deles indicar resultados mais satisfatórios que a aplicação do outro. Para tanto, devem ser observados aspectos dos documentos, como quantidade e tipos, e do público, como especializado ou de conhecimento geral, entre outros. Em várias situações pode ser interessante oferecer ao público tanto arranjos como bases de dados, interligados ou não, de maneira que um complemente o outro como recursos de mediação que usuários podem fazer uso em suas vivências pelo mundo informacional organizado.

Entre apagamentos e resgates: a função social da mediação documentária

Discorremos sobre a história e a epistemologia das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, tomando como foco a força motriz dessas ações: a organização da informação. A mediação documentária, impulsionada por processos de organização da informação, é realizada pela produção de camadas de significação sobre objetos, segundo um público determinado, visando uso qualificado da informação.

A literatura selecionada e sistematizada nesse livro é hoje subestimada. No entanto, nem sempre se trata propriamente de subestimação: podemos dizer que essa literatura é cada vez menos conhecida. Esse cenário tem contribuído para a descontinuidade de pesquisas sobre os temas e os problemas que apresentamos, conduzindo ao seu apagamento.

A literatura mencionada foi sendo relegada continuamente em grande medida por ser adjetivada como técnica. Em geral, a caracterização de algo como técnico remete à ausência de cientificidade, ou seja, de reflexões teóricas, o que pode ser melhor contemplado pelo adjetivo 'tecnicista'. No entanto, as falas sobre técnica, que identificamos, são comumente adotadas com intenção desqualificadora, no sentido do pensamento fragmentado e opositivo de que tratamos no primeiro capítulo.

A despeito desse pensamento fragmentado, tratamos das disciplinas Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, em função da unidade epistemológica que lhes é subjacente, pois elas se desenvolveram uma em relação à outra, em torno dos mesmos interesses. Nesse sentido, é que as ideias de Otlet foram continuamente apresentadas: são ideias orientadas a essa unidade epistemológica, que agregam a abordagem documentária arquivística e museológica à abordagem documentária bibliográfica que buscamos elaborar no livro.

O pensamento fragmentado e opositivo a que nos referimos foi construído marcadamente na primeira metade do século XX por autores que enfatizaram a dicotomia entre Biblioteconomia e Documentação, já em um processo de desconsideração da Bibliografia. Em uma visão parcial e enviesada que tomou a Biblioteconomia como voltada à educação e à cultura das massas, enquanto a Documentação seria vocacionada aos serviços de informação especializada, concepção desintegrada do campo foi sendo naturalizada e ganhando adeptos.

Em seguida, a urgência por estudos e aplicações que respondessem às demandas por informação especializada de cunho técnico-científico, com uso de computadores, conduziu a um discurso universalizante sobre informação. A caracterização desse discurso sobre informação como universalizante se deve à pretensão expressa de abarcamento de todas as questões relacionadas à informação. Como discurso difuso, ele surgiu a-historicizado e, por sua vez, anacrônico, o que lhe deixou à falta desde sua origem de um quadro explicativo coerente e consistente. Talvez por possibilitar que conteúdos tão diversos fossem abarcados, portanto, contemplando pesquisadores de praticamente todas as áreas, esse discurso genérico sobre informação tenha se tornado predominante.

Esse movimento contou com perda de foco e especificidade causada pela diversidade de pesquisas, as quais, independentemente de sua qualidade e profundidade, apontam para temas e problemas, de tal modo distintos, que eles não podem se alimentar uns aos outros.

Os problemas apresentados conduzem a alto custo social, afetando a capacidade de trabalho das instituições de ensino e pesquisa, assim como as condições para o exercício avançado da prática profissional.

Alto custo social é a principal motivação para a produção deste livro.

Sob essa perspectiva, faz-se necessário retomar o conhecimento do campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, tendo em vista uma função social que urge por ser cumprida de maneira ampla e fundamentada.

Referências

ABADAL, Ernest; CODINA, Lluís. *Bases de datos documentales*: características, funciones y método. Madrid: Síntesis, 2005. (Biblioteconomía y Documentación).

ALFARO LÓPEZ, Hector Guillermo. *Estudios epistemológicos de Bibliotecología*. México: UNAM/CUIB, 2010. 133 p. (Teoría y métodos).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, São Paulo.

ALOUCHE, F. *et al. Economie générale d'une chaine documentaire mécanisée*. Paris: Gauthiers-Villars, 1967. 342 p. (Documentation et Information).

ARAÚJO, Andre Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímeta do séc. XVI: Conrad Gesner. *Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118-142, maio/ago. 2015.

ATKINSON, Ross. Toward a redefinition of library services. *In*: JOHNSON, Peggy; MacEWAN, Bonnie (ed.). *Virtually yours*: models for managing electronic resources and services. Chicago; London: American Library Association, 1999. p. 3-21.

AULETE DIGITAL: dicionário de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2014?]. Disponível em: https://aulete.com.br/. Acesso em: 20 jan. 2024.

BALSAMO, Luigi. *La bibliografia:* historia de una tradición. Gijón: Trea, 1998. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 20). Tradução do italiano: La bibliografia. Storia di una tradizione, 1984.

BÉGUIN-VERBRUGGE, Annette. Le traitement documentaire est-il une énonciation? *In*: SOCIÉTÉ FRANÇAISE DES SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION. *Les recherches en information et communication et leurs perspectives*: histoire, objet, pouvoir et méthode. Marseille: SFSIC, 2002. p. 329-335.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 220-242.

BLANQUET, Maria-France. A função documentária: estudo em uma perspectiva histórica. Traduzido por Camila M. A. da Silva, Marcílio de Brito e Cristina Dotta Ortega. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 221-232, out./dez. 2018. Tradução de La fonction documentaire: etude dans uns perspective historique, publicado em 1993.

BLANQUET, Marie-France. La fonction documentaire: etude dans uns perspective historique. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 199-204, 1993.

BLISS, Henry Evelyn. *The organization of knowledge and the system of the sciences.* With an introduction by John Dewey. New York: Henry Holt and Co, 1929.

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit - Éditions Documentaires Industriales et Techniques, 1951. 48 p.

BUCKLAND, Michael K. Documentation, Information Science, and Library Science in the U.S.A. *Information Processing & Management*, London, v. 32, n. 1, p. 63-76, 1996.

BUCKLAND, Michael K. *Information and information systems*. New York: Praeger, 1991a.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991b.

BUCKLAND, Michael K. The centenary of 'Madame Documentation': Suzanne Briet 1984-1989. *Journal of the American Society for Information Science*, Hoboken, v. 46, n. 3, p. 235-237, 1995.

BURGESS, John Timothy Freedom. *Virtue ethics and the narrative identity of american librarianship 1876 to presente*. Dissertation (Doctor of Philosophy) - College of Communication and Information Sciences/ University of Alabama, Tuscaloosa, Alabama, 2013.

CALENGE, Bertrand (coord.). *Mettre en oeuvre um plan de classement*. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2009. p. 191-196. 199 p. (La Boîte à outils, 18).

CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la Bibliothéconomie?: essai theórique. *Bulletin de Bibliothèques de France*, Paris, n. 2, p. 8-20, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. *In*: BEVILÁCQUA, Gabriel Moore Foreli; MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva (org.). *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p. 157-165.

CAMARGO, Joice C. de Carvalho. *A disseminação de informações estatísticas na Web*: da difusão à divulgação. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARRIÓN GÚTIEZ, Manuel. *Manual de bibliotecas*. 2. ed. reimpr. 2002. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

CARVALHO, Matheus Aguiar de. *A ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CAVALCANTI, M. das Neves Niederauer Tavares. Interdependência entre a aquisição planificada e a disseminação seletiva da informação: uma experiência do Centro de Informação Científica para Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 6, n. 2, 1978.

CHABIN, Marie-Anne. Naissance et baptême des archives. *In*: CHABIN, Marie-Anne. *Je pense donc j'archive*: l'archive dans la societé de l'information. Paris: L'Harmattan, 1999. Chapitre 2: Tout est archive. Disponível em: https://www.marieannechabin.fr/je-pense-2/2-tout-est-archive/. Acesso em: 21 fev. 2023.

CHANTE, Alain. La culture de l'information, un domaine de débats conceptuels. Les *enjeux de l'information et de la communication*, n. 11/1, 2010. (Varia 2010). Disponível em: https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/2010/varia/03-la-culture-de-linformation-un-domaine-de-debats-conceptuels. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHAUMIER, Jacques. *As técnicas documentais*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971. (Colecção Saber, Secção VI - Ciências Aplicadas). Tradução de: Les techniques documentaires, publicado originalmente no mesmo ano.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al*. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

CINTRA, Anna Maria Marques. Subjetividade e interdisciplinaridade na Biblioteconomia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 32-43, set./dez. 1996.

COBLANS, Herbert. *Introdução ao estudo da Documentação*. Traduzido por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro: DASP/Serviço de Documentação, 1957. 149 p. (Ensaios de Administração, 8).

CODINA, Lluís. Modelo conceptual de un sistema de información documental. *Revista Española de Documentación Científica*, Madrid, v.17, n. 4, p. 440-449, 1994.

COHEN, Diane Micheline. *O consumidor da informação documentária*: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1995.

COUZINET, Viviane (dir.). *Dispositifs info-communicationnels*: questions de médiations documentaires. Paris: Hermès Science Publications, 2009. (Systèmes d'information et organisations documentaires).

COUZINET, Viviane. Des pratiques érudites à la recherche: bibliographie, bibliologie. *In*: GARDIÈS, Cècile (dir.). *Approche de l'information-documentation*: concepts fondateurs. Toulouse: Cépaduès, 2011. p. 167-186.

COUZINET, Viviane. *Médiations hybrides*: le documentaliste et le chercheur de sciences de l'information. Paris: ADBS, 2000.

CRIPPA, Giulia. Alguns tratados sobre bibliotecas como fontes para a história da organização para a mediação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 78-97, maio/ago. 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

CURRÁS, Emilia. *Las ciencias de la documentación*: bibliotecología, archivología, documentación e información. Barcelona: Mitre, 1982.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.Com*: Revista de Ciência da Informação e da Comunicação do CETAC, Porto, n. 4, p. 1-34, 2007.

DESANTES GUANTER, José María. El mensaje en la documentación. *Publitecnia*, Madrid, n. 57, p. 44-56, 1981.

DESANTES GUANTER, José María. La documentación en cuanto medio informativo. *Documentación en las Ciencias de la Información*, Madrid, n. 9, p. 126-223, 1985. Artigo publicado posteriormente no livro 'Teoría y régimen jurídico de la Documentación', de 1987.

DESANTES GUANTER, José María. *Teoría y régimen jurídico de la Documentación*. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense de Madrid (EUDEMA), 1987. 454 p.

DEWEZE, André. *Informatique documentaire.* 4. ed. Paris: Masson, 1994. (Manuels informatiques Masson). 292 p.

DITMAS, Edith M. R. A chapter closes: Bradford, Pollard and Lancaster-Jones. *College & Research Libraries*, Chicago, v. 10, n. 4, p. 332-337, 1949.

DUSOULIER, Nathalie. Orientação dos novos serviços de documentação; novas técnicas, problemas futuros. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 5, n. 1, 1976.

ESCARPIT, Robert. *L'information et la communication*: théorie générale. Paris: Hachette Superiour, 1991. (Hachette Université Communication). Publicado inicialmente em 1976 pela mesma editora.

ESPAIGNET, Stéphanie; FOFANA, Ramatoulaye; LAURENCEAU, Amélia. *Pertinence de l'idée de désintermédiation documentaire*. Orientação de Jean-Michel Salaün. Villeurbanne: École Nationale Supérieure des Sciences de l›Information et des Bibliothèques, 2003. Disponível em: https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/917-pertinence-de-l-idee-de-desintermediation-documentaire.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

ESTIVALS, Robert (dir.). *Les sciences de l'écrit. Encyclopédie Internationale de Bibliologie.* Paris: Éditions Retz, 1993. 576 p.

ESTIVALS, Robert. Avant-propos. *In*: ESTIVALS, Robert (dir.). *Les sciences de l'écrit. Encyclopédie Internationale de Bibliologie.* Paris: Éditions Retz, 1993a. 576 p. p. 7-11.

ESTIVALS, Robert. Bibliologie. *In*: ESTIVALS, Robert (dir.). *Les sciences de l'écrit. Encyclopédie internationale de Bibliologie*. Paris: Éditions Retz, 1993b. 576 p. p. 30-65.

ESTIVALS, Robert. Schématique (Schématisation, Schéma, Schématisme). *In*: ESTIVALS, Robert (dir.). *Les sciences de l'écrit. Encyclopédie Internationale de Bibliologie.* Paris: Éditions Retz, 1993c. 576 p. p. 479-480.

FABRE, Isabelle. L'espace documentaire comme lieu de médiations. *Esquisse*, Paris, 2013. Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00837950/document. Acesso em: 20 jan. 2024.

FABRE, Isabelle. Médiation documentaire et culturelle dans le musée. *Communication & Langages*, Paris, n. 173, p. 83-99, 2012. Disponível em: https://oatao.univ-toulouse.fr/6334/1/Fabre_6334.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cécile. La médiation documentaire. *In*: LIQUÈTE, Vincent. *Médiations*. Paris: CNRS, 2010. p. 121-139. (Les Essentiels d'Hermès).

FABRE, Isabelle; VEYRAC, Hélène. Des représentations croisées pour l'émergence d'une médiation de l'espace documentaire. *Communication & Langages*, Paris, n. 156, p. 103-115, 2008. Disponível em: https://oatao.univ-toulouse.fr/1938/1/fabre_1938.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. Notícia bibliográfica. *In*: FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008a. 768 p. p. 520.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. Notícia catalográfica. *In*: FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008b. 768 p. p. 520.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. Notícia principal. *In*: FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008c. 768 p. p. 521.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. Ordenação. *In*: FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008d. 768 p. p. 536.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Histoire de la documentation en France*: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire).

FIUZA, Marysia Malheiros. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-158, 1980.

FONDIN, Hubert. *Le traitment numérique des documents.* Paris: Hermès, 1998.

FONSECA, Edson Nery. *Introdução à Biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

FRAYSSE, Patrick. Document. *In*: GARDIÈS, Cècile (dir.). *Approche de l'information-documentation*: concepts fondateurs. Toulouse: Cépaduès, 2011. p. 36-73.

FRÍAS, Antonio. El código catalográfico francés de 1791: uma traducción y un comentario. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v. 5, n. 1, p. 11-31, 1995.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. Aproximación al concepto y al objeto de la Información/Documentación. *In*: GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis (ed.). *Introducción a la documentación informativa y periodística*. Alcalá de Guadaira (Sevilla): Ed. Mad, 1999. Cap. 1, p. 23-61.

GARCÍA GUTÍERREZ, Antonio Luis. *Lingüística Documental*: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Mitre, 1984. 279 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. Normalización general y documental: concepto, historia e instituciones. *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, v. 9, n. 55, p. 55-96, 1985.

GARDIÈS, Cécile. Culture de l'information, culture informationelle. *In*: GARDIÈS, Cécile (coord.). *Approche de l'information-documenation*: concepteurs fondateurs. Touluse: Éditions Cépaduès, 2011. p. 187-208.

GARDIÈS, Cécile; FABRE, Isabelle. Définition et enjeux de la médiation numérique documentaire. *In*: GALAUP, Xavier (org.). *Développer la médiation documentaire numérique*. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2012. (La Boîte à Outils, 25). Texto integral disponível em: https://books.openedition.org/pressesenssib/691. Acesso em: 20 jan. 2024.

GARDIN, Jean-Claude. Elementos de um modelo para a descrição de léxicos documentários. Traduzido por Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi, *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 190-202, 2022. Tradução de Éléments d'un modèle pour la description des lexiques documentaires, publicado em 1966.

GARDIN, Jean-Claude. Éléments d'un modèle pour la description des lexiques documentaires. *Bulletin des Bibliothèques de France (BBF)*, n. 5, p. 171-182, 1966. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001. Acesso em: 20 jan. 2024.

GASKELL, Philip. *Nueva introducción a la bibliografía material*. Gijón: Trea, 1999. 540 p. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 23). Título original: A new introduction to bibliography, 1972.

GONZÁLEZ GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GROLIER, Eric de. *Histoire du livre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954. (Que sais je?).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid*: Revista de Sistemas de Información y Documentación, Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 2009.

HIDER, Philip. Origins of the Knowledge Organization field. *In*: HJØRLAND, Birger; GNOLI, Claudio (ed.). *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. International Society for Knowledge Organization, 2020.

HODGE, Gail. *Systems of Knowledge Organization for digital libraries*: beyond traditional authority files. Washington D.C.: The Digital Library Federation/Council on Library and Information Resources, 2000.

JEANNERET, Yves; CHEVALIER, Yves. La physionomie des systèmes: diagramme et représentation. *Communication & Langage***s**, Paris, n. 160, p. 63-79, 2009. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-communication-et-langages1-2009-2-page-63.htm?contenu=article. Acesso em: 20 jan. 2024.

JOUGUELET, Suzanne. Classement. *In*: CACALY, Serge (coord.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. 635 p. p. 135- 136.

KELLERMANN, Luce. Aspects sociaux et psychosociaux de la communication documentaire. *Manuel du bibliothecaire documentaliste dns les pays en develepment*. 2. ed. Paris: ADBS; Presses Universitaires de France, 1977. (Techniques vivantes). p. 367-408.

KELLERMANN, Luce. Représentations et fonctions sociales de la documentation. *Documentaliste*, Paris, v. 8. n. 4, Déc. 1971.

KOBASHI, Nair Yumiko. Estudos de institucionalização social e cognitiva da pesquisa científica no Brasil: reflexões sobre um programa de pesquisa. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). *Informação e Contemporaneidade:* perspectivas. Recife: Néctar, 2007, p. 27-46. Disponível em: https://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20informacaoContemporaniedade(1).pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko; SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/4867. Acesso em: 20 jan. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. especial, p. 7-21, 2003.

LANKES, R. David. *Expect more*: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. A arquitetura de sistemas de informações estatísticas na Internet. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 99-104, 1998a.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). *Informação e contemporaneidade*: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 143-168. Disponível em: https://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20informacaoContemporaniedade(1).pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia? *Informação & Informação*, Londrina, v. 23, p. 127-151, 2018.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Contribuições da terminologia para a organização e divulgação de dados estatísticos na Internet. *In*: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA, 6., Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional. *Actas* […] La Habana, Cuba, 1998. Lisboa: Ed. Colibri; ILTEC - Instituto de Lingüística Teórica e Computacional, 1998b. p. 627-638.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. *In*: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (org.). *Documento*: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. 268 p. p. 35-56. (Estudos da informação, v. 1).

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Informação, informatividade e Lingüística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjorland e Capurro. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/6550. Disponível em: 20 jan. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. *Linguística documentária*: seleção de conceitos. 2009. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2006. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/44954. Acesso em: 20 jan. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Le document et l'information documentarire: une construction organisée sous forme et contenu. *Sciences de la Societé*: revue scientifique internationale, Toulouse, v. 68, p. 191-202, 2006.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. *In*: CONGRESO ISKO, 2011. Ferrol. *Anais* [...]. A Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 371-387. Disponível em: http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11621/1/CC_132_art_23.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Informação e produção de sentido: a integração da categoria recepção no processo documentário-informacional. RUMORES: Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51106/55176. Acesso em: 20 jan. 2024.

LE DEUFF, Olivier. *La culture de l'information en reformation*. Sciences de l'Homme et Société. Université Rennes 2, 2009. Thèse (Doctorat en Sciences de l'information et de la Communication). Disponível em: https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00421928/document. Acesso em: 20 jan. 2024.

LE DEUFF, Olivier. La culture de l'information et l'héritage documentaire. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, v. 47, n. 3, p. 4-11, 2010.

LE DEUFF, Olivier. *La documentation numérique*. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2014. (Collection Papier).

LE DEUFF, Olivier. Robert Pagès, une nécessaire redécouverte par les sciences de l'information. *In*: RÉSEAU CANOPÉ. *Savoirs CDI*: des ressources professionnelles pour les enseignants-documentalistes. Chasseneuil-du-Poitou, 2018. Disponível em: https://www.reseau-canope.fr/savoirscdi/societe-de-linformation/le-monde-du-livre-et-des-medias/les-penseurs-de-linformation-de-la-documentation-et-de-la-pedagogie/robert-pages-une-necessaire-redecouverte-par-les-sciences-de-linformation.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

LIBRARY OF CONGRESS. *MARC 21 Format for Community Information*. Update n. 25, Dec. 2017. Disponível em: https://www.loc.gov/marc/community/eccihome.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

LIQUÈTE, Vincent; FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cécile. Faut-il reconsidérer la médiation documentaire? *Les enjeux de l'information et de la communication*, n. 11/2, p. 43-57, 2010. (Dossier 2010). Disponível em: https://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2010-2-page-43.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

LÓPEZ YEPES, José (coord.). *Manual de Ciencias de la Documentación*. 2. ed. Madrid: Pirámide, 2008. 742 p.

LÓPEZ YEPES, José. *La documentación como disciplina*: teoría e história. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995. Primeira edição publicada em 1978 com o título Teoría de la documentación.

LÓPEZ YEPES. José. *Teoría de la documentación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MACEDO, Solange Madalena Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. Unidades de informação: termos e características para uma diversidade de ambientes de informação. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 326-347, maio/ago. 2019.

MARTÍNEZ COMECHE, Juan Antonio. Clasificaciones documentales y procesos informativos: una vía de racionalización. *Scire*, Zaragoza, v. 3, n. 1, p. 31-53, ene./jun. 1997.

MARTÍNEZ COMECHE, Juan Antonio. *Teoría de la información documental y de las instituciones documentales*. Madrid: Síntesis, 1995. 182 p.

MEADOW, Charles T. *Text information retrieval systems*. San Diego: Academic Press,1992.

MENDES, Luciana Corts. Documentation influence in Brazilian Library and Information Science: the case of University of São Paulo. *Proceedings from the Document Academy*, v. 8, n. 2, artigo 7, 2021. Disponível em: https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol8/iss2/7. Acesso em: 20 jan. 2024.

MENESES TELLO, Felipe. Dimensiones cognitivas de la bibliografía.*Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellín, v. 30, n. 1, p. 107-134, ene./jun. 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/cjxGJjRFfbKxLBfGyFFMwVC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. *In*: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas*: pesquisa e documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. 268 p. p. 17-48. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibObPub&pasta=Anais&pesq=df. Acesso em: 20 jan. 2024.

MENOU, Michel. Culture de l'information. *In*: CACALY, Serge (coord.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation.* Paris: Nathan, 1997. p. 167-169.

MEYRIAT, Jean. De l'écrit à l'information: la notion de document et la méthodologie de l'analyse du document. *In*: COUZINET, Viviane (coord.); RAUZIER, Jean-Michel (col.). *Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation*. Paris: ADBS, 2001. p. 113-124. Publicado originalmente em 1978.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, 2. trimestre, n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Traduzido por Camila Mariana A. da Silva, Marcílio de Brito e Cristina Dotta Ortega. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. Tradução de: Document, documentation, documentologie, de 1981.

MEYRIAT, Jean. Documents secondaires. *In*: ESTIVALS, Robert (dir.). *Les sciences de l'écrit. Encyclopédie Internationale de Bibliologie.* Paris: Éditions Retz, 1993. 576 p. p. 154-157.

MEYRIAT, Jean. Pour une compréhension plurisystémique du document (par intention). *Sciences de la Societé*, Toulouse, n. 68, p. 11-28, Mai 2006.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Televisión y audiencias*: un enfoque cualitativo. Madrid ; México, DF: Ediciones de la Torre ; Universidad Iberoamericana, 2001. (Proyecto Didáctico Quirón, 45).

ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013a, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis, 2013a.

ORTEGA, Cristina Dotta. Aspectos teóricos, procedimentais, normativos e pragmáticos como categorias para uma epistemologia da organização da informação. *In*: DOBEDEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). *Complexidade e organização do conhecimento*: desafios de nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil ; Marília: FUNDEPE, 2013b. 310 p. p. 34-38. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 2).

ORTEGA, Cristina Dotta. Categorias fundamentais da Organização da Informação: do conceitual, metodológico e pragmático ao normativo e tecnológico. *In*: TOGNOLI, Natália Bolfarini; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de, CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (org.). *Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos:* desafios e perspectivas na era da datificação. Londrina: ISKO Brasil ; PPGCI-UEL, 2023. 818 p. p. 18-28. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 6).

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-60, mar. 2011a.

ORTEGA, Cristina Dotta. Exploração de categorias configuradoras da Ciência da Informação. *Revista EDICIC*, v. 1, n. 1, p. 183-205, Ene./Mar. 2011b. Disponível em: http://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/16/18. Acesso em: 21 fev. 2023.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. *Transinformação,* Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, 2008.

ORTEGA, Cristina Dotta. Mediação da informação: do objeto ao documento. *In*: ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015, Madrid. *Actas* […]. Madrid, 2015a. Disponível em: https://docta.ucm.es/rest/api/core/bitstreams/2af1528c-20eb-49d2-a685-432029b6e323/content. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. *InCID:* R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Ordenação de documentos: fundamentos e relações com a classificação bibliográfica. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera (org.). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Marília: ISKO Brasil; FUNDEPE, 2015b. 835 p. p. 765-797. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 3).

ORTEGA, Cristina Dotta. Os princípios bibliográficos em cursos brasileiros de graduação em Biblioteconomia. *Bibliothecae.it*, Ravenna, v. 10, n. 2, p. 89-93, 2021.

ORTEGA, Cristina Dotta; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SIMÕES, Maria da Graça. A variação terminológica em Organização da Informação: Análise de Assunto e Análise Documentária. *In*: SIMÕES, Maria da Graça; LIMA, Gercina Ângela de (coord.); MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; DIAS, Célia da Consolação (org.). *Do tratamento à Organização da Informação*: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências. Coimbra: Imprensa da UC, 2020. 297 p. Cap. 5, p. 145-192.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2010a. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/45489. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. *Transinformação*, Campinas, v. 22, p. 7-17, 2010b.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo, 2008.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., jan./abr. 2019.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. *In*: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 6., 2013, Porto. *Anais* [...]. Porto: Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; León: Universidad de Léon, 2013. p. 1618-1635. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69677/7/Texto_Integral_000813392.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. *Ordenação de documentos na prática bibliotecária*. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. 146 p.

ORTEGA, Cristina Dotta; TOLENTINO, Vinicius de Souza. O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica. *Encontros Bibli*: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 1-22, 2020.

OTLET, Paul. Les sciences bibliographiques et la documentation. *Bulletin de l'Institut International de Bibliographie*, Bruxelles/Paris/Zurich, ano 8, n. I-3 [n. 44-46 da coleção], p. 125-147, 1903.

OTLET, Paul. *Traité de Documentation*: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: https://libstore.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PACHECO, Kátia Lúcia. *Obra e instanciações na organização da informação musical*: estudo da adequação do modelo conceitual FRBR. 242 f. Belo Horizonte, 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PACHECO, Kátia Lúcia; ORTEGA, Cristina Dotta. Origem do modelo FRBR. *Biblios*, Pittsburgh, n. 60, p. 63-75, 2015.

PAGÈS, Robert. Transformations documentaires et milieu culturel (Essai de documentologie). *Review of Documentation*, Paris, v. 15, n. 3, p. 53-64, 1948. Disponível em: https://ideaexchange.uakron.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1166&context=docam. Acesso em: 21 fev. 2023.

PALERMITI, Rosalba. *Vers des précurseurs*: Robert Pagés, Éric De Grolier, Jean-Claude Gardin. Apresentação feita ao grupo de trabalho *Théories et Pratiques Scientifiques* (TPS), da SFSIC, em 3 de março de 2000. Disponível em: https://web.archive.org/web/20130116151325/http:/www.iut2.upmf-grenoble.fr:80/RI3/Mise_jour_06/TPS_precurseurs.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEIGNOT, Gabriel. *Dictionnaire raisonné de bibliologie*. Paris: [Renouard], 1802. Tomo I.

PINHEIRO, Ana Virginia T. da P. *A ordem dos livros na biblioteca*: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

POMART, Paul-Dominique. Dossier documentaire. *In*: CACALY, Serge (Coord.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. p. 195-198.

POMIAN, Krzysztof. *Historia cultural, historia de los semióforos*. Xalapa, Al Fin Liebre Ediciones Digitales. 2010. 32 p. Disponível em: https://vdocuments.mx/historia-cultural-historia-de-los-semifo-cultural-historia-de-los-semiforos-krzysztof.html?page=1. Acesso em: 20 jan. 2024.

PROVANSAL, Antoine. Notice. *In*: CACALY, Serge (coord.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. p. 429-431.

RAYWARD, W. Boyd. The international exposition and the World Documentation Congress, Paris, 1937. *The Library Quarterly*, Chicago, v. 53, n. 3, p. 254-268, 1983.

RAYWARD, W. Boyd. *The universe of information*: the work of Paul Otlet for documentation and international organisation. Moscow: VINITI, 1975. (FID Publication, 520).

RÉGIMBEAU, Gérard. Médiation. *In*: GARDIÈS, Cécile (dir.). *Approche del'information-documentation*: concepts fondateurs. Toulouse: Éditions Cépadues, 2010.

RÉGIMBEAU, Gérard. Médiations iconographiques et médiations informationnelles: réflexions d'approche. *Communication*, v. 26/1, p. 164-177, 2007. Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/747282/filename/Regimbeau. Mediations.iconogr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitário de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 183 p. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).

RÍOS HILARIO, Ana Belén. *Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica*. Gijón: Trea, 2003. 165 p.

ROCHA, Sílvia Gagliardi. *A representação documentária de informações estatísticas*: quando a ordem dos fatores altera o produto. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAGER, Juan Carlos. Prólogo: La terminología, puente entre varios mundos. *In*: CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología*. Barcelona: Antártida, 1993. p. 11-17.

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix; IZQUIERDO ARROYO, José María. *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*. Madrid: IBERCOM, 1983. 440 p.

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix; IZQUIERDO ARROYO, José María. Reflexiones sobre "Documento": Palabra / objecto. *Boletín Millares Carlo*, Las Palmas de Gran Canária, n. 3, p. 161-197, 1982.

SALES, Rodrigo de; MURGUIA, Eduardo Ismael. Instaurações discursivas da organização do conhecimento: H. E. Bliss e a International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Ciência da Informação*, Brasília, v. 44, p. 396-415, 2015.

SANTOS, Marcelo Nair. *Documento como obra*: contribuições para a Organização da Informação. 229 p. Belo Horizonte, 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Marcelo Nair. *Fundamentos estruturais do registro bibliográfico*: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação. 265 f. Belo Horizonte, 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2019.

SANTOS, Marcelo Nair; ORTEGA, Cristina Dotta. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 7, n. 3, p. 93-113, dez. 2013.

SANTOS, Paola de Marco Lopes dos. *O ponto de inflexão Otlet*: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do princípio monográfico. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Paola de Marco Lopes dos. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, p. 54-63, 2007.

SAYERS, William Charles Berwick. *An introduction to library classification*: with readings, questions and examination papers. London: Grafton; New York City: H. W. Wilson, 1918.

SAYERS, William Charles Berwick. *Canons of classification applied to "The subject" "The expansive", "The decimal" and "The Library of Congress" classifications*: a study in bibliographical classification method. London: Grafton, 1915.

SHAW, Ralph R. Documentation: complete cycle of information service. *College & Research Libraries*, Chicago, v. 18, n. 6, p. 452-454, 1957.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. *A ordenação como processo de Organização da Informação*: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. Belo Horizonte, 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. *Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos:* propostas do século XIX e início do XX. Belo Horizonte, 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina. A ordenação de documentos como enunciação: o número de chamada e os sistemas de classificação bibliográfica. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 3, e-117425, jul./set. 2022.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina. Proposals that preceded the call number: shelf arrangement in the francofone manuals of Librarianship from the mid-nineteenth century to 1930. *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 44, n. 8, 2017.

SIMPSON, D. J. Antes que as máquinas cheguem. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, 1975.

SMIT, Johanna W. A informação na Ciência da Informação. *InCID*: Revista de Ciências da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012.

SMIT, Johanna W. A pesquisa na área de Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 25-28, jan./jun. 2002.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SMIT, Johanna W. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. *In*: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. (org.). *Ciência da Informação*: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária UNESP, 2009. p. 57-66. Livro completo disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). *Informação e Contemporaneidade:* perspectivas. Recife: Néctar, 2007, p. 27-46. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20informacaoContemporaniedade%281%29.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; KOBASHI, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/44785. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOLIMINE, Giovanni. *Introduzione allo studio della Biblioteconomia*: riflissioni e documenti. Roma: Vecchiarelli Editore, 1999. 308 p. (Bibliografia, Bibliologia, Biblioteconomia. Collana di Testi e Studi).

SVENONIUS, Elaine. *The intellectual foundation of information organization*. Cambrigde: MIT Press, 2000.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. *et al*. Otlet, o criador de estruturas informacionais pela paz mundial. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza, 2002.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. *Linguagem documentária*. São Paulo: APB, 1997. 12 p. (Ensaios APB, 45).

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; SMIT, Johanna W. Ciência da Informação: a transgressão metodológica. *In*: PINTO, Virgínia Bentes; CAVALCANTE, Lídia Eugênia; SILVA NETO, Casemiro (org.). *Ciência da Informação*: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2007b. p. 23-47.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; SMIT, Johanna W. Pensamento informacional e integração disciplinar. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 1, n. 1, p. 33-57, 2007a.

TAYLOR, Arlene. *The Organization of Information*. Englewood, Colo.: Libraries Unlimited, 1999. 280 p.

TOLENTINO, Vinicius de Souza. *Aspectos conceituais do processo de descrição*: uma abordagem sob a ótica da Bibliografia e da Catalogação a partir do livro impresso. Belo Horizonte, 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2021.

UNESCO. General Information Programme and UNISIST. *CCF/F*: The Common Communication Format for Factual Information. Editado por Alan Hopkinson e Peter Simmons. Paris, 1992. (PGI-92/WS/8).

UNESCO. Programa General de Información y UNISIST. *FIIR*: Formato de Intercambio de Información Referencial. versão 1.2. Editado por Enzo Molino. Caracas, 1990. 92 p. (PGI/CAR/90/WS/2).

UNESCO. *Reference Manual for machine-readable bibliographic descriptions.* Preparado por UNISIST/ICSU-AB Working Group on Bibliographic Descriptions e compilado por M. D. Martin. Paris, 1974.

UTARD, Jean-Claude. Notice. In: FOUCHÉ, Pascal; PÉCHOIN, Daniel; SCHUWER, Philippe (dir.). *Dictionnaire encyclopedique du livre*. Paris: Éditions de Cercle de la Libraire, 2002-2011. v. 3: N-Z, 2011. 1088 p. p. 32-33.

VAN SLYPE, Georges. *Conception et gestion des systèmes documentaires*. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1977.

VAN SLYPE, Georges. La genèse d'une Science de l'Information et d'une Documentologie. *In*: CENT ans de l'Office International de Bibliographie, 1895-1995: les prémisses du Mundaneum. Mons: Éditions du Mundaneum, 1995. 368 p. p. 161-177.

VELLUCCI, Sherry L. Metadata. *Annual Review of information Science and Technology (ARIST)*, Medford, v. 33, p. 187-222, 1998.

VERÓN, Eliseo. *Espaces du livre*: perception et usages de la classification et du classement en bibliothèque. Paris: BPI - Centre Georges-Pompidou, 1989.

WELLISCH, Hans H. *A cibernética do controle bibliográfico*: para uma teoria dos sistemas de recuperação da informação. Trad. Tarcísio Zandonade. Brasília: IBICT, 1987. Publicado originalmente no Journal of the American Society for Information Science, v. 31, n. 1, p. 41-50, Jan. 1980.

ZAFALON, Zaira Regina. Recurso informacional e representação documental. *In*: ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina (org.). *Perspectivas da representação documental*: discussão e experiências. São Carlos: CPOI/UFSCar, 2017. 471 p. p. 125-144.

Biografia do Autor

Cristina Dotta Ortega é professora na Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP.

Cursou a Graduação em Biblioteconomia na ECA/USP, onde também realizou o mestrado e doutorado no PPGCI. Desenvolveu dois estágios pós-doutorais, um no PPGCI da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o outro no PPGCI da Universidade Estadual Paulista (UNESP). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2, do CNPq.

Possui experiência profissional em produção e gestão de bases de dados e de tesauros orientados a contextos institucionais.

É membro da ABECIN - Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação e da ISKO - *International Society for Knowledge Organization*. Atuou na ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação como coordenadora adjunta do GT1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação no ano de 2019.

Foi membro do Grupo Temma, da USP, de 2014 a 2017, quando ocorreu sua extinção. Coordena o grupo de pesquisa Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação, da UFMG, registrado no CNPq.

Desenvolve pesquisas sobre Organização da Informação, explorando fundamentos e metodologias sob o aporte dos estudos da linguagem e sua constituição histórica. De maneira relacionada, pesquisa a epistemologia do campo, que denomina como campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, investigando o conceito de documento como produto dessas ações, na perspectiva da Bibliografia, da Biblioteconomia e da Documentação e das relações construídas entre estas disciplinas.

E-mail de contato: ortega@eci.ufmg.br

Sobre o livro

Catalogação na Publicação (CIP)
Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

Normalização
Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292

Capa e diagramação
Gláucio Rogério de Morais

Produção gráfica
Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Morais

Assessoria Técnica
Renato Geraldi

Oficina Universitária
Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato
16 x 23cm

Tipologia
Adobe Garamond Pro

Impressão: outubro/2024

2024

Neste livro, nos propomos a explorar e sistematizar o conhecimento fundamental da organização da informação.

A organização da informação é composta por processos que são parte do conjunto das ações de mediação entre documentos e públicos, cujo objetivo é o de produzir condições para a apropriação da informação por estes. Essas ações referem-se à produção de mensagens organizadas sistemicamente sobre objetos e seus mecanismos de navegação e busca, que são mobilizadas pela produção e oferta de produtos, serviços e demais atividades, potencializando seu acesso e uso. Denominadas – de modo mais apropriado – de ações de mediação documentária, elas são o eixo do campo de nosso estudo. A comunicação com o público – tornada possível por essas ações de mediação – é que permite que a apropriação da informação por cada indivíduo se efetive.

A mediação documentária – tendo em vista sua função social singular – permite explicitar a especificidade do campo, ao demonstrá-lo em sua integralidade, portanto, de forma coerente e consistente.

ISBN 978-65-5954-478-3
9 786559 544783